

Nova Agenda Urbana



ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR



Copyright © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) 2020

Todos os direitos reservados.

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)

P.O. Box 30030 00100 Nairobi GPO Kenya

www.unhabitat.org

HS Number: HS/035/20E

ISBN Number: (Volume) 978-92-1-132869-1

AVISO LEGAL

As terminologias empregadas e a apresentação do material neste relatório não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites, ou sobre seu sistema econômico ou grau de desenvolvimento. As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente as opiniões do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ou de seu Conselho Executivo.

AGRADECIMENTOS

Conceito e coordenação:

Claudio Acioly, Raphaelle Vignol, Asa Jonsson

Capítulos 1 e 2, Autor principal: Rana Amirtahmasebi

Capítulo 3, Autores principais: Zuzana Vuova, Emily Olivia Fox

Colaboradores de conteúdo:

Anne Amin, Gianluca Crispi, Pankti Dalal, Rafael Forero, Rebecca Hui, Christophe Lalande, Lynne Karago, Wataru Kawasaki, Francesca Lionetti, Marcus Mayr, Angela Mwai, Samuel Njuguna, Stephanie Loose, Laura Petrella, Saritha Ramakrishna, Thomaz Ramalho, Andrew Rudd, Remy Sietchiping, Fay Strongin, Vidar Vasko, Raphaelle Vignol, Xin Quan Zhang.

Design de layout e infográfico:

Austin Ogola

Sera Tolgay

EQUIPE DE TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS (BR)

Tradução:

Thiago Amaral

Revisão:

Tiago Marques

Diagramação:

Camila Nogueira

Conteúdo

Prefácioviii
Introdução x
Considerações finais.....155
Glossário.....157
Referências163



© Eduardo Feuerhake

01

As dimensões centrais dos compromissos transformadores da Nova Agenda Urbana

1.1 Sustentabilidade social2

1.1.1 Empoderamento de grupos marginalizados..... 3
1.1.2 Igualdade de gênero.....5
1.1.3 Planejamento para migrantes, minorias étnicas e pessoas com deficiência11
1.1.4 Planejamento sensível à idade14

1.2 Sustentabilidade econômica19

1.2.1 Criação de empregos e meios de subsistência .20
1.2.2 Produtividade e competitividade.....23

1.3 Sustentabilidade ambiental28

1.3.1 Biodiversidade e conservação do ecossistema..29
1.3.2 Resiliência e adaptação às mudanças climáticas 33
1.3.3 Mitigação das mudanças climáticas41

1.4 Sustentabilidade espacial45

1.4.1 Sustentabilidade espacial e equidade47
1.4.2 Sustentabilidade espacial e densidade urbana 48

02

Meios de implementação

2.1 Mecanismos de intervenção56

2.1.1 Políticas urbanas nacionais	58
2.1.2 Políticas de uso da terra	61
2.1.3 Políticas de habitação e urbanização de favelas	67
2.1.4 Legislação e regulamentos urbanos	73
2.1.5 Design urbano	78
2.1.6 Finança municipal	81
2.1.7 Governança urbana	86

2.2 Medidas rígidas para infraestrutura e serviços92

2.2.1 Transporte e Mobilidade	92
2.2.2 Energia	98
2.2.3 Resíduos sólidos	101
2.2.4 Água e saneamento	106

2.3 Medidas brandas111

2.3.1 Cultura	111
2.3.2 Educação	116
2.3.3 Saúde	117
2.3.4 Segurança urbana	121

2.4 Tecnologia e inovação124

2.4.1 Tecnologia	126
2.4.2 Transporte	126
2.4.3 Tecnologias construtivas	127
2.4.4 Mapeamento e dados espaciais	128

03

Governança, monitoramento e relatório

3.1 Governança global e meios de implementação134

3.1.1 Governança global	134
3.1.2 Mobilização de recursos financeiros	135
3.1.3 Desenvolvimento de capacidades, intercâmbio de conhecimento e parcerias	137

3.2 A Nova Agenda Urbana e as dimensões urbanas dos ODS140

3.3 Monitoramento e relatório144

3.3.1 Diretrizes para relatórios	145
3.3.2 Quadro de monitoramento	146
3.3.3 Plataforma online da Agenda Urbana	149

3.4 O papel do ONU-Habitat na condução da Nova Agenda Urbana150

3.4.1 Assembleia do ONU-Habitat e estrutura de governança	150
3.4.2 O Fórum Urbano Mundial	153

Conteúdo

Tabelas

Tabela 1.	Custo de Incorporação de uma Nova Unidade Residencial no Centro da Cidade versus Periferia.....	50
Tabela 2.	Resumo das ferramentas de captura de valor da terra	66
Tabela 3.	Relação entre o ODS 11, outros ODS e a Nova Agenda Urbana.....	142

Quadros

Quadro 1.	Como as cidades estão se expandindo em diferentes partes do mundo?.....	xiv
Quadro 2.	A estrutura da Nova Agenda Urbana	xvi
Quadro 3.	Região metropolitana de Toronto promovendo mudanças nas comunidades: respostas inovadoras	14
Quadro 4.	Políticas urbanas atentas aos idosos de Hong Kong	18
Quadro 5.	As Metas de Aichi.....	31
Quadro 6.	Planejamento de Resiliência Participativa - Madagascar, Malawi, Moçambique e Comores (2010-presente).....	40
Quadro 7.	A metrópole da Costa do Cabo em Gana está se expandindo	49
Quadro 8.	Construindo a cidade de dentro para fora: Repovoamento de Santiago, Chile	50
Quadro 9.	Capital espacial e prosperidade de Wuhan, China	54
Quadro 10.	O uso de taxas de melhoria na Colômbia	61
Quadro 11.	O programa de hipoteca comunitária nas Filipinas	69
Quadro 12.	Lei de posse de terra flexível na Namíbia	76
Quadro 13.	Plano diretor de Cingapura 2003 - O plano para o desenvolvimento	81
Quadro 14.	Exemplos globais de transferências intergovernamentais	83
Quadro 15.	Práticas inspiradoras sobre governança metropolitana em todo o mundo	89
Quadro 16.	Orçamento participativo na Índia (cidade de Pune).....	90
Quadro 17.	Catadores no Processo de Gestão de Resíduos: Região de Odi Mortele, África do Sul	104
Quadro 18.	Projeto da União Europeia WASSER - Água e Saneamento para Assentamentos no leste do Sri Lanka	108
Quadro 19.	Zona úmida ecológica de Shijiazhuang para água potável, na China	110
Quadro 20.	Cidades sem fome - Hortas comunitárias em São Paulo, Brasil.....	120
Quadro 21.	Sistema de informação e mapeamento habitacional em São Paulo, Brasil.....	129
Quadro 22.	Agendas globais interligadas	135
Quadro 23.	Principais características da Plataforma da Agenda Urbana	149

Diagramas

Diagrama 1.	Os conteúdos da Nova Agenda Urbana.....	xviii
Diagrama 2.	Empoderamento de grupos marginalizados.....	4
Diagrama 3.	Igualdade de gênero.....	6
Diagrama 4.	Planejamento para migrantes, minorias étnicas e pessoas com deficiência	12
Diagrama 5.	Planejamento sensível à idade	16
Diagrama 6.	Criação de empregos e meios de subsistência	21
Diagrama 7.	Produtividade e competitividade	25
Diagrama 8.	Biodiversidade e conservação do ecossistema.....	30
Diagrama 9.	Resiliência e adaptação às mudanças climáticas	35
Diagrama 10.	Mitigação da mudança climática	42
Diagrama 11.	Sustentabilidade espacial	46
Diagrama 12.	Mecanismos de intervenção	57
Diagrama 13.	Políticas urbanas nacionais.....	59
Diagrama 14.	Políticas de uso da terra.....	62
Diagrama 15.	Políticas de habitação e urbanização de favelas.....	68
Diagrama 16.	Legislação e regulamentos urbanos.....	74
Diagrama 17.	Design urbano.....	79
Diagrama 18.	Finança municipal	82
Diagrama 19.	Governança urbana	87
Diagrama 20.	Transporte e mobilidade	93
Diagrama 21.	Energia	99
Diagrama 22.	Resíduos Sólidos.....	102
Diagrama 23.	Água e saneamento	107
Diagrama 24.	Cultura.....	112
Diagrama 25.	Educação	116
Diagrama 26.	Saúde.....	118
Diagrama 27.	Segurança urbana	122
Diagrama 28.	Tecnologia e inovação	125

Figuras

Figura 1.	Partes interessadas envolvidas no desenvolvimento da Nova Agenda Urbana.....	xi
Figura 2.	Visão global da urbanização.....	xiii
Figura 3.	Simulação a cores mostrando a presença de água na paisagem irrigada do Vale do Jordão.....	xv
Figura 4.	Nuvem de palavras da Nova Agenda Urbana.....	xvi
Figura 5.	Foto aérea de um campo de refugiados sírios em Kilis, Turquia, 2018.....	2
Figura 6.	Um grupo de alunas indo para a escola em Goa, Índia.....	9
Figura 7.	O transporte público deve ser acessível para pessoas com deficiência.....	13
Figura 8.	As cidades devem ser projetadas para acomodar pessoas idosas.....	15
Figura 9.	Mulheres vendendo frutas no centro de Porto Príncipe, Haiti.....	19
Figura 10.	Uma mulher fazendo batik em Bali, Indonésia.....	22
Figura 11.	Em Seul, Coreia do Sul, a recriação do rio Cheonggyecheon.....	29
Figura 12.	Gestão da erosão costeira, Criccieth, North Wales, Reino Unido.....	33
Figura 13.	Em Ahmedabad, Índia, a cidade construiu um muro ao longo do rio Sabarmati para evitar inundações e proteger o meio ambiente da degradação.....	34
Figura 14.	O furacão Katrina inundou Nova Orleans, EUA (antes e depois).....	37
Figura 15.	Baltimore, EUA. A roda d'água Inner Harbor combina tecnologia antiga e nova.....	43
Figura 16.	Alta densidade de tubulação de abastecimento de água em áreas residenciais e industriais de classe alta em Cape Coast, Gana.....	48
Figura 17.	Crescimento de assentamentos em Cape Coast, Gana, 2010 (esquerda) e 2018 (direita).....	49
Figura 18.	Um conto de duas cidades: Atlanta, EUA e Barcelona, Espanha.....	51
Figura 19.	Imagens de Wuhan, China.....	54
Figura 20.	Favela em Medellín, Colômbia.....	70
Figura 21.	Villa 31 é um assentamento informal localizado na cidade de Buenos Aires, Argentina, nos bairros Recoleta e Retiro.....	71
Figura 22.	Em Cingapura, diferentes usos e tipologias se entrelaçam em um plano diretor bem estabelecido.....	78
Figura 23.	Kop van Zuid em Rotterdam, Holanda, foi desenvolvido em um grande antigo porto que perdeu sua função e foi abandonado.....	84
Figura 24:	Residentes do assentamento informal de Mukuru em Nairobi, Quênia, participam da verificação de dados durante a elaboração de perfil do assentamento.....	88
Figura 25.	Pessoas a bordo do Blue Ferry em Dar es Salaam, Tanzânia.....	92
Figura 26.	Poluição do ar no Cairo, Egito.....	94
Figura 27.	Sistema Bus Rapid Transit (BRT) em Dar es Salaam, Tanzânia.....	95
Figura 28.	Um local de despejo de resíduos sólidos (esquerda), separação de resíduos por catadores (à direita) em Cape Coast, Gana.....	103
Figura 29.	Moradores de Harar, Etiópia, fazem fila para pegar água.....	105
Figura 30.	Praça Imam, em Isfahan, Irã, Patrimônio Mundial da UNESCO.....	114
Figura 31.	Veneza, Itália, é cercada por água. Políticas inovadoras são necessárias para proteger esta cidade histórica dos impactos das mudanças climáticas.....	132
Figura 32.	Pilares da implementação efetiva da Nova Agenda Urbana.....	134
Figura 33.	Principais agendas globais pós-2015.....	136
Figura 34.	Mobilização de recursos financeiros.....	137
Figura 35.	Desenvolvimento de capacidades.....	138
Figura 36.	Representação visual das principais interconexões entre o ODS 11 e outros ODS.....	140
Figura 37.	ODS com metas urbanas (exceto ODS 11).....	141
Figura 38.	Cronograma e objetivos dos Relatórios Quadrienais (2018-2026).....	144
Figura 39.	Quatro elementos que apoiam o processo de relatório.....	145
Figura 40.	Visão geral dos canais de consulta que informam o Relatório Quadrienal ao Secretário-Geral.....	146
Figura 41.	Visão geral do procedimento de relatório de implementação da Nova Agenda Urbana.....	147
Figura 42.	Estrutura de governança do ONU-Habitat.....	151
Figura 43.	Responsabilidades da Assembleia do ONU-Habitat.....	152
Figura 44.	Os Objetivos do Fórum Urbano Mundial.....	153
Figura 45.	Cidades que sediaram o Fórum Urbano Mundial.....	154

Prefácio



Sr.ª. Maimunah Mohd Sharif
Diretora-executiva
Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos,
ONU-Habitat

A Nova Agenda Urbana fornece orientações claras sobre como a urbanização bem planejada e bem administrada pode ser uma força transformadora para acelerar os esforços rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ela já inspirou novas soluções que tornam as cidades atores-chave para abordar a emergência climática, gerir fluxos de migração, combater pandemias e outros desafios globais. No entanto, não estamos no caminho de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo, o Objetivo 11 de "Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis".

A 'Nova Agenda Urbana Ilustrada' oferece definições claras e aplicações práticas para tornar a estrutura global mais acessível e fácil de usar para profissionais urbanos e formuladores de políticas, tanto dentro do governo, com uma ampla gama de atores interessados em questões urbanas, quanto dentro da ONU. Precisamos de uma abordagem mais prática para dimensionar e acelerar nossas ações.

O manual ilustrado complementa o texto da Nova Agenda Urbana. Ele explica os aspectos centrais, as mensagens e os "compromissos transformadores" e apresenta o texto da Nova Agenda Urbana através de exemplos, estudos de caso, infográficos e ações ilustrativas (estratégias, políticas e iniciativas).

“ A ‘Nova Agenda Urbana Ilustrada’ oferece definições claras e aplicações práticas para tornar a estrutura global mais acessível e fácil de usar para profissionais urbanos e formuladores de políticas, tanto dentro do governo, com uma ampla gama de atores interessados em questões urbanas, quanto dentro da ONU. Precisamos de uma abordagem mais prática para dimensionar e acelerar nossas ações.

Ele pode ser usado para desenvolver de políticas e ações informadas, e para transferir conhecimento de forma mais ampla possível, fortalecendo capacidades em todos os níveis e entre todos os atores urbanos interessados, alcançando todos os territórios.

O manual irá complementar a recém-criada ‘Plataforma da Agenda Urbana’ online, um portal global de conhecimento para compartilhar e inspirar mudanças positivas, por meio de relatórios nacionais voluntários, melhores práticas, ações, dados, treinamento e recursos

sobre a implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS relacionados à urbanização. Isso

informará os Relatórios quadrienais do Secretário-Geral da ONU sobre o progresso na implementação da Nova Agenda Urbana.

O ONU-Habitat está pronto para apoiar governos nacionais, subnacionais e locais e outros atores interessados a colocar o Manual em prática. O Catálogo de Serviços do ONU-Habitat fornece uma visão geral de como podemos ajudar.

Espero sinceramente que o Manual facilite e inspire ações em todo o mundo. O Secretário-Geral deixou isso claro, ao lançar a Década de Ação, precisamos mobilizar a todos em todos os lugares. Estou ansiosa para ouvir de vocês como darão continuidade ao trabalho.

Introdução

O que é a Nova Agenda Urbana?

A Nova Agenda Urbana foi adotada no Habitat III em Quito, Equador, no dia 20 de outubro de 2016. Ela segue a Agenda Habitat anterior, que foi adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat II) em 1996 e definiu "linhas de ação em vários níveis em questões relativas à habitação e assentamentos humanos". A Nova Agenda Urbana foi endossada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em sua sexagésima oitava plenária da septuagésima primeira sessão, no dia 23 de dezembro de 2016 e, portanto, representa uma visão compartilhada para um futuro melhor e mais sustentável.

A Nova Agenda Urbana foi pensada para servir de recurso para os diferentes atores nos diferentes níveis de governo, de central à local, e para organizações da sociedade civil, do setor privado e para todos residentes de espaços urbanos do mundo. A Nova Agenda Urbana destaca a relação entre urbanização sustentável e criação de empregos, oportunidades de subsistência e melhoria da qualidade de vida, e insiste na incorporação de todos esses setores em todas as políticas e estratégias de desenvolvimento ou renovação urbana.

A Nova Agenda Urbana foi desenvolvida com Estados-Membros, organizações intergovernamentais, ONU-Habitat e outras agências das Nações Unidas, fundos e programas; especialistas em unidades de políticas; governos subnacionais e locais e todas as principais redes

de governos locais e regionais, bem como outras ONGs relevantes e organizações governamentais e privadas (Figura 1). A Contribuição desses grupos de especialistas e partes interessadas serviram de base para a criação do rascunho original da Nova Agenda Urbana, que foi aperfeiçoado por meio de feedback e discussões com os Estados-Membros durante audiências com governos locais e interessados, antes de ser finalizado e aprovado na conferência Habitat III.

A Nova Agenda Urbana apresenta uma mudança de paradigma na ciência das cidades e estabelece padrões e princípios para o planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhoria das áreas urbanas, ao longo de seus cinco principais pilares de implantação: políticas nacionais urbanas; legislação e regulação urbanas; planejamento e desenho urbano; economia local e finança municipal; e implantação local.

A Nova Agenda Urbana funciona como um acelerador dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 11 - Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- para fornecer uma ampla estrutura para orientar e rastrear a urbanização ao redor do mundo.

Ciente do fato de que 95 por cento do crescimento urbano ocorrerá no mundo em desenvolvimento, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 define metas e indicadores para medir o progresso e o crescimento.

A Nova Agenda Urbana foi pensada para servir de recurso para os diferentes atores nos diferentes níveis de governo, de central à local, e para organizações da sociedade civil, do setor privado e para todos residentes de espaços urbanos do mundo.

Figura 1: Partes interessadas envolvidas no desenvolvimento da Nova Agenda Urbana.



Introdução

Tendências globais de urbanização

A urbanização tem sido uma das tendências mais significativas que moldam o ambiente construído nos séculos XX e XXI. A mudança para um mundo cada vez mais urbanizado é uma força transformadora que pode e deve ser aproveitada para garantir o desenvolvimento sustentável de pessoas e lugares em todos os países. As cidades são o lugar onde se enfrentarão muitos dos desafios globais de hoje, que vão desde a pobreza extrema e o desemprego até a degradação ambiental e as mudanças climáticas. Nas cidades, enfrentar os desafios do desenvolvimento com intervenções eficazes pode ter impactos cumulativos de amplo alcance.

A urbanização oferece uma grande oportunidade e é uma das ferramentas mais importantes para orientar a agenda de desenvolvimento sustentável; entretanto, quando não planejada e mal administrada, a urbanização também tem o potencial de agravar muitos dos problemas que pretende resolver. A urbanização mal planejada ou não planejada resultou em desordem econômica, manifestações populares, congestionamento e degradação ambiental, bem como no aumento e na expansão de favelas (ONU-Habitat, 2016).

Novos dados (ONU-Habitat, 2020) revelam que existem cerca de 2.000 áreas metropolitanas em todo o mundo, onde vive um terço da população mundial. O ONU-Habitat prevê que, em 2035, a maioria da população mundial viverá em áreas metropolitanas - que geralmente são entendidas como aglomerações urbanas compostas por uma cidade principal ligada a outras cidades próximas, áreas urbanas ou suburbanas vizinhas, como a Área Metropolitana de Tóquio-Yokohama, a Grande Londres, a Área Metropolitana de Bucaramanga, na Colômbia, ou a Baía de Nelson Mandela, na África do Sul.

Dados do ONU-Habitat mostram que existem atualmente 1.934 áreas metropolitanas, também conhecidas como metrópoles, com mais de 300.000 habitantes. Elas abrigam cerca de 60 por cento da população urbana do mundo e um terço da população global. A maioria (1.038) está localizada na região do Ásia-Pacífico, com 444 na China e 191 na Índia, em comparação com 55 na Nigéria, 61 no Brasil, 144 nos EUA e 67 na Rússia.

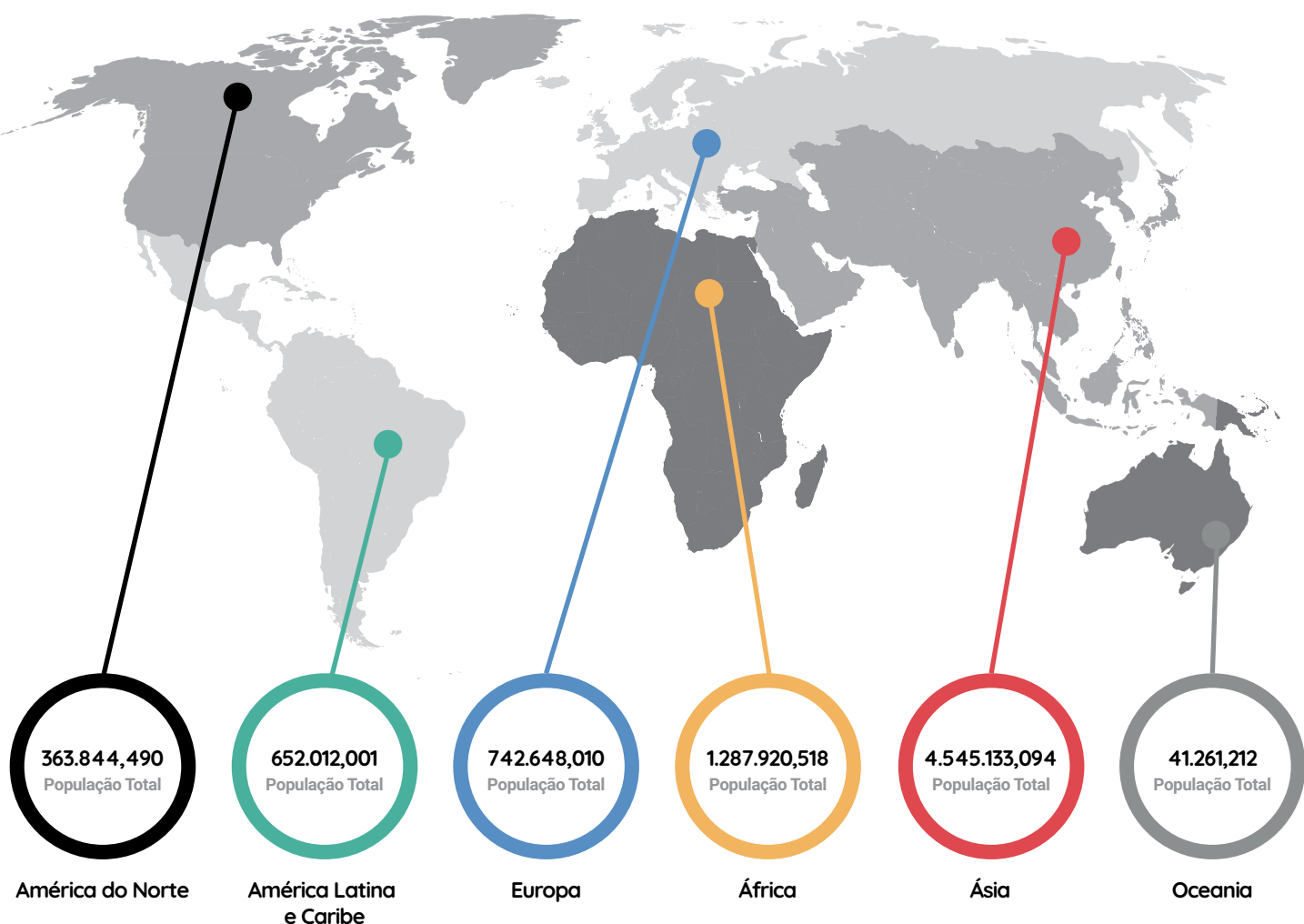
Estima-se que quase 1 bilhão de pessoas se tornarão habitantes metropolitanos nos próximos quinze anos e haverá 429 novas metrópoles até 2035.

A Nova Agenda Urbana, portanto, chega em um momento muito crítico e oportuno da história global. Embora os desafios que as cidades, vilas e aldeias enfrentam em diferentes países sejam variados, a Nova Agenda Urbana foi projetada para ser universalmente aplicável. Ela apresenta uma visão de longo prazo e estabelece prioridades e ações, além de fornecer ferramentas que podem ser aplicadas nos níveis regional, nacional, subnacional e local, permitindo que os governos e outras partes interessadas atendam às necessidades e desafios urbanos específicos do contexto. Enquanto o mundo inteiro está se urbanizando, a natureza e as características da urbanização em cada região são diferentes.

No Leste Asiático, a expansão urbana alcançou mais de 28.000 quilômetros quadrados e cresceu para 200 milhões de pessoas de 2000 a 2010, com grande parte desse crescimento ocorrendo na China (Grupo Banco Mundial 2015). Embora a urbanização do Leste Asiático esteja associada a imagens de Pequim, Hong Kong, Seul, Manila e outras megacidades, grande parte do crescimento urbano ocorreu em cidades menores e médias (Grupo Banco Mundial, 2015). O crescimento nessas áreas é fragmentado nas fronteiras metropolitanas e frequentemente ultrapassa as fronteiras administrativas, exigindo um forte planejamento regional e multijurisdicional. À medida que a urbanização segue as conversões de terras rurais para urbanas, os governos também precisarão lidar com as consequências ambientais da rápida urbanização, além de integrar e fornecer serviços públicos às populações rurais em áreas de urbanização. A população urbana do Sul da Ásia também deve crescer significativamente; estima-se que a região alcance uma população de 250 milhões de pessoas até 2030, já tendo crescido significativamente na última década. Cerca de 130 milhões de pessoas da população urbanizada do Sul da Ásia vivem em favelas.

A Nova Agenda Urbana apresenta uma visão de longo prazo e estabelece prioridades e ações.

Figura 2: Visão global da urbanização

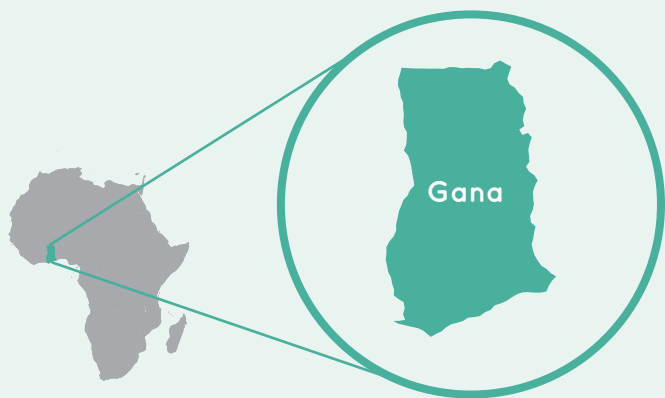


Fonte: "World Urbanization Prospects 2018" da Divisão de População das Nações Unidas

Os assentamentos informais são frequentemente caracterizados por seus serviços públicos não planejados e suas populações não são contabilizadas pelos censos oficiais. A poluição ambiental e o congestionamento persistem, enquanto a falta de posse formal impede o desenvolvimento. Por fim, 80 por cento das principais cidades do sul da Ásia enfrentam risco de inundação e a população que estará exposta a perigos cresce 3,5 por cento ao ano (Ellis e Roberts, 2016). Do outro lado do planeta, a urbanização da África também foi rápida, em um ritmo que continuará. A população urbana deve dobrar nos próximos 20 anos, com 450 milhões de novos residentes urbanos nas próximas três décadas. Tanto cidades que já existem quanto novas serão necessárias para abrigar essa população em crescimento. Tal como acontece com o Sul da Ásia, a informalidade é uma característica da urbanização africana, onde 70 por cento da população urbana vive em áreas informais. A Figura 2 mostra a urbanização no mundo.

Embora a América Latina já esteja relativamente urbanizada, as cidades da região enfrentarão desafios semelhantes relacionados ao congestionamento, informalidade e igualdade de acesso aos serviços (Ezquiaga Arquitectura, 2015). As cidades latino-americanas são particularmente densas, devido às suas áreas de terra relativamente pequenas, e também apresentam extrema desigualdade de renda, onde a lacuna entre os mais ricos e os mais pobres é alta, produzindo contrastes notáveis. Nas áreas periurbanas, as questões de mobilidade e transporte persistem, enquanto a fraca governança permite a expansão desenfreada e a persistência de questões de saúde, meio ambiente e segurança pública em assentamentos informais (Ezquiaga Arquitectura, 2015). O Quadro 1 oferece uma visão de diferentes padrões de urbanização em todo o mundo, com exemplos.

Quadro 1: Como as cidades estão se expandindo em diferentes partes do mundo?



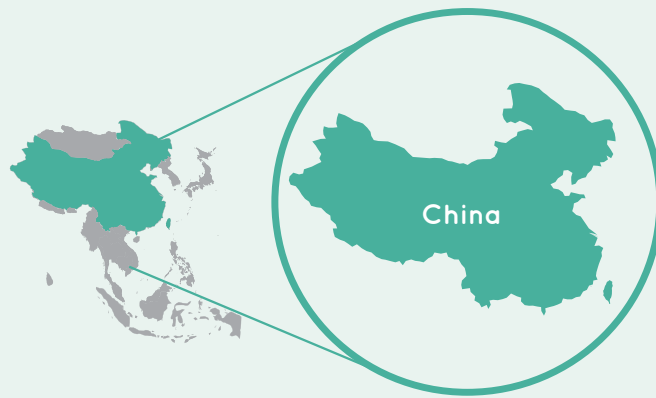
África

Gana | Cape Coast e Accra

As cidades de Gana estão se expandindo rapidamente; sua população urbana quase triplicou nas últimas três décadas, para um total de 14 milhões de habitantes. As cidades menores estão vendo um grande aumento da população à medida que o país se urbaniza.

Desafios As cidades estão se expandindo de modo ineficiente devido ao planejamento e gestão inadequados do uso da terra (Banco Mundial, 2015). Por exemplo, no município de Cape Coast, o Distrito Central de Negócios está se crescendo rapidamente às custas do desenvolvimento residencial, deixando pouco espaço para desenvolvimento misto e para habitação. Áreas residenciais e assentamentos estão sendo empurrados para longe dos recursos e serviços públicos. A pegada da cidade também aumentou rapidamente, triplicando nas últimas duas décadas, enquanto a habitação permanece inadequada e inacessível; os aluguéis, mesmo de residências de qualidade mais baixa, aumentaram 100% nos últimos cinco anos. As vias e áreas de passagem estão sendo invadidas pelo desenvolvimento desenfreado, criando problemas para o desenvolvimento dos serviços públicos (Eparque Urban Strategies, 2019).

Em Accra, a área periférica da cidade é atualmente 5,5 vezes o tamanho da cidade original em 1990 (Angel, 2018). Grande parte da população em áreas remotas não tem acesso a serviços básicos. Por exemplo, as taxas de acesso aos serviços de água e saneamento estão diminuindo à medida que a cidade cresce. Espacialmente, o acesso a serviços básicos diminuiu do centro das cidades para áreas periféricas. Os preços do solo também disparou, tornando difícil para os migrantes rurais adquirirem formalmente lotes individuais. Por meio de uma pesquisa de amostragem, o Banco Mundial descobriu que os preços dos terrenos dispararam entre 560 por cento e 1.300 por cento no período de 1995 a 2005 (Banco Mundial, 2015).



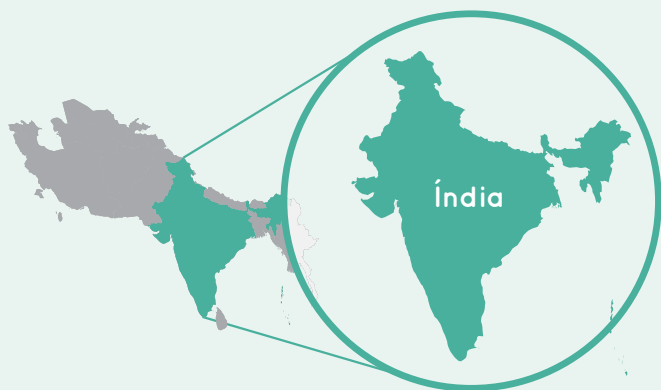
Leste da Ásia

China | Nanjing

As cidades chinesas têm visto uma rápida urbanização e migração de áreas agrícolas, onde 260 milhões de trabalhadores fizeram a transição para a vida urbana nas últimas três décadas.

Desafios Uma grande parte do desenvolvimento urbano tem dependido do financiamento de terras, levando à expansão e ao desenvolvimento ineficiente à medida que as terras rurais são convertidas para uso urbano. A inquietação e a tensão social também acompanharam esse processo. A cidade de Nanjing é um exemplo. Ela serve como uma “voz” no centro de Xangai, e é uma cidade manufatureira que cresceu significativamente nas últimas décadas, para uma população de 8,5 milhões de pessoas. A cidade passou recentemente por um processo de planejamento, mudando seu layout centralizado em torno de um único centro de empregos (monocêntrico) para um com vários nós (policêntrico) (Chen et al., 2016). Sua rápida expansão também degradou recursos naturais, resultando em novos processos de planejamento ambiental integrado, que buscam gerenciar melhor a urbanização e seus efeitos no ambiente natural dos rios que fazem fronteira com a cidade (Vollmer, 2009). A população pobre está concentrada nas margens do desenvolvimento; como resultado, há a necessidade de planejar melhor a transformação rural-urbana e manter a acessibilidade e as moradias disponíveis no centro da cidade (Chen, Gu e Wu, 2004).

Oportunidades Em Nanjing, o controle da expansão também é fundamental para garantir que a cidade e suas oportunidades sejam acessíveis. Atualmente, devido ao amplo desenvolvimento, o tempo de deslocamento de Nanjing é maior do que em outras grandes cidades (Banco Mundial, 2014b). Em todo o país, o governo central visa conectar cidades secundárias a cidades costeiras mais prósperas, enquanto desenvolve o setor manufatureiro na primeira e o setor de serviços na segunda. Uma aplicação melhor do direito à terra e modelos de propriedade mais claros tornariam a expansão mais sustentável em todas as cidades e permitiria um foco na gestão adequada da terra, bem como na modernização agrícola e na urbanização. O governo central também tem planos de subsidiar serviços públicos para a população das cidades rurais para facilitar sua entrada na vida urbana. Os governos locais também precisam se tornar mais autossuficientes tanto financeira quanto administrativamente. Embora uma grande parte do desenvolvimento tenha ocorrido por meio de um planejamento padronizado, abordagens mais dinâmicas também podem facilitar o desenvolvimento de áreas urbanas ou periurbanas ou que antes eram rurais.



Sul da Ásia

Índia | Nova Deli

Em 2019, aproximadamente um terço da população total da Índia vivia em cidades. A tendência mostra um aumento da urbanização de quase 4% na última década, o que significa que as pessoas se mudaram das áreas rurais para encontrar trabalho e ganhar a vida nas cidades.

Desafios A Índia enfrenta vários desafios em sua urbanização. Regulações que não permitem um desenvolvimento mais denso empurram os moradores urbanos para as periferias dos núcleos urbanos e subúrbios vizinhos. Aqueles que não podem pagar os altos preços, mas precisam de acesso ao núcleo urbano para oportunidades de emprego, são forçados a viver além da fronteira municipal, em assentamentos informais. Os custos de infraestrutura para esses locais são altos, e é fornecida a uma taxa menor nessas periferias do que no núcleo urbano. O distrito de Delhi cresceu 1,9% ao ano entre 2001 e 2011. O crescimento populacional em Gautam Budh Nagar, uma área periférica, foi de 4,1% ao ano (Angel, 2018). A cidade também invadiu consideravelmente áreas anteriormente rurais ou naturais dentro de suas fronteiras, resultando na perda de quase metade da área terrestre do corpo de água da cidade. Também se expandiu em aproximadamente 171 quilômetros quadrados entre 2003 e 2011, com densidade inconsistente e aleatória dentro do tecido urbano (Grover e Singh, 2015).

Oportunidades À medida que a urbanização avança, essas cidades exigirão instituições mais robustas para gerenciar o uso da terra e os regulamentos de densidade relacionados para fornecer serviços públicos aos assentamentos existentes que não os possuem.



América Latina

Colômbia | Bogotá

Na Colômbia, 75 por cento das pessoas vivem em cidades, com 30 por cento de toda a população do país nas quatro maiores cidades. Essas cidades são particularmente densas e estão entre algumas mais densas do mundo. A capital Bogotá tem uma população de 7,2 milhões.

Desafios Apesar da densidade de cidades na Colômbia, grande parte da terra é subutilizada ou não utilizada, e os processos burocráticos retardam o desenvolvimento necessário. Os déficits habitacionais persistem nas periferias dessas cidades e sobrecarregam desproporcionalmente as famílias pobres. O congestionamento é um problema em Bogotá, onde o investimento inadequado em estradas aumentou o tempo de deslocamento e o transporte de massa não foi totalmente incentivado. Por exemplo, uma avaliação realizada em 2007 constatou que 40% das estradas estavam em más condições; no entanto, apenas 6% dos fundos necessários foram alocados para atualizações nos cinco anos seguintes. As áreas pobres foram socialmente excluídas e alienadas de recursos e serviços; apenas 9 por cento do custo estimado da prestação de serviços foi alocado. As periferias cresceram de forma assombrosa na cidade e sua atual área periférica cobre 88% da área terrestre da pegada da cidade capturada em 1990 (Angel, 2018).

Ação A cidade tem feito alguns progressos na prestação de serviços públicos através do desenvolvimento de áreas especiais de zoneamento, permitindo a formalização de favelas (Lozano-Gracia et al., 2012).

Figura 3: Simulação a cores mostrando a presença de água na paisagem irrigada do Vale do Jordão



Cidades e regiões ao redor do mundo estão em diferentes estágios de urbanização e exibem padrões diferentes. Por exemplo, a Figura 3 ilustra a presença de água na paisagem irrigada do Vale do Jordão. As populações da América do Norte, Europa, América Latina e Caribe estão entre 72 e 82 por cento urbanizadas, enquanto a África Subsaariana, Leste Asiático e Sul da Ásia estão respectivamente 40, 34 e 59 por cento urbanizados (Divisão de População da ONU, 2018). Existem diferenças fundamentais entre o mundo desenvolvido e o em desenvolvimento; enquanto a urbanização está ocorrendo em ambos, a ordem de magnitude é maior no segundo. De acordo com Angel (2012), a população urbana no mundo desenvolvido deverá crescer em 170 milhões nas próximas quatro décadas, enquanto a população no mundo em desenvolvimento deverá crescer em 2,6 bilhões de pessoas; como tal, as lições do mundo desenvolvido podem não ser totalmente aplicáveis para a escala em que a urbanização ocorrerá em outros lugares (Angel, 2012).

Introdução

Objetivos deste manual

Este manual busca:

- ➔ Ser um recurso que exemplifica a amplitude de tópicos e recomendações contidos na Nova Agenda Urbana para os públicos-alvo.
- ➔ Ilustrar as propostas e compromissos contidos na Nova Agenda Urbana com políticas voltadas para a ação.

Para atingir estes objetivos, este manual:

- ➔ Apresenta o conteúdo da Nova Agenda Urbana em mais detalhes, com ilustrações e diagramas, para os diversos temas e setores abordados, em paralelo, destacando conexões e correlações.
- ➔ Acompanha estudos de caso que incorporam evidências empíricas sistemáticas e documentação de experiências.

Nota sobre a estrutura

A Nova Agenda Urbana cobre uma ampla gama de tópicos e setores já que o desenvolvimento urbano é um tema interdisciplinar e requer a coordenação de vários setores para alcançar a sustentabilidade e o sucesso.

Para cobrir essa amplitude de temas, a Nova Agenda Urbana está estruturada conforme descrito no Quadro 2 acima.

Acompanhamento e revisão

Para auxiliar no desenvolvimento deste manual ilustrado, uma nuvem de palavras de toda a Nova Agenda Urbana foi desenvolvida para identificar e ilustrar visualmente as questões e prioridades destacadas nela (Figura 4). Usamos esta nuvem de palavras como uma ferramenta para identificar "tendências" de palavras e categorias, onde o tamanho delas corresponde ao número de vezes que é mencionada no documento. Embora seja uma

Quadro 2: A estrutura da Nova Agenda Urbana

Declaração de Quito sobre Cidades Sustentáveis e Assentamentos Humanos para Todos

- Nossa visão compartilhada
- Nossos princípios e compromissos
- Chamada para ação

Plano de implementação de Quito para a Nova Agenda Urbana

- Compromissos transformadores para o desenvolvimento urbano sustentável
- Desenvolvimento urbano sustentável para inclusão social e erradicação da pobreza
- Prosperidade urbana sustentável e inclusiva e oportunidades para todos
- Desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável e resiliente

Implementação efetiva

- Construir a estrutura de governança urbana: estabelecendo uma estrutura de apoio
- Planejamento e gestão do desenvolvimento do espaço urbano
- Meios de implementação

Figura 4: Nuvem de palavras da Nova Agenda Urbana



Fonte: Eparque Urban Strategies

representação visual preliminar, ela oferece uma visão geral das prioridades destacadas na Nova Agenda Urbana.

À primeira vista, uma observação notável é que as várias escalas de intervenção (ou seja, "local", "nacional" e "subnacional") são proeminentes na nuvem de palavras e, portanto, uma consideração essencial na Nova Agenda Urbana. Surpreendentemente, esses termos são mais preponderantes do que os setores de desenvolvimento urbano, como habitação, energia e água, sinalizando uma percepção geral de que melhorar a governança da urbanização é mais urgente do que apenas melhorar diferentes setores urbanos.

Este manual tem como objetivo fornecer um panorama dos problemas e desafios na esfera do desenvolvimento urbano conforme eles são apresentados na Nova Agenda Urbana. Seu objetivo é abordar decisões políticas de alto nível para o crescimento e desenvolvimento de cidades em todo o mundo. Sua estrutura e material visam criar uma abordagem abrangente e sistemática para as questões de desenvolvimento urbano. Os tópicos de desenvolvimento urbano são explicados de forma resumida e cada um pode ser mais investigado e explorado. Na seção de bibliografia, uma lista completa de referências é fornecida para que o leitor possa pesquisar e estudar mais.

A fim de fornecer uma melhor compreensão dos diferentes conceitos e ideias presentes na Nova Agenda Urbana, este manual subdivide e mapeia a Nova Agenda Urbana nos seguintes capítulos: 1) Dimensões Básicas, 2) Meios de Implementação e 3) Governança, Acompanhamento e Revisão.

Capítulo 1

As dimensões centrais são as metas transversais e abrangentes descritas na Nova Agenda Urbana, que são necessárias para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável. Este manual inclui a "sustentabilidade espacial" como uma quarta dimensão que não é explicitamente proposta na Nova Agenda Urbana. Embora seja um conceito novo para muitos, a sustentabilidade espacial é um indicador subjacente importante para a gestão eficiente do desenvolvimento urbano, especialmente nos países em desenvolvimento que se urbanizam rapidamente. É importante elaborar este conceito de forma independente, pois se baseia nos outros três princípios estabelecidos na Nova Agenda Urbana: não deixar ninguém para trás, garantir economias urbanas sustentáveis e inclusivas

e garantir a sustentabilidade ambiental. O conteúdo dessas dimensões está presente por toda a Nova Agenda Urbana.

Capítulo 2

Os meios de implementação estão divididos em quatro seções, ilustradas no Diagrama 1. A primeira seção é Mecanismos de Intervenção. Esses mecanismos são as ferramentas, técnicas e ações específicas que as cidades e as partes interessadas da cidade podem usar em escalas nacional, subnacional e local para atingir esses objetivos. Os mecanismos de intervenção incluem métodos que as cidades podem usar para definir o escopo, planejar, financiar e implementar estratégias para alcançar as novas dimensões da agenda urbana.

As próximas três seções apresentam áreas funcionais de planejamento e operações destacadas na Nova Agenda Urbana que ajudam a orientar ações direcionadas para alcançar resultados prioritários nos principais setores urbanos. Isso inclui medidas rígidas, medidas brandas e tecnologia/inovação.

A compreensão da conexão entre esses diferentes meios de implementação permite que os governos e as partes interessadas relevantes da sociedade civil usem ações direcionadas para alcançar resultados de urbanização sustentáveis. Isso efetivamente localiza a Nova Agenda Urbana, tornando-a acionável em qualquer contexto nacional, regional e local. Além disso, compreender essas conexões pode ajudar as partes interessadas a implementar e operacionalizar a Nova Agenda Urbana e medir o progresso e o impacto a partir disso.

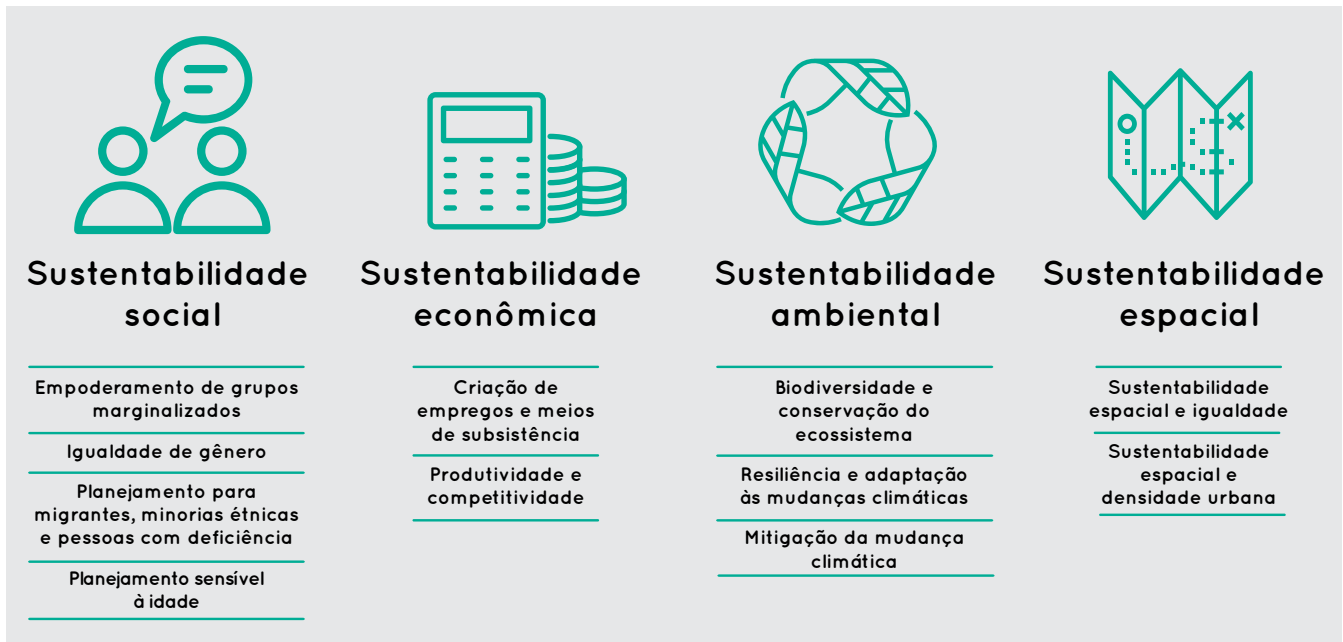
Capítulo 3

Este capítulo descreve os mecanismos de governança global estabelecidos para o acompanhamento e revisão da Nova Agenda Urbana para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Apresenta o trabalho em andamento em nível global para construir estruturas abrangentes de monitoramento e relatórios, facilitado pelo ONU-Habitat. Este processo orientará os Estados Membros e parceiros na coleta e análise de dados urbanos e na identificação de ações e resultados alcançados em todos os níveis de governo e partes interessadas. A análise de dados quantitativos e qualitativos de todo o mundo e a sistematização da Plataforma online da Agenda Urbana serão incorporados ao Relatório Quadrienal sobre a Nova Agenda Urbana para o Secretário-Geral das Nações Unidas, e informarão as ações e recomendações globais para a sustentabilidade urbana.

A compreensão da conexão entre esses diferentes meios de implementação permite que os governos e as partes interessadas relevantes da sociedade civil usem ações direcionadas para alcançar resultados de urbanização sustentáveis.

Diagrama 1: Os conteúdos da Nova Agenda Urbana

Dimensões centrais da Nova Agenda Urbana



Guia

Métodos de implementação







01

As dimensões centrais dos compromissos transformadores da Nova Agenda Urbana

A Nova Agenda Urbana destaca quatro dimensões-chave da sustentabilidade em todos os setores e escalas envolvidos no desenvolvimento urbano. Essas dimensões coletivamente garantem a sustentabilidade do futuro do planejamento urbano e desenvolvimento em diferentes setores. Eles formam uma visão sustentável por meio da qual toda a agenda do desenvolvimento urbano e seus setores será vista e avaliada. Eles são universais em escopo.

1.1 Sustentabilidade social

A Nova Agenda Urbana enfatiza direitos iguais de todas as pessoas aos benefícios que as cidades podem oferecer. A Agenda prevê cidades inclusivas e assentamentos humanos que sejam “participativos, promovam o engajamento cívico, gerem um sentimento de pertencimento e propriedade entre seus habitantes..., aumentem a interação social e intergeracional, a expressão cultural e a participação política, conforme apropriado, e promovam a coesão social... e sociedades pluralistas, onde as necessidades de todos os habitantes são atendidas, reconhecendo as necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade” - **NAU 13.b.**

A Nova Agenda Urbana dá atenção específica ao combate à discriminação enfrentada por grupos marginalizados, incluindo “mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas que vivem com HIV/AIDS, pessoas idosas, povos indígenas e comunidades locais, moradores de favelas e de assentamentos informais, pessoas em situação de rua, trabalhadores, pequenos agricultores, pescadores, refugiados, retornados, pessoas deslocadas internamente e migrantes, independentemente de seu status de migração” - **NAU 20.** Um planejamento que visa atender às necessidades e fornecer acessibilidade para grupos marginalizados é essencial para a governança inclusiva. Para trabalhar em prol dos objetivos de sustentabilidade social e equidade, os governos nacionais, estaduais e municipais devem prestar serviços que atendam às necessidades desses grupos, além de planejar uma programação social para suprir suas necessidades.

Diferentes dimensões de sustentabilidade social e atenção aos grupos marginalizados são mencionadas na Nova Agenda Urbana, incluindo:

- fornecer serviços básicos que atendam às necessidades e aos direitos das crianças, jovens e idosos;
- proporcionar aos jovens acesso ao conhecimento, educação, capacitação e oportunidades para garantir sua participação significativa;

- promover abordagens sensíveis à idade em todos os estágios da política urbana e territorial e do processo de planejamento (por exemplo, segurança viária e planejamento);
- promover iniciativas de desenvolvimento de capacidades para empoderar mulheres e meninas e tornar as tecnologias de informação e comunicação acessíveis ao público, com atenção especial para crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, povos indígenas e comunidades locais; e
- promover redes bem planejadas de ruas seguras, acessíveis, verdes e de qualidade e outros espaços públicos que sejam acessíveis a todos e livres de crime e violência, incluindo assédio sexual e violência de gênero. A Nova Agenda Urbana se compromete a fornecer oportunidades iguais no acesso a espaços públicos, habitação, educação básica, serviços e instalações de saúde para todas as pessoas marginalizadas - **NAU 36.**

“Desenvolvimento urbano sustentável para inclusão social e erradicação da pobreza”

Figura 5: Foto aérea de um campo de refugiados sírios em Kilis, Turquia, 2018. O grande número de refugiados requer um novo pensamento sobre como integrá-los às comunidades de acolhimento.



© Sandra Cohen-Rose / Flickr

Desta mesma forma, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 da ONU - **ODS 11** exige acesso a espaços públicos seguros, inclusivos e verdes para mulheres, crianças e idosos e destaca a importância de transporte seguro e acessível para todos, com atenção especial para grupos marginalizados, mulheres, crianças e idosos - **Metas ODS 11.2, 11.7. O ODS 11** também expressa o compromisso de "aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e a capacidade de planejamento e gestão participativos, integrados e sustentáveis dos assentamentos humanos" - **Meta ODS 11.3.** Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU 4 - **ODS 4** - Garantir educação de qualidade, inclusiva e igualitária e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos - também enfatiza a importância da educação para pessoas marginalizadas.

1.1.1 Empoderamento de grupos marginalizados

Muitos grupos são reconhecidos na Nova Agenda Urbana como marginalizados, incluindo crianças, idosos, mulheres e meninas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua ou ocupantes de moradias informais, minorias étnicas ou migrantes¹, refugiados e pessoas deslocadas. Esta seção sobre sustentabilidade social primeiro apresenta princípios e ações ilustrativas que apoiam a inclusão e o acesso para uma variedade de grupos marginalizados, de forma geral, e depois se concentra em alguns grupos marginalizados destacados na Nova Agenda Urbana, especificamente: a) Igualdade de Gênero, b) Planejamento para Migrantes, Minorias Étnicas e Pessoas com Deficiência e c) Planejamento sensível à idade. Os governos locais, regionais e nacionais devem fazer um esforço para aplicar esses princípios gerais às dinâmicas sociais únicas em seu contexto. Para ilustrar a escala, a Figura 5 mostra uma foto aérea de um campo de refugiados sírios na Turquia como um exemplo dessas comunidades em todo o mundo.



Princípios

O planejamento para grupos marginalizados pode melhorar a qualidade de vida de todos os residentes urbanos, além do grupo-alvo. "Planejar a partir das margens" é um princípio que permite que todos os residentes se beneficiem quando se concentram nas necessidades das populações marginalizadas (Satterthwaite, 2017). Por exemplo, as crianças são membros vulneráveis da população, em parte porque são mais suscetíveis a doenças. A melhoria da infraestrutura de saneamento e água e a melhor prestação de serviços de saúde em um bairro melhora a vida das crianças, ao mesmo tempo que também melhora a vida de toda a comunidade. Idosos e pessoas com deficiência podem ter dificuldade para se locomover em estradas, calçadas e infraestrutura de trânsito com manutenção inadequada. As melhorias na infraestrutura de trânsito beneficiam todas as pessoas que as utilizam. O fato de que o planejamento para grupos marginalizados beneficia todas as partes interessadas significa que é um "design universal".

O planejamento para grupos marginalizados deve ser holístico e multissetorial; os processos de planejamento devem começar com uma visão. As políticas centradas em gênero, idade, migração ou igualdade na deficiência devem ter uma visão mais ampla que se encaixe em outras metas e planos de política promovidos pelo município.

Utilizar recursos públicos reconhecidos e centros comunitários para fornecer serviços. Divulgar informações e serviços em instituições comunitárias existentes que já são bem utilizadas pela(s) população(ões)-alvo. Esteja atento à exclusão digital, onde a prestação de serviços pode deixar de fora indivíduos que não têm acesso às tecnologias de comunicação.

O planejamento para atender às necessidades e fornecer acessibilidade aos grupos marginalizados é essencial para a governança inclusiva.

¹ O termo migrante é usado da maneira mais abrangente, incluindo migrantes econômicos, migrantes rurais-urbanos, migrantes circulares ou sazonais, refugiados, deslocados internos, requerentes de asilo e todas as pessoas que se mudam para uma cidade. Isso sem prejuízo do fato de que alguns indivíduos ou grupos, como refugiados, podem ter um determinado status legal ou protegido que deve ser reconhecido.

Diagrama 2: Empoderamento de grupos marginalizados



SUSTENTABILIDADE SOCIAL

EMPODERAMENTO DE GRUPOS MARGINALIZADOS

PRINCÍPIOS



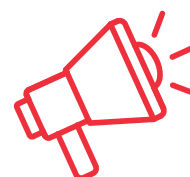
Qualidade de vida

O planejamento para grupos marginalizados pode melhorar a qualidade de vida de todos os residentes urbanos, além do grupo-alvo.



Planejamento holístico

O planejamento para grupos marginalizados deve ser holístico e multissetorial; os processos de planejamento devem começar com uma visão.



Prestação de serviços

Utilizar recursos públicos conhecidos e centros comunitários para fornecer serviços.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Proteção no local de trabalho

Estabelecer medidas de proteções no local de trabalho para grupos marginalizados.



Participação civil

Incluir grupos marginalizados na participação cívica e no governo local.



Comitês de aconselhamento

Criar comitês de aconselhamento para desenvolver responsabilidade com grupos marginalizados.



Competência cultural

Desenvolver competência cultural em funcionários da cidade para apoiar a prestação de serviços sensível e respeitosa para grupos marginalizados.



Indicadores desagregados

Coletar e manter dados demográficos atualizados e desenvolver indicadores desagregados quando possível.



Ações ilustrativas

Estabelecer medidas de proteção no local de trabalho para grupos marginalizados.

Pessoas marginalizadas podem ficar isoladas e vulneráveis à discriminação, violência ou exploração no local de trabalho em uma variedade de ambientes econômicos, inclusive no setor informal. Os municípios devem garantir que os direitos trabalhistas e a segurança física das pessoas marginalizadas sejam protegidos pela lei e que as leis sejam cumpridas.

Incluir grupos marginalizados na participação cívica e no governo local.

A Nova Agenda Urbana apoia os governos "no cumprimento de seu papel fundamental no fortalecimento da interface entre todas as partes interessadas relevantes, oferecendo oportunidades de diálogo, por meio de abordagens sensíveis à idade e gênero, e com atenção especial às contribuições potenciais de todos os segmentos da sociedade, incluindo homens e mulheres, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, povos indígenas e comunidades locais, refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes" - **NAU 42**. Os processos de planejamento e formulação de políticas devem ser transparentes e oferecer espaço para contribuição, participação e avaliação pública.

Criar comitês de aconselhamento para desenvolver responsabilidade com grupos marginalizados.

As agências governamentais que fornecem serviços ou desenvolvem políticas de relevância específica para grupos marginalizados podem criar comitês de aconselhamento compostos por membros desse grupo para fornecer informações sobre as necessidades, qualidade da prestação de serviços e acessibilidade dos serviços. A participação em tais conselhos de aconselhamento oferece oportunidades para engajamento cívico e desenvolvimento de liderança.

Desenvolver competência cultural em funcionários da cidade para apoiar a prestação de serviços sensível e respeitosa para grupos marginalizados.

É essencial que os funcionários municipais e os prestadores de serviços recebam treinamento adequado para cumprir os objetivos de seus cargos para grupos marginalizados, incluindo novas populações migrantes. Isso engloba treinamento em competências culturais e de deficiência e recursos dedicados a serviços de tradução e interpretação de idiomas. Por exemplo, Munique, na Alemanha, treinou a competência cultural dos funcionários da cidade e a integrou aos processos de recrutamento. A cidade

também trabalha com organizações externas, como equipes esportivas e associações recreativas, para integrar seus participantes e evitar a segregação social (Gebhardt, 2014).

Coletar e manter dados demográficos atualizados e desenvolver indicadores desagregados quando possível.

A coleta de dados sobre as populações urbanas é um componente essencial do fornecimento de infraestrutura e serviços acessíveis. Os dados muitas vezes não são atuais ou estão disponíveis desagregados por gênero, idade, deficiência, etnia e status de migração, entre outros indicadores sociodemográficos. Os indicadores desagregados auxiliam os esforços para compreender os desafios específicos enfrentados pelos grupos, medir o progresso e avaliar o sucesso de políticas e programas focados em grupos marginalizados específicos.

1.1.2 Igualdade de gênero

A Nova Agenda Urbana apela para a prevenção de todas as formas de discriminação e violência ao

- a) garantir a participação plena e efetiva de mulheres e meninas e direitos iguais, com atenção especial à segurança de posse para mulheres como um método chave de empoderamento;
- b) garantir o acesso a serviços básicos que atendam às necessidades e direitos de todas as mulheres e meninas;
- c) integrar a redução do risco de desastres e da adaptação às mudanças climáticas e considerações e medidas de mitigação em processos de planejamento e desenvolvimento urbano e territorial sensíveis à idade e gênero;
- d) promover de redes bem projetadas de ruas seguras, acessíveis, verdes e de qualidade e outros espaços públicos que sejam acessíveis a todos e livre de crime e violência, incluindo assédio sexual e violência de gênero e
- e) promover iniciativas de desenvolvimento de capacidades para empoderar mulheres e meninas e tornar as tecnologias de informação e comunicação acessíveis - **NAU 32, 35, 92, 101, 114, 151, 113, 155**. **ODS 11** exige acesso a espaços públicos verdes, inclusivos e seguros e transporte acessível para grupos marginalizados, incluindo mulheres - **Metas ODS 11.2, 11.7**.

Diagrama 3: Igualdade de gênero



SUSTENTABILIDADE SOCIAL

IGUALDADE DE GÊNERO



Mulheres representam apenas cerca de 15% da propriedade de terras em todo o mundo



Mulheres gastam 2,5 vezes mais tempo do que os homens em trabalhos subestimados, como domésticos e de cuidados



Estima-se que o trabalho doméstico e de cuidados seja responsável por pelo menos 10% do PIB global

PRINCÍPIOS



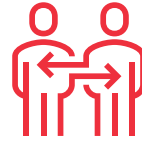
Vínculos de política

As políticas para o uso de recursos e o design espacial das cidades estão vinculadas às expectativas de gênero e culturais.



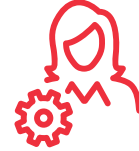
Acesso

O empoderamento das mulheres reside na capacidade de acesso à terra, título, herança e financiamento.



Migração e economia informal

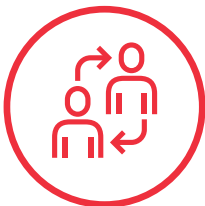
Os padrões de migração das mulheres são moldados por normas culturais; as mulheres também enfrentam riscos únicos em assentamentos informais e ao se engajarem na economia informal.



Planejamento para mulheres vulneráveis

Embora a urbanização seja um caminho para a redução da pobreza, mulheres, meninas e outras populações vulneráveis podem não necessariamente se beneficiar desse processo.

ILLUSTRATIVE ACTIONS



Mobilidade equitativa

Ao planejar a mobilidade, considerar os locais que as mulheres precisam acessar tanto em núcleos urbanos quanto em áreas periurbanas.



Governo local

Incluir mulheres na participação cívica e no governo local.



Título de terra

Apoiar e desenvolver programas para fornecer às mulheres acesso a crédito, título de terra e recursos de financiamento.



Indicadores

Desenvolver indicadores desagregados de gênero, quando possível.



Redes

Apoiar cooperativas e grupos de apoio que permitam às mulheres formar relações e redes.



Os processos de urbanização estão fundamentalmente ligados aos aspectos culturais, jurídicos e econômicos de gênero. A igualdade de gênero também é o foco do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 5 - ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas** - que articula nove metas específicas de igualdade de gênero. As populações urbanas têm se tornado historicamente cada vez mais feminizadas, com mais mulheres e famílias chefiadas por mulheres imigrando para áreas urbanas. Por exemplo, Chant (2013) observa que em um período de 20 anos, famílias chefiadas por mulheres aumentaram em média 9,8% nas áreas urbanizadas da América Latina (ONU-Habitat 2013). Como as cidades são centros de empregos e oportunidades educacionais, as mulheres muitas vezes migram para elas em busca de oportunidades econômicas e para tirar a si mesmas ou a suas famílias da pobreza rural. As mulheres também migram para as cidades para deixar situações adversas em contextos rurais. Como tal, a urbanização tem o potencial de empoderar mulheres e meninas e melhorar a qualidade de vida, mas também apresenta seus próprios perigos e desafios específicos de gênero.

Existem mais oportunidades sociais e econômicas para as mulheres em contextos urbanos. Particularmente, terrenos e propriedades são adquiridos por meio de mercados, não por herança. Deve-se concluir que as mulheres podem obter ganhos consideráveis em terras e propriedades por meio da urbanização. No entanto, como Chant (2013) observa, um estudo em 16 diferentes áreas urbanas no mundo em desenvolvimento descobriu que apenas um terço dos proprietários-ocupantes eram mulheres. Da mesma forma, um estudo realizado pela OCDE em 82 países fora da OCDE e da UE estima que as mulheres representam apenas cerca de 15 por cento dos proprietários de terras em todo o mundo. Sem o título adequado, ou a capacidade de obtê-lo por falta de acesso a crédito e financiamento, pode ser difícil para as mulheres participarem plenamente da economia. Da mesma forma, embora haja muito mais oportunidades educacionais nas áreas urbanas, as mulheres que vivem em assentamentos informais não têm necessariamente acesso a esses recursos. Por exemplo, nas Filipinas, 59 por cento da população rural completou o ensino médio, enquanto a taxa é de 75 por cento para moradores urbanos. No entanto, 21 por cento das mulheres que vivem em favelas

urbanas abandonam a escola devido à gravidez ou casamento precoce, enquanto a taxa é muito mais baixa para mulheres que vivem em contextos urbanos fora das favelas (13 por cento). A disparidade pode ser encontrada em outras regiões, países e cidades. Por exemplo, em Nova Delhi, apenas 43% das mulheres urbanas em favelas concluíram a educação básica, enquanto a taxa é de 72% para mulheres urbanas fora de favelas (ONU-Habitat, 2013). As mulheres também são mais suscetíveis à violência. Enquanto aproximadamente 60 por cento dos moradores urbanos em países em desenvolvimento já sofreram crimes, as mulheres têm duas vezes mais chance de sofrer crimes violentos (ONU-Habitat, 2019).

Por fim, as mulheres muitas vezes ocupam posições precárias no mercado de trabalho e seu trabalho é comumente desvalorizado. Excluindo os trabalhadores agrícolas, a proporção de mulheres empregadas nos setores informais no mundo em desenvolvimento é 7,9 por cento maior do que a proporção de homens (ONU Mulheres). O trabalho doméstico e de cuidados também é subestimado nas áreas urbanas e em outros lugares, onde as mulheres gastam 2,5 vezes as horas que os homens gastam nessas tarefas, que, se compensadas, representariam de 10 a 39 por cento do PIB global (Bonet et al., 2019). Na verdade, a **Meta 5.2 do ODS** descreve a importância de reconhecer e valorizar o cuidado não remunerado e o trabalho doméstico, fornecendo serviços públicos, infraestrutura e políticas adequadas para esse trabalho, e também enfatizando a importância da responsabilidade familiar compartilhada.

Essas disparidades relacionadas a emprego, segurança, título de propriedade, acesso a crédito e educação são alguns dos fatores que influenciam o bem-estar de mulheres e meninas nas cidades. A igualdade de gênero é multifacetada e exigirá planejamento deliberado por parte dos governos municipais para garantir que a urbanização beneficie todos os membros da população (ONU-Habitat, 2013).



Princípios

As políticas relacionadas ao uso de recursos e ao layout espacial das cidades são indissociáveis das expectativas culturais e de gênero. Como as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, o tempo e os esforços para acessar os recursos essenciais são gastos pelas elas dentro das famílias.

Embora existam muito mais oportunidades educacionais nas áreas urbanas, as mulheres que vivem em assentamentos informais não têm necessariamente acesso a esses recursos.

Por exemplo, Vij (2014) analisa a situação das mulheres em uma comunidade periurbana na Índia e enquadra a perda de recursos de propriedade comum, como poços e fontes de água, como um tempo adicional e carga de trabalho para as mulheres (Vij, 2014). Quando os serviços de água, saneamento e gestão de resíduos estão ausentes ou limitados, recai sobre as mulheres o fardo de procurar esses serviços ou realizar tarefas demoradas para cobrir as necessidades domésticas básicas. Esse fardo também pode levar a riscos elevados; as mulheres que precisam viajar mais para acessar a infraestrutura podem ter que fazê-lo por meio de áreas inseguras, onde podem ficar mais vulneráveis à violência (Gill e Wellenstein, 2019). Da mesma forma, o trânsito costuma ser projetado para cobrir as necessidades das rotas de emprego masculino: os sistemas de transporte levam os residentes para os distritos comerciais centrais ou centros urbanos durante os horários de pico. As mulheres podem ter múltiplas obrigações e podem precisar de acesso a áreas descentralizadas para trabalho informal, creches e recursos domésticos necessários (Gill e Wellenstein, 2019).

O empoderamento das mulheres reside na capacidade de acesso à terra, título, herança e financiamento; essas mesmas habilidades influenciam a migração das mulheres, especialmente entre as zonas rurais-urbanas. A pobreza está associada à falta de terra em contextos rurais; em muitas regiões, as mulheres não conseguem ter acesso ao título de terra ou propriedade que trabalham para manter (Gill e Wellenstein, 2019). Esse problema também persiste nas cidades. As cidades devem considerar como os serviços administrativos podem incluir as mulheres e programas de apoio que permitam às mulheres participar plenamente da economia.

Os padrões de migração das mulheres são moldados por normas culturais; as mulheres também enfrentam riscos únicos em assentamentos informais e ao se engajarem na economia informal. O emprego de mulheres é frequentemente limitado. Em lugares onde elas têm menos liberdade de movimento e menos oportunidades de emprego, a proporção entre os sexos dos migrantes urbanos é favorável aos homens. Quando as mulheres migram para áreas urbanas, geralmente é por períodos mais longos do que os homens e dentro de zonas de exportação ou áreas periurbanas mais distantes. Em uma análise

de várias áreas periurbanas ao redor do globo, Mabala e Tacoli (2010) descobriram que homens tendem a migrar distâncias mais curtas em uma base mais temporária, enquanto a migração urbana das mulheres costuma ser de longo prazo. As particularidades da migração são um reflexo da dinâmica de poder dentro das famílias e das forças econômicas que os afetam. Por exemplo, Tacoli (2012) observa que as remessas podem tornar a migração de mulheres jovens mais culturalmente permissível. As mulheres também podem migrar para buscar serviços ou fugir da perseguição; por exemplo, Hughes e Wickeri (2010) documentam como mulheres HIV-positivas migram para a cidade na Tanzânia. No entanto, a migração é um contexto específico dentro dos países e regiões, tornando difícil fazer generalizações abrangentes sobre o estado da migração feminina e da urbanização (Chant, 2013). Com relação ao emprego, alguns setores, como a tecnologia da informação, oferecem oportunidades para as mulheres. No entanto, mesmo em setores que empregam mulheres, elas geralmente recebem menos do que os homens, ocupando cargos “inferiores” (Satterthwaite e Tacoli, 2013).

Embora a urbanização seja um caminho para a redução da pobreza, ela apresenta desafios únicos para mulheres e meninas. A urbanização apresenta seus próprios desafios para as mulheres,

Figura 6: Um grupo de alunas indo para a escola em Goa, Índia.



Um grupo de alunas indo para a escola em Goa, Índia. © Sandra Cohen-Rose / Flickr

e há muitas questões que se cruzam e podem afetar a qualidade de vida e a situação econômica. Taxas de fertilidade mais baixas estão associadas a níveis econômicos e educacionais mais elevados. Embora as taxas de fertilidade nas áreas urbanizadas sejam geralmente mais baixas do que nas áreas rurais, esse pode não ser o caso nas áreas urbanas que carecem de serviços de saúde reprodutiva. Por exemplo, um estudo descobriu que, no Cairo, as taxas de fertilidade nas áreas periurbanas eram comparáveis às taxas nas áreas rurais (Chant, 2013). Uma análise das taxas de fertilidade da África Subsaariana mostrou que eram universalmente mais altas nas favelas urbanas do que em outras áreas (Tacoli, 2012). Como os benefícios da urbanização não estão sendo compartilhados igualmente, o planejamento em torno do gênero deve focar em mulheres vulneráveis.



Ações ilustrativas

Ao planejar a mobilidade e a conectividade, considere os locais que as mulheres precisam acessar, além das noções tradicionais de acesso e design; estender o acesso à educação e saúde às áreas periurbanas, além dos núcleos urbanos.

Os serviços básicos devem ser planejados com a participação das mulheres que dispõem de tempo e mão de obra para acessá-los. Por exemplo, em um assentamento informal em Mumbai, as mulheres estavam empenhadas no planejamento da localização das instalações sanitárias. Essas instalações também foram planejadas para que mulheres e crianças que usam lavatórios e banheiros se sintam mais seguras e à vontade (ONU-Habitat, 2013). As rotas de trânsito devem ser planejadas levando-se em conta as necessidades domésticas e familiares; em vez de simplesmente planejar o acesso aos distritos comerciais centrais ou centros de emprego, o planejamento deve ser conduzido para permitir que as mulheres tenham acesso aos recursos domésticos, instalações sanitárias, trabalho informal potencial localizado em outro lugar, escolas e instalações para crianças.

Incluir mulheres na participação cívica e no governo local. A participação feminina na governança e no governo parece estar aumentando, especialmente seguindo as tendências de descentralização; as

mulheres se envolveram na luta por melhorias em seus próprios bairros. Chant (2013) descreve as mulheres no Brasil liderando os esforços de orçamento participativo e o maior envolvimento delas no governo do conselho local em municípios na Índia (Chant, 2013). Como as mulheres são afetadas por uma série de questões dentro do ambiente construído e são responsáveis pela manutenção das famílias, a narrativa da luta coletiva pela melhoria do bairro e da governança é atraente. No entanto, os governos locais nem sempre dispõem de recursos adequados, e a participação voluntária de mulheres pode ser um meio de governos ineficazes terceirizarem a mão-de-obra para os residentes, em vez de fornecer serviços adequados.

Apoiar e desenvolver programas para fornecer às mulheres acesso a crédito, título de terra e recursos de financiamento.

Sem os recursos formais para participar de uma economia maior, as mulheres não serão capazes de avançar seu status nas áreas urbanas. Programas que enfatizam o acesso a título e financiamento também devem ser priorizados pelos governos municipais. Tsai (2000) documenta acordos rotativos de poupança e crédito no sul da China, onde grupos liderados e administrados por mulheres proporcionavam acesso comunitário ao microfinanciamento.

Desenvolver indicadores desagregados de gênero, quando possível. Os dados geralmente não são atualizados ou disponíveis por gênero; portanto, torna-se difícil apoiar a incorporação efetiva do gênero nas políticas urbanas e medir o sucesso das políticas e programas para as mulheres.

Apoiar cooperativas e grupos de apoio que permitam às mulheres criar relações e redes; isso é especialmente importante para novos migrantes.

As cozinhas comunitárias, os espaços comunitários e as cooperativas de crédito podem ajudar a construir capital social para mulheres que, de outra forma, estariam isoladas. Esses serviços são especialmente críticos para novos migrantes e indivíduos que vivem em moradias informais. Por exemplo, Lima, no Peru, tem cozinhas comunitárias para atender às necessidades nutricionais de mulheres e crianças, enquanto os Centros Maternos na Alemanha foram abertos para ajudar no isolamento social.

A participação feminina na governança e no governo parece estar aumentando, especialmente seguindo as tendências de descentralização; as mulheres se envolveram na luta por melhorias em seus próprios bairros.

1.1.3 Planejamento para migrantes, minorias étnicas e pessoas com deficiência

A Nova Agenda Urbana dá atenção especial aos grupos marginalizados. Existem muitos grupos dentro das cidades que se enquadram na definição de marginalizado, com base em gênero, idade, capacidade, status de migração ou situação de moradia. Esta seção foca no planejamento para migrantes, refugiados e pessoas deslocadas, minorias étnicas e pessoas com deficiência, enquanto outros grupos são discutidos ao longo do manual.

A situação da migração é uma fonte significativa de vulnerabilidade, pois pode impactar severamente o acesso a serviços, habitação e oportunidades de subsistência. A Nova Agenda Urbana compromete os governos a "garantir o pleno respeito aos direitos humanos dos refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes, independentemente de seu status de migração, e apoiar suas cidades anfitriãs no espírito de cooperação internacional, levando em consideração as circunstâncias nacionais e reconhecendo que, embora o movimento de grandes populações para cidades represente uma variedade de desafios, ele também pode trazer contribuições sociais, econômicas e culturais significativas para a vida urbana" - **NAU 28**.

Em todo o mundo, cerca de 71 milhões de pessoas foram deslocadas de suas casas. Em 2019, aproximadamente 26 milhões de indivíduos foram identificados como refugiados, 41 milhões foram identificados como deslocados internos e 4 milhões de indivíduos eram requerentes de asilo (ACNUR, 2019). Os governos municipais e as autoridades locais estão frequentemente na linha de frente para receber, apoiar e integrar novos imigrantes e refugiados. A integração de migrantes, refugiados e pessoas deslocadas internamente é uma tarefa fundamental dos municípios e governos nacionais, especialmente porque a migração devido às mudanças climáticas deverá aumentar nas próximas décadas. Promover a inclusão social e econômica e, ao mesmo tempo, aumentar a coesão social entre as comunidades requer uma cooperação de governança multinível e processos multissetoriais inclusivos (uma abordagem com todo o governo e toda a sociedade).

As minorias étnicas e os povos indígenas em todo o mundo estão frequentemente sujeitos à exclusão

e discriminação. A Nova Agenda Urbana defende o princípio de que os governos devem buscar cumprir suas funções sem discriminação com base na etnia por meio de medidas que incluem o fortalecimento do diálogo e da participação pública e a promoção de instituições inclusivas e responsáveis pelo registro e governança de terras - **NAU 42, 104**.

A Nova Agenda Urbana promove políticas que atendam às necessidades das pessoas com deficiência e exige a adoção de medidas que facilitem seu acesso à moradia, transporte público, saúde, instalações, educação, tecnologias públicas de informação e comunicação, tanto em meio rural como urbano - **NAU 31, 36, 113, 148, 156**. Além disso, a Nova Agenda Urbana destaca a importância da capacitação de governos em todos os níveis e a necessidade de cooperação com a sociedade civil e instituições acadêmicas para integrar pessoas com deficiência nos processos de tomada de decisão do desenvolvimento urbano - **NAU 42, 48**.

Estima-se que 15 por cento da população mundial vive com alguma deficiência; este número chega a um total de 1 bilhão de indivíduos, um quinto dos quais (entre 110 e 190 milhões de pessoas) sofre de deficiências significativas (Banco Mundial, 2019a). De acordo com a publicação das Nações Unidas sobre Boas Práticas de Desenvolvimento Urbano Acessível, para 15 por cento da população mundial com deficiência, "as evidências disponíveis revelam uma falta generalizada de acessibilidade em ambientes construídos, de estradas e moradias a edifícios e espaços públicos. As evidências também revelam a falta de acessibilidade a serviços urbanos básicos, como saneamento e água, saúde, educação, transporte, resposta a emergências e desastres, construção de resiliência e acesso a informações e comunicações. Essas limitações contribuem muito para as desvantagens e marginalização enfrentadas pelas pessoas com deficiência, levando a taxas desproporcionais de pobreza, privação e exclusão" (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, 2016).

Felizmente, as evidências também mostram que projetar e construir infraestrutura urbana e serviços em conformidade com os princípios de "design universal" acessível e inclusivo adiciona um custo insignificante, o que significa que o planejamento da acessibilidade para pessoas com deficiência não é inacessível para países de baixa renda (Nações Unidas Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 2016).

Estima-se que 15 por cento da população mundial vive com alguma deficiência; este número chega a um total de 1 bilhão de indivíduos, um quinto dos quais (entre 110 e 190 milhões de pessoas) sofre de deficiências significativas (Banco Mundial, 2019a).

Diagrama 4: Planejamento para migrantes, minorias étnicas e pessoas com deficiência

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

PLANEJAMENTO PARA MIGRANTES, MINORIAS ÉTNICAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

71

milhões

foram deslocados de suas casas no final de 2018

26

milhões

identificados como refugiados

4

milhões

eram requerentes de asilo



15% da população mundial vive com alguma deficiência, este número totaliza 1 bilhão de pessoas.

PRINCÍPIOS



Direito à cidade

Os migrantes, refugiados e deslocados internos têm direito à cidade, que deve ser reforçado por meio de ações explícitas de acolhimento, inclusão e integração.



Design universal

O planejamento urbano acessível e com deficiência é um "design universal" e pode ser realizado em qualquer lugar.



Participação

A participação de pessoas com deficiência é essencial para o processo de desenvolvimento urbano.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Educação profissionalizante

Fortalecer a educação profissional para novos migrantes e pessoas deslocadas internamente.



Proteção no trabalho

Melhorar a proteção no trabalho.



Inclusão e Diversidade

Construir uma identidade de cidade baseada em valores de inclusão e celebrando a diversidade.



Cooperativas

Apoiar cooperativas e grupos de ajuda mútua que permitam que novos migrantes formem relacionamentos e redes.



Proteções sociais

Estender proteções sociais universais financiadas por impostos para minorias étnicas e povos indígenas.



Igualdade no trânsito

Planejar a igualdade no trânsito para grupos marginalizados e especialmente pessoas com deficiência.



Padrões de construção

Aplicar padrões que criem acessibilidade para pessoas com deficiência.

 **Princípios**

Os migrantes, refugiados e deslocados internos têm “direito à cidade”, que deve ser reforçado através de esforços explícitos de acolhimento, inclusão e integração. Migrantes e refugiados são cidadãos contribuintes das cidades em que habitam e devem ser incluídos e bem-vindos na vida pública da cidade em todos os níveis (UNESCO, 2016a).

O planejamento urbano acessível e inclusivo para deficientes físicos é um “design universal” e pode ser realizado em qualquer lugar. Isso significa que o desenvolvimento urbano pode e deve incluir a deficiência em todos os contextos, setores, marcos políticos e estruturas regulatórias. A Figura 7 mostra a importância do transporte acessível para pessoas com deficiência. Quando “projetamos para as minorias”, “projetamos para todos”, e isso beneficia a todos (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, 2016).

A participação de pessoas com deficiência é essencial. As pessoas com deficiência e as organizações que lideram são partes interessadas, detentores de direitos e agentes do processo de desenvolvimento urbano.

 **Ações ilustrativas**

Fortalecer a educação profissional para migrantes, refugiados e pessoas deslocadas internamente. A educação profissional permite que os migrantes, especialmente aqueles de contextos rurais, adquiram as habilidades de que precisam para serem contratados nas cidades. Além disso, os governos devem apoiar ativamente as pequenas empresas e o empreendedorismo nas comunidades de imigrantes e refugiados, inclusive por meio do fornecimento de financiamento comercial e assistência técnica.

Melhorar a proteção do trabalho. Os migrantes em situação vulnerável são suscetíveis à exploração laboral devido à sua situação precária, falta de educação formal ou competências linguísticas. Os migrantes sem documentos correm o risco específico de aplicar estratégias de enfrentamento pouco saudáveis para a sobrevivência. Por exemplo, um estudo sobre a migração rural-urbana na China observou que uma grande porcentagem de trabalhadores migrantes em Nanjing eram incapazes de articular seus direitos; muitos também não haviam assinado nenhum tipo de contrato com seus

empregadores. As cidades devem tomar medidas para garantir que as indústrias em que os migrantes trabalham sejam regidas por políticas que protejam os trabalhadores e garantam sua integração na sociedade e na economia em geral (Chunyan, 2011).

Construir uma identidade urbana baseada em valores de inclusão e celebração da diversidade, incluindo a diversidade de migrantes, refugiados, pessoas deslocadas internamente e minorias étnicas. Apoiar comunidades e ONGs na criação de espaços que possibilitem o diálogo, o encontro intercultural e a celebração cultural. Dedicar recursos para apoiar esses esforços (UNESCO, 2016a; UNU-GCM, 2014).

Apoiar o engajamento da sociedade civil, cooperativas e grupos de ajuda mútua que permitem que os recém-chegados criem relações e redes. Cozinhas e espaços comunitários, clubes esportivos e cooperativas de crédito podem ajudar a construir capital social para migrantes

A educação profissional permite que os migrantes, especialmente aqueles de contextos rurais, adquiram as habilidades de que precisam para serem contratados nas cidades.

Figura 7: O transporte público deve ser acessível para pessoas com deficiência.



© Diane Diederich / iStock

que às vezes são excluídos das oportunidades econômicas e da inclusão social. Esses serviços podem ser especialmente importantes para migrantes que também são minorias étnicas e indivíduos que vivem em moradias informais.

Estender proteções sociais universais financiadas por impostos para minorias étnicas e povos indígenas. Devido aos altos níveis de segregação e discriminação, as minorias étnicas e os povos indígenas são frequentemente empregados no setor informal e, portanto, são excluídos das proteções sociais baseadas em contribuições de emprego (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, 2018).

Planejar a igualdade no trânsito para grupos marginalizados e especialmente pessoas com deficiência. A acessibilidade no trânsito exige que as instalações, vias de entrada, conexões e serviços sejam fisicamente acessíveis e que o custo de uso do trânsito seja acessível. Transporte público acessível requer que todos os segmentos de uma viagem sejam bem conectados, acessíveis e baratos. Na estação de trem Southern Cross de Melbourne, um novo "sistema de navegação por farol" permite que os usuários recebam sinais de áudio em seus smartphones, que fornecem instruções e alertas sobre interrupções na escada rolante, entre outras informações (Salman, 2018).

Fortalecer padrões de construção acessíveis, leis e mecanismos de aplicação. À medida que novos ambientes urbanos são construídos e os existentes são renovados, os governos devem aplicar padrões que criem acessibilidade para pessoas com deficiência. A aplicação é essencial para institucionalizar essas normas.

O Quadro 3 explica como Toronto fez mudanças em suas divisões de serviços comunitários para integrar imigrantes na tomada de decisões.

1.1.4 Planejamento sensível à idade

A Nova Agenda Urbana reconhece a importância do planejamento sensível à idade, tanto para os jovens quanto para os idosos, como um componente que proporciona acesso e possibilita a participação de todos os grupos marginalizados em todas as áreas do desenvolvimento urbano. A Nova Agenda Urbana se compromete a abordar

Quadro 3: Região metropolitana de Toronto promovendo mudanças nas comunidades: respostas inovadoras

Desafios Em 1996, Toronto estava passando por grandes transições comunitárias, com um número crescente de imigrantes da Ásia, América Latina, África e Caribe. As comunidades étnico-raciais de Toronto representavam 3 por cento de sua população em 1961 e ultrapassavam os 50 por cento em 2001, tornando-a uma das cidades mais multiculturais do mundo.

Ação Em resposta à diversificação da população na região metropolitana de Toronto, o governo fez seis alterações em suas divisões de serviços comunitários. Ele se concentrou em habitação, lares para idosos, um comitê consultivo, conselho residencial e um comitê de família e voluntários para criar responsabilidade pela comunidade e garantir a confiança da comunidade na prestação de serviços.

Essas divisões foram eficazes devido a uma combinação de princípios aplicados em sua implementação. O primeiro era a flexibilidade para mudar e fazer melhorias dentro de uma estrutura estratégica e apropriada. A missão e as orientações estratégicas da Housing Company foram revisadas para garantir que atendessem às novas necessidades das comunidades. Essa revisão resultou em um plano de envolvimento dos residentes que incluiu inquilinos, funcionários da linha de frente, membros da diretoria e agentes comunitários, em um esforço para mudar a cultura. A organização poderia responder a um cenário em mudança por meio do estabelecimento de fundos flexíveis, como a política de acesso multicultural para doações e o Fundo de Acesso Etno-racial e Aborígine, que realocou fundos com base nas necessidades da comunidade.

Em segundo lugar, essas mudanças integraram representantes de todas as comunidades à tomada de decisões. Por exemplo, a Casa para Idosos desenvolveu um comitê consultivo comunitário com um sistema de voluntariado que aumentou com sucesso as pesquisas sobre a qualidade do atendimento domiciliar. Comitês estabelecidos recrutaram membros de comunidades etnoraciais para fazerem parte de seus conselhos e participarem como funcionários e voluntários.

Terceiro, a cidade priorizou a prestação de contas entre a equipe política e as comunidades e a colaboração efetiva com as partes interessadas. Os Serviços Sociais criaram políticas, procedimentos e protocolos claros que estavam disponíveis para clientes, funcionários e parceiros da comunidade, resultando em uma troca autêntica de informações e um compromisso com objetivos compartilhados. Além disso, a programação era inerentemente sensível à cultura. Para atender às necessidades de todos os grupos raciais e culturais, o grupo de trabalho de Relações Raciais determinou políticas anti-racismo para programas de cuidados infantis, bem como o desenvolvimento de treinamento anti-racismo para funcionários, administradores e diretores de programas.

Fonte: ONU-Habitat

as múltiplas formas de discriminação enfrentadas por, entre outros, mulheres e meninas, crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas que vivem com HIV/AIDS, pessoas idosas, povos indígenas e comunidades locais”- **NAU 20**. Também compromete-se a “promover o acesso igualitário à infraestrutura física e social básica sustentável para todos, sem discriminação, incluindo terrenos com serviços acessíveis, habitação, energia moderna e renovável, água potável e saneamento seguros, alimentos seguros, nutritivos e adequados, eliminação de resíduos, sustentável mobilidade, saúde e planejamento familiar, educação, cultura e tecnologias de informação e comunicação. Além disso, nos comprometemos a garantir que esses serviços atendam aos direitos e necessidades “dos idosos e de todos os outros grupos vulneráveis e marginalizados - **NAU 20, 34**.

Os governos municipais precisarão ajustar a prestação de serviços às mudanças demográficas em todo o mundo. Nos países da OCDE, espera-se que 25,2 por cento da população terá mais de 65 anos em 2050, enquanto as cidades nesses países abrigam atualmente 43,7 por cento das pessoas mais velhas. Com base na média da OCDE, é mais provável que os idosos ocupem áreas interiores urbanas do que núcleos internos (OCDE, 2015). A Nova Agenda Urbana também destaca a necessidade de um planejamento voltado para a idade no que diz respeito à segurança no trânsito, mobilidade e acesso ao transporte; inclusão de partes interessadas na formação de processos de governança; e no diálogo cívico - **NAU 113, 114, 148, 155. ODS 11** também afirma a importância de dar atenção especial às necessidades de acesso dos idosos nas áreas-alvo para um transporte seguro e acessível e acesso a espaços verdes e públicos - **Metas ODS 11.2, 11.7**. O **ODS 11.2** visa “fornecer acesso a sistemas de transporte seguros, baratos, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança no trânsito, principalmente através da expansão do transporte público, com atenção especial às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoas idosas”. O **ODS 11.7** trata de fornecer “acesso a espaços verdes e públicos seguros e inclusivos” até 2030.

Em relação à força de trabalho, Maestas et al. (2016) usam dados históricos dos Estados Unidos para demonstrar que para cada 10 por cento de aumento na proporção de pessoas mais velhas, a taxa de crescimento do PIB per capita diminui 5,5

por cento, resultante da queda na produtividade e do crescimento mais lento da força de trabalho (Maestas et al., 2016). O envelhecimento apresenta uma série de desafios, incluindo uma perda de receita local, um envelhecimento da oferta de trabalho, um aumento nos gastos públicos com saúde, infraestrutura e adaptação à forma urbana, isolamento social e acessibilidade habitacional. No entanto, há uma série de oportunidades que podem ser abordadas como resultado, incluindo o desenvolvimento de novas tecnologias centradas nos idosos, mudanças no design e na forma urbana que podem resultar em maior acessibilidade para todos, trabalho voluntário e desenvolvimento de capital social para os idosos. e a reimaginação do setor público por uma população maior.

A Nova Agenda Urbana também reconhece particularmente as necessidades e os direitos das crianças e jovens. Ela compromete os governos

Os governos municipais precisarão ajustar a prestação de serviços às mudanças demográficas em todo o mundo.

Figura 8: As cidades devem ser projetadas para acomodar pessoas idosas.



© iStock Getty Images

Diagrama 5: Planejamento sensível à idade



SUSTENTABILIDADE SOCIAL PLANEJAMENTO SENSÍVEL À IDADE

25,2%

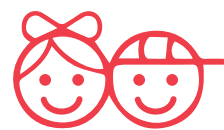
da população deve ter mais de 65 anos, em média, nos países da OCDE.



Os idosos são mais propensos a ocupar áreas rurais urbanas do que núcleos internos nos países da OCDE, em média.

1.2B

Jovens de 15 a 24 anos representaram uma em cada seis pessoas em todo o mundo em 2015.



Nos países em desenvolvimento, os jovens representam 30% da população.

PRINCÍPIOS



Planejamento holístico

O planejamento para o envelhecimento deve ser holístico e multissetorial; as cidades devem começar seu processo de planejamento com uma visão.



Sensível a crianças

A segurança e as necessidades das crianças devem ser incorporadas em todos os aspectos do planejamento e desenvolvimento urbano.



Ambiente construído

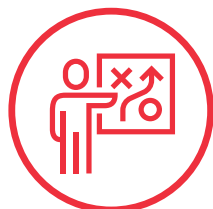
O ambiente construído é um fator importante para a qualidade de vida dos idosos, bem como a comunicação consistente e a prestação de serviços no setor público.



Desenvolvimento positivo da juventude

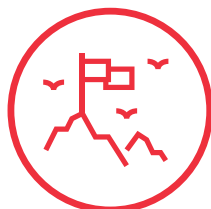
Princípios como a consideração de necessidades holísticas de bem-estar devem ser priorizados na programação focada na juventude urbana.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Indicadores

Desenvolver indicadores para medir o impacto do envelhecimento na sociedade e o acesso relativo aos serviços.



Aprendizagem contínua

Promover uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, onde o voluntariado e as oportunidades de educação estejam disponíveis para os idosos.



Habitação a preços acessíveis

Fornecer habitação acessível e multigeracional para residentes idosos.



Habilidades para indústrias emergentes

Preparar os jovens para entrar em novos mercados de trabalho.



Conectar empregadores e jovens

Criar centros de informação e redes para conectar empregadores e jovens.

a “promover um ambiente seguro, saudável, inclusivo e protegido nas cidades e assentamentos humanos, permitindo que todos vivam, trabalhem e participem da vida urbana sem medo de violência e intimidação, levando em consideração que mulheres, meninas e crianças e jovens e pessoas em situações vulneráveis são frequentemente afetadas”, a “promover o acesso dos jovens à educação, desenvolvimento de habilidades e emprego para alcançar maior produtividade e prosperidade compartilhada em cidades e assentamentos humanos” e a promover “iniciativas de desenvolvimento de capacidade para empoderar e fortalecer as habilidades e aptidões” de crianças e jovens - **NAU 39, 62, 155.**

De acordo com as Nações Unidas, havia 1,2 bilhão de jovens com idades entre 15 e 24 anos em todo o mundo em 2015, o que representa uma em cada seis pessoas. Esses números estão crescendo, principalmente nos países em desenvolvimento, onde em muitos lugares os jovens representam 30 por cento da população. Para os jovens, será essencial que as cidades e as nações planejem o futuro econômico de longo prazo. Sem oportunidades de emprego e educação, os jovens podem acabar como “nem-nem” (sem emprego, educação ou formação). No Peru, cerca de um quinto dos jovens urbanos vivia neste estado; na Tunísia, cerca da mesma proporção de meninos são “nem-nem”, e a proporção é ainda maior para meninas (Making Cents International 2015). De acordo com as métricas que acompanham o progresso do Objetivo 8 de Desenvolvimento Sustentável da ONU - **ODS 8** - Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos - globalmente, o desemprego juvenil é três vezes a taxa de emprego global agregada. Os municípios precisarão se concentrar em fornecer oportunidades de emprego e educação para os jovens para garantir a estabilidade das economias.



Princípios

O ambiente construído é um fator importante para a qualidade de vida dos idosos; também importantes são a comunicação consistente e a prestação de serviços do setor público. As mudanças na forma urbana e na acessibilidade para os idosos têm o potencial de beneficiar uma população maior. A tecnologia da informação, além da infraestrutura física, é outro componente da acessibilidade.

Comprometer-se com um planejamento urbano que atenda às crianças. A segurança e as necessidades das crianças devem ser incorporadas em todos os aspectos do planejamento e desenvolvimento urbano. As crianças devem ser entendidas como partes interessadas e envolvidas em processos de desenvolvimento e avaliações.

Usar os princípios de “Desenvolvimento Positivo da Juventude”. Princípios como considerar as necessidades holísticas de bem-estar, promover a igualdade de gênero, promover a participação dos jovens e alavancar a tecnologia e a inovação devem ser priorizados na programação focada na juventude urbana (Making Cents International 2015).

Fazer uma abordagem holística para construir capital humano. Os formuladores de políticas e prestadores de serviços devem buscar enfrentar os desafios e as questões de capacidade dos sistemas de educação urbana em um esforço para apoiar os jovens em seu desenvolvimento como futuros trabalhadores.



Ações ilustrativas

Desenvolver indicadores para medir o impacto do envelhecimento na sociedade e o acesso relativo aos serviços. Alguns dos indicadores sugeridos pela OCDE (2015) são o número de pessoas por faixa etária que precisam de serviços de suporte de saúde, número de oportunidades e porcentagem de participação em atividades recreativas e culturais, taxa de participação no trabalho por gênero e faixa etária, despesas com moradia para idosos pessoas, número de passageiros no transporte por idade e sexo, e assim por diante. Os indicadores podem ser desenvolvidos na fase de visão (OCDE, 2015).

De acordo com as Nações Unidas, havia 1,2 bilhão de jovens com idades entre 15 e 24 anos em todo o mundo em 2015, o que representa uma em cada seis pessoas em todo o mundo. Esses números estão crescendo, principalmente nos países em desenvolvimento, onde em muitos lugares os jovens representam 30 por cento da população.

Promover uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, em que o voluntariado e as oportunidades de educação estejam disponíveis para os idosos.

Essa estratégia não apenas melhorará a qualidade de vida dos idosos, mas também os vínculos e relações intergeracionais dentro das comunidades. Essas atividades também podem fortalecer o capital social. Por exemplo, em Lisboa, Portugal, a cidade opera uma Universidade Sênior, onde idosos voluntários podem assistir e dar aulas (OCDE, 2015).

Oferecer moradia multigeracional a preços acessíveis para idosos.

Embora a moradia para idosos seja frequentemente associada a imagens de centros de repouso segregados por idade ou comunidades para idosos, desenvolver moradia acessível para idosos que também seja multigeracional pode melhorar a qualidade de vida dos idosos e daqueles que interagem com eles. Por exemplo, em Colônia, Alemanha, a moradia compartilhada é oferecida a estudantes universitários e idosos; ambos são capazes de criar conexões multigeracionais ao mesmo tempo em que obtêm acesso à habitação (OCDE, 2015).

Fornecer treinamento profissionalizante em indústrias emergentes para jovens. À medida que os setores de tecnologia da informação crescem, os jovens devem estar preparados para entrar em empregos que ainda não existem. Por exemplo, a iniciativa Digital Jobs Africa de Rockefeller está procurando treinar jovens em seis países para que estejam preparados para entrar nos mercados emergentes de trabalho impulsionados pela tecnologia e informação da África (Goldin, 2016).

Criar centros de informação e redes para conectar empregadores e jovens.

Para que os jovens busquem uma formação adequada e ingressem no mercado de trabalho, devem estar atentos às áreas e setores de oportunidade. Da mesma forma, empregadores e líderes da indústria devem ser capazes de se conectar com programas de treinamento de jovens.

O Quadro 4 resume a abordagem de Hong Kong para o tratamento de pessoas idosas.

Quadro 4: Políticas urbanas atentas aos idosos de Hong Kong

Hong Kong tem uma abordagem extremamente progressista em relação à participação e política dos idosos. Existem duas entidades principais que trabalham com o envelhecimento da sociedade em Hong Kong: a Comissão de Idosos do município e uma ONG chamada Hong Kong Housing Society (HKHS). A Comissão de Idosos é um grupo consultivo que busca obter segurança, manutenção da saúde e ambientes facilitadores para pessoas idosas (Chang e Cao, 2015). O HKHS visa melhorar as barreiras físicas para pessoas que estão envelhecendo, como mudanças de nível e portas estreitas dentro de casa (Lui, 2015). O município estabeleceu uma estrutura de três pontos para o cuidado dos idosos:

1. Segurança de vida, incluindo necessidades sociais, financeiras e físicas à medida que as pessoas envelhecem.
2. Manutenção da saúde, incluindo esforços pessoais e saúde suplementar e serviços sociais fornecidos pelo governo.
3. Ambiente propício para a participação social.

Mais do que mera política, Hong Kong desenvolveu iniciativas para criar bairros propícios aos idosos, bem como deu passos importantes para implementar algumas iniciativas em colaboração com ONGs e organizações religiosas. A estrutura dos seus programas é totalmente de baixo para cima, garantindo um nível de apoio inerente à iniciativa. Este programa foi bem-sucedido porque abordou o problema desde o nível da comunidade. Os programas foram baseados na construção de parcerias com os idosos e enfatizaram seus papéis como tomadores de decisão e participantes.

Fonte: ONU- Habitat

1.2 Sustentabilidade econômica

A sustentabilidade econômica se refere ao princípio da Nova Agenda Urbana de “garantir economias urbanas sustentáveis e inclusivas”. Os governos podem alcançar a sustentabilidade econômica “alavancando os benefícios da aglomeração de uma urbanização bem planejada, incluindo alta produtividade, competitividade e inovação; promovendo o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; garantindo a criação de empregos decentes e igualdade de acesso para todos a recursos e oportunidades econômicas e produtivas; e prevenindo a especulação imobiliária, promovendo a posse segura da terra e administrando a redução urbana, quando apropriado”.

A sustentabilidade econômica é uma meta importante da Nova Agenda Urbana. Ele reconhece o crescimento econômico sustentável e inclusivo com empregos decentes para todos como um elemento-chave do desenvolvimento urbano sustentável - **NAU 43**. Além disso, a Nova Agenda Urbana prevê as cidades como lugares para oportunidades iguais, que permitem aos cidadãos viver vidas produtivas e prósperas - **NAU 43**. A Nova Agenda Urbana se compromete a aumentar a produtividade econômica, proporcionando à força de trabalho “acesso a oportunidades de geração de renda, conhecimento, habilidades e instalações educacionais que contribuam para uma economia urbana inovadora e competitiva” - **NAU 56**. Também se compromete a aumentar a produtividade econômica por meio de empregos e “trabalho decente” e oportunidades de subsistência nas cidades e assentamentos humanos. Ela destaca a importância da transição da força de trabalho informal nas cidades para o setor formal. O ODS 11 estabelece a intenção de promover vínculos econômicos positivos entre áreas urbanas, periurbanas e rurais por meio do fortalecimento do planejamento do desenvolvimento nacional e regional - **Meta ODS 11.A**.

A Nova Agenda Urbana se compromete a aumentar a produtividade econômica, proporcionando à força de trabalho “acesso a oportunidades de geração de renda, conhecimento, habilidades e instalações educacionais que contribuam para uma economia urbana inovadora e competitiva” - NAU 56.

Figura 9: Mulheres vendendo frutas no centro de Porto Príncipe, Haiti.



O valor da produção econômica de uma cidade em relação à sua força de trabalho é medido pelo produto interno bruto (PIB) e é aumentado na melhor alocação dos fatores de produção por sua produtividade. A produtividade pode ser descrita por meio de vários indicadores econômicos; a produção das empresas dentro de um município (frequentemente expressa como PIB per capita), bem como os ganhos e salários individuais podem servir como indicadores para comparar diferentes jurisdições (Glaeser e Xiong, 2017). A alta produtividade econômica pode ocorrer em grandes propriedades com produção industrial em áreas rurais, mas no nível urbano não pode ser alcançada sem urbanização; o desenvolvimento econômico no Ocidente e o rápido desenvolvimento do Leste Asiático ocorreram no contexto da urbanização (Hommann e Lall, 2019). Ela permite que a mão de obra passe do setor agrícola para setores produtivos mais diversificados, incluindo manufatura e serviços. O Grupo Banco Mundial (2015) descreve níveis escalonados de produção para assentamentos individuais: inicialmente, as cidades mercantis onde os bens produzidos localmente são comercializados têm PIBs per capita inferiores a US\$ 2.500. Por meio da industrialização e da urbanização, as cidades podem se desenvolver a ponto de atingir um PIB per capita de mais de US\$ 20.000. Para que as cidades tenham valores de PIB acima de US\$ 20.000, o setor de serviços, a tecnologia e as indústrias de inovação devem ser cultivados (World Bank Group, 2015). A alta produtividade é essencial para o desenvolvimento e crescimento de longo prazo, bem como para a participação no mercado global. Normalmente, as indústrias de exportação que são comercializadas globalmente estão localizadas em centros urbanos de alta densidade (Glaeser e Xiong, 2017).

Como componentes-chave da sustentabilidade econômica, a Nova Agenda Urbana destaca a) Criação de empregos e meios de subsistência e b) Produtividade e competitividade. A Figura 9 ilustra um exemplo de empreendedorismo feminino ao gerar renda e contribuir para a renda familiar em um país em desenvolvimento.

1.2.1 Criação de empregos e meios de subsistência

As cidades são essenciais para a criação de empregos e a melhoria dos meios de subsistência (Bourdic, Kamiya e Salat 2017). A Nova Agenda Urbana reconhece os vínculos entre boa urbanização e criação de empregos, oportunidades de subsistência e melhoria da qualidade de vida, exigindo sua inclusão em todas as políticas de renovação urbana. Em vários casos, a NAU enfatiza a necessidade de criar "empregos decentes". Ela se compromete a "sustentar e apoiar as economias urbanas para uma transição progressiva para maior produtividade por meio de setores de alto valor agregado, promovendo a diversificação, atualização tecnológica, pesquisa e inovação, incluindo a criação de empregos decentes e produtivos de qualidade, inclusive por meio da promoção de indústrias culturais e criativas, turismo sustentável, artes cênicas e atividades de preservação do patrimônio, entre outros" - **NAU 60**.

Além disso, ela "destaca os vínculos entre a boa urbanização e a criação de empregos, oportunidades de subsistência e melhoria da qualidade de vida, que devem ser incluídos em todas as áreas urbanas" - **NAU p. iv**. Isso significa que uma boa estratégia urbana inclui estratégias para a criação de empregos e melhores oportunidades de subsistência para alcançar a prosperidade compartilhada.

Para isso, a Nova Agenda Urbana recomenda o desenvolvimento de economias urbanas inclusivas, "aproveitando o potencial endógeno, vantagens competitivas, patrimônio cultural e recursos locais, bem como infraestrutura eficiente e resiliente em termos de recursos, promovendo o desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo e o consumo sustentável e padrões de produção e promoção de um ambiente favorável para negócios e inovação, bem como meios de subsistência" - **NAU 45**.

Por meio da industrialização e da urbanização, as cidades podem se desenvolver a ponto de atingir um PIB per capita de mais de US\$ 20.000.

Diagrama 6: Criação de empregos e meios de subsistência



SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

CRIAÇÃO DE EMPREGOS E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

PRINCÍPIOS



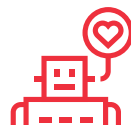
Crescimento do emprego

As exportações e os gastos do governo não são suficientes para impulsionar a geração de empregos, o consumo privado será o principal impulsionador do crescimento do emprego nos próximos anos.



Desenvolvimento de política

Uma estratégia sólida de desenvolvimento econômico inclui as partes interessadas no desenvolvimento de políticas.



Automação

A automação está mudando a natureza dos empregos em todo o mundo.



Empregos de baixa qualificação

Empregos de baixa qualificação são tão importantes quanto os de alta qualificação.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Capital humano

Desenvolver o capital humano.



Financiamento

Desenvolver oportunidades de financiamento.



Infraestrutura digital

Construir infraestrutura digital para permitir serviços e comércio.



Automação

Adotar a automação e aproveitá-la para criar empregos melhores e mais bem pagos.



Setores de crescimento

Conectar-se e a outros setores de "crescimento", como infraestrutura, energia renovável, educação e assim por diante, para a criação de empregos.



Princípios

As exportações e os gastos do governo não são suficientes para impulsionar a criação de empregos; o consumo privado será o principal impulsionador do crescimento do emprego nos próximos anos.

O crescimento mais forte aparentemente ocorre nos setores de serviços, como saúde, finanças, educação, transporte e entretenimento. Nos países em desenvolvimento, o grande setor informal pode limitar o consumo devido à falta de acesso a crédito para fazer investimentos em habitação, educação ou negócios (Augustinraj et al., 2018).

Uma estratégia sólida de desenvolvimento econômico inclui as partes interessadas na formulação de políticas.

As cidades que buscam expandir os setores existentes e cultivar novos devem trabalhar com as partes interessadas do setor para compreender suas necessidades e requisitos na formulação de políticas e programas. As cidades devem ser deliberadas neste processo e compreender seus setores e negócios-alvo, bem como os custos e benefícios de trabalhar com diferentes tipos de negócios. A formulação de políticas considerando as necessidades de grandes empresas multinacionais pode resultar em grandes aportes de capital e investimento, enquanto a consultoria com pequenas e médias empresas (PMEs) pode levar ao cultivo de talentos locais e empregos de qualidade, além da cidade e identidade cultural. Compreender as relações intramunicipais é a chave para a implementação; por exemplo, uma estratégia de vizinhança ou de base espacial pode ser particularmente eficaz no auxílio às PMEs devido à sua dependência de relacionamentos entre si e com os fornecedores (Kuah, 2002). Nos países em desenvolvimento, as cidades também devem consultar os trabalhadores dos setores informais para determinar as formas pelas quais a atividade econômica informal já incorporada pode ser formalizada e apoiada (PNUD, 2016).

A automação está mudando a natureza dos empregos em todo o mundo. As tecnologias de automação (inteligência artificial e robótica) serão fundamentais para elevar a produtividade e o crescimento econômico, ao mesmo tempo que geram benefícios econômicos significativos para os países. De acordo com o McKinsey Global Institute (2017), cerca de metade de todas as atividades de trabalho no mundo poderia ser automatizada, mas estima-se que a proporção de trabalho que será realmente deslocada até 2030 seja menor. Isso ocorre porque

fatores técnicos, econômicos e sociais afetarão a adoção. O McKinsey Global Institute (2017) examinou cenários em 46 países e descobriu que a automação impacta os empregos de maneira diferente em diferentes países: as economias avançadas serão mais afetadas pela automação do que os países em desenvolvimento.

Empregos de baixa qualificação são tão importantes quanto os de alta qualificação.

Embora a maioria dos governos se concentre na criação de empregos "tecnológicos" com altos salários, os trabalhadores menos qualificados e, em sua maioria, informais também devem ser considerados contribuintes para a economia.



Ações Ilustrativas

Desenvolver o capital humano. As cidades devem se esforçar para desenvolver as habilidades, o treinamento e a capacidade dos membros de suas reservas de mão de obra. As cidades também podem fornecer treinamento e redes de apoio para empreendedores e proprietários de pequenas e médias empresas; O desenvolvimento de capital

As tecnologias de automação (inteligência artificial e robótica) serão fundamentais para elevar a produtividade e o crescimento econômico, ao mesmo tempo que geram benefícios econômicos significativos para os países.

Figura 10: Uma mulher fazendo batik em Bali, Indonésia.



© Rana Amirtahmasebi

humano baseado em habilidades ou resultados foi considerado especialmente eficaz (Frese e outros, 2011). O investimento na educação e no treinamento da maior população municipal é especialmente crucial para as cidades que viram influxos populacionais adicionais e pode ser uma forma pela qual os migrantes são integrados em economias urbanas maiores. Em nível local, programas em nível de bairro e iniciativas especiais podem ser de interesse para áreas atrasadas (Dutton, Lindsay e McQuiad 2007). O capital humano também pode precisar ser desenvolvido por meio de intervenções institucionais. Por exemplo, na União Europeia, as cidades secundárias em países não centrais não têm instituições, capital ou recursos para se reinventarem para atrair novas indústrias terciárias. Intervenções ou parcerias com órgãos governamentais internacionais ou universidades podem ser um meio de desenvolvimento econômico nesses casos, especialmente para cidades que sofrem os efeitos da desindustrialização (Kinossian 2018).

Desenvolver oportunidades de financiamento.

Além do treinamento de habilidades, os proprietários de negócios e empreendedores podem precisar de acesso a capital ou crédito para estimular empreendimentos ou o desenvolvimento de mercados. Os municípios podem desenvolver centros de desenvolvimento de negócios, programas de empréstimos e subsídios e oportunidades de assistência técnica e visibilidade pública para PMEs, e podem moldar esses serviços de maneira programática em torno dos setores de interesse (Grupo do Banco Mundial 2015b). Para cidades com muitos negócios de propriedade de migrantes, pode haver interesse em reduzir os custos de transação associados a remessas e transações financeiras entre países (Maimbo e Ratha 2005).

Construir infraestrutura digital para viabilizar serviços e comércio.

Alguns dos serviços que mais crescem no mundo são aqueles que utilizam tecnologias digitais. O comércio eletrônico é um bom exemplo, com uma receita anual global estimada de US\$ 22 trilhões. Na China, a participação do comércio eletrônico no consumo aumentou de 3 para 15 por cento de 2010 a 2017, e prevê-se que seja responsável por mais de 40 por cento do crescimento do consumo até 2020. Na Índia, enquanto a infraestrutura física continua atrasada em relação aos padrões mundiais, a infraestrutura digital cresceu consideravelmente devido às inovações no setor de telecomunicações (Augustinraj 2018).

Adotar a automação e aproveitá-la para criar empregos melhores e mais bem pagos.

Um relatório da McKinsey estimou que entre 400 milhões e 800 milhões de pessoas em todo o mundo podem perder empregos devido à automação até 2030 (McKinsey Global Institute 2017). As cidades devem desenvolver estratégias para ajudar na transição dos trabalhadores para empregos de alta tecnologia, ao mesmo tempo que fornecem suporte de renda para os trabalhadores que perderam o emprego devido à automação. O treinamento profissional no meio da carreira e a redistribuição do trabalhador serão cruciais, e os modelos educacionais e de treinamento da força de trabalho terão que se adaptar aos aprimoramentos de automação e tecnologia.

Para criar novos empregos, é importante conectar-se a outros setores de "crescimento", como infraestrutura, energia renovável, educação e assim por diante.

Estima-se que, globalmente, haja a necessidade de investir cerca de 3,8 por cento do PIB anualmente, ou uma média de US\$ 3,3 trilhões por ano, para preencher lacunas de infraestrutura (Garemo e outros 2016). Historicamente, os governos gastam pouco nos setores de infraestrutura e construção, que têm potencial para criar milhões de empregos. Esses tipos de empregos incluem arquitetura, engenharia, construção especializada e empregos menos qualificados. Da mesma forma, as cidades podem investir no setor de energia renovável (eólica e solar, tecnologias de eficiência energética e assim por diante) (McKinsey Global Institute 2017).

1.2.2 Produtividade e competitividade

A Nova Agenda Urbana se compromete a "aumentar a produtividade econômica, conforme apropriado, proporcionando à força de trabalho acesso a oportunidades de geração de renda, conhecimento, habilidades e instalações educacionais que contribuam para uma economia urbana inovadora e competitiva. Também nos comprometemos a aumentar a produtividade econômica por meio da promoção de emprego pleno e produtivo, trabalho decente e oportunidades de subsistência nas cidades e assentamentos humanos"- **NAU 56**. Produtividade e competitividade estão relacionadas ao conceito de "cidade competitiva", que é o que facilita o investimento estrangeiro, a criação de empregos, aumento da produtividade e aumento da renda (Kilroy e Mukim 2015).

Estima-se que, globalmente, haja uma necessidade de investir cerca de 3,8 por cento do PIB anualmente, ou uma média de US\$ 3,3 trilhões por ano, para preencher lacunas de infraestrutura (Garemo e outros 2016).

A relação entre produtividade e urbanização é produzida por economias de aglomeração, que agrupam serviços, famílias e recursos. Um dos princípios da Nova Agenda Urbana é “garantir economias urbanas sustentáveis e inclusivas, aproveitando os benefícios da aglomeração de uma urbanização bem planejada, incluindo alta produtividade, competitividade e inovação” - **NAU 14. b.**

A aglomeração permite que os trabalhadores vivam mais perto de seus empregos e tenham acesso a oportunidades educacionais, ao mesmo tempo que permite que as empresas tenham acesso a fornecedores, mercados de consumo e mão de obra. Por meio da aglomeração, a produtividade geral aumenta. Esse efeito pode ser demonstrado quantitativamente, embora a magnitude do efeito de aglomeração varie consideravelmente com base na forma urbana, indústria, habilidades de trabalho e educação, prestação de serviços de infraestrutura e equidade espacial, e assim por diante. Como tal, é difícil traduzir os resultados de cidade para cidade em estudos empíricos (Graham, Melo e Noland 2009). Por exemplo, Chauvin e outros (2017) descobriram que a alta densidade está positivamente associada aos ganhos em um estudo de prefeituras chinesas, mas um estudo do Banco Mundial de países da América Latina e do Caribe não encontrou uma relação forte entre densidade e produtividade (Ferreira e Roberts 2018). Além da densidade pura, a proximidade e a conectividade também são essenciais para o empreendedorismo e a inovação, pois o talento e os recursos se aglomeram em ambientes urbanos (Glaeser e Xiong 2017).

A aglomeração permite às empresas escolher entre um grupo maior de mão-de-obra e os trabalhadores podem ser mais bem adaptados aos empregos para os quais são adequados (Andersson, Burgess e Lane 2007). Porter (1998) propôs a noção de “clustering industrial” e competitividade, um conceito que se baseia em cadeias de valor e cadeias de abastecimento e foi de particular interesse à medida que o mundo se tornou cada vez mais globalizado. As empresas podem formar clusters onde os trabalhadores adequados estão localizados. Esse discurso se

refere às indústrias terciárias e de alta tecnologia, onde trabalhadores altamente qualificados e redes empresariais podem facilitar o crescimento de vários negócios semelhantes. Fornecedores comuns e cadeias de suprimentos também podem produzir esse efeito de agrupamento; e o acesso à informação e a concentração da demanda do consumidor podem garantir o sucesso de um grupo de negócios (Martin e Sunley 2003).

Assim, para colher os benefícios da aglomeração, as cidades devem investir no desenvolvimento do capital humano por meio da educação e do treinamento de habilidades, além de abordar a igualdade espacial e as questões de acesso. Os efeitos exatos da aglomeração e sua magnitude diferem entre regiões e países. Por exemplo, Chauvin e outros (2017) descobriram que a aglomeração está ligada a aumentos salariais nos Estados Unidos e no Brasil, mas essa ligação é muito mais forte na Índia e na China (Chauvin e outros, 2017). Seus efeitos também diferem entre as indústrias (Glaeser e Xiong 2017). Finalmente, o conceito de aglomeração é frequentemente associado a imagens de megacidades ao redor do mundo, enquanto as cidades secundárias estão se tornando cada vez mais importantes neste discurso (Roberts 2014).

Os ganhos de produtividade associados ao agrupamento e à maior densidade podem ser compensados por externalidades negativas, como congestionamento e falta de prestação de serviços públicos para populações em crescimento. Em termos gerais, as cidades estão continuamente tendo que lidar com os efeitos econômicos positivos da aglomeração e os efeitos negativos do congestionamento (Grover e Lall 2015). Essas questões levaram as autoridades públicas a desviar o desenvolvimento para outro lugar ou impor limites de crescimento ou barreiras para áreas de urbanização (Goswami, Grover e Lall 2016). Holisticamente, quanto maior o escopo e a capacidade de implementação dos governos locais, mais provável é que a prestação de serviços de infraestrutura e as políticas e programas voltados para o desenvolvimento econômico sejam bem-sucedidos (Grupo Banco Mundial 2015).

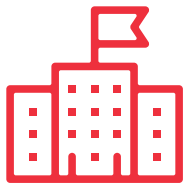
A aglomeração permite que os trabalhadores vivam mais perto de seus empregos e tenham acesso a oportunidades educacionais, ao mesmo tempo que permite que as empresas tenham acesso a fornecedores, mercados de consumo e mão de obra. Por meio da aglomeração, a produtividade geral aumenta.

Diagrama 7: Produtividade e competitividade



SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

PRINCÍPIOS



Vantagem comparativa

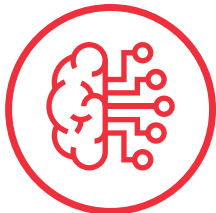
As cidades têm uma vantagem comparativa a ser aproveitada.



Indústrias diversas

Existe valor no desenvolvimento de diversos setores. As cidades que dependem de uma única indústria são mais vulneráveis às mudanças na economia.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Regulamentos inteligentes

Desenvolver regulamentações inteligentes e serviços governamentais voltados para o desenvolvimento econômico.



Infraestrutura e uso do solo

Planejar o desenvolvimento da infraestrutura e o uso da terra corretamente.



Cadeias de valor

Prolongar as cadeias de valor e desenvolver as indústrias trabalhando ativamente com as empresas.



Princípios

As cidades têm uma vantagem comparativa a ser aproveitada. As cidades estão imbuídas de vantagens próprias para a produção, devido à frequente abundância de recursos naturais, reservas de talentos ou configurações espaciais. Por exemplo, cidades com recursos naturais e caráter histórico podem se tornar pólos turísticos com o desenvolvimento de infraestrutura adequada. As cidades não precisam necessariamente se desenvolver buscando atrair indústrias “populares”, como biotecnologia e farmacêutica, para ser competitivas e criar empregos. As atividades econômicas existentes podem ser estimuladas e cultivadas por meio de treinamento profissional, apoio ao desenvolvimento de negócios ou melhorias de infraestrutura (consulte a seção Ações Ilustrativas abaixo). Os componentes informais ou subutilizados de uma economia urbana podem ser apoiados e formalizados por meio dos governos municipais. Bens e serviços comercializáveis, ao contrário de empregos no varejo e no serviço público, são importantes para que as cidades se tornem e permaneçam competitivas (Kilroy e Mukim 2015).

Existe valor no desenvolvimento de diversos setores.

As cidades que dependem de uma única indústria são mais vulneráveis às mudanças na economia. Por exemplo, nos Estados Unidos, o movimento dos fabricantes de automóveis resultou na falência municipal e outros problemas de planejamento financeiro em cidades manufatureiras antes prósperas, como Detroit (Kilroy e Mukim 2015). No mundo em desenvolvimento, a diversificação da indústria por meio da urbanização é um componente essencial da resiliência econômica, social e ambiental geral. Por exemplo, as populações rurais e periurbanas em Bangladesh, que são particularmente dependentes da produção agrícola, experimentam grave instabilidade durante eventos climáticos extremos (Banco Mundial 2019b).



Ações Ilustrativas

Desenvolver regulamentações e serviços governamentais inteligentes. Os regulamentos devem ser voltados para o desenvolvimento econômico para encorajar o desenvolvimento e a participação de várias indústrias. Por exemplo, incentivos fiscais para PMEs podem encorajar a entrada em mercados e ajudar as empresas existentes. Como

outro exemplo, reduzir as barreiras para adquirir os principais insumos de produção, como terrenos industriais ou comerciais, também pode estimular o crescimento e a entrada no mercado. O licenciamento para empresas também pode ser de interesse para setores que uma autoridade local está tentando desenvolver. Processos governamentais claros e transparentes, como serviços online, também podem ajudar os proprietários de negócios a receber licenças, revisar a legislação de uso da terra e compreender os regulamentos específicos do setor. Por exemplo, Kigali desenvolveu um processo e um centro simplificados para atrair investimento estrangeiro, com base em um programa originalmente desenvolvido em Nairóbi (Grupo do Banco Mundial 2015). As zonas de oportunidades e empreendimentos designadas nos países em desenvolvimento também podem permitir o envolvimento estrangeiro direto no desenvolvimento de áreas urbanas e estimular o investimento.

Planejar o desenvolvimento da infraestrutura e o uso da terra corretamente.

As cidades devem se esforçar para fornecer serviços de infraestrutura de maneira equitativa em todo o município. O planejamento do uso da terra e outros elementos de planejamento espacial também são essenciais para garantir que os municípios sejam mais bem configurados para atrair e sustentar o desenvolvimento econômico. Além disso, o planejamento não deve se limitar à coordenação dentro de um único município. A aglomeração também pode ocorrer regionalmente sob a alçada de vários governos municipais que estão ligados entre si. Ellis e Roberts (2016) descobriram que, no Sul da Ásia, as cidades têm se expandido tanto individualmente quanto como cinturões e regiões. A coordenação entre as autoridades municipais para a prestação de serviços de infraestrutura e o planejamento do uso da terra também é essencial para garantir o crescimento e a produtividade a longo prazo (Ellis e Roberts 2016). As cidades precisam ser devidamente equipadas para a prestação de serviços de infraestrutura de forma a apoiar as indústrias existentes e atrair capital e investimento de outros lugares. As parcerias público-privadas (PPPs) podem ser aproveitadas para ajudar os governos na prestação de serviços, mas devem ser consideradas com cautela, especialmente para governos que não são capazes de supervisionar adequadamente a prestação de serviços por entidades com fins lucrativos. As autoridades independentes do setor público financiadas por taxas de usuário também podem ser usadas para financiar melhorias de infraestrutura (Glaeser e Xiong 2017).

As cidades precisam ser devidamente equipadas para a prestação de serviços de infraestrutura para apoiar as indústrias existentes e atrair capital e investimento de outros lugares.

Por exemplo, o desenvolvimento chinês nas últimas três décadas incluiu a captura do valor da terra para converter terras rurais em terras urbanizadas, ao mesmo tempo que transferia trabalhadores agrícolas rurais para mão de obra industrial mais especializada e de maior produtividade. Esta urbanização em massa usou mecanismos de captura de valor da terra para tirar meio bilhão de indivíduos da pobreza e financiar a infraestrutura para desenvolver ainda mais as áreas urbanas à medida que crescem (Banco Mundial, Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Conselho de Estado, República Popular da China 2014). Este sucesso não se deve ao adensamento ou urbanização, mas sim ao planejamento infraestrutural associado a essa urbanização.

Prolongar as cadeias de valor e desenvolver as indústrias. As cidades podem ter uma vantagem comparativa na produção de um determinado bem, mas podem não ser capazes de levá-lo para o mercado internacional. Por exemplo, em Agona Swedru, um município de Gana, os proprietários de negócios produzem produtos agrícolas, mas poucos podem levar seus produtos para os mercados de exportação devido às ligações fracas entre

os componentes de produção, processamento, financiamento e administração. Os governos podem encorajar o alongamento dessas cadeias de valor trabalhando ativamente com empresas e grupos da indústria, bem como com organizações sem fins lucrativos. A governança da cadeia de valor e o planejamento deliberado por associações privadas e pelo setor público podem identificar as necessidades individuais dos produtores e fornecer assistência técnica e financeira para expandir e desenvolver indústrias individuais. No caso de Agona Swedru, o desenvolvimento de um sistema de certificação permitiria aos proprietários de negócios acessar os mercados.

O envolvimento de empresas multinacionais nas cadeias de abastecimento das PMEs também pode ser um meio pelo qual as empresas podem entrar nos mercados globais. Em outro lugar na Cidade do Cabo, na África do Sul, a cidade financia promotores individuais para indústrias de interesse, incluindo artesanato e têxteis. Esses promotores atuam como convocadores para artesãos e empresas individuais (Grupo Banco Mundial 2015b).

As cidades podem ter uma vantagem comparativa na produção de um determinado bem, mas podem não ser capazes de levá-lo para o mercado internacional.



Homem indo ao mercado na Índia. © Rawpixel / Envato Elements

1.3 Sustentabilidade ambiental

A sustentabilidade ambiental refere-se ao princípio da Nova Agenda Urbana de que os governos podem alcançar a sustentabilidade ambiental “promovendo energia limpa e uso sustentável da terra e dos recursos no desenvolvimento urbano, protegendo os ecossistemas e a biodiversidade, incluindo a adoção de estilos de vida saudáveis em harmonia com a natureza, promovendo o consumo sustentável e padrões de produção, construindo resiliência urbana, reduzindo riscos de desastres e mitigando e adaptando às mudanças climáticas” - NAU 14. c.

A questão da sustentabilidade ambiental está presente em toda a Nova Agenda Urbana. Ela apela para o desenvolvimento de cidades que “protejam, conservem, restaurem e promovam seus ecossistemas, água, habitats naturais e biodiversidade, minimizem seu impacto ambiental e mudem para padrões de consumo e produção sustentáveis” - **NAU 13. h**. Ela enfatiza a importância da sustentabilidade ambiental ao promover energia limpa e uso sustentável da terra e dos recursos, proteção dos ecossistemas e da biodiversidade e consumo e produção sustentáveis. A Nova Agenda Urbana apela à construção da resiliência urbana reduzindo o risco de desastres, mitigando as alterações climáticas e adaptando-se aos seus impactos - **NAU 14. c**.

O **ODS 11** estabelece várias metas de sustentabilidade ambiental para a criação de assentamentos urbanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. De forma mais ampla, o **ODS 11** estabelece a intenção de “reduzir o impacto ambiental per capita adverso das cidades, inclusive prestando atenção especial à qualidade do ar e à gestão de resíduos municipais e outros” - Meta **ODS 11.6**. Com relação às mudanças climáticas e resiliência, estabelece uma meta para as cidades adotarem planos integrados de mitigação e adaptação e resiliência a desastres - **Meta ODS 11.B**. Por fim, o **ODS 11** expressa a intenção de

“apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, na construção de edifícios sustentáveis e resilientes utilizando materiais locais” - **Meta ODS 11.C**.

As cidades estão no centro das questões ambientais que o mundo enfrenta. Autoridades urbanas e formuladores de políticas administram os recursos fundiários e ambientais, ambos essenciais para a sustentabilidade de longo prazo dos assentamentos humanos e as ligações benéficas entre o ambiente natural e o construído. A gestão inteligente dos recursos, o planejamento do uso da terra deliberado e as políticas rígidas de preservação do meio ambiente podem ser determinantes da saúde pública, qualidade de vida e coesão social. Além disso, as cidades contribuem para as mudanças climáticas e, portanto, podem ser instrumentos eficazes na redução das emissões e, ao mesmo tempo, são vulneráveis aos impactos climáticos e, portanto, precisam se adaptar.

Em todo o mundo, as áreas urbanas contêm uma alta concentração de pessoas e ativos. Elas produzem mais de 80% do PIB global e ações oportunas para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas podem ter externalidades positivas tremendas. Por exemplo, em cidades costeiras, o custo de adaptação é um décimo do custo das consequências se não houver ação. Nas cidades costeiras, o aumento do nível do mar junto com tempestades e outros eventos climáticos podem forçar centenas de milhões de pessoas para fora de suas casas, com um custo total para as áreas urbanas costeiras de mais de US\$ 1 trilhão a cada ano até 2050 (Centro Global de Adaptação e WRI 2019) Enquanto as ações de mitigação visam minimizar o aquecimento global por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa, adaptação é um conjunto de ações que fortalecem uma cidade para os impactos das mudanças climáticas.

Este princípio tem três elementos importantes: a) Biodiversidade e Conservação de Ecossistemas, b) Resiliência e Adaptação às Mudanças Climáticas e c) Mitigação das Mudanças Climáticas.

Autoridades urbanas e formuladores de políticas administram os recursos fundiários e ambientais, ambos essenciais para a sustentabilidade de longo prazo dos assentamentos humanos e as ligações benéficas entre o ambiente natural e o construído.

1.3.1 Biodiversidade e conservação do ecossistema

A biodiversidade e a conservação do ecossistema são considerações essenciais no desenvolvimento urbano sustentável. A Nova Agenda Urbana alerta sobre ameaças sem precedentes devido à perda de biodiversidade - **NAU 63**, e chama atenção especial para a conservação e proteção da biodiversidade e dos ecossistemas urbanos - **NAU 14. c**. Ela pede "consideração especial aos deltas urbanos, áreas costeiras e outras áreas ambientalmente sensíveis, destacando sua importância como provedores de ecossistemas de recursos significativos para transporte, segurança alimentar, prosperidade econômica, serviços ecossistêmicos e resiliência" - **NAU 68. O ODS 11** fala sobre a conservação do ecossistema através da dedicação de recursos à conservação do patrimônio natural - "fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo" - **Meta ODS 11.4**.

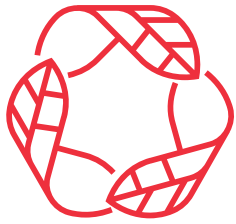
A preservação dos ecossistemas naturais e os serviços que eles prestam estão fundamentalmente ligados à expansão urbana e à expansão da área territorial nas cidades. Pesquisadores do Seto Lab da Universidade de Yale encontraram uma série de "hot spots" ecologicamente ricos, ameaçados pela atual trajetória de expansão de cidades ao redor do mundo. Cidades em expansão e a erosão e degradação do solo causadas por este tipo de urbanização ameaçam muitas espécies ameaçadas e em perigo iminente (Huang, McDonald e Seto 2018).

A perda de biodiversidade também tem consequências para os moradores urbanos e periurbanos. A degradação dos ecossistemas naturais pode resultar em maior instabilidade econômica e risco ambiental, especialmente para famílias que já vivem na pobreza e aquelas que vivem em zonas periurbanas. A urbanização informal e não planejada pode aumentar o risco de desastres naturais, como inundações, deslizamentos de terra e incêndios. As

A Nova Agenda Urbana alerta sobre ameaças sem precedentes devido à perda de biodiversidade - NAU 63, e chama atenção especial para a conservação e proteção da biodiversidade e dos ecossistemas urbanos - NAU 14. c.

Figura 11: Em Seul, Coreia do Sul, a recriação do rio Cheonggyecheon foi um projeto de revitalização urbana que também desencadeou a conservação da biodiversidade e do ecossistema. O projeto criou um ambiente urbano agradável com água limpa e habitats naturais. Várias espécies de peixes, pássaros e insetos começaram a voltar e o rio ajudou a resfriar a temperatura das áreas próximas.



Diagrama 8: Biodiversidade e conservação do ecossistema

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DO ECOSISTEMA

PRINCÍPIOS



Estratégia de desenvolvimento urbano

A biodiversidade e a proteção do ecossistema são elementos essenciais de uma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável.



Análise científica

Análises técnicas e estudos científicos são essenciais para o desenvolvimento de uma visão sólida e de objetivos de proteção da biodiversidade.



Partes interessadas

O planejamento da biodiversidade urbana deve incluir as vozes das partes interessadas, especialmente aquelas que estão diretamente envolvidas com os ecossistemas de interesse.



Planejamento multissetorial

Para obter sucesso, soluções integradas e iniciativas de planejamento multissetoriais que integram o ambiente natural e construído devem ser consideradas.



Conservação

Conservar áreas naturais e ativos fornecendo serviços ambientais críticos por meio de gestão e planejamento do uso da terra.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Ambiente construído

Introduzir elementos naturais em ambientes construídos.



Serviços de ecossistemas

Coletar dados para catalogar os serviços do ecossistema.



Áreas periurbanas

Abordar questões de degradação ambiental em áreas periurbanas.



Títulos de terra

Resolver ambiguidades de titulação de terras e desenvolvimento informal.



Incentivos

Desenvolver incentivos para que as partes interessadas cumpram os objetivos de preservação da biodiversidade e do ecossistema.



Avaliação ambiental

Exigir Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para todos os principais projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano.

populações mais pobres que vivem em periferias urbanas longe dos serviços públicos e recursos de mitigação de desastres serão as mais afetadas por esses eventos (Banco Mundial 2014b). Como tal, as seguintes estratégias devem ser consideradas pelos profissionais urbanos para preservar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos para o bem-estar social e ecológico.

Princípios

A biodiversidade e a proteção do ecossistema são elementos essenciais de uma estratégia de desenvolvimento urbano sustentável. O desenvolvimento de metas municipais de biodiversidade abrangentes, que podem estar relacionadas a uma estratégia nacional de biodiversidade mais ampla ou Estratégia e Plano de Ação Nacional de Biodiversidade (NBSAP), conforme delineado pela Convenção sobre Diversidade Biológica e as metas de Aichi (ver quadro 5), é um primeiro passo na proteção biodiversidade. Os formuladores de políticas devem harmonizar os órgãos municipais para cumprir as metas e garantir a biodiversidade e a manutenção das florestas e dos serviços ecossistêmicos. Este processo de criação de visão também pode ser conduzido sob a supervisão de uma estrutura de planejamento local. Por exemplo, Governos Locais para Sustentabilidade (ICLEI) propõe o desenvolvimento de uma Estratégia e Plano de Ação de Biodiversidade Local (LBSAP), que é um processo que as cidades podem seguir para vislumbrar metas de biodiversidade e desenvolver estratégias de implementação (Avlonitis e outros, 2012).

Análises técnicas e estudos científicos são essenciais para o desenvolvimento de uma visão sólida e de objetivos de proteção da biodiversidade. É necessário um processo de valoração do ecossistema para ajudar os profissionais a fazer um balanço dos elementos ecológicos de um município. De acordo com o Millennium Ecosystem Assessment (2005), os ecossistemas podem ser avaliados de várias maneiras, incluindo seu valor de provisionamento direto (valor econômico e de uso direto), seu valor regulatório (adaptação e valor de resiliência a desastres), valor cultural e valor de apoio (valor para servindo um nicho em um sistema ecológico maior). Existem vários métodos pelos quais os serviços de avaliação de ecossistemas podem ser conduzidos. A orientação pode ser encontrada no

Quadro 5: As Metas de Aichi

- ➔ Meta estratégica A:** Abordar as causas subjacentes da perda de biodiversidade integrando a biodiversidade no governo e na sociedade
- ➔ Meta estratégica B:** Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável
- ➔ Meta estratégica C:** Melhorar o status da biodiversidade, salvaguardando ecossistemas, espécies e diversidade genética
- ➔ Meta estratégica D:** Aumentar os benefícios da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para todos
- ➔ Meta Estratégica E:** Melhorar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão do conhecimento e construção de capacidade

Fonte: Convenção sobre Diversidade Biológica

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP 2016). Essas análises também podem orientar os processos de planejamento, permitindo que os municípios identifiquem recursos ecológicos importantes e suas funções, ao mesmo tempo que formam a base para a formulação de políticas e programas. A avaliação pode ser integrada às estratégias de planejamento do uso da terra de longo prazo e aos processos de revisão do desenvolvimento.

O planejamento da biodiversidade urbana deve incluir as vozes das partes interessadas, especialmente aquelas que estão diretamente envolvidas com os ecossistemas de interesse. Os formuladores de políticas devem formar grupos de trabalho das partes interessadas para garantir que as partes que realizam atividades formais e informais em áreas periurbanas compreendam a importância da biodiversidade e as maneiras pelas quais suas ações afetam positiva e negativamente os serviços ecossistêmicos (Borelli e outros 2016). As populações periurbanas são especialmente vulneráveis aos riscos ambientais, porque não têm acesso às comodidades do ambiente construído. Incluir essas populações também pode criar resiliência social.

Existem vários métodos pelos quais os serviços de avaliação de ecossistemas podem ser conduzidos. A orientação pode ser encontrada no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP 2016).

Para obter sucesso, soluções integradas e iniciativas de planejamento multissetoriais que integram o ambiente natural e construído devem ser consideradas. A gestão ecológica também pode ser acompanhada por estratégias para melhorar a qualidade de vida, estabilidade habitacional ou resiliência social. Por exemplo, um esforço de reflorestamento pode ser combinado com um programa de reforma habitacional para atender a um objetivo maior de resiliência costeira (Fundo Verde do Clima do PNUD 2017).

Conservar áreas naturais e ativos fornecendo serviços ambientais críticos por meio de gestão e planejamento do uso da terra. A expansão urbana e a falta de planejamento do uso da terra resultaram na destruição de habitats e pântanos nos arredores de muitas cidades costeiras. As áreas úmidas são vitais para proteger o meio ambiente e a saúde pública; elas atuam como amortecedores, filtram a poluição, recarregam os aquíferos subterrâneos, absorvem as águas das enchentes e as protegem, além de fornecer habitat para espécies vegetais e animais. Um estudo do Banco Mundial, em colaboração com o Governo do Sri Lanka, revelou que restaurar e reabilitar as áreas úmidas atuais poderia ajudar a absorver até 40 por cento da água durante enchentes (Grupo do Banco Mundial 2018). As cidades devem ter como meta conservar suas áreas úmidas urbanas e periurbanas e desenvolver estratégias abrangentes para sua proteção.



Ações Ilustrativas

Introduzir elementos naturais em planos para ambiente construído. Métodos de planejamento e gerenciamento de ecologia da paisagem e infraestrutura verde são estratégias essenciais para o gerenciamento de sistemas hídricos sustentáveis. O PNUMA fornece uma série de estratégias que podem ser aplicadas dentro do ambiente construído, incluindo espaços verdes, reconstrução de áreas úmidas e barreiras ribeirinhas. Projetar com a natureza em mente será especialmente importante em áreas propensas a desastres, para mitigar os efeitos de enchentes e eventos climáticos extremos (UNEP 2014). Padrões de design, incentivos e projetos-piloto podem ajudar neste esforço para integrar o "design com a natureza".

Coletar dados para catalogar os serviços do ecossistema. Conduzir um processo de

mapeamento de serviços ecossistêmicos para desenvolver um inventário abrangente de serviços ecossistêmicos e elementos florestais nas cidades. Utilizar esses dados em processos de planejamento em nível de bairro e cidade; determinar se há políticas ou códigos de zoneamento que podem contar com esses dados para auxiliar na tomada de decisões e no planejamento espacial (Borelli e outros 2016).

Abordar questões de degradação ambiental em áreas periurbanas. Zonas tampão e corredores verdes dentro de áreas periurbanas podem ajudar a estabilizar ecossistemas ameaçados e restaurar serviços ecológicos (UNEP 2014). A conservação dos recursos naturais existentes também pode encorajar a densificação e preenchimento, o que é benéfico para o fornecimento de recursos e tanto a adaptação quanto a mitigação do clima (Banco Mundial 2010).

Resolver ambiguidades de titulação de terras e desenvolvimento informal. As áreas periurbanas informais e pobres não têm acesso a serviços públicos e títulos de propriedade claros. Dessa forma, a urbanização e a expansão ocorrem de forma que piora a qualidade de vida, torna os moradores vulneráveis aos riscos ambientais e aos efeitos da degradação e não incentiva o adensamento ou a sustentabilidade ambiental. A proteção da biodiversidade e dos recursos ecológicos está relacionada à formalização de serviços e posse da terra, bem como à inclusão significativa de assentamentos informais em processos de planejamento mais amplos (Torres 2008).

Desenvolver incentivos para que as partes interessadas cumpram as metas de preservação da biodiversidade e do ecossistema. Borelli e outros (2016) sugerem subsídios, redução de impostos, portarias ou incentivos de crédito para proprietários ou profissionais que mantêm ou contribuem com florestas urbanas, espaços verdes e corredores ciliares (Torres 2008). Incentivos ou intervenções programáticas para as populações periurbanas - como restauração de pântanos, proteção da costa ou reflorestamento - também podem servir a objetivos ecológicos mais amplos, ao mesmo tempo que envolvem membros da comunidade e seus meios de subsistência nos processos de planejamento.

Exigir uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para todos os principais projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano. A AAE é considerada uma ferramenta fundamental para integrar

Zonas tampão e corredores verdes dentro de áreas periurbanas podem ajudar a estabilizar ecossistemas ameaçados e restaurar serviços ecológicos (UNEP 2014).

considerações ambientais e sociais em políticas, planos e programas. A AAE é um grupo de abordagens que se encontra em um continuum. Enquanto uma extremidade se concentra na análise de impacto, a outra extremidade é fixada na avaliação institucional. Ela é desenvolvida para integrar as preocupações ambientais em três níveis de tomada de decisão estratégica: plano, programa e política (Banco Mundial 2013). Alguns países desenvolveram suas próprias versões da AAE. Nos Estados Unidos, o National Environmental Policy Act (NEPA) exige que todos os projetos financiados pelo governo federal passem por uma avaliação de impacto ambiental e, se forem encontrados impactos significativos, que preparem uma declaração de impacto ambiental que forneça alternativas menos prejudiciais ao meio ambiente. Muitos países exigem legalmente procedimentos de revisão ambiental semelhantes para grandes projetos de desenvolvimento. No entanto, ao invés de simplesmente atuar como um mecanismo de inventário, os processos de AAE devem exigir esquemas de desenvolvimento alternativos se impactos adversos forem identificados. Os governos municipais devem integrar as avaliações ambientais ao planejamento do uso da terra e ao plano diretor.

1.3.2 Resiliência e adaptação às mudanças climáticas

A Nova Agenda Urbana menciona a adaptação e a resiliência urbana várias vezes. Sobre a adaptação, pede o compromisso de “apoiar o processo de planejamento de adaptação de médio a longo prazo, bem como avaliações de vulnerabilidade e impacto climático das cidades, para informar planos de adaptação, políticas, programas e ações que construam a resiliência dos habitantes urbanos, inclusive através do uso de adaptação baseada no ecossistema” - **NAU 80**.

Adaptação é definida como o “ajuste nos sistemas naturais ou humanos em resposta a estímulos climáticos, reais ou esperados, ou seus efeitos, que moderam os danos ou exploram oportunidades benéficas” (UNFCCC). Resiliência pode ser definida como a “habilidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a perigos de resistir, absorver, acomodar e se recuperar dos efeitos de um perigo de maneira oportuna e eficiente através da preservação e restauração de seus elementos básicos essenciais estruturas e funções

”(UNISDR e WMO 2012). Enquanto a adaptação se refere a como as práticas atuais devem mudar para se ajustar às mudanças nas condições, a resiliência se refere às práticas sociais, econômicas e ambientais que permitem a uma área urbana resistir aos efeitos das mudanças nas condições e das mudanças climáticas. Inclui os setores sociais e econômicos, bem como a adaptação e a redução do risco de desastres. A Nova Agenda Urbana se compromete a “melhorar a resiliência das cidades a desastres e mudanças climáticas, incluindo inundações, riscos de seca e ondas de calor, para melhorar a segurança alimentar e nutricional, saúde física e mental e qualidade do ar doméstico e do ambiente, para reduzir o ruído e promover cidades, assentamentos humanos e paisagens urbanas atraentes e habitáveis e priorizar a conservação de espécies endêmicas” - **NAU 67**.

A Nova Agenda Urbana se compromete a seguir o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015–2030. O Marco foi o primeiro grande acordo da agenda de desenvolvimento pós-2015 e fornece aos Estados Membros ações concretas para proteger os ganhos de desenvolvimento do risco de desastre (UNDRR 2019b). Ele prioriza a compreensão do risco de desastres, o desenvolvimento de capacidade para lidar com a preparação e recuperação de desastres e o investimento em medidas de adaptação para reduzir os riscos e construir resiliência (UNDRR 2019b). As perdas econômicas em todo o mundo

Adaptation is defined as the “adjustment in natural or human systems in response to actual or expected climatic stimuli or their effects, which moderates harm or exploits beneficial opportunities” (UNFCCC).

Figura 12: Gestão da erosão costeira, Criccieth, North Wales, Reino Unido



© JRichard Allaway / Flickr

decorrentes de desastres foram de US\$ 140 bilhões em 2015; (UNDRR 2019a) A mudança climática só aumentará a frequência e a intensidade dos desastres naturais, além de ter efeitos prejudiciais na qualidade de vida cotidiana. Os riscos serão agravados especialmente para as populações vulneráveis com recursos limitados para preparação e recuperação. Dadas essas previsões, os governos precisarão se adaptar a um clima em mudança e desenvolver planos de contingência para desastres e "novos padrões" em relação às condições de vida, desempenho da infraestrutura, planejamento setorial e gestão de recursos.

O **ODS 11** também articula uma meta em torno do apoio às cidades na adoção de planos de adaptação, mitigação, resiliência e alívio de desastres, bem como a adesão ao Marco de Sendai: "Aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, eficiência de recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015–2030, gestão holística de risco de desastres em todos os níveis" - **Meta ODS 11.B.**

O ODS 11 também articula uma meta em torno do apoio às cidades na adoção de planos de adaptação, mitigação, resiliência e alívio de desastres, bem como a adesão ao Marco de Sendai.

Figura 13: Em Ahmedabad, Índia, a cidade construiu um muro ao longo do rio Sabarmati para evitar inundações e proteger o meio ambiente da degradação. Esta parede foi autofinanciada criativamente, treinando a largura do rio existente para 275 metros, a fim de recuperar aproximadamente 200 hectares de terra ribeirinha. De acordo com a proposta, 20 por cento das terras recuperadas seriam vendidas para financiar todo o custo do projeto, enquanto o restante seria usado para novas ruas, parques e desenvolvimento de outras comodidades cívicas. Uma característica fundamental desta proposta foi um passeio contínuo ao longo das margens leste e oeste do rio.



Diagrama 9: Resiliência e adaptação às mudanças climáticas



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL RESILIÊNCIA E ADAPTAÇÃO À MUDANÇA CLIMÁTICA

PRINCÍPIOS



Redução de risco

Desenvolver políticas de redução de risco para abordar os riscos setoriais e financeiros para a resiliência urbana.



Desenvolver cenários

Calibrar as políticas em torno de riscos bem caracterizados e explicados, com acordo entre as partes interessadas.



Planejamento específico do setor

Os riscos devem ser considerados no contexto de indústrias e setores específicos.



Capacidade institucional

As políticas e instituições devem ter a resposta a desastres incorporada nas práticas de governança; práticas de planejamento e recuperação de desastres devem ser feitas de modo que aumentem a capacidade cívica e institucional.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Estratégia de resiliência

Desenvolver uma estratégia de resiliência em toda a cidade.



Desenvolver cenários

Calibrar as políticas em torno de riscos bem caracterizados e explicados, com acordo entre as partes interessadas.



Risco de desastres

Desenvolver ações políticas específicas para cada categoria de risco de desastre.



Financiamento de adaptação

Entender o financiamento de adaptação como um investimento e explorar os diversos fluxos de apoio disponíveis.



Financiamento de recuperação

Planejar fundos de recuperação antes do surgimento de qualquer novo risco.



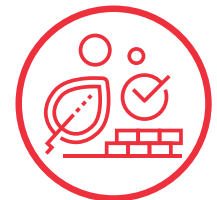
Sistemas de alerta precoce

Desenvolver sistemas de alerta e informação que sejam facilmente acessíveis a todos os membros do público.



Instituições

Preparar as instituições existentes para desastres.



Ambiente construído

Melhorar o ambiente construído e o estoque habitacional.



Princípios

Políticas de desenvolvimento urbano sustentável devem ser desenvolvidas considerando diretamente a redução de riscos, abordando os riscos setoriais e financeiros para uma maior resiliência urbana. As atividades econômicas estão relacionadas à capacidade de uma cidade de se adaptar e se recuperar. É fundamental integrar o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida às estratégias de planejamento da adaptação. Essas estratégias são especialmente importantes para a população pobre urbana. Priorizar estratégias de adaptação com co-benefícios econômicos pode melhorar as condições para as populações vulneráveis.

Políticas eficazes são calibradas em torno de riscos bem caracterizados e explicados, com acordo entre as partes interessadas. Os riscos devem ser considerados no contexto de vários cenários. Compreender os riscos e desenvolver cenários para calibrar os planos de adaptação ao clima e desastres de acordo com os riscos municipais. Conduzir modelagem para determinar os impactos econômicos e na saúde causados por eventos como secas, inundações, furacões, ondas de calor, incêndios florestais e outros desastres climáticos. É necessário analisar uma variedade de cenários e desenvolver respostas para cada um. Existem várias diretrizes que podem orientar a avaliação de risco. Folorunsho e outros (2009), em uma diretriz produzida para o Banco Mundial, descrevem um processo de três etapas, onde as cidades primeiro identificam os perigos climáticos, depois identificam as vulnerabilidades e, finalmente, determinam as capacidades adaptativas para lidar com os riscos para as populações, infraestrutura ou setores vulneráveis (Folorunsho e outros 2009).

Os riscos devem ser considerados no contexto de indústrias e setores específicos. Os processos de planejamento e financiamento de capital devem integrar previsões climáticas atualizadas aos processos de planejamento. Por exemplo, mudanças nas normas sazonais do setor agrícola exigirão mudanças adaptativas. O calor extremo e as tempestades exigirão infraestrutura de energia e redes elétricas mais resilientes. Embora nem todas essas mudanças possam ser tratadas pelos governos urbanos, os padrões ambientais que são resilientes às mudanças climáticas, como os padrões de construção e design, são da competência das cidades. As cidades devem encontrar maneiras de integrar cenários climáticos e impactos mais localizados, como os efeitos das ilhas de calor, nesses tipos de decisões de planejamento, em coordenação com os governos regionais e nacionais. A OCDE recomenda a Avaliação Ambiental Estratégica e outras técnicas de análise e políticas analíticas e participativas para avaliar sistematicamente os impactos potenciais de uma mudança climática dentro de setores individuais e para tomar decisões de planejamento (OCDE 2010); Os padrões de desempenho de edifícios, como Liderança em Energia e Projeto Ambiental (LEED), começaram a integrar a eficácia com que um edifício é capaz de reduzir as ilhas de calor para minimizar os impactos nos microclimas e nos habitats humanos. LEED é o sistema de classificação de edifícios ecológicos mais amplamente utilizado no mundo. Ele está disponível para todos os tipos de edifícios, fornecendo diretrizes para edifícios verdes saudáveis, altamente eficientes e econômicos (USGBC). O Urban Land Institute também publicou um recurso que descreve como avaliar quantitativamente o risco de infraestrutura para ativos críticos (Urban Land Institute 2015).

As cidades devem encontrar maneiras de integrar cenários climáticos e impactos mais localizados, como os efeitos das ilhas de calor urbanas, nesses tipos de decisões de planejamento, em coordenação com os governos regionais e nacionais.

As políticas e instituições devem ter resposta a desastres incorporada nas práticas de governança; o planejamento de desastres e as práticas de recuperação devem ser feitas de forma a aumentar a capacidade cívica e institucional.

- **Os governos devem incorporar liderança e capacidade institucional para resposta a desastres.** Desenvolver líderes dentro de agências municipais individuais e trabalhar para desenvolver planos de resposta a desastres no nível municipal. Os líderes governamentais nesta área de trabalho devem garantir que, em sua atuação como servidores públicos, eles sejam capazes de se envolver adequadamente com os bairros e grupos comunitários como parte do desenvolvimento de liderança e especialização.
- **A resposta a desastres e a recuperação dependem do conhecimento e do envolvimento da comunidade.** Contar com redes formais e informais de partes interessadas para desenvolver maior resiliência social. Fazer uso de plataformas de mídia digital para fins de comunicação de risco e engajamento público. Garantir que os membros mais vulneráveis da população estejam engajados em medidas e atividades adaptativas. Por exemplo, mulheres e crianças em países em desenvolvimento podem ser os mais afetados por eventos climáticos extremos e desestabilização econômica. A estruturação e o financiamento de esforços adaptativos em torno de grupos vulneráveis também podem estar a serviço de um progresso social mais amplo (OCDE 2010). Identificar as vulnerabilidades sociais existentes e entender como estão agrupadas espacialmente no município. Planejar os esforços de preparação para desastres para preparar as populações vulneráveis para riscos futuros. Por exemplo, áreas urbanas com pior qualidade do ar e maiores índices de doenças respiratórias serão mais vulneráveis a temperaturas extremas (Cidade de Los Angeles, 2019).

Figura 14: O furacão Katrina inundou Nova Orleans, EUA (antes e depois). Essas duas imagens do satélite Terra da NASA mostram as áreas afetadas. A imagem superior é de 2000 e a imagem inferior é de 2005. As partes inundadas da cidade que ainda estão debaixo d'água aparecem em azul escuro e as áreas que secaram aparecem em cinza azul claro. No lado esquerdo da imagem, o canal falhado da 17th Street marca uma fronteira nítida entre a cidade inundada a leste e a terra firme a oeste. As imagens cobrem uma área de 10,4 x 7,1 quilômetros.



© NASA / JPL



Ações Ilustrativas

Desenvolver uma estratégia de resiliência em toda a cidade. Integrada por 100 cidades resilientes, a estratégia de resiliência da cidade é um processo de seis a nove meses durante o qual uma cidade desenvolve uma melhor compreensão dos desafios enfrentados em resposta aos riscos econômicos, ambientais e sociais. Por meio desse processo, a cidade analisa sua capacidade de enfrentar esses desafios e fornece uma plataforma para reunir pessoas, projetos e prioridades agirem coletivamente nos desafios de resiliência. O resultado não é necessariamente um plano diretor ou um documento legal, mas sim uma estrutura para dar início aos esforços de resiliência. Por meio do programa, cidades ao redor do mundo, de Nova York e Medellín a Melbourne e Rotterdam, produziram suas primeiras estratégias de resiliência (100 Cidades Resilientes 2016). Os próximos passos para tornar esses documentos de estratégia mais tangíveis é empregar pessoas dedicadas para a preparação e implementação das ações prioritárias identificadas e comprometer o financiamento para garantir a longevidade das ações de planejamento para resiliência.

Desenvolver políticas de uso da terra para resiliência climática. Requer desenvolvimento de densidade mais baixa em zonas de risco potencial. Zoneamento e zonas de sobreposição podem especificar requisitos de resiliência para construção ou restringir novos desenvolvimentos. Para áreas com desenvolvimento residencial e comercial reduzidos, financie o desenvolvimento de espaços verdes, silvicultura e amortecedores naturais para proteger áreas mais desenvolvidas quando relevante para o perigo. Códigos e decretos de construção podem moldar novos empreendimentos para reduzir o risco em áreas propensas a desastres (Grannis 2011).

Desenvolver ações políticas específicas para cada categoria de risco de desastre. A lista abaixo fornece sugestões de planejamento e ferramentas de uso da terra que podem ser úteis para vários desastres.

Para zonas de inundação (via Grannis 2011):

- **Planos de adaptação local e processos de planejamento para envolver os membros da**

comunidade que vivem em zonas de risco de inundação. Os planos desenvolvidos de forma colaborativa podem fortalecer a adesão das partes interessadas e ajudar na tomada de decisão coletiva.

- **Restrições de desenvolvimento e especificações de código de construção.** Os municípios podem restringir o desenvolvimento em áreas de inundação potenciais, ao mesmo tempo que especificam medidas de resiliência a serem incluídas para novos edifícios nessas áreas.
- **Restrições de reconstrução.** Os municípios (ou governos nacionais que administram o financiamento de recuperação) podem especificar áreas perigosas onde o financiamento não será alocado para a reconstrução.
- **Processos de licenciamento que requerem ou incentivam infraestrutura cinza e verde.** As cidades podem exigir que, em áreas sujeitas a riscos, desenvolvedores em potencial implementem infraestrutura verde ou projetos de proteção contra tempestades.
- **Transferir direitos de desenvolvimento e aquisições públicas.**

Para áreas sujeitas a calor extremo (via Hoverter 2012):

- **Telhados brancos, verdes e calçadas.** As cidades podem incentivar a instalação de telhados brancos e verdes, oferecendo abatimentos ou créditos fiscais para novos empreendimentos. Licenças aceleradas e permissões para desenvolvimento mais denso também podem ser incentivos incorporados aos processos de planejamento. As cidades também podem usar leis e regulamentos para regular o novo desenvolvimento. Crie projetos de demonstração em edifícios de propriedade municipal. Considere famílias de renda baixa e média ou populações vulneráveis ao fornecer incentivos para proprietários de edifícios ou construtoras, de modo que as melhorias nas construções e práticas de construção de mitigação de calor não sejam fornecidas apenas para bairros de renda mais alta.

A estratégia de resiliência da cidade é um processo de seis a nove meses durante o qual uma cidade desenvolve uma melhor compreensão dos desafios enfrentados em resposta aos riscos econômicos, ambientais e sociais.

- **Silvicultura urbana.** Florestas urbanas e espaços verdes podem resfriar cidades significativamente. Eles podem ser financiados por meio de títulos, impostos ou doações dedutíveis de impostos. Os municípios também podem exigir requisitos para o plantio de árvores para novos empreendimentos. Eles podem incluir padrões de paisagismo existentes que podem ser modificados para a mitigação do calor (Hoverter 2012).

Para questões de seca e gestão de recursos (via Banco Mundial 2011):

- **Sistemas de captação de águas pluviais e pluviais em toda a cidade.** Uma melhor gestão dos sistemas de captação de águas pluviais e pluviais instalados em todo o município pode ajudar a conservar os recursos hídricos.
- **Sistemas de conservação e reutilização de água.** Desenvolver medidas de conservação e reaproveitamento da água.
- **Gestão do desenho da água subterrânea.** Desenvolver estruturas regulatórias para gerenciar a captação de água subterrânea, especialmente para fins industriais e agrícolas.
- **Gerenciamento de demanda.** Desenvolver sistemas de gestão de demanda para sistemas de água para evitar a escassez.
- **Sistemas municipais de armazenamento de alimentos.** Desenvolver melhores sistemas de armazenamento de alimentos em nível municipal para que os problemas agrícolas causados pela seca não resultem em escassez de alimentos.

Entender o financiamento para adaptação como um investimento e explore os diversos fluxos de apoio disponíveis. Desenvolver financiamento para medidas de adaptação em nível municipal. Para os países em desenvolvimento, os exemplos abaixo podem orientar o desenvolvimento de uma estratégia de investimento:

- **Fontes multilaterais de financiamento** estão disponíveis para iniciativas e projetos individuais. Os exemplos incluem o Fundo Global para o Clima, o Fundo Global para o Meio Ambiente e o Fundo para os Países Menos Desenvolvidos. Aproximadamente US\$ 168 milhões em financiamento multilateral relacionado ao clima foram fornecidos entre 2010 e 2014.

- Com relação a **empréstimos e crédito**, programas como a City Creditworthiness Academy também permitiram que os municípios se tornassem mutuários diretos, em vez de tomar empréstimos por meio de governos nacionais ou não ter acesso total ao crédito (ODI 2015). Para as cidades que têm acesso ao crédito, além dos títulos municipais, os títulos verdes categorizados ou designados podem ser do interesse de investidores voltados para o âmbito social (Herst e Levy 2018).

- **Impostos e sobretaxas** sobre o desenvolvimento imobiliário no nível municipal também podem ser usados para financiar medidas de adaptação. Por exemplo, sobretaxas sobre impostos de propriedade são usadas para financiar iniciativas de habitação a preços acessíveis; políticas semelhantes podem ser aplicáveis ou de interesse para medidas de adaptação municipais (Herst e Levy 2018). As sobretaxas nas apólices de seguro também podem financiar medidas de resiliência, em que a contribuição por propriedade reflete sua vulnerabilidade geral e risco climático (Herst e Levy 2018).

- **Taxas de águas pluviais ou taxas distritais especiais/encargos de resiliência** podem ser implementados para financiar melhorias na infraestrutura verde, barreiras contra enchentes e outros mecanismos. Qualquer fundo estabelecido por meio dessas fontes de financiamento também precisaria ter termos transparentes de alocação e governança para que a adaptação seja financiada de forma equitativa e por meio de um processo claro.

- Pode ser possível aproveitar o **financiamento do setor privado** ou encorajar o investimento em infraestrutura de proteção por meio de incentivos como créditos fiscais, incentivos ao desenvolvimento, abatimentos ou código de zoneamento e regulamentação do uso da terra.

O Quadro 6 apresenta o processo de planejamento participativo da resiliência implementado desde 2010 em Madagascar, Malawi, Moçambique e Comores.

Organizar fundos de recuperação antes do surto de qualquer novo risco. Além disso, o planejamento financeiro para adaptação, planos de contingência e fundos devem ser estabelecidos para a recuperação de desastres. Desenvolver

Uma melhor gestão dos sistemas de captação de águas pluviais e pluviais instalados em todo o município pode ajudar a conservar os recursos hídricos.

um fundo de recuperação de desastres e mecanismos de disseminação de fundos. O Banco Mundial (2018) fornece orientação detalhada sobre os tipos de fundos possíveis e onde o financiamento pode ser possível. Normalmente, para os municípios, a dependência de fundos de contingência do governo central e regional pode ser necessária após eventos de desastre de grande escala (Pigato 2018). Utilizar os princípios de "Build Back Better", onde os esforços de recuperação e reabilitação podem ser estruturados para construir capacidade adaptativa em áreas vulneráveis (UNDRR 2017).

Desenvolver sistemas de alerta e informação que sejam facilmente acessíveis a todos os membros do público para disseminar informações sobre enchentes, ondas de calor e assim por diante (Field e outros, 2012). Construir resiliência social e fornecer ao público acesso a instituições e serviços de emergência que possibilitem a comunicação e a coesão social. Permitir que membros do público desenvolvam seus próprios planos de gestão de desastres em nível de bairro ou desenvolvam suas próprias redes e tecnologias de informação.

Preparar as instituições existentes para desastres.

Os serviços de emergência e outros provedores de serviço público existentes devem estar preparados para clima e calor extremos. Observar que também será importante envolver outros setores para ajudar as populações vulneráveis. Assistentes sociais, auxiliares de saúde domiciliar e indivíduos que interagem com membros vulneráveis do público também devem estar envolvidos na preparação para desastres.

Melhorar o ambiente construído e o estoque habitacional.

Melhorar o estoque de moradias para melhor resistir a desastres naturais e condições climáticas extremas. Os processos de planejamento de infraestrutura que simultaneamente consideram a saúde pública, além do risco econômico, também podem ser úteis para garantir a proteção das populações vulneráveis. Telhados brancos, telhados verdes, pavimentos frios e iniciativas florestais podem reduzir o impacto do calor extremo. A infraestrutura de proteção contra inundações e o investimento em infraestrutura verde podem fornecer proteção contra tempestades e inundações costeiras. Utilizar incentivos (como programas de crédito tributário) para ajudar proprietários individuais com retrofits e melhorias de construção (Grannis 2011).

Quadro 6: Planejamento de Resiliência Participativa - Madagascar, Malawi, Moçambique e Comores (2010-presente)

Desafios No sul da África, a combinação de alta vulnerabilidade entre as grandes e crescentes populações urbanas pobres da região e o impacto de eventos climáticos cada vez mais extremos devido às mudanças climáticas criou uma necessidade urgente de resposta. Os países da região são afetados por vários perigos que levaram a desastres, incluindo secas, inundações e ciclones. Como consequência, milhares ficaram feridos, sem abrigo, sem segurança alimentar e sem acesso a água potável e medicamentos. Os impactos mais profundos e duradouros são sentidos pelos mais vulneráveis.

Ação Quatro países que experimentam efeitos graves dos mesmos perigos transfronteiriços - Madagascar, Malawi, Moçambique e a União das Comores-, juntaram forças com o ONU-Habitat para estabelecer um Centro Técnico para Gestão de Risco de Desastres, Sustentabilidade e Resiliência Urbana (DiMSUR). O Centro desenvolveu uma ferramenta, a City Resilience Action Planning, ou CityRAP, para facilitar o planejamento participativo de resiliência nas cidades. A metodologia do CityRAP reúne autoridades municipais, atores urbanos e comunidades. Eles conduzem conjuntamente uma série de atividades, em quatro fases, que inclui um curso intensivo sobre resiliência urbana, coleta e análise de dados, mapeamento participativo, discussões de grupos focais e exercícios de priorização que levam à identificação das ações mais importantes que a cidade precisa realizar para construir sua resiliência a desastres. Entre as primeiras cidades a utilizar esta ferramenta estavam Morondava, Zomba, Chokwe e Moroni. Usando a ferramenta, as quatro cidades identificaram suas necessidades de resiliência, como reforço dos sistemas de drenagem, restauração do ecossistema, melhor gestão de resíduos sólidos e estabelecimento de sistemas de alerta precoce e refúgios seguros para proteger vidas e os ativos da cidade.

Impacto Os quatro países e cidades, com o apoio de DiMSUR e ONU-Habitat, combinaram os resultados do processo CityRAP em uma única proposta conjunta e arrecadaram US\$ 14 milhões para implementar todas as necessidades de construção de resiliência priorizadas em cada cidade, bem como para complementá-los com materiais de capacitação e ferramentas para promover a adaptação ao clima urbano em nível nacional, e também para compartilhar conhecimentos e experiências regionais. A implementação foi iniciada e espera-se que até 2024 haja 23 intervenções de infraestrutura resilientes concluídas nas cidades, tornando-as muito mais resistentes a desastres e evitando perdas massivas de vidas e meios de subsistência. Além disso, as experiências nas quatro cidades ajudaram a desenvolver ainda mais a ferramenta CityRAP, que desde 2016 foi implementada em um total de 34 localidades em 12 países em toda a África.

Fonte: ONU-Habitat

1.3.3 Mitigação das mudanças climáticas

As cidades são o centro da mitigação das mudanças climáticas globais e do desenvolvimento estratégico de baixo carbono. As cidades consomem dois terços da energia mundial e respondem por uma porção significativa das emissões globais de CO₂. Enquanto as cidades estão crescendo a uma taxa sem precedentes, é importante manter a pegada urbana mínima, para que as cidades consumam menos recursos e sejam equipadas com ferramentas para mitigar os impactos negativos das mudanças climáticas e do aquecimento global.

Para isso, a Nova Agenda Urbana reconhece a importância das cidades como implementadores da mitigação das mudanças climáticas: "Comprometemo-nos a promover ações climáticas internacionais, nacionais, subnacionais e locais, incluindo a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, e a apoiar os esforços das cidades e assentamentos humanos, seus habitantes e todas as partes interessadas locais como implementadores importantes" - **NAU 79**.

A Nova Agenda Urbana também se compromete a integrar as considerações de mitigação das mudanças climáticas "em processos de planejamento e desenvolvimento urbano e territorial sensíveis à idade e gênero" - **NAU 101** e a apoiar o acesso a fontes de financiamento para mitigação e adaptação às mudanças climáticas "incluindo o Fundo Verde para o Clima, o Fundo para o Meio Ambiente Global, o Fundo de Adaptação e os Fundos de Investimento no Clima, entre outros" - **NAU 143**. Esta seção apresenta ferramentas e políticas para mitigar esses impactos, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento e a capacitação econômica para as populações urbanas vulneráveis e desfavorecidas.



Princípios

Uma visão baseada em benchmarks e metas claras é essencial para planejar as reduções de emissões.

As cidades que buscam atingir as metas de redução de emissões devem estabelecer padrões de referência e datas-alvo para o cumprimento das iniciativas. A linha de base para tal processo de planejamento pode ser um inventário de emissões abrangente, além de previsões demográficas que podem servir como linha de base para o crescimento potencial. Guias sobre como preparar uma avaliação municipal de emissões de gases de efeito estufa (GEE) estão disponíveis em várias instituições. Essas avaliações de linha de base são críticas para o planejamento de mitigação de longo prazo. As avaliações e o estabelecimento de metas também devem estar alinhados com as metas nacionais ou regionais de redução de emissões (World Resources Institute, Grupo C40 de Grandes Cidades e ICLEI 2014).

O desenvolvimento econômico e a capacitação do trabalhador são fatores importantes na condução de atividades de mitigação, especialmente em cidades economicamente deprimidas ou em desenvolvimento.

A mitigação e a redução de emissões são importantes por si só, mas também são oportunidades para criar empregos e treinamento, melhorar o estoque de moradias e o acesso a transporte e serviços públicos (Cidade de Los Angeles, 2019).

Soluções integradas são as mais eficazes. Muitas estratégias de mitigação e redução de emissões não se relacionam apenas com a implantação de tecnologia, mas também com a forma urbana e o planejamento espacial. Por exemplo, o desenvolvimento de sistemas de transporte público depende de uma ação urbana de apoio e orientada para o trânsito, bem como de um estoque habitacional densificado.

As decisões relativas ao desenvolvimento de energia e infraestrutura nas cidades são duradouras e têm impactos de longo prazo nas metas de redução de emissões.

As cidades já desenvolvidas seguem os nós da infraestrutura de transporte existente. Cidades em expansão e desenvolvidas têm dificuldade em adensar e implementar um desenvolvimento voltado para o trânsito. No mundo em desenvolvimento, as cidades que ainda estão em processo de planejamento e desenvolvimento devem desenvolver

As cidades consomem dois terços da energia mundial e respondem por uma porção significativa das emissões globais de CO₂. Enquanto as cidades estão crescendo a uma taxa sem precedentes, é importante manter a pegada urbana mínima, para que as cidades consumam menos recursos.

Diagrama 10: Mitigação da mudança climática



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

MITIGAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PRINCÍPIOS



Visão

Uma visão ou um caminho previsto para a mitigação é essencial para planejar as atividades de redução.



Empoderamento do trabalhador

O desenvolvimento econômico e a capacitação do trabalhador são fatores importantes na condução de atividades de mitigação, especialmente em cidades economicamente deprimidas ou em desenvolvimento.



Soluções integradas

Soluções integradas são as mais eficazes.



Planejamento de longo prazo

As decisões relativas ao desenvolvimento de energia e infraestrutura nas cidades são duradouras e têm impactos de longo prazo nas metas de redução de emissões.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Planejamento integrado do uso da terra

Envolver-se no planejamento integrado de uso da terra e densificação para encorajar o uso de transporte de baixa emissão.



Energia renovável

Desenvolver sistemas de energia renovável baseados na comunidade.



Soluções integradas

Soluções integradas são as mais eficazes.



Planejamento de longo prazo

As decisões relativas ao desenvolvimento de energia e infraestrutura nas cidades são duradouras e têm impactos de longo prazo nas metas de redução de emissões.



Resfriamento

Investir em melhorias no ambiente construído para resfriamento.



Ordenanças

Desenvolver decretos e mandatos para edifícios de alta emissão e novos desenvolvimentos.



Procuração pública

Garantir que as compras públicas e os investimentos de capital do setor público sejam direcionados para tecnologias de baixa emissão.



Economia circular

Integrar a economia circular, a gestão sustentável de resíduos e os princípios de reutilização de materiais na eliminação de resíduos urbanos e nos sistemas metabólicos.

visões para as características espaciais do tecido urbano. Da mesma forma, os investimentos em infraestrutura costumam ser feitos para o longo prazo. O investimento em infraestrutura de energia restringe as cidades a um modo de geração ou distribuição de energia. Como tal, o planejamento e o investimento devem ser voltados para o futuro (Edenhofer e outros, 2011).

Ações Ilustrativas

Envolver-se em planejamento integrado de uso da terra e densificação para encorajar o uso de transporte de baixa emissão. Os investimentos em transporte devem ser associados a um planejamento integrado de uso da terra que permita o adensamento e a promoção de caminhadas, do uso de bicicletas e do transporte público. Tecnologias de baixo ou zero carbono para veículos motorizados, incluindo veículos

elétricos com células de combustível, também devem ser consideradas com cuidado por suas implicações de longo prazo no uso da terra (Greater London Authority 2018). Para cidades em desenvolvimento, isso é especialmente crítico, uma vez que os padrões de desenvolvimento podem ficar “travados” por décadas com base em investimentos de longo prazo em infraestrutura. Criar políticas que promovam o adensamento e maior dependência do transporte público e incentivem o desenvolvimento de moradias nos corredores de trânsito (Edenhofer e outros, 2011).

Desenvolver sistemas de energia baseados na comunidade para implantar energia renovável (Edenhofer e outros, 2011). A infraestrutura elétrica envelhecida e o aumento da ameaça de desastres e condições climáticas extremas exigem governança da comunidade e envolvimento no planejamento de energia, especialmente para comunidades e áreas vulneráveis a desastres naturais.

Os investimentos em transporte devem ser associados a um planejamento integrado de uso do solo que permita o adensamento e a promoção de caminhadas, do uso de bicicletas e do transporte público.

Figura 15: Baltimore, EUA. O Inner Harbor Water Wheel combina tecnologia antiga e nova para aproveitar a energia da água e da luz solar para coletar lixo e detritos que fluem pelo rio Jones Falls. A corrente do rio fornece energia para girar a roda d’água, que levanta o lixo e os detritos da água e os deposita em uma barcaça de lixo. Quando não há corrente de água suficiente, um painel solar fornece energia adicional para manter a máquina funcionando. Quando a caçamba está cheia, ela é rebocada por barco e uma nova caçamba é colocada no local.



- **Desenvolver autoridades de capacitação, como centros de resiliência de bairros e programas de assistência técnica municipal** para permitir o investimento em energia distribuída e gestão comunitária. Essas autoridades permitirão que comunidades individuais tenham acesso a recursos, enquanto planejam eventos futuros de energia extrema. Este é um meio pelo qual a energia renovável pode ser implantada, além de administrada e governada democraticamente.
- **Investir em microrredes comunitárias e energia distribuída.** Especialmente em áreas propensas a desastres, eles podem servir como uma estratégia de adaptação, além de reduzir as emissões agregadas.

Desenvolver fontes de financiamento para mitigação. Existem fundos multilaterais para os países em desenvolvimento financiarem projetos de mitigação. Da mesma forma, o financiamento bilateral e os créditos à exportação também podem ajudar os países em desenvolvimento. Os fundos rotativos verdes, nos quais os investimentos em energia renovável e eficiência energética, em última análise, economizam custos de energia, podem ser reinvestidos em novos investimentos de capital. Títulos verdes e financiamento municipal também podem ser usados para investimento, bem como financiamento de PPPs (Corfee-Morlot e Larsen 2009). A criação de instituições para administrar fundos públicos em torno da mitigação e para pesquisar e desenvolver financiamento de outras fontes pode ser útil para os municípios e governos regionais.

Desenvolver mecanismos financeiros para proprietários individuais e empresas reformar edifícios, especialmente aqueles localizados em comunidades de baixa renda. Créditos fiscais, subsídios e outros incentivos podem ajudar proprietários de residências e empresas na aplicação de tecnologia de redução de emissões, como retrofits de eficiência energética, implantação de energias renováveis e sistemas de aquecimento e resfriamento mais eficientes. Desenvolver educação pública e marketing em torno de programas de subsídios e retrofit. As concessionárias também podem participar

oferecendo auditorias de energia e retrofits subsidiados semelhantes. Esses incentivos também podem ser implantados por meio de portarias e requisitos de zoneamento. Implantar retrofits em bairros de baixa renda e desfavorecidos. As populações de baixa renda têm maior probabilidade de viver em um estoque habitacional precário e enfrentar os encargos de custos de energia. Como tal, é importante que retrofits e medidas de eficiência energética sejam implementadas em áreas com edifícios antigos.

Investir em melhorias no ambiente construído para refrigeração. A cobertura florestal urbana, telhados verdes e outros elementos naturais podem reduzir a carga de energia e as emissões resultantes em bairros que atualmente carecem dessas comodidades. Além de melhorar a qualidade de vida, a redução do efeito da ilha de calor urbana por meio dessas práticas pode resultar em menores custos de aquecimento e resfriamento.

Desenvolver decretos e mandatos para edifícios com níveis altos de emissão e novos empreendimentos. Os padrões de desempenho para novos edifícios reduzirão as emissões de novos empreendimentos. As ordenanças também podem se concentrar em edifícios maiores, a fim de reduzir ainda mais o impacto dessas estruturas.

Garantir que as estratégias de compras públicas e o investimento de capital do setor público sejam voltados para tecnologias de baixa emissão. As cidades devem garantir que as compras de capital que façam para uso público, como veículos, construção e reforma de edifícios, infraestrutura de transporte e sistemas de aquecimento e resfriamento, estejam alinhadas com as estratégias e planos de mitigação.

Integrar os princípios da economia circular, gestão sustentável de resíduos e reutilização de materiais na eliminação de resíduos urbanos e sistemas metabólicos. As emissões também resultam da eliminação de resíduos, portanto, encontrar métodos sustentáveis de eliminação e geração de energia são de particular importância. As cidades devem considerar resíduos em tecnologias de energia para descarte.

A cobertura florestal urbana, telhados verdes e outros elementos naturais podem reduzir a carga de energia e as emissões resultantes em bairros que atualmente carecem dessas comodidades.

1.4 Sustentabilidade espacial

Este manual inclui a “sustentabilidade espacial” como uma quarta dimensão que se baseia nos três princípios: não deixar ninguém para trás (sustentabilidade social), garantir economias urbanas sustentáveis e inclusivas (sustentabilidade econômica) e garantir a sustentabilidade ambiental. A sustentabilidade espacial, como conceito, sugere que as condições espaciais de uma cidade podem aumentar seu poder de gerar valor e bem-estar social, econômico e ambiental. Os governos podem alcançar a sustentabilidade espacial orientando a forma física dos ambientes urbanos para criar acesso igualitário a empregos, habitação e interações sociais; permitindo economias de aglomeração e encorajando relacionamentos sustentáveis com ecossistemas e habitats naturais. A forma física de uma cidade, que é o resultado do planejamento e desenvolvimento intencionais, é fundamental para o bem-estar urbano social, econômico e ambiental.

A Nova Agenda Urbana incentiva “estratégias de desenvolvimento espacial que levem em consideração, conforme o caso, a necessidade de orientar a extensão urbana, priorizando a renovação por meio do planejamento do fornecimento de infraestrutura e serviços acessíveis e bem conectados, densidades populacionais sustentáveis, design compacto e integração de novos bairros no tecido urbano, evitando a expansão urbana e a marginalização” - **NAU 52**. Ela menciona a

importância de um planejamento espacial e territorial adequado que integre “planejamento e gestão de recursos hídricos, continuum urbano-rural nas escalas local e territorial e incluindo a participação de partes interessadas e comunidades relevantes” - **NAU 72**.

Além disso, o **ODS 11** inclui uma série de metas de sustentabilidade espacial, como equidade espacial no trânsito, acesso a espaços verdes e públicos e conexões bem planejadas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais. Em relação ao trânsito, incentiva o acesso a “sistemas de transporte seguros, acessíveis, baratos e sustentáveis para todos, melhorando a segurança viária, através da expansão do transporte público, com atenção especial às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos” - **ODS 11 Meta 11.2**. O **ODS 11** articula uma intenção de “fornecer acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, em particular para mulheres e crianças, idosos e pessoas com deficiência” - **ODS 11 Meta 11.7**. E menciona a importância de “vínculos econômicos, sociais e ambientais positivos entre as áreas urbanas, periurbanas e rurais por meio do fortalecimento do planejamento de desenvolvimento nacional e regional” - **ODS 11 Meta 11.A**.

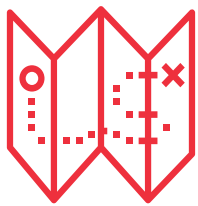
Sobre o desenvolvimento espacial das cidades, a Nova Agenda Urbana refere-se às Diretrizes Internacionais de Planejamento Urbano e Territorial, aprovadas pelo Conselho de Administração do ONU-Habitat em 2015 - **NAU 93**. Com base neste documento do ONU-Habitat (2015), o desenvolvimento espacial adequado pode ajudar as cidades a desenvolver um crescimento econômico sustentado, manter ambientes sustentáveis e aumentar o desenvolvimento social.

Imagens de satélite capturam cidades à medida que se expandem ao redor do mundo. Grandes assentamentos urbanos são visíveis de longe, indicativos de sua escala e densidade, bem como dos meios de subsistência que sustentam. Essas imagens são um testemunho da urbanização em massa ocorrendo em tempo real.

Desigualdades espaciais também podem ser observadas. Na África do Sul, casas superlotadas e

Sobre o desenvolvimento espacial das cidades, a Nova Agenda Urbana refere-se às Diretrizes Internacionais de Planejamento Urbano e Territorial, aprovadas pelo Conselho de Administração do ONU-Habitat em 2015 - NAU 93.

Diagrama 11: Sustentabilidade espacial



SUSTENTABILIDADE ESPACIAL



Globalmente, as cidades estão se expandindo em um ritmo mais rápido do que a população urbana.

Taxa de crescimento de **1.2**

da população urbana (1990-2015)

Taxa de crescimento de 1.8 de extensões urbanas (1990-2015).



80% das principais cidades do sul da Ásia enfrentam o risco de inundações.

450 milhões

de novos residentes urbanos serão adicionados às cidades da África nos próximos 20 anos.

Fonte: Programa de expansão urbana da Universidade de Nova York, ONU-Habitat e Instituto Lincoln de política fundiária, 2006, Atlas da expansão urbana.

PRINCÍPIOS



Gestão de crescimento

Limitar e permitir a expansão quando apropriado.



Conectividade e acesso

Embora a densificação e preenchimento possam aumentar a aglomeração, a conectividade e o acesso aos serviços também são essenciais.



Habitação a preços acessíveis

A habitação e o fornecimento de habitação a preços acessíveis devem ser componentes essenciais dos esforços de ordenamento do território integrado.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Limite de crescimento urbano

Desenvolver um limite de crescimento urbano dinâmico.



Forma policêntrica

Mudar gradualmente da forma urbana monocêntrica para o modelo policêntrico.



Regeneração urbana

Considerar políticas para encorajar o preenchimento e a regeneração urbana.

construídas de forma irregular ficam próximas umas das outras em um município da Cidade do Cabo, enquanto um subúrbio próximo é verde com colinas onduladas. O assentamento informal de Dharavi, em Mumbai, visto de cima é uma coleção de lonas azuis e moradias de concreto; do outro lado do rio está um dos bairros comerciais mais ricos da cidade, com arranha-céus modernos, vegetação e infraestrutura moderna. Essas quebras dramáticas nas paisagens são indicativas de mais do que apenas mudanças na forma urbana, mas de diferenças gritantes na capacidade dos residentes de acessar serviços essenciais, moradia e emprego.

A sustentabilidade espacial está relacionada à capacidade de longo prazo das cidades de planejar com sucesso sua crescente urbanização e crescimento. No entanto, além dos descritores do ambiente construído, a sustentabilidade espacial é fundamentalmente sobre pessoas e acesso. É imperativo que todos os indivíduos que vivem dentro de uma cidade, independentemente do nível de renda ou identidade, possam acessar moradia, centros de emprego e serviços públicos essenciais. Esses serviços públicos – incluindo estradas, redes de transporte, escolas, hospitais, água e saneamento – devem ser distribuídos de forma igualitária e com igual qualidade para todos os moradores. Segue-se que os resultados associados a esses serviços – incluindo saúde, bem-estar econômico, mobilidade ascendente e qualidade de vida geral – estão ligados a políticas de espaço e planejamento (Wilson 2006).

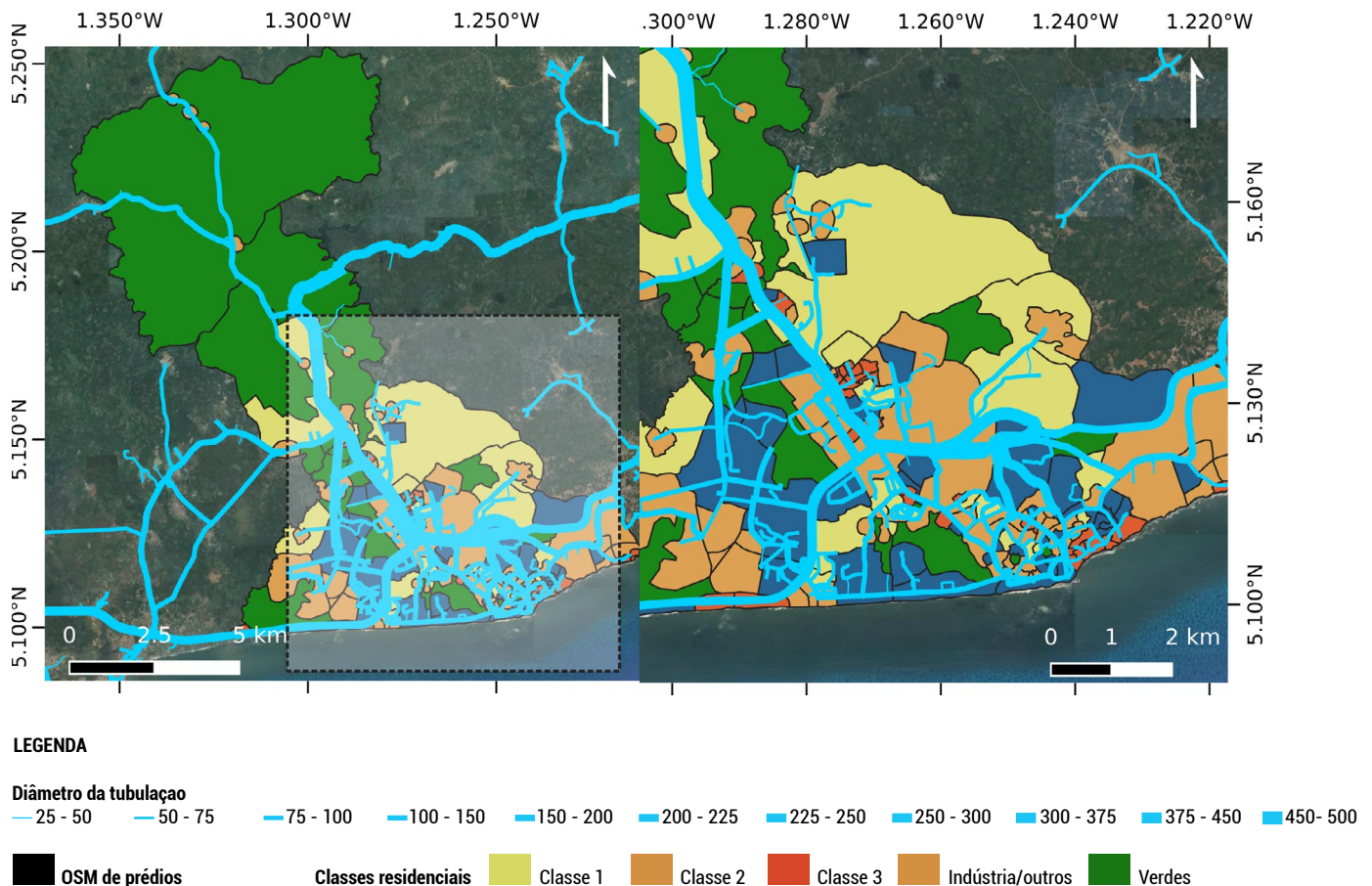
Por exemplo, no mundo desenvolvido, existem disparidades de acesso em cidades e regiões prósperas. O acesso a centros de emprego, educação e serviços públicos essenciais pode diferir radicalmente entre bairros dentro de cidades e regiões, mesmo no mundo desenvolvido; por exemplo, em Paris, todos os outros fatores mantidos iguais, a vizinhança é um fator importante na probabilidade de encontrar emprego (Korsu e Wenglenski 2010). Essas disparidades têm suas raízes em histórias de planejamento mais longas. Nos Estados Unidos, práticas discriminatórias de empréstimo, desinvestimento e suburbanização produziram disparidades extremas de acesso ao longo das linhas de classe e raça, onde as minorias foram cortadas dos centros de emprego suburbanos e dos

serviços públicos pela expansão. À medida que essa expansão ocorreu, a qualidade dos serviços públicos nos núcleos urbanos se deteriorou (Wilson 2006). Na Europa e nos Estados Unidos, os custos de moradia nos principais centros de emprego continuaram a aumentar e pressionar o estoque habitacional existente nas comunidades (Inchauste e outros 2018). No mundo em desenvolvimento, os moradores de áreas de assentamento informal são subestimados pelos censos oficiais, não têm acesso a serviços básicos como água e saneamento e são vulneráveis a surtos de doenças e desastres ambientais.

1.4.1 Sustentabilidade espacial e equidade

A forma urbana e a sustentabilidade espacial são importantes porque as cidades são os motores da produtividade econômica. A aglomeração de serviços, consumidores, cadeias produtivas, centros de conhecimento e acesso ao capital financeiro pode resultar em maior produtividade e maior qualidade de vida para os moradores. Por causa desse efeito de aglomeração, diz-se que as cidades possuem "capital espacial", o que descreve essa caracterização e a noção de forma urbana como um investimento inicial para retornos maiores. No entanto, o capital espacial não é definido apenas como proximidade ou agregação de populações e serviços (ver Quadro 9 sobre o conceito de capital espacial em Wuhan). A rápida expansão sem planejamento pode resultar no corte dos pobres dos serviços públicos essenciais. A densificação que é realizada sem considerar questões de acesso, conectividade e espaço natural e aberto pode levar ao congestionamento, inacessibilidade e vários problemas de saúde pública. Harvey (1973) definiu a equidade espacial como dependente da acessibilidade, ou relativa facilidade de acesso a serviços importantes. Pitarch-Garrido (2015) através das Nações Unidas afirma que "medir a equidade por meio do acesso à educação, saúde e serviços sociais por transporte público fornece resultados muito confiáveis mesmo quando a localização exata da demanda (a população) não está disponível". Assim, a equidade pode ser entendida através desta representação (Pitarch-Garrido 2015).

Figura 16: Alta densidade de tubulação de abastecimento de água em áreas residenciais e industriais de classe alta em Cape Coast, Gana.



Fonte: Eparque Urban Strategies, 2019

A Figura 16 mostra um mapa de Cape Coast em Gana. O mapa foi criado usando imagens de satélite para classificar os assentamentos de classe alta para classe baixa (informal e de baixa qualidade de construção). Em seguida, foi sobreposto um mapa da rede de água da cidade. O resultado mostra claramente que as áreas de maior renda têm melhor acesso à água e, portanto, é uma clara manifestação das desigualdades espaciais. Um bom planejamento espacial é essencial para sustentar os assentamentos humanos em todo o mundo e garantir que a urbanização e a expansão das cidades sejam gerenciadas adequadamente, especialmente no mundo em desenvolvimento em rápida expansão.

1.4.2 Sustentabilidade espacial e densidade urbana

No centro de muitas dessas questões e tendências estão a densidade e a concentração espacial de pessoas, instituições, bens e serviços. Densidade é a razão entre a população e a área total de terra de uma cidade. Geralmente, é mais caro financiar e construir infraestrutura e conectar residentes individuais a centros de emprego e serviços ou serviços essenciais em cidades extensas e de baixa densidade. Por exemplo, um estudo bem citado compara as formas urbanas de Barcelona (alta densidade) e Atlanta (espalhada, baixa densidade) e demonstra que o comprimento de uma linha ferroviária é "acessível a

60% da população em Barcelona, mas apenas a 4% em Atlanta” (Bertaud 2004).

Globalmente, a cobertura do solo urbano está se expandindo mais rapidamente do que a população urbana. Entre 1990 e 2015, a população das cidades dos países mais desenvolvidos aumentou em uma razão de 1:2; suas despesas urbanas aumentaram em uma razão de 1:8. Nas cidades dos países em desenvolvimento, as densidades urbanas médias caíram a uma taxa média anual de 2,1% entre 1990 e 2015, o que mostra um aumento no consumo de terras urbanas per capita (Angel 2016). Por exemplo, o Quadro 7 explica o caso de uma cidade secundária em Gana, onde muitas cidades estão se expandindo enquanto as densidades populacionais estão caindo.

Tanto no mundo em desenvolvimento quanto no desenvolvido, a expansão pode tornar difícil para os governos locais melhorar o acesso e a conectividade dos moradores. No mundo em desenvolvimento, a expansão é muitas vezes informal e o resultado do assentamento periurbano e do estoque de moradias indisponíveis ou inacessíveis no núcleo urbano. Alternativamente, as áreas suburbanas também podem estar fora de alcance ou sem opções de transporte confiáveis e acessíveis. No desenvolvimento informal, os moradores são deixados de fora dos censos ou esforços de planejamento, alienando-os ainda mais dos processos de governança, aumentando a vulnerabilidade econômica e ambiental e reduzindo a qualidade de vida geral (Arfvidsson e outros 2017).

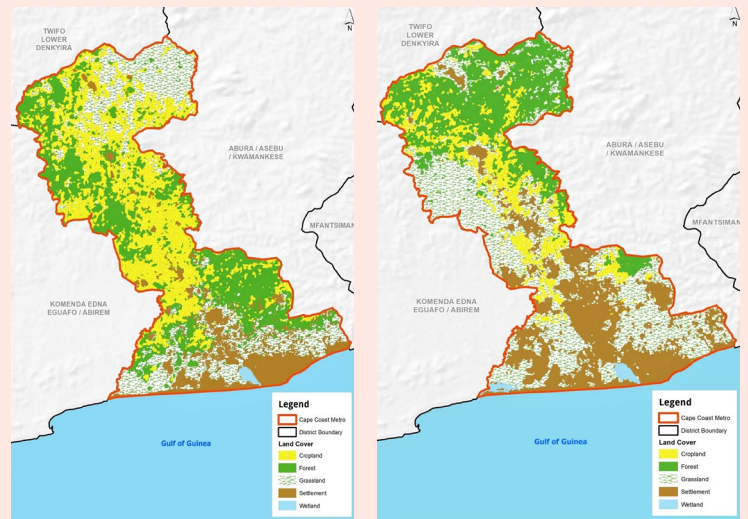
O custo do fornecimento de infraestrutura é muito maior em cidades em expansão. Por exemplo, um estudo sobre o fornecimento de infraestrutura na África em urbanização estima que o custo do fornecimento de serviços de água para uma cidade de densidade extremamente alta é um quarto do fornecimento em uma cidade de baixa densidade em uma base per capita (Foster e Briceno-Garmendia 2010). Outro constata que o preço do abastecimento de água é de US\$ 0,70 a US\$ 0,80 por metro cúbico nas áreas urbanas, contra US\$ 2,00 nas áreas rurais (Bakalian e outros 2013). O Quadro 8 descreve os esforços na cidade de Santiago, no Chile, para conter o crescimento espacial da cidade para diminuir o custo do fornecimento de infraestrutura. As formas urbanas em expansão também são menos eficientes economicamente do que as formas

Quadro 7: A metrópole da Costa do Cabo em Gana está se expandindo

A densidade construída em Cape Coast Metropolis aumentou marginalmente entre 2000 e 2010. Neste período a cidade a 2010 viu um aumento de 11.367 pessoas por quilômetro quadrado para 11.410 pessoas por quilômetro quadrado.

Desafios De 2010 a 2018, a densidade populacional na metrópole de Cape Coast diminuiu enormemente de 11.410 pessoas por quilômetro quadrado de área construída para apenas 7.091. Isso significa que menos pessoas estão vivendo em uma área construída maior, o que implica em níveis mais altos de expansão urbana ou desenvolvimento de assentamentos menos compactos. Com isso, os custos de provisão de infraestrutura e operações e manutenção aumentaram. Essa redução na densidade também sugere que a pegada ambiental da Assembleia Metropolitana está aumentando, contrariando as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a gestão urbana. Os dois mapas abaixo mostram a extensão dessa expansão. Confira a Figura 17 para uma ilustração do crescimento dos assentamentos.

Figura 17: Crescimento de assentamentos em Cape Coast, Gana, 2010 (esquerda) e 2018 (direita).



Fonte: Eparque Urban Strategies com base nos Dados de Cobertura do Solo da Comissão Florestal e USGS LandSat8, 2018

Quadro 8: Construindo a cidade de dentro para fora: Repovoamento de Santiago, Chile

Desafios No final da década de 1980, uma série de estudos foi realizada para demonstrar os problemas associados à expansão e defender o desenvolvimento compacto e o preenchimento. Um estudo chamado “Os Imperativos da Renovação Urbana de Santiago: Os Custos da Expansão” foi realizado pela Santiago Development Corporation e demonstrou que a prestação de serviços e infraestrutura para empreendimentos de habitação social localizados na periferia era quase 18 vezes mais caro do que alocar os recursos em municípios com infraestrutura, serviços e acessibilidade existentes, como o Município de Santiago. Nas áreas consolidadas, o custo médio de infraestrutura (adutoras de água, esgoto, redes de energia elétrica, vias de acesso e circulação) e serviços e equipamentos (serviços de saúde e educação, vigilância policial, mobiliário esportivo e recreativo) para cada unidade habitacional foi de US\$ 363, comparado a US\$ 6.387 em áreas de expansão. Consulte a Tabela 1 para mais detalhes.

Tabela 1: Custo de Incorporação de uma Nova Unidade Residencial no Centro da Cidade versus Periferia

ITEM	CENTRO DA CIDADE (\$)	PERIFERIA (\$)
Infraestrutura	178	740
Encanamento	45	236
Esgoto	12	98
Drenagem de águas pluviais	0*	12
Redes de energia elétrica	112	161
Vias de acesso e circulação	9	234
Equipamento Urbano	185	5,747
Saúde	0*	237
Educação	0*	4,100
Vigilância policial	133	1,361
Esportes e recreação	72	49
Total	363	6,487

Fonte: Verdugo 2003

*Alguns custos são registrados como zero porque a infraestrutura já existe no centro da cidade e não há necessidade de construir mais.

Ação Inspirado por estes estudos, o “Plano de Renovação de Santiago” foi iniciado em 1990 e teve como objetivo o desenvolvimento de habitações de preenchimento. Com base nas conclusões sobre o custo, o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Chile decidiu apoiar um programa para repovoar o centro da cidade de Santiago. Para isso, foram criados dois programas. O Programa de Repovoamento de Santiago foi concebido para atrair novos moradores e ativar o mercado imobiliário no município a partir de uma estrutura de PPP; e o Programa de Reabilitação Habitacional foi desenvolvido para a reconstrução de 500 conjuntos habitacionais, totalizando 7.500 unidades.

O programa de repovoamento tinha quatro pilares: 1) identificar terras disponíveis para reurbanização, 2) redefinir o subsídio nacional de habitação para atender às necessidades de Santiago, 3) demonstrar a existência de uma grande demanda habitacional no distrito e 4) colaborar com desenvolvedores privados por meio de acordos de repovoamento.

Impacto O processo de repovoamento levou uma década para reverter a tendência de despovoamento em Santiago. De 1992 a 2002, o parque habitacional aumentou 21,6 por cento, enquanto a população diminuiu 13,1 por cento. No entanto, de 2002 a 2012, o parque habitacional quase duplicou e a população cresceu 55,1 por cento.

Fonte: Amirtahmasebi e outros, 2016

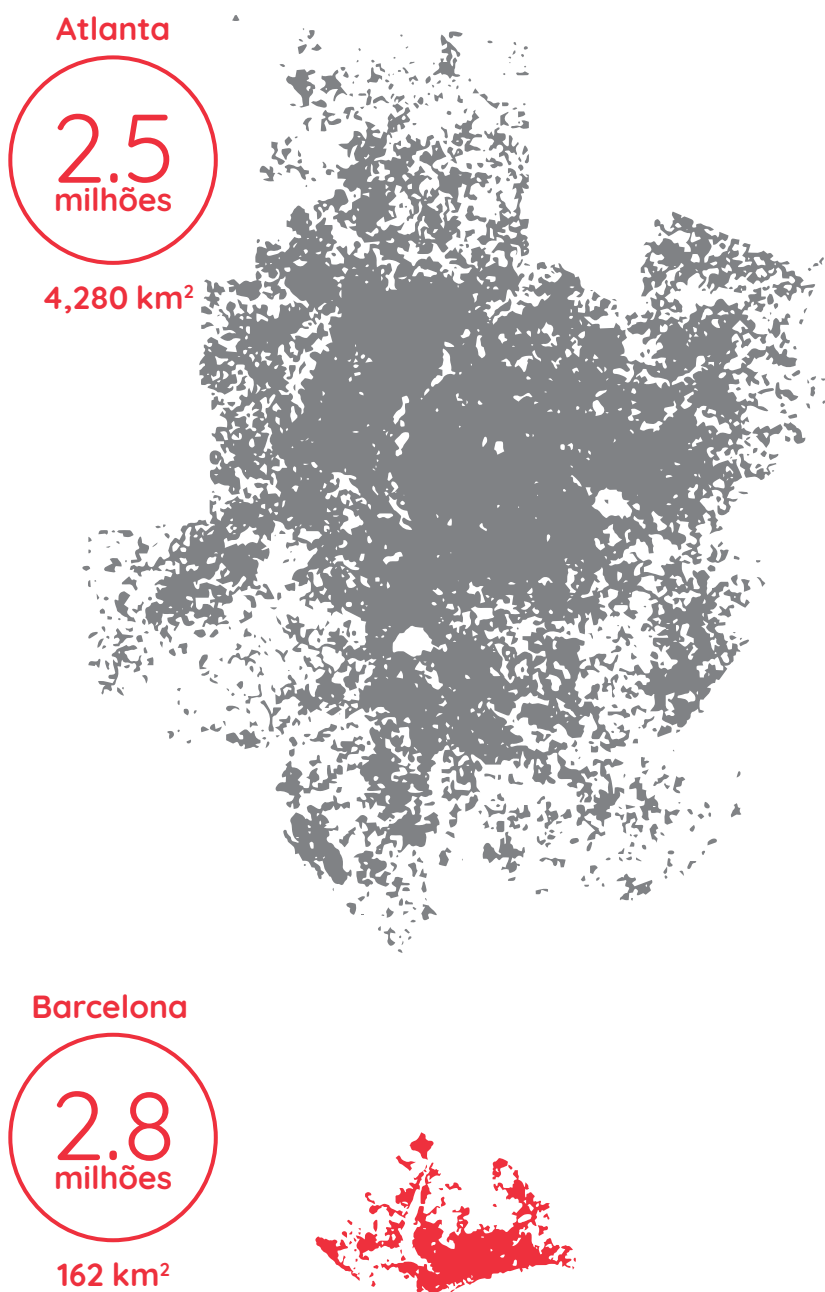
compactas e densas nas cidades desenvolvidas (New Climate Economy 2014). Por exemplo, em muitas cidades suburbanas dos Estados Unidos que foram desenvolvidas em meados do século, pode ser difícil projetar um sistema de transporte público devido a uma forma suburbana e de baixa densidade. A densidade também tem implicações para os impactos ambientais. Nos Estados Unidos, o desenvolvimento compacto economiza uma média de 38% nos custos iniciais de estradas, esgoto, água e outras infraestruturas (Smart Growth America 2013). Além disso, os impactos ambientais são muito maiores nas cidades em expansão do que nas densas. Por exemplo, nos Estados Unidos, os subúrbios são responsáveis por 50% das emissões domésticas nacionais – apesar de menos da metade da população viver nessas áreas (Jones e Kammen 2014). No entanto, é importante que as cidades encontrem um equilíbrio entre a contenção da expansão e adensamento, bem como a necessária construção de serviços públicos, habitação e infraestrutura à medida que as populações urbanas continuam a crescer. A expansão é inevitável e está ocorrendo em um ritmo extremamente rápido. Em uma amostra de cidades representativas no mundo em desenvolvimento, Angel (2012) descobriu que as periferias das cidades são de uma ordem de magnitude maior do que as próprias cidades há vinte anos (Angel 2018).

 **Princípios**

Dependendo do contexto, planejadores e formuladores de políticas podem limitar ou permitir a expansão quando apropriado. O contexto importa e afetará as estratégias empregadas; seguindo essa lógica, densidade e preenchimento não devem ser os únicos objetivos no planejamento para a sustentabilidade espacial. As áreas periurbanas no mundo em desenvolvimento muitas vezes precisam de investimentos em infraestrutura e serviços públicos. Em uma cidade densa dentro do mundo desenvolvido, onde os custos de moradia estão empurrando os moradores para áreas periféricas, o desenvolvimento de um sistema de transporte mais igualitário proporcionaria a essas áreas periféricas maior acesso a empregos e serviços.

Embora a densificação e o preenchimento possam aumentar a aglomeração, a conectividade e o acesso aos serviços também são fundamentais. Se for tarde

Figura 18: Um conto de duas cidades: Atlanta, EUA e Barcelona, Espanha têm populações semelhantes, mas formas urbanas diferentes; enquanto Barcelona segue uma forma urbana compacta, Atlanta se expandiu significativamente.



Fonte: Eparque Urban Strategies

demais para limitar a expansão, devem ser tomadas medidas para garantir que os serviços públicos sejam desenvolvidos à medida que a expansão continua. Com base em Angel (2018), a urbanização está ocorrendo muito rapidamente, em uma escala sem precedentes. No mundo em desenvolvimento, as cidades não podem esperar de forma realista delimitar sua área de terra, mas podem preservar o direito de passagem para estradas e outras infraestruturas a serem alocadas. Sem planejamento para expansão futura, as cidades podem ser bloqueadas em suas formas à medida que a urbanização continua. Portanto, elas devem buscar investimentos em serviços e infraestrutura e eventual adensamento à medida que a cidade se desenvolve (Angel 2018). O planejamento em nível de bairro é uma estratégia útil para abordar várias questões relacionadas ao uso da terra, melhoria do trânsito, desenho da paisagem urbana e outras questões de acesso e movimento à medida que o preenchimento e a densificação são promovidos. Em vez de simplesmente rezonar a área para um desenvolvimento mais denso, as cidades podem financiar a infraestrutura de trânsito para conectar as populações que estão mais distantes do núcleo urbano. Além disso, as cidades devem rever as redes de estradas e ruas para determinar as maneiras pelas quais o transporte pode se tornar mais eficiente. A proximidade significa pouco se os elementos do ambiente construído forem inacessíveis por sistemas de transporte inadequados. Por exemplo, o World Resources Institute (2019) propôs uma tipologia de custos de trânsito e congestionamento. Os domicílios podem ser mal atendidos com baixo custo de transporte (os desamparados mal atendidos), como aqueles que vivem em áreas sem opções de transporte; eles podem ser privados de oportunidades de emprego ou serviços públicos vitais, muitas vezes em áreas informais e periurbanas. Os domicílios podem ser mal atendidos com um alto custo de transporte (os móveis mal atendidos), onde o domicílio não tem acesso ao transporte adequado, mas pode suportar um longo trajeto ou custos caros para acessar empregos e serviços. As residências podem ser atendidas por transporte público com alto custo de transporte (viajantes bem localizados) ou, finalmente, serem servidas por transporte público com baixo custo (urbanos bem localizados) (World Resources Institute 2019). Confira a Figura 18 para uma comparação entre a estrutura espacial de Atlanta e Barcelona, duas cidades com populações semelhantes.

A habitação e o fornecimento de habitação a preços acessíveis devem ser componentes-chave de qualquer ordenamento do território integrado ou esforço de estudo. Áreas com altos níveis de capital espacial são menos propensas a serem acessíveis, o que significa que moradias acessíveis e de renda mista devem ser conscientemente distribuídas ou incentivadas em toda a área urbana, não apenas em áreas onde o capital espacial é relativamente baixo. Por exemplo, enquanto cidades globais como Nova York e Tóquio têm grandes quantidades de capital espacial na forma de aglomeração de serviços, capital, trabalho, talento e inovação, a pressão habitacional e o custo de vida em cada uma dessas cidades são extremamente altos. Mesmo em cidades que estão apenas em desenvolvimento, o estoque de moradias inacessíveis pode aumentar os aluguéis e os preços da terra e resultar em expansão ou desenvolvimento periurbano. As cidades não podem considerar o layout espacial de sua jurisdição sem primeiro determinar as localizações e a disponibilidade de moradia.



Ações Ilustrativas

A seguir estão estratégias para encorajar densidade e compactação dentro das cidades.

Desenvolver um limite de crescimento urbano dinâmico. As fronteiras de crescimento urbano têm sido empregadas em cidades que buscam proteger os recursos ecológicos, como Portland e Seattle nos Estados Unidos. Os limites podem ser implementados, mas devem ser flexíveis o suficiente para serem reavaliados à medida que as cidades avaliam suas necessidades de crescimento e expansão. Além disso, elementos naturais como parques e zonas de preservação podem servir como limites e comodidades para os moradores. As cidades podem trabalhar com proprietários de terras periféricas para transferir direitos de desenvolvimento visando uma melhor gestão dessas áreas (OCDE 2018).

Mudar gradualmente de uma forma urbana monocêntrica para um modelo policêntrico. A equidade espacial e a forma espacial, tanto em termos de densidade geral quanto em questões de acesso e conectividade, são importantes impulsionadores dos benefícios que a urbanização pode proporcionar. Os efeitos do congestionamento podem ocorrer quando as cidades estão centradas em torno de um único centro comercial e de emprego. Isso pode reduzir

Em vez de simplesmente rezonar a área para um desenvolvimento mais denso, as cidades podem financiar a infraestrutura de trânsito para conectar as populações que estão mais distantes do núcleo urbano.

a qualidade de vida e a eficiência. Isso é conhecido como forma urbana monocêntrica. Muitas cidades do mundo desenvolvido deixaram de depender de um distrito comercial central e passaram a ter vários grandes centros de emprego. Este desenvolvimento é referido como forma policêntrica. Chicago é um exemplo de cidade no mundo desenvolvido que agora é policêntrica que começou com um único distrito comercial central. À medida que Chicago crescia e se expandia, novos centros de redes de transporte e empregos se desenvolveram em diferentes locais da cidade. O congestionamento pode ser reduzido quando há vários centros de alto tráfego, cada um com transporte adequado e redes rodoviárias (Grover e Lall 2015).

Considerar políticas para incentivar o preenchimento e a regeneração urbana: Cidades de baixa densidade podem ser melhor gerenciadas regenerando núcleos urbanos centrais e preenchendo áreas pouco desenvolvidas. Em vez de construir para fora, a provisão de habitação e serviços essenciais através do preenchimento garante que o parque habitacional não esteja disponível apenas na periferia de uma cidade. As cidades podem se concentrar em bairros-alvo específicos e conduzir um processo de planejamento integrado para revitalizar negócios, construir novos conjuntos habitacionais e renovar o parque habitacional existente, ao mesmo tempo em que desenvolve infraestrutura (Amirtahmasebi 2016).

- **Desenvolver PPPs para financiar habitação e infraestrutura.** Os desenvolvedores podem ser incentivados por meio de incentivos fiscais e não fiscais para construir em áreas que antes eram de baixa densidade. Por exemplo, a avaliação fiscal de imóveis pode ser congelada por um determinado período de tempo, permitindo que os desenvolvedores paguem impostos sobre o valor original do imóvel, versus o valor atual. Esses incentivos podem ser fornecidos dentro de zonas designadas para melhoria e densificação. Por exemplo, tanto Santiago (ver Quadro 8) quanto Joanesburgo incorporaram benefícios fiscais ao desenvolvimento de áreas deterioradas e subutilizadas sem habitação e serviços públicos (Amirtahmasebi 2016). Os subsídios

também podem ser usados para incentivar o desenvolvimento de moradias populares; no entanto, eles devem ser projetados de forma inteligente para evitar o uso indevido de recursos públicos.

- **Utilizar ferramentas de zoneamento e planejamento espacial para permitir um desenvolvimento mais denso.** As cidades podem rezonear estrategicamente áreas para um desenvolvimento mais denso, incentivando a construção de moradias e espaços de uso misto. Os esforços de rezoneamento podem ser acompanhados por um pacote maior de incentivos programáticos para encorajar o desenvolvimento.
- **Utilizar instrumentos de captura de valor da terra para financiar o trânsito e outras infraestruturas.** O planejamento de trânsito também pode ser feito como parte de um processo integrado para adicionar habitação, corredores comerciais e comodidades com o desenvolvimento de infraestrutura de trânsito. As cidades podem considerar a captura do valor da terra, onde o rezoneamento e direitos específicos de desenvolvimento são oferecidos a certas áreas para que atores privados possam desenvolvê-los e usar o valor gerado pelo rezoneamento para financiar infraestrutura e trânsito. Em vez de impostos ou taxas, esse método pode financiar investimentos com menos oposição pública. Este tipo de desenvolvimento também incentiva os corredores de trânsito. É também uma maneira pela qual o governo pode capturar o valor gerado pelas atividades dos desenvolvedores, enquanto monitora o processo de desenvolvimento por meio do engajamento das partes interessadas. Por exemplo, em Nanchang, na China, o governo forneceu o zoneamento necessário e a mudança regulatória para aumentar a densidade para desenvolvedores interessados e arrendou a terra em torno de um importante sistema de trânsito por um prêmio (Hong e outros 2015).

As cidades podem considerar a captura do valor da terra, onde o rezoneamento e direitos específicos de desenvolvimento são oferecidos a certas áreas para que atores privados possam desenvolvê-los e usar o valor gerado pelo rezoneamento para financiar infraestrutura e trânsito.

Quadro 9. Capital espacial e prosperidade de Wuhan, China

Desafios Entre 1990 e 2013, a população urbana de Wuhan quadruplicou, de aproximadamente 2 milhões para 8 milhões. A extensão urbana geral aumentou a uma taxa anual de 15 por cento entre 2000 e 2013. Como o crescimento ocorreu principalmente nas áreas periurbanas, a densidade diminuiu abaixo do valor do indicador recomendado pelas Nações Unidas.

Ação Com a assistência do ONU-Habitat, a cidade de Wuhan realizou um estudo abrangente para mapear e caracterizar seu layout espacial por meio da City Prosperity Initiative (CPI). Wuhan era ideal para estudo, dado o ritmo acelerado e a extensão da urbanização. Por meio do Índice de Capital Espacial do ONU-Habitat, a cidade considerou os seguintes critérios: conectividade viária, densidade, espaço público aberto, diversidade (tanto em critérios demográficos quanto de uso da terra), transporte público e serviços públicos. A agregação dessas variáveis resultou em uma série de mapas sobrepostos, que foram usados para caracterizar vários pontos da cidade por meio dessas variáveis individuais. Esses mapas ajudaram a identificar o valor geral do capital espacial de áreas individuais dentro da cidade. Por exemplo, alguns bairros foram considerados densos, mas sem conectividade ou elementos adequados para incentivar a atividade de pedestres.

Impacto Este estudo quantitativo levou a mudanças, onde os bairros escolhidos seguiram os princípios descritos no estudo para realizar os esforços do plano diretor. Por exemplo, a revitalização da Avenida Zhongshan foi realizada para incentivar a atividade de pedestres e, portanto, melhorar as condições econômicas para as entidades comerciais localizadas ao longo da artéria principal. O acesso ao transporte público e a espaços abertos também foi melhorado no processo, levando ao desenvolvimento econômico por meio de maior conectividade e aderência aos princípios de planejamento espacial descritos no estudo do índice de capital espacial.

Fonte: ONU-Habitat 2018

Figura 19: Imagens de Wuhan, China.



Tauno Töhk (direita) e Veronique Lamont (esquerda). © Flickr



02

Meios de implementação

Cidades e territórios são espaços nos quais se entrelaçam diferentes setores do desenvolvimento urbano. Esses setores incluem hardware - como transporte, energia e infraestrutura de resíduos - e também software - como cultura, educação e medidas de saúde - que são necessários para que os assentamentos urbanos prosperem e vivam todo o seu potencial. Esses setores interagem e colaboram por meio de diferentes sistemas de governança e mecanismos de intervenção, que atuam em nível local, regional e nacional. O Capítulo 2 fornece uma revisão completa desses setores e dos mecanismos que os governam e coordenam.

2.1 Mecanismos de intervenção

Cada cidade e assentamento humano faz parte de vários sistemas de governança diferentes que regem suas operações e gestão. A Nova Agenda Urbana estabelece padrões e princípios para dirigir, governar, planejar, projetar, financiar, implementar e gerenciar áreas urbanas e assentamentos humanos ao longo de seus sete principais “pilares de implementação” ou mecanismos de intervenção (MI). Os sete MIs descritos na Nova Agenda Urbana podem ser divididos em intervenções de nível nacional, subnacional e local, promovendo uma abordagem multiescala para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável, com capacidade de escalar iniciativas além das fronteiras administrativas territoriais.

Este capítulo explica uma série de mecanismos-chave de intervenção que as cidades podem utilizar dentro desses sistemas de governança. Esses mecanismos permitem que a cidade enfrente seus desafios em todos os setores e em diferentes níveis de governo.

A visão compartilhada da Nova Agenda Urbana afirma que todas as cidades e assentamentos humanos “cumpram suas funções territoriais além das fronteiras administrativas e atuam como eixos e motores para o desenvolvimento urbano e territorial equilibrado, sustentável e integrado em todos os níveis”. Os mecanismos de intervenção elencados na Nova Agenda Urbana permitem ações intersetoriais e em escalas urbanas, bem como benefícios de aglomeração de uma urbanização bem planejada. Os sete MIs listados abaixo (veja o Diagrama 12) podem ser implementados por governos nacionais, subnacionais e locais, bem como por organizações do setor civil e outras partes interessadas relevantes (quando apropriado). É importante destacar que a disponibilidade de conjuntos de dados nacionais e municipais de qualidade (precisos e confiáveis), incluindo indicadores socioeconômicos e dados espaciais, é fundamental para a aplicação dos mecanismos listados aqui. Isso pode ser um desafio

em alguns contextos de países em desenvolvimento com escassez de dados e, portanto, é de importância crítica que as lacunas de dados sejam preenchidas para que as estratégias listadas possam ser melhor aplicadas para enfrentar os desafios urbanos.

A Nova Agenda Urbana destaca que alcançar o crescimento urbano sustentável requer planos de cidade-região e planos metropolitanos e incentiva sinergias no desenvolvimento de áreas urbanas em todas as escalas, juntamente com áreas urbanas e periurbanas. Além disso, reconhece que os projetos de infraestrutura regional sustentável estimulam a produtividade econômica sustentável e promove o crescimento equitativo das regiões em todo o continuum urbano-rural. Essas declarações são a base para este capítulo sobre mecanismos de intervenção que entrelaçam atividades de planejamento em todas as escalas e em todos os níveis de governo para a prestação de serviços públicos e outras tarefas administrativas municipais e metropolitanas - **NAU 96**.

Esta seção chamará a atenção do leitor para uma variedade de modelos de governança que existem em todo o mundo. Enquanto alguns países como Brasil ou Estados Unidos descentralizaram o poder de decisão para as cidades e autoridades locais, em alguns outros países como México ou Irã, o governo central é responsável por coletar e transferir fundos para as autoridades municipais. Em alguns outros países, como a Índia, os estados têm mais poder de decisão, planejamento de infraestrutura e gerenciamento de finanças para cidades em seus limites. Os mecanismos de intervenção descritos aqui se relacionam com cada uma dessas escalas e fornecem uma visão geral das diferentes opções disponíveis para o desenvolvimento e gestão de cidades em constante crescimento.

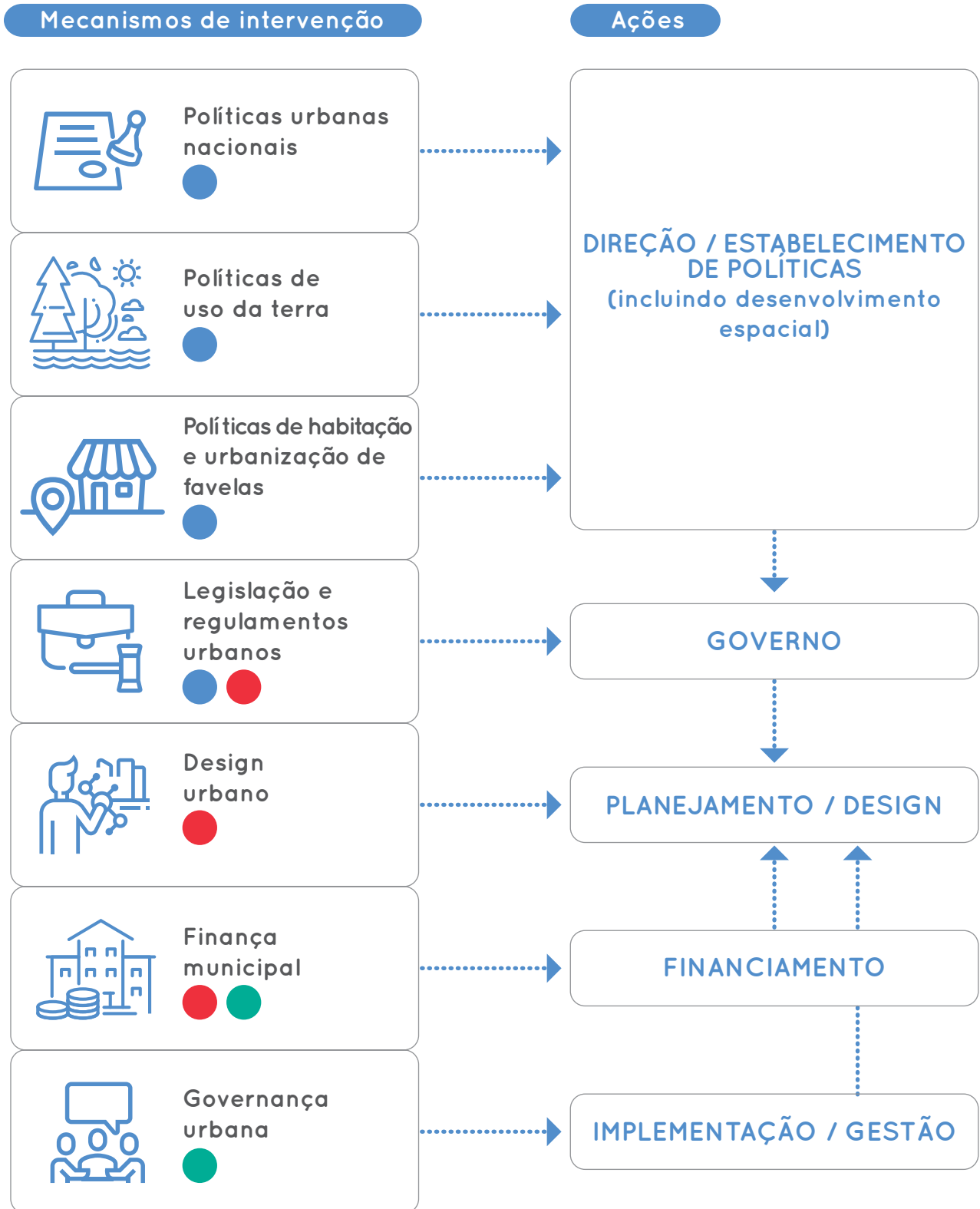
A Nova Agenda Urbana estabelece padrões e princípios para dirigir, governar, planejar, projetar, financiar, implementar e gerenciar áreas urbanas e assentamentos humanos ao longo de seus sete principais “pilares de implementação” ou mecanismos de intervenção.

Diagrama 12: Mecanismos de intervenção



MECANISMOS DE INTERVENÇÃO

● Nacional ● Subnacional / Cidade ● Local



2.1.1 Políticas urbanas nacionais

A Nova Agenda Urbana compromete-se a “tomar medidas para estabelecer estruturas legais e políticas, baseadas nos princípios de equidade e não discriminação, para aumentar a capacidade dos governos de implementar efetivamente as políticas urbanas nacionais, conforme apropriado, e capacitá-los como formuladores de políticas e tomadores de decisão, garantindo a descentralização fiscal, política e administrativa apropriada com base no princípio da subsidiariedade” - **NAU 89**. Da mesma forma, o **ODS 11** afirma a importância da formulação de políticas e estruturas de planejamento com o objetivo de apoiar “vínculos econômicos, sociais e ambientais positivos entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, fortalecendo o planejamento de desenvolvimento nacional e regional” - **ODS 11.A**.

A Política Urbana Nacional (PUN) é um mecanismo de intervenção em nível nacional e uma ferramenta importante para os governos estabelecerem uma visão comum e fornecer uma estrutura abrangente para o desenvolvimento urbano em cidades de tamanho, população e taxa de crescimento urbano variados. O ONU-Habitat define uma política urbana nacional como “um conjunto coerente de decisões derivadas de um processo deliberado do governo de coordenar e reunir vários atores para uma visão e

objetivo comum que promoverá um desenvolvimento urbano mais transformador, produtivo, inclusivo e resiliente a longo prazo.” (Aliança de Cidades e ONU-Habitat 2014). Por meio de uma nova geração de PUNs, os governos nacionais de todo o mundo começaram a planejar e gerenciar a urbanização de uma forma mais sustentável, produtiva e inclusiva do que no passado.

Os países podem alcançar processos e resultados tangíveis na governança urbana implementando PUNs para analisar e abordar questões-chave de planejamento, como tendências populacionais, tendências urbanas e coordenação intersectorial para obter os benefícios da urbanização nos níveis nacional ou subnacional. O ONU-Habitat descreve as cinco fases do processo de PUN, que começa com a fase de viabilidade para determinar a estrutura e a direção da política e continua com as fases de diagnóstico, formulação, implementação e monitoramento e avaliação. É importante abordar o monitoramento e a avaliação como uma oportunidade para rever os ganhos e avaliar as deficiências. Em vez de uma etapa final, o monitoramento e a avaliação são iterativos, garantindo que as PUNs sejam continuamente aprimoradas por meio do desenho de políticas (ONU-Habitat, 2019b).

A Política Urbana Nacional (NUP) é um mecanismo de intervenção em nível nacional e uma ferramenta importante para os governos estabelecerem uma visão comum e fornecer uma estrutura abrangente para o desenvolvimento urbano em cidades de tamanho, população e taxa de crescimento urbano variados.

Diagrama 13: Políticas urbanas nacionais



MECANISMOS DE INTERVENÇÃO POLÍTICAS URBANAS NACIONAIS

PRINCÍPIOS



Crescimento compacto

As políticas urbanas nacionais devem gerir a expansão periférica das cidades e promover o crescimento urbano compacto e inclusivo.



Contexto

As políticas urbanas nacionais devem ser sensíveis ao contexto e à história e evolução distintas das cidades.



Governança local

A participação ativa dos governos locais e das cidades é necessária para atingir os objetivos da política nacional.



Minimize o deslocamento

As políticas urbanas nacionais devem minimizar o deslocamento e preparar proativamente a terra e a infraestrutura, em vez de realocar os assentamentos informais depois de construídos.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Planejamento do uso da terra

O planejamento do uso da terra é uma ferramenta para gerenciar a urbanização em direção ao desenvolvimento de uso misto para promover cidades mais viáveis, acessíveis e compactas.



Infraestrutura financeira

Utilizar políticas urbanas nacionais para lidar com o financiamento de grandes infraestruturas ou controlar projetos de melhoria, identificando formas de diversificar as fontes de financiamento.



Planejamento territorial

Introduzir ferramentas de planejamento regional ou territorial com planos urbanos nacionais para fortalecer a conectividade e cooperação entre cidades e municípios.



Princípios

As PUNs devem se esforçar para gerenciar a expansão periférica das cidades e promover o crescimento urbano compacto e inclusivo. O crescimento compacto e a consolidação urbana exigem esforços proativos para concentrar o desenvolvimento no núcleo urbano e ao longo dos corredores de trânsito, desenvolvimento de uso misto, uso otimizado de terrenos baldios e infraestrutura urbana atualizada. As PUNs devem diagnosticar as condições urbanas atuais e analisar as deficiências das políticas existentes para promover deslocamentos mais curtos e conter impactos nas terras agrícolas circundantes, fontes de água doce e outros ecossistemas.

As PUNs devem ser sensíveis ao contexto e à história e evolução distintas das cidades. Também não há uma abordagem única para produzir um resultado desejável que possa ser replicado em diferentes contextos nacionais ou locais, portanto, as PUNs devem ser responsivas para coordenar políticas territoriais, rurais e regionais.

A participação ativa dos governos locais e autoridades municipais é necessária para alcançar os objetivos da política nacional. A alcançar os objetivos da política nacional. A política urbana requer uma integração territorial mais ampla das regiões metropolitanas e uma conectividade maior entre cidades, municípios e áreas rurais, ao mesmo tempo em que promove seus pontos fortes distintos.

As PUNs devem se esforçar para minimizar o deslocamento e preparar proativamente a terra e a infraestrutura, em vez de reconstruir ou realocar assentamentos informais depois de construídos. Sempre que possível, os assentamentos informais existentes devem ser formalmente reconhecidos e atualizados (Aliança de Cidades e ONU-Habitat 2014).



Ações Ilustrativas

O planejamento do uso da terra é uma ferramenta para gerenciar a urbanização em direção ao desenvolvimento de uso misto para promover cidades mais viáveis, acessíveis e compactas. O

ordenamento do território, que influenciou a política urbana nacional, tem sido historicamente uma ferramenta para separar atividades incompatíveis de forma a proteger os moradores de usos nocivos adjacentes, como atividades industriais ou agrícolas identificadas como "incômodas" e para tornar mais eficiente o arranjo estrutural da cidade. Uma nova geração de PUNs precisa revisar aspectos da legislação estabelecida, como antigas regulamentações de ordenamento do território e leis que regem a propriedade, uso e desenvolvimento da terra, para que sejam relevantes para as condições contemporâneas, como a expansão urbana, e melhor equipadas para lidar com crescente informalidade.

Utilizar políticas urbanas nacionais para lidar com o financiamento de grandes infraestruturas ou controlar projetos de melhoria, identificando formas de diversificar as fontes de financiamento.

Uma estratégia-chave é capturar uma parcela do aumento do valor dos terrenos que acompanha o desenvolvimento de terrenos baldios ou subutilizados, ou o redensolvimento de edifícios para propriedades de maior densidade ou usos de maior valor. A menos que os países se beneficiem das receitas geradas pelas exportações de commodities ou tenham um sistema financeiro robusto que lhes permita levantar investimentos de capital de longo prazo, o alto custo da infraestrutura urbana exige novos mecanismos além das receitas tributárias convencionais para gerar recursos financeiros. Os investimentos de base local financiados por impostos locais podem reforçar a responsabilização local (Aliança de Cidades e ONU-Habitat 2014).

Introduzir ferramentas de planejamento regional ou territorial com planos urbanos nacionais para fortalecer a conectividade e cooperação entre cidades e municípios. A cooperação pode se estender ao fortalecimento do papel das cidades secundárias no sistema urbano nacional para que funcionem melhor e ajudem a absorver algumas das pressões sobre as cidades maiores. Os governos podem usar avaliações de impacto territorial para avaliar a implementação de instrumentos de ordenamento do território e para garantir que todas as políticas setoriais relevantes abordem adequadamente os desafios que as cidades e grandes áreas urbanas funcionais estão enfrentando.

A participação ativa dos governos locais e autoridades municipais é necessária para alcançar os objetivos da política nacional.

2.1.2 Políticas de uso da terra

A terra é um tema crítico na Nova Agenda Urbana. A terra está no centro da visão compartilhada do documento, onde os governos declaram:

"Pre vemos cidades e assentamentos humanos que cumpram sua função social, incluindo a função social e ecológica da terra, com vistas a alcançar progressivamente a plena realização do direito à moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado, sem discriminação, acesso universal a água potável segura e acessível e saneamento, bem como acesso igual para todos a bens públicos e serviços de qualidade em áreas como segurança alimentar e nutrição, saúde, educação, infraestrutura, mobilidade e transporte, energia, qualidade do ar e meios de subsistência" - **NAU 13. a.**

A Nova Agenda Urbana reconhece várias vezes a questão do uso da terra. Compromete-se a promover maior segurança de posse para todos e reconhece a pluralidade de tipos de posse e ressalta a importância de desenvolver "soluções adequadas ao propósito e que respondam à idade, gênero e meio ambiente dentro do continuum dos direitos à terra e à propriedade, com atenção especial à segurança da posse da terra para as mulheres como chave para seu empoderamento, inclusive por meio de sistemas administrativos eficazes" - **NAU 35.** Além disso, a Nova Agenda Urbana destaca que o acesso à terra é um dos passos fundamentais para alcançar a estabilidade econômica e mobilidade social para moradores urbanos de baixa renda. Muitos dos desafios no desenvolvimento urbano decorrem da falta de posse e da informalidade dos mercados de terras. A Nova Agenda Urbana resolve adotar o seguinte princípio, entre outros, para alcançar sua visão: "Garantir economias urbanas sustentáveis e inclusivas, alavancando os benefícios de aglomeração de uma urbanização bem planejada... garantindo a criação de empregos decentes e acesso igual para todos aos recursos e oportunidades econômicas e produtivas e prevenindo a especulação da terra, promovendo a posse segura e gerenciando o encolhimento urbano, quando apropriado" - **NAU 14.b.**

Para obter o desenvolvimento urbano correto, as cidades devem reavaliar seus mercados fundiários e desenvolver esquemas para melhor gestão e administração da terra.

Quadro 10: O uso de taxas de melhoria na Colômbia

Ação A Contribuição de Valorização (CV), uma taxa de melhoria (ou "special assessment" nos Estados Unidos), é cobrada na Colômbia desde 1921. A taxa é uma cobrança obrigatória pelo governo sobre os donos de propriedades selecionadas para compensar o custo de uma melhoria ou serviço específico que é de benefício especial para o proprietário do imóvel.

O Instituto de Desenvolvimento Urbano (Instituto de Desarrollo Urbano, ou IDU) determina uma área de influência, onde a área será beneficiada por um projeto de obras públicas, como construção de estradas, a fim de coletar uma taxa de melhoria. As determinações da área de influência levam em consideração os benefícios de proximidade e acessibilidade ao projeto, medidos pelo impacto do projeto no valor e nas condições econômicas dos imóveis na área.

Uma vez determinada a área de influência, a taxa de melhoria é calculada de acordo com três parâmetros, que são o custo da obra, o valor agregado aos imóveis que podem ser atribuídos ao projeto e a acessibilidade da taxa (medida como a capacidade dos proprietários a pagar). No entanto, existem diferenças na implementação. Por exemplo, enquanto o modelo de Bogotá se assemelha a um imposto geral para financiar obras públicas, o modelo de Medellín está mais próximo do conceito de uma contribuição de captura de valor para financiar obras públicas, pois distribui a taxa entre os proprietários levando em consideração suas capacidade de pagamento na sequência de um processo de dupla avaliação. Normalmente, a avaliação inicial destina-se a criar um mapa dos preços dos terrenos antes da construção, enquanto a segunda avaliação determina o valor agregado hipoteticamente gerado pela nova infraestrutura. O lote ou área onde ocorre o "máximo valor agregado" é o "ponto focal", que é analisado detalhadamente para calcular o percentual máximo de acréscimo no valor, determinando o tributo. Por fim, uma vez que a taxa é distribuída aos proprietários da área, levando em consideração a acessibilidade, é determinado um período de cobrança. Embora a taxa possa ser cobrada dois anos antes da construção, o prazo máximo legal de cobrança é de cinco anos após a conclusão do projeto.

Impacto Na Colômbia, a taxa de melhoria desempenhou um papel significativo no financiamento de obras públicas e tem sido um dos principais contribuintes para as receitas municipais. Bogotá tem atualmente cerca de US\$ 1 bilhão em investimentos em obras públicas dessa taxa, com outras oito cidades menores somando US\$ 1 bilhão. Dado que a taxa incide sobre 1,5 milhão de propriedades em Bogotá com taxas de inadimplência relativamente baixas, mais baixas do que para o imposto predial, há uma aceitação geral da taxa pelos proprietários.

Fonte: Borrero Ochoa, Lincoln Institute of Land Policy, 2011

Diagrama 14: Políticas de uso da terra



MECANISMOS DE INTERVENÇÃO

POLÍTICAS DE USO DA TERRA

689-880 milhões

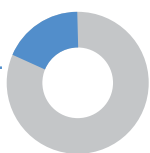
O número de moradores de favelas no mundo em desenvolvimento aumentou entre 1990 e 2014.

46% - 29%

A parcela da população urbana que vive em favelas diminuiu de 1990 a 2014.



6%
África
Subsaariana



35%
Sul da Ásia



24%
América Latina
e Caribe

% da população urbana que vive em favelas

PRINCÍPIOS



Ativos de terra

A terra é um dos bens mais valiosos que uma cidade possui.



Gestão de áreas informais

Cidades em processo de rápido crescimento devem se concentrar em prevenir a formação de novos assentamentos informais enquanto realizam projetos nas favelas atuais.



Titulação de terra

A regularização de terra ou "titulação da terra" pode ajudar a aumentar a renda e a produtividade, o acesso ao crédito, o investimento habitacional e a educação infantil.



Propriedade da terra

Cada cidade e país deve registrar seus sistemas exclusivos de propriedade da terra para planejar o desenvolvimento e a gestão.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Administração de terras

Desenvolver um sistema adequado de administração de terras.



Integração de terras

Contabilizar a terra fragmentada e projetar estratégias sua integração.



Reajuste de terras

Desenvolver políticas de reajuste de terra para apoiar a regeneração urbana.



Compartilhamento de terras

Desenvolver esquemas de compartilhamento de terras através de reassentamento habitacional.



Regularização de posse

Regularizar a posse para melhorar as áreas informais dentro e ao redor das cidades.



Captura de valor

Desenvolver métodos de captura de valor da terra para financiar a infraestrutura.

Devido a mercados de terras disfuncionais, assentamentos informais crescem dentro e ao redor das cidades. Devido a falta de posse segura, os residentes informais não podem investir em melhorias em suas terras e viver em melhores condições. Planos de uso da terra ineficientes resultam em assentamentos extensos onde os moradores não têm acesso a serviços adequados de água e saneamento.

Princípios

A terra é um dos bens mais valiosos que uma cidade possui. Seja público ou privado, os ativos de terra devem ser contabilizados e administrados adequadamente para fornecer habitação, espaços públicos e infraestrutura para todos os moradores.

Cidades em processo de rápido crescimento devem se concentrar em prevenir a formação de novos assentamentos informais enquanto realizam projetos nas favelas atuais. Isso será implementado por meio da contenção do crescimento espacial, ao mesmo tempo em que fornece terrenos acessíveis dentro das cidades para moradores urbanos pobres e para a população migrante.

A regularização de terra ou “titulação da terra” pode ajudar a aumentar a renda e a produtividade, o acesso ao crédito, o investimento habitacional e a educação infantil. A titulação é um processo

pelo qual a posse informal é integrada a um sistema reconhecido pelas autoridades públicas. Assentamentos informais podem ser formados em terras públicas ou privadas, e sua formação pode acontecer naturalmente ou por meio de um corretor que organiza um grupo para ocupar um pedaço de terra (ver Quadro 10).

Cada cidade/país tem diferentes sistemas de propriedade da terra. É importante registrar esses sistemas para planejar seu desenvolvimento e gerenciamento. A propriedade da terra pode ser privada, pública, comunal ou patrimonial.

- Os ativos de **terras públicas** podem ser de propriedade direta de um governo (central, estadual ou local) ou de suas subsidiárias. Em alguns países como China ou Cingapura, todas as terras são de propriedade do governo. Nesses casos, o governo pode optar por arrendar a terra a entidades privadas para diversos usos. Em alguns países do Oriente Médio (Egito, Arábia Saudita e assim por diante), as terras desérticas são todas de propriedade do governo.
- A **terra privada** é propriedade de indivíduos, corporações, instituições ou outros órgãos privados. Embora essa terra seja administrada de forma privada, ela é regulamentada pelos governos por meio de uma série de regras, como planos de uso da terra e códigos de zoneamento.

A regularização de terra ou “titulação da terra” pode ajudar a aumentar a renda e a produtividade, o acesso ao crédito, o investimento habitacional e a educação infantil.



Vista do centro de Bogotá com a Cordilheira dos Andes ao fundo. © jkraft5 / Envato Elements

A propriedade privada da terra pode ser formal ou informal (como no caso das favelas). No caso da propriedade informal da terra, o governo pode autorizar a população a permanecer e desenvolver a terra se ela puder demonstrar que a ocupa por um determinado período de tempo. Em alguns países do Oriente Médio, essa regra permite que os ocupantes de terras “mortas” (Mawat), como terras estéreis ou desérticas, possuam e valorizem a terra. No Brasil, a lei permite que imóveis residenciais de até 250 metros quadrados recebam Certificados de Direito Real de Uso após cinco anos de ocupação contínua.

- A **terra comunal** também é chamada de terra consuetudinária e pertence a um grupo de pessoas ou a um grupo étnico ou tribo específico. Este tipo de propriedade é dominante em muitos países africanos, como Gana e Zâmbia. Este tipo de terra é administrado por uma pessoa designada ou por um líder comunitário ou tribal em nome da comunidade. Esse sistema interage com outros sistemas de gestão da terra e geralmente leva a distorções no funcionamento dos mercados de terra urbanos.
- A **terra patrimonial** é especialmente comum nas sociedades muçulmanas em todo o mundo e funciona como um fundo de terras. É chamado *Awqaf* no Irã, Egito e Turquia, e *habous* no Marrocos, e assim por diante. Nesses casos, o proprietário original doa a terra e suas receitas futuras a uma causa social ou religiosa. Um administrador fica responsável pela gestão da terra e suas funções. Esta terra não pode ser vendida ou utilizada para qualquer outro fim. Estima-se que 30% das terras nos países islâmicos sejam terras patrimoniais, o que torna o planejamento da renovação urbana difícil e ineficiente.



Ações Ilustrativas

Desenvolver um sistema adequado de administração de terras. As novas tecnologias permitem opções mais baratas no desenvolvimento de cadastros de terras e sistemas de informação. Explorar essas tecnologias, que geralmente incluem o trabalho

com imagens de satélite, pode economizar tempo e dinheiro e fornecer um banco de dados terrestre quase perfeito.

Contabilizar a terra fragmentada e projetar estratégias sua integração.

Em muitos casos, o governo precisa integrar terrenos por várias razões, incluindo a construção de instalações públicas e infraestrutura. Existem várias ferramentas à disposição do governo. Estes incluem ferramentas voluntárias e involuntárias. As ferramentas voluntárias incluem compra a preços de mercado ou negociados, reajuste de terras ou desenvolvimento urbano e compartilhamento de terras. Em casos especiais e quando as ferramentas voluntárias não estão disponíveis, uma variedade de ferramentas involuntárias podem ser utilizadas, como a desapropriação e o direito de preempção.

Desenvolver políticas de reajuste de terra.

Nessa abordagem, o governo municipal pode usar esquemas de reajuste de terra para agrupar ou integrar vários lotes de propriedade privada para assumir um projeto de regeneração urbana. O reajuste da terra é uma ferramenta eficaz para permitir que os governos locais assumam projetos de regeneração por meio do aumento do valor da terra e envolvendo os moradores e proprietários originais como partes interessadas. Também é benéfico para o governo porque não requer um investimento inicial maciço para comprar a terra dos proprietários. Uma variação do reajuste da terra é chamada de redensolvemento urbano e é uma abordagem muito comum para regenerar áreas propensas a desastres no Japão sob sua Lei de Redensolvemento Urbano. Esta lei permite que proprietários de terras, inquilinos e desenvolvedores regenerem áreas inseguras, desenvolvam novos trânsitos e criem oportunidades de desenvolvimento. O governo ajuda e se beneficia desse processo alterando os códigos de zoneamento de residencial para uso misto, além de permitir a zonificação. Os esquemas de desenvolvimento urbano são implementados em áreas urbanas existentes e muitas vezes envolvem um rezoneamento pelo governo de uma determinada área de uma habitação unifamiliar de baixa densidade (uso misto ou comercial). Geralmente é acompanhado pela provisão de melhorias de infraestrutura (transporte de massa, como linhas de metrô) que podem suportar essa zonificação.

As novas tecnologias permitem opções mais baratas no desenvolvimento de cadastros de terras e sistemas de informação.

Desenvolver esquemas de compartilhamento de terras. O compartilhamento de terras é um método pelo qual terras públicas ou privadas existentes ocupadas por posseiros são redesenvolvidas para permitir a regularização do empreendimento existente por meio de reassentamento de moradias para realojamento de posseiros. Ao mesmo tempo, novos usos da terra a preços de mercado são co-localizados e podem se beneficiar dessas parcelas de terra bem localizadas. Isso é realizado através de um adensamento do desenvolvimento existente que pode permitir um desenvolvimento vertical de usos residenciais de baixa densidade existentes, abrindo assim partes do terreno para novos desenvolvimentos. A abordagem de compartilhamento de terras beneficia os ocupantes existentes, que têm o direito de permanecer no local e proprietários de terras existentes, que podem recuperar e se beneficiar de parte da terra. Um bom exemplo de ferramentas de compartilhamento de terras é o de Bangkok nas décadas de 1970 e 1980, onde o rápido crescimento econômico resultou em um aumento no preço da terra urbana. Como muitas das favelas estavam localizadas em áreas urbanas desejáveis e acessíveis, o governo negociou sete acordos de compartilhamento de terras com os moradores das favelas para acomodar o desenvolvimento comercial sem deslocá-los. Esses acordos foram feitos em casos de disputas de direitos fundiários de longa data entre os proprietários e 10.000 moradores de favelas. O acordo permitiu a construção de arranha-céus para abrigar os moradores, de modo que partes do terreno pudessem ser liberadas para empreendimentos imobiliários lucrativos. Em todos os casos, os moradores das favelas pagaram uma parte da construção por meio de um esquema de empréstimo (Banco Mundial 2010).

Regularizar a posse. A regularização da posse pode ser eficaz na modernização das áreas informais dentro e ao redor das cidades. Vários países experimentaram métodos diferentes e algumas lições surgiram. Em primeiro lugar, uma maneira eficaz de garantir a posse é estabelecer a propriedade comunitária/coletiva dos títulos de terra para garantir que a comunidade permaneça no local. Em segundo, a regularização da posse não significa necessariamente que o título da terra seria transferido para o ocupante. Isso pode significar que o ocupante obtém o direito

de usar a terra em perpetuidade ou pode se dar através de arrendamento de curto ou longo prazo. Em cada caso, a cidade deve estudar as condições para determinar a melhor ação.





Desenvolver métodos de captura de valor da terra.

A captura de valor é um termo abrangente que inclui políticas que se concentram em capturar uma porcentagem do aumento no valor da terra que resulta de investimentos em infraestrutura pública ou do crescimento da população urbana. Em geral, os governos podem usar dois conjuntos distintos de ferramentas para alavancar o aumento no preço da terra privada para financiar a infraestrutura: ferramentas financeiras e ferramentas regulatórias (ver Tabela 2).

- As **ferramentas financeiras** envolvem a troca direta de fundos entre os setores público e privado para um projeto de regeneração. Estes podem incluir uma variedade de métodos de captura de valor, como taxas de impacto, taxas e avaliações especiais. Nessa categoria, existem ferramentas mais sofisticadas e que exigem alta capacidade do governo para execução e implementação. Mais importante, essas ferramentas exigem que a cidade seja digna de crédito e possa pedir empréstimos nos mercados financeiros. O segundo grupo de tais ferramentas não requer uma ligação com o mercado de capitais e pode ser implementado por cidades sem esse acesso.
- As **ferramentas regulatórias** são aplicáveis a terras privadas e incluem categorias fiscais ou políticas. Elas geram receitas municipais e são baseadas em regulamentos de zoneamento e ordenamento do território. Os desenvolvedores privados geralmente iniciam planos diferentes e desenvolvimentos mais densos e de maior impacto para aumentar seus ganhos financeiros com os projetos. O uso de ferramentas fiscais envolve qualquer forma de assistência monetária ao setor privado permitida por lei. Mas as ferramentas políticas geralmente envolvem a criação de um ambiente regulatório atraente para atrair o setor privado. Essas ferramentas dependem exclusivamente do planejamento do uso da terra pelo governo e da capacidade de alavancá-lo para atingir a regeneração urbana.

A captura de valor é um termo abrangente que inclui políticas que se concentram em capturar uma porcentagem do aumento no valor da terra que resulta de investimentos em infraestrutura pública ou do crescimento da população urbana.

Tabela 2: Resumo das ferramentas de captura de valor da terra

FERRAMENTA	DESCRIÇÃO
FERRAMENTAS FINANCEIRAS	
Exações do desenvolvedor e taxas de impacto 	<p>Uma forma popular de captura de valor, exações do desenvolvedor e taxas de impacto são pagas pelo setor privado para cobrir o custo de infraestrutura e serviços públicos adicionais quando novos lotes de terra estão sendo desenvolvidos. Essas são cobranças únicas e iniciais exigidas pelo setor público para aprovar o desenvolvimento planejado. Às vezes, essas taxas não são cobradas em dinheiro. O governo pode pedir ao desenvolvedor que reserve terrenos para uso público, pague por conexões de serviços públicos ou construa infraestrutura no terreno. Essas taxas, sob qualquer forma, são projetadas para reduzir a carga do governo para fornecer infraestrutura ou estender a rede de serviços.</p>
Taxas de melhoria 	<p>As taxas de melhoria são consideradas a forma mais direta de captura de valor e são impostos ou taxas cobradas sobre terras que ganharam valor por causa de investimentos em infraestrutura pública. A diferença entre essas taxas e as taxas de impacto é que elas são aplicadas a terras privadas "ex-post" (após a terra ter ganho valor devido a melhorias de infraestrutura). Isso significa que as taxas de impacto e as cobranças dos desenvolvedores apóiam o custo dos orçamentos, e as taxas de melhoria tentam capturar parte do investimento em infraestrutura já incorrido pelo governo (Peterson 2009). Veja o Quadro 10 sobre o uso de taxas de melhoria na Colômbia.</p>
Financiamento de incremento fiscal (TIF) 	<p>O TIF é uma ferramenta de desenvolvimento econômico e imobiliário destinada a coordenar as ações dos setores público e privado. O TIF financia atividades de desenvolvimento econômico em uma área designada, destinando os aumentos previstos da receita do imposto sobre a propriedade (o "incremento") que resultarão se o investimento do TIF estimular novos empreendimentos e valorização imobiliária. O TIF tem quatro elementos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um limite geográfico definido chamado distrito TIF • Um período de operação definido e limitado • Despesas que incentivam o desenvolvimento econômico • Valorização imobiliária que gera novas receitas de IPTU (Merriman 2018)
Distritos de avaliação especial 	<p>Depois que um distrito de avaliação especial é atribuído, um imposto adicional (chamado de avaliação) é cobrado sobre as propriedades do distrito. Essa avaliação é então usada para respaldar uma emissão de títulos para pagar a infraestrutura pública. Para que isso funcione, a maioria dos proprietários deve concordar. Os aspectos atraentes desse tipo de ferramenta são que ela expande o orçamento de capital disponível e alinha incentivos do contribuinte e beneficiários (Amirtahmasebi e outros 2016).</p>
FERRAMENTAS REGULATÓRIAS	
Bônus de densidade, zoneamento e zoneamento inclusivo	<p>Essas ferramentas são todas baseadas em incentivos que são projetados para o desenvolvimento em áreas marcadas para regeneração urbana. O zoneamento é uma ferramenta que permite que um desenvolvedor do setor privado aumente o desenvolvimento máximo permitido em um lugar em troca de fundos ou metas de política definidas. As cidades que experimentam alta demanda de mercado com disponibilidade limitada de terra usaram essa ferramenta com sucesso para atingir metas políticas específicas. O zoneamento está permitindo o desenvolvimento em zonas restritas, seja com maior densidade ou uma mudança de uso do solo de maior valor (por exemplo, de industrial para residencial ou comercial). Os bônus de densidade têm sido usados para promover, entre outros objetivos de política, a conservação ambiental, espaços públicos e produção de unidades adicionais de habitação de baixa renda (Amirtahmasebi e outros 2016).</p>
Transferência de direitos de desenvolvimento	<p>A transferência de direitos de desenvolvimento é uma ferramenta de planejamento urbano voluntária e baseada em incentivos, que permite ao dono de uma propriedade e do terreno associado a ela transferir os direitos de desenvolvimento para um lote diferente, com direitos de desenvolvimento restritos. Historicamente, essa ferramenta foi projetada para permitir que os proprietários de um edifício histórico gerem retorno econômico sobre o terreno que não foi autorizado a ser desenvolvido e distribuam o custo financeiro da preservação histórica dentro da comunidade. Hoje, ele é usado por diversos motivos, e inclui a transferência de direitos de desenvolvimento para lotes adjacentes, muitos em uma área diferente ou até mesmo para serem usados posteriormente.</p>

2.1.3 Políticas de habitação e urbanização de favelas

A Nova Agenda Urbana promove a implementação de programas de desenvolvimento urbano sustentável que colocam a habitação no centro de suas abordagens, bem como a realização plena e progressiva do Direito à Moradia Adequada como uma poderosa força transformadora.

Por meio da Nova Agenda Urbana, os governos reafirmaram seu compromisso com a realização do direito à moradia adequada:

“Nós nos comprometemos a promover políticas habitacionais nacionais, subnacionais e locais que apoiem a realização progressiva do direito à moradia adequada para todos como um componente do direito a um padrão de vida adequado, que aborde todas as formas de discriminação e violência e evite despejos forçados e que se concentrem nas necessidades das pessoas em situação de rua, de vulnerabilidade, grupos de baixa renda e pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que possibilitam a participação e o engajamento das comunidades e partes interessadas relevantes no planejamento e implementação dessas políticas, incluindo o apoio à produção social de habitat, de acordo com a legislação e normas nacionais” - **NAU 31**.

A Nova Agenda Urbana declara a provisão habitacional como um componente crucial do planejamento urbano e enfatiza esquemas habitacionais bem localizados e bem distribuídos para “evitar conjuntos habitacionais de massa periféricos e isolados desvinculados dos sistemas urbanos” - **NAU 112**. Também defende políticas habitacionais que fomentem abordagens locais integradas e se baseiem nos princípios de inclusão social, eficácia econômica e proteção ambiental. Esta seção apresenta uma revisão das políticas de habitação como uma parte importante do planejamento espacial que impulsiona a transformação econômica sustentável e inclusiva e o crescimento econômico nas cidades, e destacará diferentes opções de financiamento habitacional em nível nacional.

Os governos se comprometeram “a promover o desenvolvimento de políticas e abordagens de habitação integradas e sensíveis à idade e ao gênero em todos os setores, em particular nos setores de emprego, educação, saúde e integração social, e em todos os níveis de governo – políticas e abordagens que incorporam a oferta de habitação adequada, acessível, eficiente em termos de recursos, segura, resiliente, bem conectada e bem localizada, com especial atenção ao fator de proximidade e ao reforço da relação espacial com o resto do tecido urbano e a envolvente funcional áreas” - **NAU 32**.



Telhados ao pôr do sol de uma favela no distrito de Airoli em Mumbai, Índia. © FiledIMAGE / Envato Elements

Diagrama 15: Políticas de habitação e urbanização de favelas



O setor habitacional promovido pela Nova Agenda Urbana enfatiza os princípios de inclusão social, eficácia econômica e proteção ambiental - **NAU 106**. Reconhece o papel fundamental da habitação no desenvolvimento econômico e na redução da pobreza, e promove a igualdade de acesso à moradia adequada e acessível como um equalizador eficaz para a prosperidade e o crescimento compartilhados, para acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões. A habitação, de fato, contribui para a formação de capital e geração de renda e emprego, e pode contribuir para impulsionar a transformação econômica sustentável e inclusiva nos níveis nacional, subnacional e local - **NAU 46. O ODS 11** também afirma a importância da habitação para o desenvolvimento urbano sustentável e estabelece a meta de garantir o acesso universal "à moradia adequada, segura e acessível e aos serviços básicos, e melhorar as favelas" - **Meta ODS 11.1**.

A Nova Agenda Urbana exige ações para desenvolver com sucesso cidades e assentamentos humanos onde todas as pessoas possam desfrutar de direitos e oportunidades iguais, bem como de suas liberdades fundamentais, guiadas pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o pleno respeito ao direito internacional. Nesse sentido, a Nova Agenda Urbana está fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos tratados internacionais de direitos humanos, na Declaração do Milênio e no Resultado da Cúpula Mundial de 2005, e é informada por outros instrumentos como a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento - **NAU 12**.

Desde as Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos em Vancouver em 1976 e em Istambul em 1996, e da adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2000, houve melhorias significativas na qualidade de vida de milhões de habitantes urbanos, incluindo moradores de favelas e de assentamentos informais. No entanto, apesar da queda de 46,2% em 1990 para 29,7% em 2014 na porcentagem de pessoas que vivem em favelas (ONU-Habitat 2016), o número absoluto de moradores de favelas continua crescendo. O ONU-Habitat estima que o número de moradores de favelas no mundo em desenvolvimento aumentou de 689 milhões em 1990 para 791 milhões em 2000 e 880 milhões em 2014. Hoje, há um bilhão de pessoas

Quadro 11: O programa de hipoteca comunitária nas Filipinas

Ação Nas Filipinas, o Programa de Hipoteca Comunitária (CMP), um componente do Programa Nacional de Habitação, foi criado como um programa de empréstimo/hipoteca em grupo para ajudar associações legalmente organizadas de cidadãos desprivilegiados e em situação de rua a comprar e desenvolver terras e também possuir os lotes que ocupam ou desejam se mudar para "sob o conceito de propriedade comunitária". O CMP transfere fundos para a associação comunitária e também oferece empréstimos para melhoria do local e construção de casas. O CMP oferece o mais alto grau de segurança da posse da terra por meio da propriedade sem a necessidade de transferência de assentados informais para áreas distantes de seus empregos e serviços urbanos essenciais. Em contrapartida, as organizações comunitárias têm que cumprir requisitos documentais e organizacionais, que são processos lentos, que levam até alguns anos para serem realizados e, de certa forma, desencorajam os proprietários a vender para a organização comunitária.

O programa de empréstimos trabalha para desenvolver habitações para a população mais pobre. Os empréstimos habitacionais foram planejados para serem realizados em fases: a primeira fase abrange a aquisição de terrenos, a segunda fase paga o desenvolvimento do local e a terceira fase cobre a melhoria da casa. No entanto, a maioria dos empréstimos foi concedida apenas para a primeira fase, uma vez que cobrir todas as fases era inacessível para os pobres. O programa começa quando uma comunidade (em parceria com uma organização comunitária) solicita um empréstimo da Corporação Nacional de Financiamento de Hipotecas para Habitação (NHMFC). O montante do empréstimo está correlacionado com o valor do terreno avaliado pelo NHMFC. Todos os locais e assentamentos devem obter autorização do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais e uma licença de desenvolvimento de supervisão aprovada pelo governo local.

Impacto O programa atendeu 217.929 famílias e desembolsou PHP 8,5 bilhões em assistência de empréstimos de 1989 a 2010.

vivendo em favelas e assentamentos informais. De acordo com estimativas do ONU-Habitat, a proporção da população urbana vivendo em condições de favela em áreas urbanas era particularmente alta na África Subsaariana (62 por cento), seguida pelo Sul da Ásia (35 por cento), em comparação com 24 por cento na América Latina, América e Caribe e 13% no Norte da África (ONU-Habitat 2014). O aumento dos conflitos e da instabilidade, a migração e a pobreza urbana e a urbanização acelerada e o crescimento populacional explicam esta tendência.

A Nova Agenda Urbana prioriza a promoção de medidas para fortalecer e readequar todo o parque habitacional de risco, inclusive em favelas e assentamentos informais, para torná-lo resiliente a desastres, em coordenação com autoridades locais e partes interessadas - **NAU 77**. Também promove a governança inclusiva e uma abordagem participativa - **NAU 13. b, 15. ii, 41**. Preconiza cidades e assentamentos humanos que cumpram sua função social, inclusive por meio do acesso à terra, infraestrutura, água, saneamento, mobilidade e serviços de qualidade - **NAU 13. a, 34, 35, 55**; crescimento económico inclusivo e economias urbanas sustentáveis - **NAU 13. d**; e não deixando ninguém para trás, por meio de abordagens em favor da população mais pobre de oportunidades igualmente compartilhadas e acesso aos benefícios que a urbanização pode oferecer - **NAU 27**.

A Nova Agenda Urbana apoia esquemas incrementais de habitação e autoconstrução para melhoria de favelas e assentamentos informais - **NAU 107**. Também apoia extensões urbanas planejadas – priorizando a renovação, regeneração e adaptação de áreas urbanas, conforme apropriado, incluindo a melhoria de favelas e assentamentos informais – preservando o patrimônio cultural, contendo a expansão urbana - **NAU 97**, fortalecendo a resiliência urbana e reduzindo os riscos e vulnerabilidades de desastres - **NAU 77**.

Outras estruturas globais, incluindo os ODS, reconhecem a necessidade de ação. O **ODS 11** pede a garantia de acesso a moradias e serviços básicos adequados, seguros e acessíveis para todos e menciona especificamente a importância de melhorar as favelas. Em particular, o alcance da **Meta 1 do ODS 11** – Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia e serviços básicos adequados, seguros e acessíveis, e melhorar as favelas – é medido por meio do indicador que reflete a proporção da população urbana que vive em favelas, assentamentos informais ou habitação inadequada. Outros ODS reconhecem e são particularmente relevantes para os esforços para melhorar as favelas, como **ODS 1** – Acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares, **ODS 5** – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, **ODS 8** – Trabalho decente e crescimento econômico e **ODS 16** Paz, justiça e instituições fortes. A Figura 20 mostra uma favela em Medellín, Colômbia.

A Meta 1 do ODS 11 é medido por meio do indicador que reflete a proporção da população urbana que vive em favelas, assentamentos informais ou habitação inadequada.



Princípios

A moradia adequada não é apenas um teto, é um catalisador para o acesso a outros direitos e não deve deixar ninguém para trás. A moradia adequada, acessível e bem localizada é um caminho para o gozo de vários direitos humanos, incluindo os direitos ao trabalho, saúde, previdência social, voto, privacidade e educação. A política habitacio-

Figura 20: Favela em Medellín, Colômbia.



nal deve promover a justiça social, a inclusão social e o desenvolvimento de toda a comunidade. Uma série de condições além de quatro paredes e um telhado devem ser atendidas para caracterizar “habitação adequada” – segurança de posse; disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; acessibilidade; habitabilidade; acessibilidade; localização; e adequação cultural. As políticas de habitação devem assegurar que a oferta de habitação abranje as necessidades particulares das diferentes comunidades, assegurando que nenhum grupo de pessoas seja prejudicado pela sua implementação. Os novos empreendimentos habitacionais nas cidades devem atender às necessidades habitacionais de todas as pessoas vulneráveis, independentemente de idade, saúde mental ou física, cidadania, renda ou origem. As políticas devem promover a densidade certa de habitação e encorajar o desenvolvimento de tipologias de habitação que possam responder a uma gama diversificada de tamanhos de famílias, conforme necessário.

Colocar a habitação no centro promove uma abordagem coordenada da urbanização, reconhecendo a necessidade de uma visão de longo prazo e compromisso com o desenvolvimento do setor habitacional a ser integrado às Políticas Urbanas Nacionais. A “habitação no centro” promove a conjugação da política habitacional e da política

urbana nacional, com a habitação reconhecida como de importância acrescida como um imperativo para o desenvolvimento socioeconômico e o futuro sustentável das cidades.

O processo de planejamento em torno da política habitacional deve implantar métodos eficazes por meio dos quais as comunidades possam influenciar as decisões tomadas sobre habitação e temas relacionados. Somente as comunidades sabem o que precisam em um esquema habitacional. Em lugares onde a terra é limitada e os governos avançam para a construção de arranha-céus, a contribuição da comunidade deve ser registrada e integrada para garantir que os espaços de vida acomodem seus estilos de vida e necessidades. Fornecer uma opção para a comunidade opinar no design lhes daria voz e atenderia ao seu gosto ao atualizar habitações antigas e informais.

A “habitação no centro” promove a conjugação da política habitacional e da política urbana nacional, com a habitação reconhecida como de importância acrescida como um imperativo para o desenvolvimento socioeconômico e o futuro sustentável das cidades.



Ações Ilustrativas

Colocar as pessoas no centro do processo de planejamento: Incentivar o desenvolvimento de uma infinidade de tipos de habitação para as diversas necessidades dos habitantes de uma cidade por meio de programas habitacionais personalizados, mecanismos de financiamento e/ou incentivos

Figura 21: Villa 31 é um assentamento informal localizado na cidade de Buenos Aires, Argentina, nos bairros Recoleta e Retiro.



de zoneamento. As cidades precisam de uma variedade de tipologias de habitação para atender a diferentes grupos de renda e evitar a informalidade e a falta de moradia. Para os migrantes rurais-urbanos que precisam de habitação transitória, pode ser desenvolvido um modelo de "abrigo mínimo". Esse modelo fornece uma unidade designada para corresponder à capacidade dos ocupantes em potencial de pagar por ela, em oposição à abordagem tradicional em que os planejadores desenvolvem a habitação e, em seguida, estimam quantas pessoas poderiam pagar por ela. Em Cingapura, por exemplo, um plano de habitação em Nova York "estilo dormitório" adotado em 2014, acelerou a construção e preservação de moradias populares, incentivando uma ampla variedade de tipos e programas de moradia.

Além da habitação em massa, desenvolver abordagens habitacionais progressivas para fornecer acesso a serviços e uma unidade central mínima, exigindo que os moradores construam e expandam por conta própria de acordo com os padrões estabelecidos. Pesquisas mostram que apoiar a construção progressiva de moradias por grupos de baixa renda por meio de uma abordagem facilitadora pode contribuir significativamente para a solução de problemas habitacionais. Para que a intervenção habitacional progressiva seja bem-sucedida, o fato de ser intensivamente demorada e baseada em processos deve ser considerado. Muitas famílias trabalham na melhoria e ampliação de suas casas ao longo de todo o ciclo familiar, primeiro para obter os padrões mínimos de tamanho e qualidade, e depois para acomodar mudanças na estrutura familiar ou para obter renda de seu investimento na casa (Greene e Rojas 2008). A habitação progressiva geralmente tem três fases: acessar a terra, construir o núcleo habitacional e fazer melhorias progressivas (Greene e Rojas 2008). Um dos programas mais bem-sucedidos é o Patrimonio Hoy, lançado em 1998 no México para responder às crescentes necessidades habitacionais de pessoas de baixa renda. O programa visa reduzir o custo e o tempo necessário para os pobres melhorarem suas moradias. Tem como alvo moradores de baixa renda que ganham menos de quatro salários mínimos e não têm acesso a programas de crédito e financiamento habitacional do governo. O programa oferece aos moradores microcréditos, assistência técnica e materiais de construção. Beneficiou mais de 300 mil famílias de baixa renda e gerou um número significativo de empregos (IBD 2011).

Aumentar a oferta de habitação a partir do aluguel.

O desenvolvimento de habitação para aluguel a preços acessíveis é uma parte importante de uma política habitacional. O aluguel de moradia é uma grande ajuda para as famílias sem renda suficiente para comprar uma casa ou fornecer um sinal para ter acesso ao financiamento habitacional. Além disso, o aluguel de moradia pode ajudar os cidadãos que trabalham no setor informal e não se qualificam para empréstimos hipotecários. Além disso, os mercados de aluguel são necessários para a mobilidade dos trabalhadores. Por fim, o desenvolvimento de unidades de aluguel em áreas urbanas densas pode evitar a expansão, já que muitos compradores de imóveis de baixa renda são forçados a se mudar para os subúrbios para poder pagar por moradia.

Desenvolver uma combinação de subsídios para oferta e demanda. Para desenvolver um mercado imobiliário saudável, as cidades devem obter os subsídios, financiamento e tributação corretos. A experiência mostrou que os subsídios de demanda são a forma mais eficaz de subsídios para habitação. No entanto, eles exigem grandes compromissos fiscais do governo e exigem a coleta e atualização de informações sobre os beneficiários. Por outro lado, os subsídios de oferta não podem fornecer unidades acessíveis aos grupos de renda mais baixa e provavelmente implicarão obrigações orçamentárias de longo prazo. Para atender os grupos de menor renda com opções de aluguel de moradia, uma combinação de subsídios de oferta e demanda deve ser usada. Para a demanda, o valor da assistência direta aos inquilinos de baixa renda deve estar atrelado à renda familiar, ao aluguel e ao tipo de domicílio ou tamanho da família.

Organizar os mercados hipotecários atendendo aos níveis de renda mais baixos e desenvolvendo mercados primários e secundários de financiamento habitacional, através da emissão de crédito e garantias para aquisição de habitação, construção e modernização de projetos. Um exemplo bem-sucedido de tais políticas é o desenvolvimento de um sistema de financiamento habitacional no México com a introdução de um pacote abrangente de política habitacional federal em 2001. Esse pacote inclui uma reforma financeira e operacional do INFONAVIT, o maior banco hipotecário público; a criação de uma organização especializada (Comisión Nacional de la Vivienda, ou CONAVI) para coordenar os esforços do setor habitacional; a implementação de um programa

O desenvolvimento de moradias populares perto de corredores de trânsito, juntamente com o desenvolvimento de uso misto, pode ser uma ferramenta poderosa para combater o aumento dos preços da terra e garantir a equidade social e a inclusão de grupos de baixa renda na estrutura de planejamento urbano.

de subsídio em larga escala para famílias de baixa renda para aquisição de habitação (Esta es Tu Casa); o desenvolvimento de produtos de co-financiamento e de um mercado secundário (títulos garantidos por hipotecas); e a criação de um programa de garantias, operado por um banco de desenvolvimento de segunda linha. Os resultados foram quantitativamente impressionantes: o número de hipotecas emitidas no país aumentou 126% no período 2000-2008 e os quatro maiores incorporadores imobiliários agora são negociados no mercado de ações (Banco Interamericano de Desenvolvimento 2011). O Quadro 11 explica um programa de hipotecas nas Filipinas..

Para diminuir o custo de aquisição da terra, desenvolver modelos habitacionais densos e de renda mista próximos à rede de transporte.

O desenvolvimento de moradias populares perto de corredores de trânsito, juntamente com o desenvolvimento de uso misto, pode ser uma ferramenta poderosa para combater o aumento dos preços da terra e garantir a equidade social e a inclusão de grupos de baixa renda na estrutura de planejamento urbano. As ferramentas de terra acima podem ser combinadas com subsídios de demanda para criar uma comunidade de renda mista e uso misto ao longo dos corredores de trânsito. No Brasil, o programa Minha Casa, Minha Vida, que foi responsável por um terço de todos os projetos habitacionais de baixa renda no Brasil em 2013, também está focado no desenvolvimento de moradias populares próximas à rede de trânsito, quando possível. Por exemplo, este programa iniciou um projeto na cidade de Rio Grande. Designou um terreno vazio para evitar a especulação imobiliária. O Governo Federal doou o terreno para a cidade, e é uma área que já conta com serviços públicos, infraestrutura e acesso a transporte. A ideia é tornar fornecer casa a 1.300 famílias de baixa renda, onde possam manter suas relações sociais e ter acesso a serviços, empregos, educação e recursos de saúde em toda a cidade (Caccia e Zottis 2015).

2.1.4 Legislação e regulamentos urbanos

A Nova Agenda Urbana reconhece explicitamente o papel de liderança dos governos nacionais no desenvolvimento e implementação de legislação para o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, ao mesmo tempo em que pede a participação de outras partes interessadas relevantes, incluindo governos locais e sociedade civil - **NAU 15.b**. Isso é acompanhado pelo **ODS 11**, que visa "melhorar a urbanização inclusiva e sustentável e a capacidade de planejamento e gestão participativa, integrada e sustentável de assentamentos humanos em todos os países" - **ODS Meta 11.3**. Fortalecer as parcerias e melhorar a coordenação é visto como fundamental para o sucesso do desenvolvimento e revisão da legislação e mecanismos legais urbanos - **NAU 21**. Isso requer implicitamente um equilíbrio entre os interesses públicos e privados e a participação de uma diversidade de atores. A transparência no processo e nos resultados do planejamento é importante para promover a igualdade nos resultados.

Os governos se comprometeram a "tomar medidas para estabelecer estruturas legais e políticas, com base nos princípios de equidade e não discriminação", bem como "promover um ambiente seguro, saudável, inclusivo e seguro nas cidades e assentamentos humanos, permitindo que todos vivam, trabalhem e participem da vida urbana sem medo de violência e intimidação" - **NAU 89, 39**. A Nova Agenda Urbana faz uma referência explícita para "promover o desenvolvimento de regulamentos adequados e exequíveis no setor de habitação... combatendo e prevenindo a especulação, o deslocamento, a falta de moradia e despejos forçados arbitrários" - **NAU 111**. A Nova Agenda Urbana também incentiva o "desenvolvimento de políticas, ferramentas, mecanismos e modelos de financiamento que promovam o acesso a uma ampla gama de opções de habitação sustentável e acessível, incluindo aluguel e outras opções de posse" - **NAU 107**. A Nova Agenda Urbana prevê cidades

Diagrama 16: Legislação e regulamentos urbanos

MECANISMOS DE INTERVENÇÃO LEGISLAÇÃO E REGULAMENTOS URBANOS

PRINCÍPIOS



Necessidades dos cidadãos

As leis urbanas devem ter fortes ligações com as necessidades dos cidadãos.



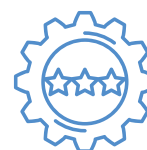
Processo de compliance

Os processos de compliance criados por marcos legislativos devem ser simples, rápidos e acessíveis.



Estruturas legais

Os quadros jurídicos devem ser caracterizados por estruturas institucionais e governamentais claras.



Avaliação

O processo legislativo deve incluir uma avaliação adequada dos recursos.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Leis urbanas

Promover o acesso a um ambiente urbano seguro, saudável e inclusivo por meio de leis urbanas de qualidade.



Planejamento espacial

Desenvolver um planejamento espacial responsável e eficaz.



Gestão de terras

Definir objetivos de gestão da terra inclusiva, eficaz e multidimensional e a segurança da posse da terra.



Habitação

Legislação para igualdade de acesso a habitação adequada e acessível.



Serviços urbanos

Marcos regulatórios apropriados para desenvolver e gerenciar serviços urbanos básicos.



Finanças municipais

Melhorar a prestação de contas e a transparência nas finanças municipais.



Receita do governo

Expandir os poderes e a implementação da receita do governo local.

e assentamentos humanos onde há “acesso universal a água potável e saneamento em” - **NAU 13.a**. Também exige que os Estados promovam “acesso igualitário e acessível à infraestrutura física e social básica sustentável para todos, sem discriminação, incluindo serviços acessíveis, habitação, energia moderna e renovável, água potável e saneamento” - **NAU 34**.

Com bastante frequência, os elementos básicos do planejamento urbano não são claramente definidos no marco regulatório que rege o sistema de planejamento ou refletidos nos planos, tornando o planejamento ineficaz na formação das cidades e na obtenção de resultados sustentáveis e inclusivos. Assim, para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, a Nova Agenda Urbana reconhece o papel do ordenamento do território apelando a uma mudança de paradigma na forma como as áreas urbanas são planejadas e desenhadas - **NAU 15**. Isto significa que o “desenvolvimento de instrumentos de planejamento e design urbano apoia a gestão e uso sustentável dos recursos naturais e da terra, com densidade adequada, policentrismo e usos mistos, por meio de estratégias de preenchimento ou de extensão urbana planejada” - **NAU 51**.

Princípios

Para que a legislação seja implementável e seja uma ferramenta útil no direcionamento da gestão e desenvolvimento das áreas urbanas como pretendido pela Nova Agenda Urbana, ela deve ter boa qualidade. A qualidade legislativa é avaliada por sua eficácia funcional, que é a capacidade de uma lei de cumprir o que se propõe. As características determinantes da qualidade da legislação incluem sua finalidade, conteúdo substantivo e expressão legislativa. Sua estrutura abrangente e realizações na vida real também são relevantes. A eficácia legislativa pode ser avaliada através de quatro componentes principais da lei essencial:

As leis urbanas devem ter fortes ligações com as necessidades dos cidadãos, sendo adequadas aos contextos locais em que operam. Isso não é compatível com a prática de trasplantar modelos de forma indiscriminada..

Os processos de compliance criados por marcos legislativos devem ser simples, rápidos e acessíveis para a maioria dos moradores urbanos. A complexidade e os custos do processo não devem desencorajar os residentes que cumprem a lei.

Os processos de compliance criados por marcos legislativos devem ser simples, rápidos e acessíveis para a maioria dos moradores urbanos.



Os quadros jurídicos devem ser caracterizados por estruturas institucionais e governamentais claras, incluindo mecanismos de coordenação horizontal e vertical. Eles precisam especificar as funções de cada instituição para eliminar lacunas e sobreposições, que muitas vezes levam à confusão, e também acabar com a falta de transparência, pouca responsabilidade e pouco compromisso com compliance.

O processo legislativo deve incluir uma avaliação adequada dos recursos – tanto financeiros como humanos – necessários para a sua implementação.



Ações Ilustrativas

A reforma da lei na Nova Agenda Urbana abrange quatro áreas principais: igualdade e governança, planejamento, terra e meio ambiente, habitação e serviços básicos e economia e finanças. As ações abaixo correspondem a essas quatro áreas principais.

Promover o acesso a um ambiente urbano seguro, saudável e inclusivo por meio de leis urbanas de qualidade. O impacto da legislação é importante: boas leis e instituições podem estabelecer estruturas significativas para o desenvolvimento sustentável, mas as ruins podem acentuar as desigualdades e a exclusão. As leis influenciam diretamente na igualdade ao determinar a política e os resultados sobre a equidade espacial. Eles também influenciam indiretamente ao fornecer aos governos locais as ferramentas para gerar receita pública a partir de ativos urbanos. A lei urbana é necessária para fornecer uma estrutura de regras para mediar e equilibrar interesses públicos e privados concorrentes, especialmente em relação ao uso e desenvolvimento da terra. Uma lei urbana de qualidade cria um quadro estável e previsível para ações públicas e privadas, garantindo a inclusão dos interesses dos grupos vulneráveis e sendo um catalisador para o discurso local e nacional.

Desenvolver um planejamento espacial responsável e eficaz. Os planos urbanos abrem caminho para um crescimento urbano que busca maximizar os efeitos positivos e minimizar os efeitos negativos da urbanização. Eles ajudam a revitalizar instalações físicas em áreas urbanas, bem como desenvolver e conservar áreas de importância ambiental natural. Ao influenciar os padrões e formas urbanas, as leis de planejamento também têm imenso potencial para adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Na

Quadro 12: Lei de posse de terra flexível na Namíbia

Ação O governo da Namíbia apresentou a Lei de Posse de Terra Flexível em 2012, que fornece segurança de posse de terra para uma categoria especial de pessoas que nunca tiveram a possibilidade de ser donas de terra. A lei visa abordar a vulnerabilidade das comunidades que vivem em assentamentos informais em áreas urbanas em todo o país. A idéia principal é estabelecer um sistema flexível e intercambiável paralelo e complementar o atual sistema formal de propriedade plena.

Dois novos tipos de posse foram introduzidos no sistema que são complementares à propriedade livre existente, como o título inicial e o título de propriedade da terra. Ambos os títulos são tipos individuais de posse, mas baseados em grupo, em que o limite externo de um bloco destinado à titulação sob o Sistema de Posse da Terra Flexível (blockerf) é pesquisado profissionalmente e registrado sob o sistema de posse no Registro de Títulos. Posteriormente, os direitos individuais de posse são registrados nos recém-criados Escritórios de Direitos da Terra. A propriedade do bloco pode ser da autoridade local, de um proprietário privado ou de uma organização comunitária.

Impacto Em 2016, o Ministério da Reforma Agrária decidiu testar o novo sistema de registro de posse em diferentes áreas piloto, como Gobabis, Oshakati, Outapi e Windhoek. Em 2020, o Conselho Municipal de Oshakati tornou-se a primeira autoridade local na Namíbia a implementar o regime flexível de posse da terra. Sete esquemas foram criados no assentamento informal de Onawa, onde atualmente o sistema de posse de terra flexível está sendo implementado em quatro blocos. O assentamento informal de Onawa abriga mais de 300 moradores. 40 títulos de propriedade foram emitidos e outros 288 beneficiários receberam títulos de propriedade em dois meses.

Fonte: Instituto de Gestão Integrada de Terras, Universidade de Ciência e Tecnologia da Namíbia.

adaptação, por exemplo, as leis de planejamento, o uso do solo e a construção podem ser usadas para impedir o desenvolvimento em áreas vulneráveis ou estipular a localização de infraestrutura essencial. Da mesma forma, podem ser cruciais para a mitigação, exigindo espaços públicos verdes, regulando o consumo de energia nos edifícios e promovendo formas urbanas que promovam a compactação e áreas para pedestres.

Definir objetivos de gestão da terra inclusiva, eficaz e multidimensional e a segurança da posse da terra.

A importância da terra não pode ser ignorada. Ela atua como âncora das atividades sociais e econômicas na maioria das sociedades e é também uma fonte de identidade cultural. É a base para moradias, produção de alimentos, meios de subsistência e

saúde ambiental. A Nova Agenda Urbana defende o “aumento da segurança de posse para todos, reconhecendo a pluralidade de tipos de posse, e para desenvolver soluções adequadas à finalidade e sensíveis à idade, gênero e meio ambiente dentro do continuum dos direitos à terra e à propriedade, com particular atenção à segurança da posse da terra para as mulheres como chave para o seu empoderamento, inclusive através de sistemas administrativos eficazes” - **NAU 35**. A estrutura de apoio para a implementação da política fundiária inclui, entre outros elementos, diretrizes institucionais e regulamentares - **NAU 86**. O Quadro 12 apresenta o sistema de posse de terra flexível na Namíbia..

Legislação para igualdade de acesso a habitação adequada e acessível. O direito à moradia adequada significa o direito de viver em algum lugar com segurança, paz e dignidade. Os marcos legais devem apoiar a oferta de habitação a preços acessíveis para todos os grupos de renda. Estes podem assumir uma variedade de formas que incluem incentivos ou desincentivos para os desenvolvedores. Os incentivos podem ser subsídios cruzados (como bônus de densidade para desenvolvedores financiarem moradias populares) e subsídios diretos (como vales-moradia ou incentivos fiscais para desenvolvedores). Eles também incluem medidas que criam e promovem terrenos urbanos de maior densidade ou estabelecem requisitos de cotas para desenvolvedores. Os marcos legais também desempenham um papel crucial no contexto habitacional ao regular o mercado de aluguel. A legislação urbana deve fomentar um mercado de aluguel bem regulado e promover a produção de habitação adequada e acessível. Os inquilinos precisam particularmente de proteção legal contra ações arbitrárias por parte dos proprietários.

Marcos regulatórios apropriados para desenvolver e gerenciar serviços urbanos básicos. Serviços básicos como água e saneamento, eletricidade e energia, e remoção de lixo e resíduos são fundamentais para uma melhor qualidade de vida humana. Uma das principais características de um estado desenvolvimentista é garantir que todos os cidadãos – incluindo os pobres e outros grupos vulneráveis – tenham acesso a serviços básicos. Medidas regulatórias fortes aliadas a uma governança urbana responsiva podem criar as condições necessárias para um desenvolvimento sólido neste setor. De fato, os atores urbanos também funcionam como

reguladores da prestação de serviços para garantir acesso universal, padrões de qualidade e preços justos. Esse papel torna-se ainda mais relevante em locais onde tais serviços são fornecidos pelo setor privado.

Melhorar a prestação de contas e a transparência nas finanças municipais. As finanças municipais em muitas partes do mundo dependem fortemente de transferências intergovernamentais e impostos sobre a propriedade. Identificar propriedades tributáveis e definir a taxa de imposto pode afetar progressivamente alguns indivíduos ou partes da cidade de forma desproporcional. Os marcos legais devem exigir um orçamento participativo e inclusivo, que deve ser um processo contínuo, aberto e inclusivo pelo qual os cidadãos e governos locais ampliem os mecanismos para promover a participação direta e indireta dos cidadãos. O processo deve envolver a identificação das necessidades locais e a decisão das preferências, bem como a implementação, monitoramento e avaliação do orçamento, considerando as necessidades de despesas e os recursos disponíveis. A Nova Agenda Urbana afirma que os governos “apoiarão os governos subnacionais e locais em seus esforços para implementar instrumentos de controle de gastos transparentes e responsáveis para avaliar a necessidade e o impacto de investimentos e projetos locais, com base no controle legislativo e na participação pública” - **NAU 138**.

Expandir os poderes e a implementação da receita do governo local. Os serviços urbanos requerem uma enorme quantidade de recursos. As autoridades locais precisam ter acesso a fundos para que possam prestar serviços adequados, de qualidade e oportunos. Os marcos legais apoiam as finanças municipais, preenchendo a lacuna entre o aumento das funções, por um lado, e a descentralização fiscal, por outro. Os exemplos incluem capacitar os municípios para arrecadar receitas por meio de outras formas de impostos além do imposto predial. Essas outras formas incluem mecanismos de financiamento de terra, como taxas de benfeitorias, avaliações especiais, cobranças de desenvolvedores e a venda de direitos de desenvolvimento. A legislação de finanças públicas deve permitir que os municípios aumentem suas receitas por meio de empréstimos municipais e PPPs.

Os marcos legais devem exigir um orçamento participativo e inclusivo, que deve ser um processo contínuo, aberto e inclusivo pelo qual os cidadãos e governos locais ampliem os mecanismos para promover a participação direta e indireta dos cidadãos.

2.1.5 Design urbano

As ferramentas do design urbano são essenciais para orientar e moldar a construção das cidades, as relações entre os sistemas de infraestrutura e os usos do terra e a qualidade do espaço público, que engloba as paisagens, parques, orlas, serviços e outros elementos que fornecem uma estrutura completa para a experiência pública de se deslocar e viver em uma cidade. Conforme enfatizado na Nova Agenda Urbana, a acessibilidade e o design dos espaços urbanos podem “promover ou dificultar a coesão social, a igualdade e a inclusão” - **NAU 25**. As regulamentações do design urbano são essenciais para alcançar alguns dos quadros espaciais delineados na Nova Agenda Urbana, incluindo compacidade, policentrismo, usos mistos, preenchimento ou estratégias de extensão urbana planejada - **NAU 98**.

Diferentes instrumentos que regem o processo de desenvolvimento urbano incluem o plano diretor, planos de ordenamento do território, planos regionais, planos de patrimônio e conservação e ordenamentos de zoneamento e uso da terra. As regulamentações de design urbano são fundamentais para garantir que os principais objetivos políticos sejam decretados em todas as escalas urbanas, incluindo a região metropolitana, cidade, distrito, bairro, quarteirão e prédios. A Nova Agenda Urbana enfatiza a importância de “revigorar o planejamento e o design urbano e territorial integrado e de longo prazo para otimizar a dimensão espacial da forma urbana e entregar os resultados positivos da urbanização” - **NAU 15.c.iii**.

O design urbano e o ordenamento do território também têm um papel crítico a desempenhar na resposta global às mudanças climáticas, reduzindo as emissões de gases do efeito de estufa e reforçando a resiliência aos riscos climáticos. A Nova Agenda Urbana reconhece que a forma urbana, a infraestrutura e o projeto de construção podem ter implicações significativas para a eficiência de recursos alcançada por meio da escala “promovendo a eficiência energética, energia renovável, resiliência, produtividade, proteção ambiental e crescimento sustentável na economia urbana” - **NAU 44**.

Os regulamentos de design urbano podem ser fundamentais para garantir que a forma urbana em evolução das cidades promova a eficiência dos recursos, a mitigação do clima e a resiliência de maneiras que respondam e sejam apropriadas às condições locais.

Diferentes instrumentos que regem o processo de desenvolvimento urbano incluem o plano diretor, planos de ordenamento do território, planos regionais, planos de patrimônio e conservação e ordenamentos de zoneamento e uso da terra.



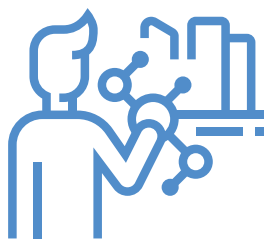
Princípios

O processo de planejamento e design urbano deve ser claro e inclusivo, permitindo que os setores público, privado e comunitário contribuam com suas vozes. Bons resultados de design e planejamento urbano promovem cidades abertas e acessíveis a todos. Diretrizes de design urbano e regulamentos que regem novos empreendimentos devem melhorar a acessibilidade e a abertura, projetando lugares que encorajem o uso público, garantindo que sejam visíveis e acolhedores, e promovendo acessibilidade em novos empreendimentos.

Figura 22: Em Cingapura, diferentes usos e tipologias se entrelaçam em um plano diretor bem estabelecido.



Diagrama 17: Design urbano



MECANISMOS DE INTERVENÇÃO DESIGN URBANO

PRINCÍPIOS



Claro e inclusivo

O processo de planejamento e design urbano deve ser claro e inclusivo, permitindo que os setores público, privado e comunitário contribuam com suas vozes.



Esfera pública

Expandir, proteger e promover a esfera pública e melhorar a habitabilidade dos bairros urbanos.



Senso de pertencimento

Criar e proteger um senso de pertencimento único, incorporando nas iniciativas e políticas de planejamento a história e a cultura de diversos bairros, espaços públicos e áreas naturais.



Design de detalhes

Aborde detalhes em todas as etapas, abrangendo várias escalas, desde detalhes do espaço público até planejamento em grande escala e iniciativas de políticas.



Segurança e conforto

Garantir a segurança e conforto aos moradores.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Plano diretor

Os bairros devem desenvolver planos diretores, que são estratégias de longo prazo para construir conexões entre edifícios, ambientes sociais, atividades econômicas, geografia e cultura.



Planos de bairro

Garantir que os planos diretores do bairro respeitem o caráter de uma área, promovam uma combinação de usos e promovam o desenvolvimento inclusivo.



Zoneamento

Em configurações regulatórias mais avançadas, as leis de zoneamento devem ser desenvolvidas para formar a base dos regulamentos de design urbano para incentivar usos mistos, compatidade e desenvolvimento de preenchimento.



Sobreposição

Quando necessário, desenvolver sobreposições de zoneamento para fornecer controles mais especializados para elementos específicos, como características do terreno, vegetação, patrimônio ou edifícios.



Códigos

Desenvolver códigos de construção para garantir a qualidade da construção, abordar os riscos sísmicos e de inundação e estabelecer padrões para eficiência de recursos e energia.

Instrumentos de planejamento e design urbano são criados para expandir, proteger e promover a esfera pública e melhorar a habitabilidade dos bairros urbanos. As agências de planejamento urbano devem introduzir diretrizes claras e perspectivas consistentes e advocacia em todos os assuntos que afetarão a esfera pública e novos desenvolvimentos em qualquer escala. O processo do plano diretor de Cingapura ilustra bem isso. Consulte a Figura 22 e a Quadro 13 para mais detalhes.

O planejamento urbano e as regulamentações de design são necessários para criar e proteger o senso de pertencimento único; devem incorporar a história de diversos bairros, a cultura imaterial dos habitantes, espaços públicos vibrantes e áreas naturais. Elementos de design urbano, como tipos de edifícios reconhecíveis, espaços públicos vibrantes, esplanadas à beira-mar e bordas vivas, podem criar um ambiente urbano rico e acolhedor essencial para a habitabilidade e devem ser protegidos nos regulamentos de planejamento urbano e planos de uso da terra.

Os mecanismos de design e planejamento urbano devem abordar detalhes em cada etapa, abrangendo várias escalas, desde detalhes do espaço público até planejamento em larga escala e iniciativas políticas. Um bom design urbano e atenção aos detalhes não precisam necessariamente custar mais ou levar mais tempo, mas devem ser iniciados antes da execução dos projetos para orientar o desenvolvimento futuro.

O planejamento e o design urbano devem garantir a segurança e o conforto aos habitantes. As regulamentações de zoneamento foram inicialmente estabelecidas na virada do século XX nas principais áreas metropolitanas para garantir o acesso universal à luz e ao ar. Hoje, planejadores e designers também devem levar em consideração questões relacionadas à saúde pública, conforto e segurança em todo o espaço público. Os regulamentos de planejamento e projeto devem se esforçar para promover uma sensação de segurança, conforto e inclusão no ambiente construído.



Ações Ilustrativas

Os bairros devem desenvolver planos diretores, que são estratégias de longo prazo para construir conexões entre edifícios, ambientes sociais, atividades econômicas, geografia e cultura. Planos diretores ajudam a orientar o crescimento futuro de uma cidade. O plano diretor serve como uma estrutura de alto nível para o projeto e planejamento urbano e forma a base para os regulamentos locais de uso da terra e as leis de zoneamento que garantem que o desenvolvimento urbano seja consistente com os objetivos e políticas da comunidade expressos no plano diretor. Um plano diretor eficaz fornece um grau de prescrição, ao mesmo tempo em que permite flexibilidade particular por meio de uma abordagem iterativa.

Garantir que os planos diretores do bairro respeitem o caráter de uma área, promovam uma combinação de usos e promovam o desenvolvimento inclusivo.

Os designers urbanos frequentemente citam as características do bairro e o “senso de pertencimento” como o que dá a uma região seu DNA cultural distinto. Esses não são necessariamente elementos quantificáveis ou generalizáveis, mas são qualidades críticas que ajudam a promover um senso de pertencimento e memória para uma comunidade. Diretrizes para criar características de bairro podem incluir empreendimentos de baixo crescimento tipificados na forma de empreendimentos isolados ou em condomínios, núcleos comerciais a serem zoneados para permitir eventos sociais e proteger equipamentos públicos, como parques, e preservação e plantio de árvores nas ruas e outras iniciativas de paisagismo.

Em configurações regulatórias mais avançadas, as leis de zoneamento devem ser desenvolvidas para formar a base dos regulamentos de design urbano para incentivar usos mistos, compacidade e desenvolvimento de preenchimento. As leis de zoneamento não apenas regulam o uso da terra, mas também determinam a densidade e a altura das estruturas construídas. O zoneamento pode delinear limitações físicas, incluindo recuos, fachadas, espaços abertos e requisitos de estacionamento, que são ferramentas essenciais do projeto urbano para moldar a forma construída. Embora os planos diretores não sejam juridicamente vinculativos, as ordenanças de zoneamento devem ser seguidas por todos.

Planos diretores ajudam a orientar o crescimento futuro de uma cidade. O plano diretor serve como uma estrutura de alto nível para o projeto e planejamento urbano e forma a base para os regulamentos locais de uso da terra e as leis de zoneamento que garantem que o desenvolvimento urbano seja consistente com os objetivos e políticas da comunidade expressos no plano diretor.

Quando necessário, desenvolver sobreposições de zoneamento para fornecer controles mais especializados para elementos específicos, como características do terreno, vegetação, patrimônio ou edifícios. As sobreposições de zoneamento típicas incluem sobreposições de forma construída, como sobreposições de patrimônio e proteção de caráter imaterial do bairro, sobreposições ambientais e paisagísticas que protegem recursos naturais e sobreposições de gerenciamento de terras que ajudam a proteger terras agrícolas ou cultiváveis valiosas em risco de urbanização.

Além de planos diretores e regulamentos de zoneamento, desenvolver códigos de construção para garantir a qualidade da construção, abordar os riscos sísmicos e de inundação e estabelecer padrões para eficiência de recursos e energia. Os códigos podem regular os materiais utilizados, entrada e saída, padrões de segurança e requisitos mínimos para a forma construída e também podem incluir normas relativas à inspeção. O Conselho do Código Internacional define códigos de construção como "leis, regulamentos, portarias (ou outros requisitos estatutários) adotados por uma autoridade legislativa governamental envolvida com a estrutura física e condições saudáveis de edifícios e locais de construção". Os códigos de construção são uma das formas mais simples de proteger os cidadãos e as cidades. No entanto, qualquer jurisdição será obrigada a considerar cuidadosamente qual será seu código de construção, e os códigos podem variar muito em profundidade e eficácia, dependendo de quem os implementa. Os chamados códigos modelo referem-se a códigos que são aceitos como padrões atuais e que atendem ou excedem as práticas conhecidas para garantir uma construção segura e saudável. Em nível internacional, o Conselho do Código Internacional (ICC) representa a organização mais estabelecida, cujo objetivo é estabelecer um modelo global de construção que possa ser usado de forma consistente em todo o mundo.

2.1.6 Finança municipal

A Nova Agenda Urbana apoia a criação de estruturas legais para empréstimos nacionais e municipais sustentáveis, instrumentos de controle de gastos responsáveis para governos nacionais e subnacionais e uma base de receita em expansão para governos nacionais e subnacionais. Em resumo, a postura da Nova Agenda Urbana sobre finanças municipais inclui o seguinte:

Quadro 13: Plano diretor de Cingapura 2003 – O plano para o desenvolvimento

Ação Em 2003, Cingapura desenvolveu um Plano Diretor para orientar seu desenvolvimento na próxima década. O plano pretendia melhorar o plano estatutário simplista de Cingapura de 1998, que especificava apenas usos da terra para fins residenciais, de emprego e recreativos. Os principais focos do Plano Diretor de 2003 foram 1) melhorar a qualidade de vida por meio de uma variedade de moradias que atendessem às aspirações das pessoas, facilitassem o acesso à recreação e reconhecessem o patrimônio natural de Cingapura; 2) proporcionar maior flexibilidade às empresas por meio de novas zonas de uso da terra e 3) reforçar o caráter e a identidade para incentivar um senso de enraizamento entre os cingapurianos. Os objetivos e estratégias incluíam revisar o Plano Diretor a cada cinco anos, dividir o plano em estratégias de médio e longo prazo, garantir que terra suficiente seja salvaguardada para os próximos 15 anos, criar um ciclo de consulta pública e criar uma abordagem de planejamento participativo para projetar uma rede de vegetação e identidade.

O Plano Diretor foi desenvolvido em conjunto com outros órgãos governamentais e passou por duas consultas públicas, incluindo grupos focais, pesquisas, exposições e diálogos que atraíram mais de 80.000 visitantes. A primeira consulta revisou dois guias nacionais, o Plano de Parques e Corpos de Água e o Plano de Identidade, focados em aumentar a vegetação e melhorar a qualidade do ambiente de vida de Cingapura. O feedback foi então incorporado ao Plano Diretor após cada consulta.

Fonte: ONU-Habitat

- Promover mecanismos financeiros para desenvolver e ampliar estruturas de financiamento integradas e transparentes e plataformas inclusivas por meio de abordagens sensíveis ao contexto para financiar a urbanização e melhorar as capacidades de gestão financeira em todos os níveis.
- Desenvolver e expandir instrumentos financeiros para melhorar a infraestrutura e os sistemas de transporte e mobilidade nos níveis de governo nacional, subnacional e local e considerar o estabelecimento de infraestrutura de transporte urbano e territorial e fundos de serviços em nível nacional.
- Reforçar a articulação entre os sistemas fiscais e o planejamento urbano através do desenvolvimento de instrumentos de gestão urbana; o desenvolvimento de produtos de

As recomendações deste manual requerem uma compreensão adequada dos custos e benefícios. O financiamento municipal diz respeito às decisões de receita e despesa do governo municipal e à análise de custo-benefício.

Diagrama 18: Finança municipal



MECANISMOS DE INTERVENÇÃO

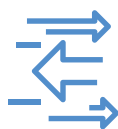
FINANÇA MUNICIPAL

PRINCÍPIOS



Descentralização

A descentralização fiscal é um indicador importante do sucesso dos sistemas financeiros municipais.



Transferências

Existem duas categorias principais de transferências intergovernamentais: condicionais e incondicionais.



Recursos financeiros

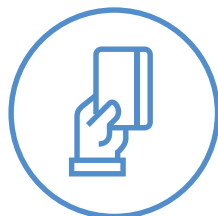
Além das transferências intergovernamentais, as cidades devem encontrar formas de expandir seus recursos financeiros.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Receita local

Arrecadar receitas próprias e gerenciar as receitas locais de forma eficiente.



Capacidade de crédito

Ir em direção ao crédito. A maioria das cidades do mundo em desenvolvimento não tem capacidade ou autorização para tomar empréstimos nos mercados financeiros globais.



Gestão de ativos

Desenvolver instituições e práticas eficazes de gestão de ativos.



Investimento privado

Aproveitar o investimento privado: governos locais raramente podem arcar com grandes projetos de infraestrutura urbana usando apenas fundos públicos.

financiamento habitacional apropriados e acessíveis; e o incentivo à participação de uma gama diversificada de instituições financeiras multilaterais, bancos regionais de desenvolvimento e instituições financeiras de desenvolvimento, agências de cooperação, credores e investidores do setor privado, cooperativas e bancos de microfinanças para investir em moradias acessíveis e progressivas em todas as suas formas.

- Desenvolver modelos verticais e horizontais de distribuição de recursos financeiros para diminuir as desigualdades nos territórios subnacionais por meio do uso de finanças públicas internacionais, incluindo assistência oficial ao desenvolvimento, para catalisar a mobilização de recursos adicionais de todas as fontes disponíveis, públicas e privadas, para o desenvolvimento urbano e territorial sustentável. **NAU 131, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 145**

Nenhuma das iniciativas de planejamento neste manual será implementável sem uma compreensão adequada dos custos e benefícios. O financiamento municipal diz respeito às decisões de receita e despesa do governo municipal e à análise de custo-benefício. Abrange as fontes de receita que são utilizadas pelos governos municipais – impostos (impostos patrimoniais, de renda, vendas e consumo), taxas de uso e transferências intergovernamentais. Inclui formas de financiamento de infraestrutura por meio do uso de receitas operacionais e empréstimos, bem como encargos sobre incorporadoras e PPPs. As finanças municipais também abordam questões relacionadas com as despesas a nível local e a responsabilização pelas decisões de despesas e receitas, incluindo o processo orçamental municipal e a gestão financeira.



Princípios

A descentralização fiscal é um indicador importante do sucesso dos sistemas financeiros municipais. A descentralização fiscal significa que a responsabilidade financeira é transferida dos governos centrais para as entidades locais, tornando-as responsáveis pelo financiamento e fornecimento de infraestrutura e serviços. As cidades dos países industrializados embarcaram na descentralização

Quadro 14: Exemplos globais de transferências intergovernamentais

Diferentes países têm diferentes sistemas de transferência de fundos para governos locais. Por exemplo, **no México**, o governo federal fornece apoio financeiro substancial a estados e municípios de forma contínua, usando uma combinação de transferências incondicionais, bem como transferências específicas de políticas. Para projetos de desenvolvimento urbano ou sistemas de transporte público, uma cidade pode solicitar ao Banco Mexicano de Desenvolvimento (Banobras), que é responsável por promover e financiar infraestrutura e serviços. O Banobras atua como administrador do Fundo Nacional de Infraestrutura do México, criado para aumentar o investimento privado nacional e internacional.

No Chile, os municípios não têm poder de endividamento e têm três formas de gerar receitas: a) renda autônoma (impostos prediais, licenças de circulação de veículos, alvarás de construção e licenças comerciais e de álcool), b) transferência de recursos do Fundo Municipal Comum (CMF), que é um sistema de transferência de distribuição de renda municipal e c) transferências de recursos de órgãos do governo central. Os CMF atuam como a principal fonte de recursos dos municípios na maioria dos casos.

Nos Estados Unidos, um exemplo de transferências condicionais é o Programa de Direito a Subsídios do Bloco de Desenvolvimento Comunitário (CDBG), que fornece subsídios anuais para cidades e condados para promover comunidades urbanas viáveis. Esses subsídios podem ser usados para fornecer habitação e expandir as oportunidades econômicas. Eles são calculados com base em uma fórmula e visam pessoas de baixa e moderada.

Na África do Sul, as cidades usam transferências do Tesouro Nacional para despesas operacionais e de capital. Lá, as transferências são na forma de doações e representam uma média de 80% da receita dos orçamentos de capital nos municípios rurais e 70% da receita nos municípios urbanos. O Tesouro Nacional informa que, desde 1999, as transferências para os governos locais cresceram mais rapidamente do que os gastos totais do governo, o que sinaliza esforços de descentralização fiscal. O Tesouro Sul-Africano oferece incentivos baseados no desempenho, e as cidades precisam atender a várias condições para obtê-los. Por exemplo, um município deve apresentar um "Plano de Desempenho Ambiental Construído", juntamente com potenciais projetos de desenvolvimento urbano que necessitem de investimento de capital, com uma estratégia de implementação.

Fonte: Amirtahmasebi e outros 2016

mais cedo do que os países em desenvolvimento. A descentralização fiscal deve ser acompanhada por fontes de receita sólidas. As autoridades locais devem ser capazes de impor e cobrar impostos, mas mesmo assim, as receitas locais raramente são suficientes para pagar por serviços e investimentos de capital.

Existem duas categorias principais de transferências intergovernamentais: condicionais e incondicionais.

As transferências incondicionais são principalmente utilizadas para apoio orçamental. Estes geralmente são baseados em fórmulas e são concedidos ao governo local com base em fatores como população e área de jurisdição. As transferências condicionais têm amarras. São alocadas para a realização de projetos específicos ou prestação de serviços específicos e desenvolvimento de infraestrutura. As transferências condicionais podem incorporar disposições de contrapartida para que os municípios sejam obrigados a usar alguns de seus recursos internos para igualar a doação. A dependência de transferências intergovernamentais por parte dos governos locais é generalizada, mas a extensão da dependência varia de país para país (ver Quadro 14).

Mas além das transferências intergovernamentais, as cidades devem encontrar formas de expandir seus recursos financeiros. Desenvolver PPPs é uma forma de alavancar o investimento privado em todos os setores do desenvolvimento urbano. Outras formas incluem empréstimos nos mercados financeiros ou instituições financeiras locais. O desenvolvimento de instituições e práticas de gestão de ativos fortes também podem aumentar as receitas locais além das transferências intergovernamentais.



Ações Ilustrativas

Arrecadar receitas próprias e gerenciar as receitas locais de forma eficiente.

As receitas locais incluem transferências intergovernamentais, impostos diferentes (imposto de renda, imposto predial, imposto comercial, IVA, etc.), taxas e encargos de usuários, receita de investimento, vendas de terrenos e propriedades, taxas de licenciamento e assim por diante. O governo municipal presta serviços aos moradores e, por sua vez, arrecada impostos para pagar por esses serviços. Portanto, a capacidade de

A descentralização fiscal deve ser acompanhada por fontes de receita sólidas.

Figura 23: Kop van Zuid em Rotterdam, Holanda, foi desenvolvido em um grande antigo porto que perdeu sua função e foi abandonado. Um esquema inovador de PPP foi usado para desenvolver todo o porto em uma combinação de unidades habitacionais de alto padrão, escritórios, espaços comerciais e áreas de função social. A nova linha de trilhos e a recém-construída Ponte Erasmus também facilitaram a ligação entre esta zona e o centro da cidade.



pagamento da arrecadação própria é essencial para a prestação dos serviços municipais. Globalmente, os gastos em nível de cidade locais como proporção dos gastos públicos totais variam entre 45% na Dinamarca e 11% na Bolívia (Farvacque-Vitkovic e Kopanyi 2014). A boa gestão das receitas locais tem dois princípios: primeiro, os serviços municipais devem estar ligados às fontes de receitas que os financiam; segundo, os serviços devem ser financiados direta ou indiretamente por seus beneficiários. Bens privados – como eletricidade, água, transporte urbano, gestão de resíduos e estacionamento – podem ser financiados por taxas ou encargos de uso, enquanto bens públicos – como parques, limpeza de ruas e iluminação – são financiados por impostos locais (Farvacque-Vitkovic e Kopanyi 2014).

Ir em direção ao crédito. Muitas das cidades do mundo em desenvolvimento não tem capacidade ou autorização para tomar empréstimos nos mercados financeiros globais. Os governos locais precisam de financiamento substancial para construir infraestrutura. Esses valores geralmente não são incluídos no orçamento operacional e precisam ser fornecidos por grandes transferências do governo central ou por empréstimos de instituições financeiras externas. Em muitos casos, a estrutura regulatória ou a situação financeira e de governança do governo local não permite que empréstimos subsoberanos aconteçam. Isso é determinado pelas relações fiscais intergovernamentais e pela capacidade financeira e técnica do governo local. Quando um governo local toma emprestado, a dívida de longo prazo resultante pode ser paga com a receita municipal local, seja de projetos geradores de receita ou indiretamente por meio de outras fontes de receita. No entanto, as seguintes limitações podem se aplicar a essa abordagem:

1. Os empréstimos em moeda estrangeira expõem a autoridade local a riscos cambiais e de taxas de juros.
2. Deve haver limites para empréstimos. Esse teto pode ser definido como uma porcentagem do orçamento ou das receitas locais, ou como uma proporção máxima entre serviço-dívida.
3. Pode haver pré-condições, como não haver obrigações de dívida em atraso ou exigir um orçamento operacional anual equilibrado, e assim por diante.

4. Em alguns casos, há restrições quanto ao tipo de instrumento usado para contrair dívida, como empréstimo ou título.
5. A dívida pode estar sujeita a direitos, como autorizar empréstimos individuais ou centralizar operações de empréstimos com repasses aos governos locais.
6. Na maioria dos casos, é necessária a aprovação do governo central.
7. Em alguns países, o controle está sujeito apenas às forças do mercado e não se baseia em regras. (GIZ 2012)

Desenvolver instituições e práticas eficazes de gestão de ativos. Muitas cidades do mundo em desenvolvimento não possuem um inventário adequado e completo de seus ativos. Nesse caso, o inventário deve ser a principal prioridade. Os ativos geralmente são agrupados em registros por tipo, setor de serviço ou titular ou gestor. Exemplos desses agrupamentos incluem ativos de serviços públicos e de saneamento, ou seja, sistemas de esgoto e água, instalações de resíduos sólidos e assim por diante; rodovias, estradas e pontes; edifícios públicos; terra ou direitos à terra; certas benfeitorias em terrenos que não sejam edifícios; e certos equipamentos, veículos e móveis. Uma boa gestão de ativos requer compromisso e liderança de longo prazo que vão além dos ciclos eleitorais. A sequência das ações precisa ser definida localmente e as habilidades técnicas necessárias devem ser desenvolvidas ou obtidas. Por fim, uma boa prática de gestão de ativos precisa de uma forte propriedade que seja internalizada pelo governo local (Farvacque-Vitkovic e Kopanyi 2014).

Aproveitar o investimento privado: governos locais raramente podem arcar com grandes projetos de infraestrutura urbana usando apenas fundos públicos. Assim, as PPPs tornaram-se importantes instrumentos para o desenvolvimento urbano. As PPPs são utilizadas quando o setor público carece dos recursos financeiros necessários ou da capacidade institucional e humana e, portanto, compartilha os riscos e recompensas dos projetos de regeneração urbana com o setor privado. Para que esses projetos sejam eficazes, os detalhes da parceria precisam ser totalmente definidos e a estrutura institucional e organizacional deve ser

Muitas das cidades do mundo em desenvolvimento não tem capacidade ou autorização para tomar empréstimos nos mercados financeiros globais.

decidida antecipadamente. Essas PPPs podem ser estruturadas na forma de concessões (contratuais), joint ventures de renda mista (institucionalizadas) ou podem se enquadrar entre os dois modelos. As concessões têm sido usadas principalmente em projetos com receitas de taxas de usuário e métricas facilmente mensuráveis, e seu uso potencial em grandes projetos de regeneração urbana precisa ser mais explorado. As joint ventures são plataformas de cooperação entre o governo e uma ou mais partes privadas no desenvolvimento e manutenção ou execução do projeto (Bult-Spiering e Dewulf 2006). As joint ventures são criadas através de várias estruturas institucionais e legais, como parcerias, sociedades em comandita, sociedades anônimas ou sociedades anônimas. As joint ventures podem ser incorporadas, caso em que geralmente é criado um veículo de propósito específico (SPV) livre de quaisquer obrigações e dívidas pré-existentes e responsável por conta própria. Ao contrário do modelo de concessão, onde os riscos e benefícios são transferidos para o setor privado, nas joint ventures, os setores público e privado compartilham riscos e benefícios. Nos casos em que o parceiro dominante em uma joint venture PPP é o setor público, a joint venture atua como uma empresa contratante. Qualquer contrato com terceiro está sujeito às regras da contratação pública. Se os dois setores têm partes iguais na parceria, é essencial determinar quanto controle o setor público tem sobre o processo de tomada de decisão (Bult-Spiering e Dewulf 2006). A Figura 23 mostra o Kop van Zuid em Rotterdam, Holanda, que foi desenvolvido usando um esquema inovador de PPP em terras portuárias abandonadas.

2.1.7 Governança urbana

A governança urbana refere-se ao processo através do qual os governos nacionais, subnacionais e locais e as partes interessadas decidem coletivamente como planejar, financiar e gerenciar áreas urbanas. O conceito de governança reconhece que o poder existe dentro e fora das autoridades e instituições formais do governo, e que as decisões são tomadas com base em relações complexas entre muitos atores com diferentes prioridades. A governança urbana também se refere às estruturas e processos projetados para garantir responsabilidade, transparência, capacidade de resposta, estado de direito, estabilidade, equidade e inclusão, empoderamento e ampla participação.

Reconhecendo as complexidades da governança urbana, a Nova Agenda Urbana reconhece e defende uma abordagem multinível. Apela para uma coordenação e cooperação mais fortes entre os governos nacionais, subnacionais e locais, inclusive por meio de mecanismos de consulta em vários níveis e pela definição clara de mandatos; coerência entre metas e medidas das políticas setoriais nos diferentes níveis de administração; e governança metropolitana forte baseada em territórios funcionais em vez de fronteiras administrativas - **NAU 90**. A Nova Agenda Urbana também enfatiza a participação de todos os residentes urbanos na governança urbana, incentivando colaborações entre governos locais, comunidades, sociedades civis e o setor privado em infraestrutura e serviços básicos provisão, bem como processos de política e planejamento urbanos e territoriais - **NAU 92**.

Na Nova Agenda Urbana, os governos nacionais também têm o papel de fornecer aos governos subnacionais e locais "recursos adequados, oportunos e previsíveis e aumentar sua capacidade de arrecadar receitas e gerenciar despesas" - **NAU 135**. A Nova Agenda Urbana também contém um compromisso expresso pelos Estados-Membros para adotar "uma abordagem de cidade inteligente que aproveita as oportunidades da digitalização, energia limpa e tecnologias, bem como tecnologias de transporte inovadoras, oferecendo assim opções para os habitantes fazerem escolhas mais ecológicas e impulsionar o crescimento econômico sustentável e permitir que as cidades melhorar a prestação de serviços" - **NAU 66**. Identifica ainda vários usos de tecnologia e dados para melhor governança urbana e prestação de serviços, incluindo melhor planejamento e design urbano - **NAU 94**, mobilidade urbana sustentável - **NAU 114**, proteção do patrimônio cultural - **NAU 125**, consumo de energia sustentável - **NAU 121**, e facilitar a participação e o fluxo de informações para residentes urbanos - **NAU 156**. A Nova Agenda Urbana também exige a criação, promoção e aprimoramento de plataformas de dados abertas, amigáveis e participativas para transferir e compartilhar conhecimento entre governos nacionais, subnacionais e locais, bem como outras partes interessadas urbanas, incluindo residentes - **NAU 160**.

A governança urbana refere-se ao processo através do qual os governos nacionais, subnacionais e locais e as partes interessadas decidem coletivamente como planejar, financiar e gerenciar áreas urbanas.

Diagrama 19: Governança urbana



MECANISMOS DE INTERVENÇÃO GOVERNANÇA URBANA

PRINCÍPIOS

Tomada de decisão transparente

Os funcionários do governo devem agir abertamente e compartilhar critérios usados para tomar decisões e mecanismos para denunciar más condutas.

Participação e inclusão

Todas as partes interessadas devem ser incluídas nas decisões de caráter público.

Subsidiariedade e proporcionalidade

Os marcos legais devem dar autonomia fiscal e jurisdicional às autoridades locais e subnacionais para realizar as funções urbanas e a prestação de serviços.

Cooperação e eficiência

As autoridades locais devem cooperar e estabelecer arranjos institucionais intermunicipais para tomada de decisão conjunta, prestação de serviços e investimento público.

Digitalização e gestão do conhecimento

Ao utilizar ferramentas digitais de governança, os governos devem garantir que os dados coletados promovam a inclusão social nas decisões e nos resultados.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Governança multinível

Incorporar a colaboração policêntrica e redes entre as autoridades públicas e partes interessadas.



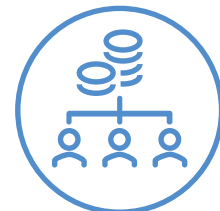
Governança metropolitana

Permitir que os habitantes tenham acesso a bens e serviços urbanos em todo o continuum urbano-rural por meio de acordos interjurisdicionais e ação coletiva.



Engajamento das partes interessadas

Envolver todas as partes interessadas (de toda a sociedade civil) na tomada de decisões públicas para garantir que os resultados não se desviem das necessidades e prioridades dos moradores.



Capacidade fiscal e de recursos humanos

Equipar as autoridades locais com os recursos necessários e realizar avaliações dos recursos existentes usando um conjunto de indicadores de desempenho, que podem incluir despesas totais, grau de autossuficiência, desempenho da gestão orçamentária e desempenho da prestação de serviços.



Princípios

Na melhor das hipóteses, a governança urbana garante que todos os residentes urbanos colham os benefícios da urbanização. É orientada para promover resultados e direitos civis e políticos, bem como direitos sociais, económicos e culturais de todos os residentes urbanos. Para que isso seja alcançado, os arranjos institucionais, os processos decisórios e a ação coletiva precisam ser coordenados. Um sistema de governança urbana inclusivo precisa ser participativo, orientado para o consenso, responsável, transparente, responsivo, eficaz e eficiente e igualitário. Garantindo que a corrupção seja reduzida, que as opiniões das minorias sejam consideradas e que as vozes dos mais vulneráveis da sociedade sejam ouvidas na tomada de decisões. Também responde às necessidades presentes e futuras da sociedade. Os seguintes princípios estão no centro de uma governança eficaz para a urbanização sustentável:

Decisões transparentes e responsáveis.

A transparência exige que os funcionários do governo ajam abertamente e permitam que os afetados pelas decisões administrativas conheçam os fatos e números resultantes (por exemplo, o orçamento da cidade), bem como os critérios usados para chegar a essas decisões. A disponibilidade de informações sobre as políticas e ações do governo, um claro senso de responsabilidade organizacional e a garantia de que os governos são administrados com eficiência e livres de corrupção sistêmica são componentes importantes da governança transparente. A prestação de contas fornece a estrutura para supervisão da comunidade e denúncia de má conduta governamental, bem como a estrutura para que os indivíduos busquem recursos por quaisquer atos prejudiciais por parte dos administradores públicos.

Participação ampla e inclusão. Os governos devem envolver todas as partes interessadas, incluindo comunidades, organizações da sociedade civil e outras instituições públicas e privadas na tomada de decisões públicas desde a fase de planejamento, implementação e na manutenção e sustentação dos benefícios e resultados (abordagem de toda a sociedade civil). O modelo de participação deve sempre possuir mecanismos específicos para garantir que grupos vulneráveis e marginalizados (com base em gênero, idade, etnia e outras características) tenham oportunidades adequadas para que suas vozes sejam ouvidas.

Subsidiariedade e proporcionalidade.

A subsidiariedade envolve a delegação de recursos, competências e poderes de decisão a autoridades democraticamente eleitas e independentes do governo central. As autoridades locais e subnacionais devem ser capacitadas pelos marcos legais para ter autonomia fiscal e jurisdicional para desempenhar funções urbanas e otimizar a prestação de serviços, pois estão melhor posicionadas para entender e responder às necessidades locais. A subsidiariedade no nível metropolitano envolve permitir que as instituições metropolitanas e regionais assumam poderes e funções locais de comum acordo.

Cooperação, eficiência e capacitação. A gestão urbana, incluindo a implementação e o monitoramento de políticas, deve estar livre de burocracia desnecessária. A capacidade de recursos humanos é a base para a entrega eficiente de bens públicos. Nas cidades onde a dinâmica territorial ultrapassou os limites municipais, as autoridades locais devem cooperar e estabelecer arranjos institucionais intermunicipais formais e informais, bem como órgãos de governo metropolitano para tomada de decisão conjunta, prestação de serviços e investimento público.

As autoridades locais devem cooperar e estabelecer arranjos institucionais intermunicipais formais e informais, bem como órgãos de governo metropolitano para tomada de decisão conjunta, prestação de serviços e investimento público.

Figura 24: Residentes do assentamento informal de Mukuru em Nairobi, Quênia, participam da verificação de dados durante a elaboração de perfil do assentamento.



Digitalização e gestão do conhecimento. O uso de ferramentas digitais de governança e estratégias de gestão do conhecimento podem facilitar maior acesso aos serviços urbanos para moradores e empresas, além de criar novas opções de coleta e uso de dados. A tomada de decisão deve ser baseada nas informações disponíveis mais confiáveis e precisas. Os dados coletados devem ser sensíveis ao gênero e à idade, promovendo a inclusão social na própria decisão e nos resultados. As cidades devem implementar estratégias e instâncias de gestão do conhecimento sustentável, como observatórios, sistemas de informação, think tanks e outros que facilitem o monitoramento e a implementação do desenvolvimento urbano territorial.



Ações Ilustrativas

A cooperação multinível permite amplos processos consultivos e fornece mecanismos de integração vertical e horizontal. A governança multinível implica a coordenação vertical entre os diferentes níveis de governo, como municípios, autoridades metropolitanas, governos regionais, estaduais/provinciais e nacionais. Também requer coordenação horizontal entre departamentos setoriais, autoridades e governos, bem como atores não governamentais no mesmo nível de governança. A governança multinível incorpora a colaboração do policentrismo e a rede entre as autoridades públicas e outras partes interessadas urbanas, incluindo a sociedade civil, o setor privado, grupos comunitários e moradores (abordagem de todo o governo).

A governança metropolitana permite que os habitantes urbanos acessem bens e serviços urbanos sem restrições jurisdicionais. A governança metropolitana não deixa ninguém e nenhum lugar para trás, pois visa um desenvolvimento territorial equilibrado que facilite a moradia, o trabalho, a saúde, a educação e outros direitos socioeconômicos fundamentais sem as restrições causadas pelas fronteiras administrativas e no continuum urbano-rural. Alcançar a governança metropolitana envolve ações em três frentes fundamentais (Quadro 15). Em primeiro lugar, as soluções institucionais (arranjos formais e informais) podem oferecer uma gestão mais eficiente da complexidade interjurisdicional e intersetorial dos assuntos territoriais. Em segundo lugar, processos decisórios (órgãos de governo e gestão do conhecimento) para abordar a gestão

Quadro 15: Práticas inspiradoras sobre governança metropolitana em todo o mundo

A governança metropolitana tem sido alcançada de diferentes maneiras ao redor do mundo. Os casos do Valle de Aburrá, na Colômbia; San Salvador, em El Salvador; Montreal, no Canadá; Barcelona, na Espanha; Joanesburgo, na África do Sul; e Cingapura, mostram como fornecer estruturas integradas de governança territorial envolvendo soluções institucionais adequadas à finalidade, órgãos e processos representativos de tomada de decisão e acordos comuns e ações coletivas.

Quanto às soluções institucionais, os mecanismos de cooperação intermunicipal como os da Área Metropolitana de Barcelona (AMB) com 36 municípios, a Comunidade Metropolitana de Montreal (CMM) com 82 municípios ou a Área Metropolitana do Valle de Aburrá (AMVA) com 10 municípios, exemplificam como os esquemas associativos otimizam a gestão territorial, a prestação de serviços e a execução de projetos que extrapolam seus limites municipais, sem diminuir as autonomias político-administrativas ou jurisdicionais. Além disso, a Ágora Metropolitana em Montreal, a Comissão Tripartite em Valle de Aburrá e a Comissão Territorial em Barcelona são arranjos informais úteis para que diversos atores dos setores público, privado e social participem ativamente na formação de uma gestão metropolitana inclusiva.

Quanto à tomada de decisões, alguns exemplos como o Conselho de Prefeitos da Região Metropolitana de San Salvador; o Conselho Metropolitano, Clusters e Comitês de Portfólio, Comitê de Prefeitos e Equipe Executiva, em Joanesburgo; e o Parlamento, Gabinete, Conselhos de Desenvolvimento Comunitário e Câmaras Municipais, em Cingapura, mostram como diferentes configurações de órgãos governamentais foram definidas para regular as instituições metropolitanas ao mesmo tempo em que alcançam cooperação horizontal e vertical e representam interesses e prioridades locais. Além disso, o Observatório Metropolitano, o Observatório da Cidade-Região de Gauteng e o Centro para Cidades Habitáveis permitiram que San Salvador, Joanesburgo e Cingapura, respectivamente, compartilhassem informações sobre atividades governamentais, implementassem metodologias de participação pública para gestão territorial inclusiva e maior transparência e inclusão social nos processos decisórios.

No que se refere aos acordos comuns e ações coletivas, os “Acordos Metropolitanos” da AMVA; as “Resoluções” da CMM; e os “Regulamentos e Decretos Orgânicos Metropolitanos” da AMB, são exemplos de atos administrativos vinculantes aprovados por seus respectivos órgãos sociais, promulgados como instrumentos legais e adotados por suas instituições metropolitanas para direcionar o trabalho que realizam em escalas supramunicipais. A “visão Joburg 2040”, a visão de Cingapura sobre a “Cidade Viva” e a visão de San Salvador de ser uma “cidade sustentável, inclusiva, competitiva e resiliente, com uma configuração policêntrica”, foram fundamentais para essas metrópoles em gerar ações coletivas entre governos e outros atores locais no delineamento de objetivos estratégicos de médio e longo prazo.

Fonte: ONU-Habitat. (2020). Quadro de Avaliação da Governança Metropolitana, Territorial e Regional.

territorial a partir de perspectivas não hierárquicas. Terceiro, há necessidade de acordos comuns e ações coletivas (atos administrativos/jurídicos e visões comuns de desenvolvimento) para apoiar a integração entre diversos atores públicos, privados e sociais.

O envolvimento da comunidade e das partes interessadas assegura o direito à propriedade, a confiança, reduz os conflitos e garante a sustentabilidade. O envolvimento de todas as partes interessadas na tomada de decisões públicas é fundamental para garantir que os resultados desses processos sejam realistas e não se desviem das necessidades e prioridades dos moradores. Ferramentas como pesquisas podem ser realizadas para identificar as necessidades e pontos de vista de um grande número de pessoas em um formato padronizado. Muitas vezes, é melhor usar um questionário curto e conciso onde as opiniões das pessoas sobre uma questão específica, como desenvolvimento de moradias populares ou melhorias no serviço de transporte público, estão sendo buscadas. "Charrettes" também são úteis para reunir os principais tomadores de decisão visando colaborar no compartilhamento de informações, propostas de design iterativas, feedback e revisões para o desenvolvimento de projetos, projetos ou políticas urbanas complexas. Os programas de orçamento participativo, nos quais os membros da comunidade decidem como gastar parte de um orçamento público, devem ser sensíveis ao gênero e devem criar assembleias regionais e temáticas nas quais todos os membros da comunidade, independentemente de seu status, podem participar e votar em questões orçamentárias. O Quadro 16 apresenta o mecanismo de orçamento participativo da cidade de Pune, na Índia.

A descentralização fiscal e a capacidade de recursos humanos são fundamentais para a prestação eficiente de serviços urbanos e governança responsiva. À medida que mais funções urbanas são descentralizadas, as autoridades locais precisam contar com os recursos financeiros, técnicos e humanos necessários para cumprir seus mandatos. Em primeiro lugar, as instituições urbanas devem ocasionalmente realizar uma avaliação dos recursos existentes usando um conjunto de indicadores de desempenho – que podem incluir despesas totais, grau de autossuficiência (ou seja, proporção das receitas próprias em relação ao total), desempenho da gestão orçamentária (ou seja, ausência de déficits)

Quadro 16: Orçamento participativo na Índia (cidade de Pune)

Ação O orçamento participativo, uma alternativa aos estilos tradicionais de orçamento, permite que as pessoas deliberem e negociem sobre a distribuição dos recursos públicos.

Pune tornou-se a primeira cidade indiana a implementar o orçamento participativo com sucesso em 2005. Todo mês de agosto, a corporação municipal da cidade publica um anúncio e convida a população a sugerir obras cívicas a serem incluídas nos próximos orçamentos municipais. As pessoas têm um mês para enviar suas propostas preenchendo o 'Formulário de Sugestão do Cidadão' disponível online e na secretaria do distrito. Em seguida, as propostas são enviadas ao prabhag samiti, formado por representantes eleitos da localidade.

O samiti aprova as sugestões e envia a lista atualizada ao departamento de contabilidade da corporação para análise. O departamento de contas analisa a viabilidade financeira e envia uma lista final que é então incluída no orçamento da cidade. Os regulamentos determinam que os projetos individuais não podem custar mais de Rs 5 lakh (US\$ 6.677) e que cada um dos 76 prabhags (divisão) na cidade pode alocar um máximo de Rs 50 lakh (US\$ 66.782).

As pessoas podem sugerir obras em calçadas, iluminação pública, pontos de ônibus, banheiros públicos, água, parques, sinalização, estradas, semáforos, estacionamento público, gestão de lixo, drenagem etc. A sociedade civil teve um papel crucial na popularização da iniciativa. Em 2010, as organizações sem fins lucrativos Janwani e o Centro de Educação Ambiental distribuíram cartilhas em formato de histórias para sensibilizar as pessoas e realizaram mais de 100 workshops.

Impacto Em 2007-08, a dotação orçamentária foi de Rs 17,62 crore (US\$ 2.353.411), que atingiu Rs 37,5 crore (US\$ 5.009.451) em 2014-15. Mesmo o número total de sugestões aumentou de 600 em 2012-13 para 4.645 em 2014-15. As 846 obras aprovadas em 2014-15 foram para estradas (34%), eletricidade (20%), edificações (15%), drenagem (14%), urbanização de favelas (13%) e água (4%).

Fonte: Our Pune, Our Budget

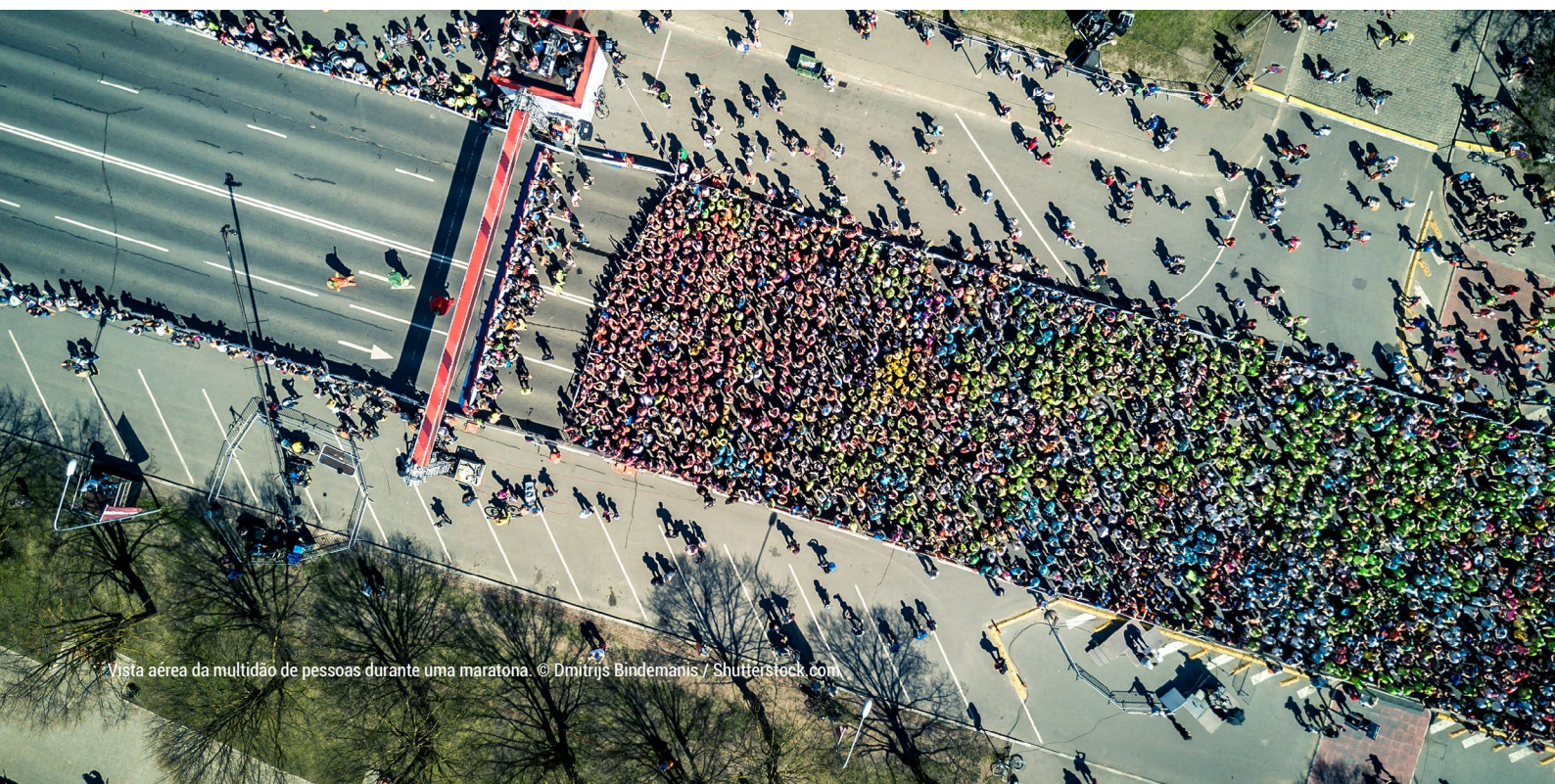
e desempenho da prestação de serviços (ou seja, pesquisas com clientes). Em segundo lugar, para lidar com quaisquer restrições de capacidade, as instituições devem implementar uma abordagem sistêmica que mobilize diferentes tipos de educação e treinamento – educação de nível médio e alto, cursos técnicos, aprendizado entre pares e suporte técnico. Isso inclui o intercâmbio de informações e conhecimento entre o governo local e a sociedade civil. O envolvimento da sociedade civil requer capacitação para melhorar a capacidade dos líderes comunitários e instituições públicas de se engajarem no diálogo para apoiar uma abordagem colaborativa.

As plataformas digitais e a tecnologia criam um ambiente propício para o fornecimento suave de serviços e infraestrutura da cidade. Big data, internet das coisas (IOT), mídia social, blockchain e redes de sensores oferecem novas maneiras para os gestores urbanos tomarem decisões informadas e escolhas estratégicas. Esse processo cria cidades inteligentes que usam informações para produzir governos inteligentes (por meio de novas ferramentas digitais de governança, tomada de decisão baseada em evidências, melhor prestação de serviços e aumento da transparência, participação e responsabilidade); economias inteligentes (fomentando o empreendedorismo, a inovação, a produtividade, como a economia de aplicativos e a economia de dados abertos); mobilidade inteligente (criando sistemas de transporte inteligentes e transportes públicos multimodais eficientes e

interoperáveis); ambientes inteligentes (promovendo a sustentabilidade e resiliência e o desenvolvimento de energia verde); vida inteligente (melhorando a qualidade de vida, aumentando a segurança e reduzindo o risco); e pessoas inteligentes (criando um público mais informado e fomentando a criatividade, a inclusão, o empoderamento e a participação). Dadas as preocupações com a segurança dos dados e a vulnerabilidade dos sistemas de computação a hackers, travamentos e vírus, uma grande quantidade de informações pessoais corre o risco de uso indevido. Os quadros jurídicos têm um papel crucial a desempenhar aqui, para aumentar a proteção de dados e estabelecer um equilíbrio razoável entre os direitos individuais, por um lado, e os interesses públicos, por outro.

A tomada de decisões, os instrumentos de gestão territorial e os atos administrativos devem incluir visões comuns de desenvolvimento. As visões de desenvolvimento acordadas por meio de processos participativos eficazes devem orientar tanto os processos de tomada de decisão quanto o trabalho realizado pelos governos locais e instituições setoriais. Além disso, as visões de desenvolvimento devem ser incluídas nos instrumentos de gestão territorial, especialmente naqueles com prazos de médio e longo prazo. Na medida do possível e conforme apropriado, as visões de desenvolvimento devem ser inspiradas em agendas globais, bem como vincular a gestão territorial ao desenvolvimento socioeconômico.

As visões de desenvolvimento acordadas por meio de processos participativos eficazes devem orientar tanto os processos de tomada de decisão quanto o trabalho realizado pelos governos locais e instituições setoriais.



Vista aérea da multidão de pessoas durante uma maratona. © Dmitrijs Bindemanis / Shutterstock.com

2.2 Medidas rígidas para infraestrutura e serviços

2.2.1 Transporte e Mobilidade

O transporte é um componente essencial no planejamento e na formulação de políticas. Ela se tornará uma prioridade ainda mais imperativa à medida que a urbanização continuar e as populações e as pegadas espaciais das cidades crescerem e se expandirem. O transporte é o que permite que os efeitos da aglomeração urbana ocorram, assim como a infraestrutura de trânsito é o que permite que os moradores acessem os recursos agrupados. Os moradores das cidades estão conectados ao emprego, recursos e educação por meio de redes de transporte.

Transporte e mobilidade são tópicos importantes na Nova Agenda Urbana, especialmente porque facilitam as conexões urbano-rurais e permitem “participação significativa nas atividades sociais e econômicas nas cidades e assentamentos humanos” - **NAU 114**. A integração dos planos de transporte e mobilidade nos planos urbanos gerais e promoção de uma ampla gama de opções de transporte são recomendados e enfatizados na Nova Agenda Urbana. Além disso, a Nova Agenda Urbana recomenda a) um aumento do transporte público acessível e sustentável e o desenvolvimento de opções não motorizadas; b) desenvolvimento orientado para o trânsito (TOD); c) transporte mais coordenado e planejamento do uso do solo e d) planejamento urbano de carga que permita acesso eficiente a produtos e serviços. O **ODS 11** incentiva as cidades de todo o mundo a “fornecer acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança viária, principalmente por meio da expansão do transporte público, com atenção especial às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos” - **Meta ODS 11.2**.

A conectividade urbana é uma função não apenas do investimento em infraestrutura e planejamento de capital para sistemas de transporte, mas também do planejamento do uso do solo e da gestão da densidade (Cervero 2016). A Nova Agenda Urbana sugere uma melhor coordenação entre transporte

e planejamento urbano e territorial nos níveis nacional, subnacional e local - **NAU 117**. Quando o planejamento espacial não é orientado para a conectividade tanto em termos de uso do solo como de investimento em trânsito, as cidades não percebem o potencial de desenvolvimento que pode resultar da urbanização. Esses desafios serão ainda mais urgentes no futuro, quando o congestionamento aumentar. Por exemplo, até 2030, o tráfego de passageiros aumentará 50% em relação aos números de 2015 (Mobilidade Sustentável para Todos 2017). A Nova Agenda Urbana também enfatiza a importância do frete e do transporte de mercadorias, que também devem aumentar, como componentes da mobilidade e do planejamento do transporte. Por exemplo, os volumes globais de frete crescerão 70% até 2030, e os custos dos processos de frete e exportação são normalmente mais altos nos países em desenvolvimento (Mobilidade Sustentável para Todos 2017). Tanto a qualidade de vida dos residentes quanto o estado macroeconômico de cada país, região e cidade dependem do planejamento do trânsito.

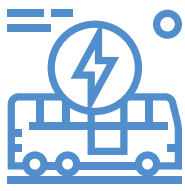
No entanto, dado o rápido crescimento das cidades, o transporte público e as redes rodoviárias não estão crescendo rápido o suficiente. Os sistemas de transporte existentes caíram em desuso e negligência e precisarão ser adaptados

A integração dos planos de transporte e mobilidade nos planos urbanos gerais e promoção de uma ampla gama de opções de transporte são recomendados e enfatizados na Nova Agenda Urbana.

Figura 25: Pessoas a bordo do Blue Ferry em Dar es Salaam, Tanzânia.



Diagrama 20: Transporte e mobilidade



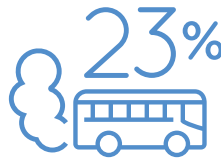
MEDIDAS RÍGIDAS TRANSPORTE E MOBILIDADE



Até 2030, o tráfego de passageiros aumentará 50% em relação a 2015.



O transporte global de carga crescerá **70%** até 2030.



O transporte contribui para 23% das emissões globais de gases de efeito estufa relacionadas à energia.



1,24 milhão de pessoas morrem de acidentes rodoviários todos os anos.

PRINCÍPIOS



Conectividade

O transporte e a conectividade possibilitam o acesso a recursos agrupados e os efeitos de aglomeração das cidades a todos os residentes.



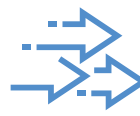
Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento dos setores econômicos segue as opções de conectividade dentro e entre as cidades.



Uso da terra

O planejamento do uso da terra deve acompanhar o desenvolvimento das redes de transporte.



Igualdade no trânsito

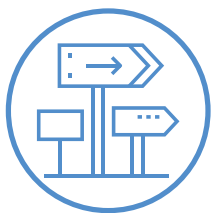
Planos para igualdade no trânsito, especificamente para as necessidades e experiências de grupos negligenciados.



Áreas rurais

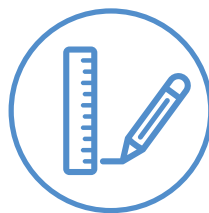
O transporte urbano deve se estender às áreas rurais e suburbanas quando possível.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



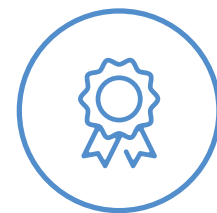
Direito a vias

À medida que as cidades se expandem, preservar os direitos às vias e o espaço para as redes de transporte.



Planejamento de corredores

Os planos diretores e os processos de planejamento de corredores de trânsito podem apresentar uma visão integrada do investimento em trânsito.



Sucesso igualitário

Desenvolver políticas que proporcionem aos pobres acesso ao transporte, incluindo subsídios de trânsito ou tetos com base na porcentagem da renda.



Captura de valor

A captura do valor da terra e o desenvolvimento orientado ao trânsito podem ajudar a financiar novas infraestruturas.



Vários núcleos

Concentrar os esforços de desenvolvimento econômico fora do núcleo urbano para reduzir o congestionamento.



Resiliência

Planejar a resiliência a desastres.

e expandidos. Por exemplo, apesar de ser um dos sistemas de trânsito mais famosos do mundo, a cidade de Nova York declarou a necessidade de US\$ 16,3 bilhões em investimentos em seu sistema de trânsito (Forman 2014). No mundo em desenvolvimento, alguns assentamentos urbanizados exigirão o desenvolvimento de sistemas de transporte a partir do zero. A Nova Agenda Urbana incentiva “os governos nacionais, subnacionais e locais a desenvolver e expandir instrumentos de financiamento, permitindo-lhes melhorar sua infraestrutura e sistemas de transporte e mobilidade, como sistemas de transporte rápido de massa, sistemas integrados de transporte, sistemas aéreos e ferroviários e segurança, infraestrutura para pedestres e ciclistas suficientes e adequadas e inovações baseadas em tecnologia” - **NAU 118**.

À medida que os governos continuam a investir em sistemas de transporte, os planejadores devem entender que também existem desigualdades no desenvolvimento do transporte, onde pessoas com deficiência, mulheres, crianças e moradores de baixa renda podem não ser adequadamente considerados ou incluídos no planejamento dos sistemas de transporte, resultando em redes de transporte que não sejam totalmente inclusivas ou considerem as

necessidades desses grupos individuais (Mobilidade Sustentável para Todos 2017). Por exemplo, as mulheres costumam fazer mais viagens do que os homens, devido a cuidados com os filhos e necessidades domésticas; elas também são mais propensas a viajar como pedestres no mundo em desenvolvimento porque têm opções de transporte limitadas, têm menor prioridade para mobilidade, lideram famílias de baixa renda e enfrentam a possibilidade de assédio (Rivera 2007).

A Nova Agenda Urbana também destaca a importância de desenvolver “infraestrutura de transporte sustentável e eficiente”, gerando e usando energia renovável e acessível sempre que possível para reduzir os custos financeiros, ambientais e de saúde pública de mobilidade ineficiente, congestionamento, poluição do ar, efeitos de ilha de calor urbana e ruído - **NAU 54**. Muitas cidades ao redor do mundo são desafiadas pela poluição do ar, que em parte é causada pelo uso do automóvel (veja a Figura 26). O transporte é o setor que mais consome energia em 40% dos países do mundo, o que significa que está ligado às emissões de GEE, bem como à mitigação do clima. As emissões do transporte devem aumentar 40% entre 2013 e 2040. Como tal, o desenvolvimento de sistemas de transporte público

A Nova Agenda Urbana também destaca a importância de desenvolver “infraestrutura de transporte sustentável e eficiente”, gerando e usando energia renovável e acessível sempre que possível para reduzir os custos financeiros, ambientais e de saúde pública de mobilidade ineficiente, congestionamento, poluição do ar, efeitos de ilha de calor urbana e ruído - NAU 54

Figura 26: Poluição do ar no Cairo, Egito.



de baixas emissões também está relacionado à mitigação das mudanças climáticas. Atualmente, o setor contribui com 23% das emissões globais de GEE relacionadas à energia. Além das emissões de GEE, a poluição emitida pelos veículos tem graves impactos na saúde pública de quem vive próximo a rodovias e grandes artérias. Por exemplo, um estudo baseado em Nova Deli estima que a poluição veicular na cidade e áreas periféricas causa cerca de 7.350 a 16.200 mortes prematuras e 6 milhões de ataques de asma anualmente (Goel e Guttikunda 2013).

Assim como a Nova Agenda Urbana, o **ODS 11** também se relaciona com esse exemplo e com as preocupações com a qualidade do ar em todo o mundo. O texto da Meta descreve a dimensão dessa questão de saúde pública; 9 em cada 10 indivíduos que vivem em áreas urbanas respiram mais partículas poluentes do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas). À medida que os níveis de riqueza aumentam nos países em desenvolvimento, o transporte a

pé, de bicicleta e de motocicleta está mudando para a direção de carro, o que aumenta a poluição e as emissões, incentiva o desenvolvimento difícil de navegar sem um veículo de propriedade pessoal e reduz a segurança geral nas cidades (Hong e outros 2015) . Até 2050, espera-se que o número de veículos automotores em todo o mundo aumente para 2,6 bilhões, com grande parte do crescimento ocorrendo em países em desenvolvimento, como China e Índia (Cervero 2013). A **Meta ODS 11.2** exige especificamente o desenvolvimento do trânsito sustentável para todos, o que é importante em seu próprio sentido, mas essencial para outras metas dos ODS. Por exemplo, a oferta de segurança alimentar adequada - **ODS 2** ou educação e frequência escolar - **ODS 4** e outros dependem das redes de transporte (Mobilidade Sustentável para Todos 2017). A Figura 26 mostra o tráfego acumulado ao longo de uma rua movimentada em Dar es Salaam, mostrando as vantagens do sistema BRT sobre o tradicional "daldala".

A Meta ODS 11.2 exige especificamente o desenvolvimento do trânsito sustentável para todos, o que é importante em seu próprio sentido, mas essencial para outras metas dos ODS

Figura 27: Sistema Bus Rapid Transit (BRT) em Dar es Salaam, Tanzânia.





Princípios

Transporte e conectividade são importantes para o cumprimento de vários outros objetivos de desenvolvimento; sem a capacidade de acessar recursos agrupados, os efeitos de aglomeração das cidades não podem ser aplicados a todos os residentes. Trabalhadores de baixa renda que vivem nas periferias das cidades e que não têm acesso a bons meios de transporte não podem experimentar aumentos na qualidade de vida devido à urbanização. Por exemplo, um estudo das periferias urbanas na Índia concluiu que, para que os residentes periurbanos tenham acesso aos recursos de que precisam, o transporte e a conectividade entre as áreas urbanas e rurais precisam ser muito fortalecidos (Narain e Nischal 2007). Um estudo de comunidades periurbanas em Altos de Cazucá, fora de Bogotá, descreve como os moradores são extremamente limitados nas opções de transporte, sacrificando tempo e segurança para acessar serviços essenciais por meio de transporte informal. A exclusão social também pode ocorrer quando áreas periféricas não têm acesso a oportunidades econômicas e serviços públicos mais próximos do núcleo urbano (Hernandez e Titheridge 2016).

O desenvolvimento dos setores econômicos se relaciona e segue as opções de conectividade dentro e entre as cidades. O desenvolvimento do setor pode ser viabilizado pelo transporte, e as cidades devem ser deliberadas sobre o desenvolvimento setorial e econômico ao investir em transporte. Por exemplo, o desenvolvimento de redes rodoviárias na Colômbia resultou no desenvolvimento de indústrias manufatureiras mais leves; enquanto isso, nas cidades chinesas, as rodovias dentro das cidades descentralizaram o setor de serviços e as ferrovias descentralizaram o setor industrial (Mobilidade Sustentável para Todos 2017). Além disso, os países em desenvolvimento pagam de 40% a 70% a mais para enviar internacionalmente por dólar importado (Mobilidade Sustentável para Todos 2017). Essas dinâmicas também existem em países desenvolvidos. Por exemplo, em St. Paul, Minneapolis, os setores diferem pelos tipos de transporte necessários para acessá-los (Fan e Tilahun 2014).

O planejamento do uso da terra deve acompanhar o desenvolvimento das redes de transporte.

Embora seja importante que as cidades façam investimentos em trânsito, sem um planejamento

adequado do uso da terra, investir em infraestrutura de trânsito pode não resultar em maior conectividade, qualidade de vida e prosperidade para todos os moradores das cidades. As cidades do mundo em desenvolvimento são geralmente mais densas do que suas contrapartes norte-americanas e europeias, mas os níveis de densidade estão caindo a uma taxa mais rápida do que no mundo desenvolvido à medida que as cidades se expandem, o que significa que aquelas em áreas escassamente servidas estão ainda mais isoladas dos recursos. As redes de transporte precisam ser ainda mais extensas para cobrir cidades com densidades decrescentes (Cervero 2013). O planejamento do uso da terra e do transporte pode ser considerado em conjunto, onde o transporte pode ser adaptado para se adequar ao perfil de uso da terra de uma cidade, ou mudanças e adensamento podem ocorrer para atender às necessidades do novo transporte. Quatro categorizações são úteis a serem consideradas: 1) cidades adaptativas, onde as cidades utilizam medidas de preenchimento e outras medidas de densificação para planejar a introdução de infraestrutura de transporte, 2) trânsito adaptativo, onde a infraestrutura de transporte é construída considerando o layout de uma cidade, mesmo no caso de uma forma urbana de baixa densidade, 3) cidades centrais fortes, onde as cidades desenvolvem núcleos internos de primazia econômica e o transporte está concentrado nessas áreas e 4) modelos híbridos onde existem hubs de trânsito em vários grandes centros densos, enquanto a acessibilidade ainda está disponível para subúrbios e exúrbios de baixa densidade (Beatley e Wheeler 2014).

Planos para igualdade no trânsito, especificamente para as necessidades e experiências de grupos negligenciados. Os esforços de planejamento de trânsito muitas vezes não atendem os grupos igualmente. Por exemplo, em Los Angeles, a cidade investiu no desenvolvimento de um sistema ferroviário urbano que conectaria os moradores do subúrbio ao centro da cidade. Ao mesmo tempo, os serviços de ônibus da cidade eram subfinanciados; os passageiros de ônibus trabalharam juntos como uma coalizão para defender o financiamento para melhorar os ônibus, que eram amplamente utilizados por uma classe mais pobre de moradores dentro do núcleo urbano (Grengs 2002). O investimento em transporte não é um bem social por si só, e as populações mais pobres e marginalizadas têm mais a ganhar com o acesso ao transporte. Cervero (2013) descreve como os sistemas de ônibus podem ser mais

O desenvolvimento do setor pode ser viabilizado pelo transporte, e as cidades devem ser deliberadas sobre o desenvolvimento setorial e econômico ao investir em transporte.

adequados para populações mais pobres e isoladas em comparação com o investimento em sistemas de trens e bondes.

O transporte urbano não inclui apenas o transporte dentro das cidades, mas também entre elas e para as áreas rurais e suburbanas. Sem uma visão mais ampla das ligações urbano-rurais, especialmente em países que estão vendo a migração em massa para as cidades, as periferias das cidades não alcançarão a conectividade necessária. Por exemplo, Akkoyunlu (2015) prescreve que as áreas rurais-urbanas sejam consideradas unidades administrativas regionais no contexto do planejamento do desenvolvimento econômico, pois este é o meio pelo qual ocorre o comércio e a troca de conhecimento entre as áreas urbanas e rurais. Tal atividade pode ser essencial para alcançar a redução da pobreza nos países em desenvolvimento.



Ações Ilustrativas

À medida que as cidades se expandem, preservar o direito de passagem e espaço para as redes de transporte. As redes de transporte podem não se expandir na mesma proporção que as cidades. No mundo em desenvolvimento, onde a expansão externa é muitas vezes informal, o direito a vias deve pelo menos ser preservado para o desenvolvimento de serviços públicos e futuras redes de transporte.

Os planos diretores e os processos de planejamento de corredores de trânsito podem apresentar uma visão integrada do investimento em trânsito. Como o transporte pode servir a vários fins relacionados ao desenvolvimento econômico e melhorias na qualidade de vida, os planos diretores que incluem estipulações para o uso da terra podem garantir que as metas do desenvolvimento sejam cumpridas. Por exemplo, na Jordânia, o plano diretor de Amã de 2008 promove o desenvolvimento de alta densidade e uso misto por meio da identificação de centros de crescimento, intensificação ao longo de corredores selecionados em toda a cidade e fornecimento de transporte público seguro e eficiente (Cervero 2013).

Desenvolver políticas focadas em fornecer aos pobres acesso ao transporte, incluindo subsídios de trânsito ou tetos com base na porcentagem da renda. Programas de tarifas reduzidas ou políticas que estabelecem limites para o custo do transporte

podem garantir que os pobres ainda tenham acesso a serviços essenciais. As famílias não devem gastar mais de 10 a 15 por cento da renda total em transporte e deslocamento (Cervero 2011).

A captura do valor da terra e o desenvolvimento orientado ao trânsito podem ajudar a financiar novas infraestruturas. Em geral, transporte público, de bicicleta e deslocamento de pedestres dependem de altas densidades para serem eficientes (Pojani e Stead 2015). O desenvolvimento orientado ao trânsito ou o preenchimento realizado em torno da infraestrutura de trânsito é uma solução para isso, onde o investimento em infraestrutura é acompanhado por mudanças no uso da terra cujos valores podem ser capturados por municípios individuais. O desenvolvimento orientado ao trânsito foi alavancado em vários lugares. Por exemplo, na rede ferroviária Mass Transit Rail (MTR) de Hong Kong, as políticas aproveitam o valor criado pelos investimentos em trânsito para financiar a expansão do sistema de trânsito. O governo concede direitos a terras públicas a um preço de desenvolvimento “antes da ferrovia” e após o desenvolvimento do trânsito e melhorias financiadas pelo desenvolvedor, vende a terra a um preço “pós-ferroviária”, para recuperar os custos do investimento em trânsito (Hong e outros 2015).

Concentrar os esforços de desenvolvimento econômico fora do núcleo urbano para reduzir o congestionamento. As cidades do mundo em desenvolvimento são mais frequentemente agrupadas em torno de um centro de emprego no núcleo urbano, em vez de vários centros. O primeiro é referido como desenvolvimento monocêntrico, enquanto o último é referido como desenvolvimento policêntrico. Como tal, o transporte para o núcleo urbano tende a ser altamente congestionado e o transporte é inadequado (Cervero 2013).

Planejar a resiliência a desastres. Desastres naturais causam danos diretos à geração de energia e infraestrutura de transporte, custando cerca de US\$ 18 bilhões por ano em países de baixa e média renda. Os sistemas de transporte precisam ser capazes de responder a emergências; seu projeto, financiamento e manutenção devem estar alinhados com os sistemas de adaptação ao clima e preparação para emergências para garantir sua viabilidade.

Os sistemas de transporte precisam ser capazes de responder a emergências; seu projeto, financiamento e manutenção devem estar alinhados com os sistemas de adaptação ao clima e preparação para emergências para garantir sua viabilidade.

2.2.2 Energia

A energia é um setor mencionado ao lado de habitação, água, saneamento, educação e transporte na Nova Agenda Urbana. A Nova Agenda Urbana destaca a importância das energias renováveis e acessíveis e a questão da equidade na distribuição de energia. Menciona que as necessidades energéticas de todas as pessoas, "particularmente os pobres e aqueles que vivem em assentamentos informais devem ser considerados" - **NAU 54**. Além disso, compromete-se a incentivar os governos "a desenvolver energia sustentável, renovável e acessível e edifícios energeticamente eficientes e modos de construção e à promoção da conservação e eficiência energética, essenciais para permitir a redução das emissões de gases com efeito de estufa e de carbono negro, assegurar padrões sustentáveis de consumo e produção, contribuir para a criação de novos empregos dignos, melhorar a saúde pública e reduzir os custos de fornecimento de energia" - **NAU 75**.

A energia continua sendo uma questão importante para os planejadores municipais e governos. O uso de energia em áreas urbanas agora representa aproximadamente dois terços do uso total de energia em todo o mundo (IRENA 2016). Sua governança abrange várias questões no âmbito das cidades, incluindo zoneamento, códigos de construção, instalações e ativos de propriedade pública e o envolvimento de empresas individuais e proprietários de residências no planejamento energético. Embora seja uma questão importante para os municípios, a energia também diz respeito a metas regionais e nacionais relacionadas à redução de emissões, adaptação ao clima e condições climáticas extremas.

A confiabilidade de energia e as consequências econômicas e de segurança de sistemas ineficientes ou não confiáveis dizem respeito a vários níveis de governo. Da mesma forma, questões de saúde pública e qualidade de vida estão fortemente relacionadas à energia, onde a poluição e as emissões associadas à queima de combustíveis fósseis podem representar uma grande ameaça à saúde pública. O combustível líquido (principalmente petróleo) compõe grande parte das fontes de energia globalmente; em 2019, RFF (2019) estimou que 28-32% do consumo global de energia resultou dessa fonte (Aldana, Newell e Raimi 2019). Sem metas políticas ambiciosas

relacionadas à mitigação do clima, o consumo global de energia deverá aumentar de 20% a 30% até 2040, com o consumo de combustível fóssil crescendo mais; embora o consumo de energia na Europa e na América do Norte tenha sido relativamente estável, o rápido desenvolvimento de países como China e Índia aumentará o consumo geral (Aldana, Newell e Raimi 2019). Dado esse rápido crescimento, as cidades precisarão considerar seu estoque de edifícios existentes e futuros e as maneiras pelas quais as energias renováveis e limpas podem ser incentivadas e implantadas localmente.

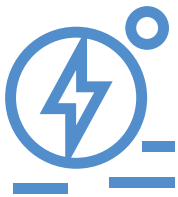


Princípios

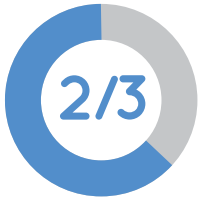
A Modelagem, a coleta de dados e o planejamento de longo prazo são componentes essenciais para a eficiência energética e o planejamento de conservação. O trabalho envolve múltiplos setores que operam com objetivos díspares e podem não necessariamente se coordenar. As cidades que buscam reduzir o uso de energia precisam considerar o uso de uma variedade de setores, incluindo habitação, grandes indústrias e atividades comerciais, transporte e instalações públicas. As cidades devem realizar análises para determinar caminhos para a redução de energia em setores individuais. Caminhos escalonados podem ser úteis para garantir que a cidade permaneça no caminho certo e seja capaz de atingir as metas de longo prazo. As cidades devem considerar os detalhes que abrangem diferentes escopos analíticos. Por exemplo, um estudo abrangente e multissetorial consumiria muitos recursos, enquanto uma revisão mais superficial de vários setores seria uma análise mais gerenciável. As cidades também podem optar por estudar um único setor ou suas próprias operações internas para iniciar um processo de auditoria energética. Existem vários recursos para apoiar as auditorias energéticas. Por exemplo, o Banco Mundial publicou o Programa de Avaliação da Gestão do Setor de Energia (ESMAP) para o governo, que inclui orientações sobre avaliações de vários escopos. Ao escolher os setores a serem avaliados, os governos também devem considerar o nível de influência que têm nas práticas da indústria e onde o estudo e a intervenção política podem ser os mais impactantes (Banco Mundial 2014a).

A Nova Agenda Urbana destaca a importância das energias renováveis e acessíveis e a questão da equidade na distribuição de energia.

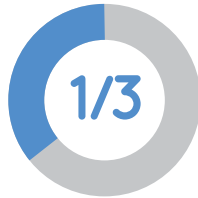
Diagrama 21: Energia



MEDIDAS RÍGIDAS ENERGIA



As cidades são responsáveis por 2/3 de todo o uso de energia em todo o mundo.

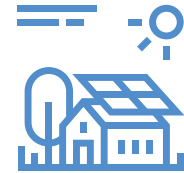


1/3 do consumo global de energia é de petróleo.

O consumo global de energia aumentará de

20-30%

sem políticas ambiciosas de mitigação climática.



5% da energia global é de fontes renováveis.

Fonte: IRENA 2016 energia renovável nas cidades para o futuro (2019) perspectiva global de energia.

PRINCÍPIOS



Modelagem e dados

Modelagem, coleta de dados e planejamento de longo prazo são componentes essenciais para eficiência energética e planejamento de redução.



Eficiência energética

A eficiência energética pode beneficiar aqueles que vivem abaixo da linha da pobreza, reduzindo os custos de energia, melhorando o estoque de edifícios, a confiabilidade da energia e a resiliência climática.



Uso da terra

Os sistemas de eficiência energética são relativos aos padrões atuais de uso da terra.



Governança local

A governança local é importante para incentivar a mudança de comportamento de moradores e das indústrias.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Gestão institucional

Fortalecer as instituições e esclarecer as responsabilidades entre os governos locais, regionais e centrais no que se refere à eletrificação e gestão de energia.



Planos comunitários de energia

Desenvolver planos comunitários de energia.



Padrões de performance

Desenvolver códigos e padrões de desempenho de edifícios verdes e eficientes em termos de energia.



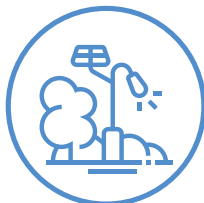
Incentivos

Desenvolver programas de incentivo para a modernização de edifícios.



Energia renovável municipal

Desenvolver mecanismos de financiamento para permitir que municípios individuais invistam em energia renovável.



Áreas informais

Em áreas informais, os programas de melhoria devem incluir eletrificação e planejamento energético.



Contratos públicos

Desenvolver programas e padrões de contratos para propriedades públicas.

A eficiência energética beneficia aqueles que vivem abaixo da linha da pobreza, reduzindo os custos de energia e também melhorando o estoque de edifícios, a confiabilidade da energia e a resiliência climática. As medidas de eficiência energética apresentam uma oportunidade para as cidades economizarem dinheiro e reduzirem sua pegada de carbono, além de gerar importantes benefícios de qualidade de vida aos moradores mais pobres. Por exemplo, melhorar o estoque precário de edifícios para tornar o aquecimento e o resfriamento mais eficientes também pode trazer benefícios à qualidade do ar interno e à saúde pública para indivíduos que vivem em estruturas mais antigas e mal conservadas (Bouzarovski 2014). O fornecimento de energia mais confiável em áreas onde se sabe que a energia não é confiável pode melhorar as relações sociais e aumentar as horas em que as tarefas domésticas e os estudos podem ser feitos (Haines e outros 2007).

Os sistemas de eficiência energética são relativos aos padrões atuais e planejados de uso da terra. O uso da terra e o layout urbano afetarão a capacidade das cidades de implementar eficiência energética e energias renováveis. Por exemplo, uma cidade de baixa densidade pode se beneficiar do financiamento e de recursos energéticos distribuídos, enquanto uma cidade de alta densidade seria capaz de implementar sistemas de aquecimento e resfriamento mais integrados em toda a região (IRENA 2016).

A governança local é importante para incentivar a mudança de comportamento de moradores e das indústrias. Embora as cidades possam não ter a capacidade de governar sistemas regionais ou nacionais de geração e transmissão de energia, elas são capazes de educar os moradores e entidades comerciais sobre o uso e eficiência de energia e energias renováveis em suas jurisdições. As autoridades locais também têm relações mais diretas com os participantes da indústria e os residentes individuais e, portanto, estão bem posicionadas para incentivar o comportamento de eficiência energética. Eles também podem fornecer educação sobre programas de incentivo e subsídio para implementar modernizações e melhores práticas de gestão de energia (IRENA 2016).



Ações ilustrativas

Fortalecer as instituições e esclarecer as responsabilidades entre os governos locais, regionais e centrais no que se refere à eletrificação e gestão de energia. Cidades e governos regionais que buscam aumentar a confiabilidade da energia, a eficiência energética e a implantação de energias renováveis podem ter responsabilidades compartilhadas que não são muito claras, especialmente quando as concessionárias privadas também estão envolvidas. Por exemplo, na década de 1990 em Delhi, as áreas periurbanas não tinham prestadores de serviços definidos porque o governo designou uma concessionária para fornecer serviços às áreas rurais e outra às áreas urbanas, sem considerar as residências periurbanas fora dessa demarcação clara (Singh et al. 2015).

Desenvolver planos comunitários de energia. Os planos de energia em nível comunitário ou distrital podem servir a múltiplos propósitos. Eles podem permitir que bairros ou comunidades individuais tenham autonomia sobre os sistemas de energia e também permitir preços de compra mais baratos de fornecedores de eficiência energética e energia renovável. Os planos de nível comunitário também podem se concentrar na adaptação a condições climáticas extremas. Por exemplo, microrredes de bairros podem permitir que bairros individuais economizem dinheiro e também forneçam energia em caso de perda.

Desenvolver códigos e padrões de desempenho de edifícios verdes e eficientes em termos de energia. Embora muitas cidades no mundo desenvolvido tenham códigos de construção adaptados à eficiência e uso de energia, os códigos de construção no mundo em desenvolvimento geralmente não são tão rigorosamente aplicados, e os municípios não têm a base de conhecimento ou experiência técnica para desenvolver códigos apropriados para seu estoque de edifícios. A rápida urbanização também implica que grande parte do ambiente construído está sendo adicionado às cidades em desenvolvimento e continuará a ser adicionado no futuro. Como tal, construir a partir de práticas de eficiência energética é imensamente importante. Existem vários programas internacionais que existem para ajudar as cidades em desenvolvimento nesse processo, incluindo o Building Efficiency Accelerator Center do Instituto de Recursos Mundiais e a City Energy Efficiency Transformation Initiative do Banco Mundial.

As medidas de eficiência energética apresentam uma oportunidade para as cidades economizarem dinheiro e reduzirem sua pegada de carbono, além de gerar importantes benefícios de qualidade de vida aos moradores mais pobres.

Desenvolver programas de incentivo de melhoria de edifícios. Esses programas funcionam incentivando proprietários de residências e empresários a reformar residências e estabelecimentos comerciais. Os programas de melhoria podem ajudar proprietários individuais e empresas a reduzir o uso geral de energia, ao mesmo tempo em que os envolve em práticas e comportamentos de eficiência energética. Para os moradores de baixa renda, eles também podem melhorar o aquecimento e o resfriamento contribuindo para a saúde geral e a qualidade de vida, especialmente para aqueles que vivem em regiões com estoque precário de edifícios.

Desenvolver mecanismos de financiamento para permitir que os municípios invistam em energia renovável. Um exemplo dessas ferramentas de financiamento é um fundo verde rotativo, que é usado para promover uma economia nos custos. É chamado de “rotativo” porque uma parte é usada para reabastecer o fundo para que possa ser reinvestido em futuros projetos de eficiência energética.

Em áreas informais, os programas de melhoria de favelas devem incluir eletrificação e planejamento energético. Por exemplo, a provisão de posse e regularização de terras foi feita em conjunto com a eletrificação em Bangladesh. Os governos precisam fornecer benefícios aos moradores informais para participarem formalmente dos serviços de energia, já que conexões ilegais ou informais podem ser mais baratas para os moradores já empobrecidos (Ackom e outros 2015).

Desenvolver programas e padrões de contratos para propriedades públicas. As políticas de contratação podem ser alteradas para se concentrar em eficiência energética, em vez da opção de menor custo.

2.2.3 Resíduos sólidos

A Nova Agenda Urbana incentiva o investimento em infraestrutura protetora, acessível e sustentável e sistemas de prestação de serviços de água, saneamento e higiene, esgoto e gestão de resíduos sólidos. Declara o seu apoio à “tomada de decisão descentralizada sobre a eliminação de resíduos para promover o acesso universal a sistemas sustentáveis de gestão de resíduos” e destaca a importância de esquemas de responsabilidade

do produtor que “incluam geradores e produtores de resíduos no financiamento de sistemas de gestão de resíduos urbanos” a fim de mitigar os impactos socioeconômicos da geração de resíduos e promover índices de reciclagem **NAU 122**. O **ODS 11** afirma que as cidades devem buscar a sustentabilidade ambiental reduzindo os impactos adversos das cidades por meio de melhorias na gestão de resíduos - **Meta ODS 11.6**.

Os resíduos gerados pelas cidades são de enorme consequência, e os resíduos sólidos são uma questão urgente para a urbanização, no que se refere à saúde pública, uso da terra e mitigação do clima (ver Figura 28). A geração de resíduos sólidos deverá ultrapassar o crescimento populacional em mais que o dobro até 2050. Em todo o mundo, aproximadamente 2,0 bilhões de toneladas de resíduos sólidos são gerados anualmente; deste montante, cerca de um terço não é gerido de forma sustentável. Os resíduos sólidos emitem 1,6 bilhão de toneladas de dióxido de carbono, representando 5% das emissões. Os países em desenvolvimento de baixa renda sofrem com a gestão e processamento de resíduos; os municípios gastam grande parte de seus orçamentos na gestão de resíduos, aproximadamente cinco vezes o que os municípios de alta renda gastam em média. Além disso, mais de 90% dos resíduos em países de baixa renda são despejados ou queimados abertamente, em vez de serem coletados e processados formalmente. A coleta em países de baixa renda aumentou significativamente de 22 para 39 por cento (Bhadda-Tata e outros 2018).

No entanto, a geração de resíduos per capita é maior em países de alta renda. Esses países representam 14% da população, mas geram 34% dos resíduos produzidos globalmente. Sem uma ação significativa, a geração de resíduos per capita em países de alta renda aumentará 19% até 2050; esse número está crescendo a um ritmo mais lento do que o previsto para os países em desenvolvimento, onde a geração per capita deverá aumentar 40%. A geração de resíduos está crescendo rapidamente na África Subsaariana, Sul da Ásia, Norte da África e Oriente Médio. Nessas regiões, metade dos resíduos é despejada abertamente. Nos países de alta renda, cerca de um terço dos resíduos é recuperado por meio de reciclagem e compostagem. O uso da terra é fundamental para considerar os resíduos sólidos,

A Nova Agenda Urbana incentiva o investimento em infraestrutura protetora, acessível e sustentável e sistemas de prestação de serviços de água, saneamento e higiene, esgoto e gestão de resíduos sólidos.

Diagrama 22: Resíduos Sólidos

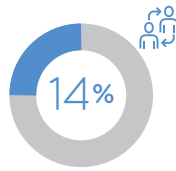


MEDIDAS RÍGIDAS
RESÍDUOS SÓLIDOS



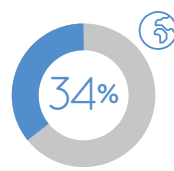
1/3 de 2 bilhões

de toneladas de resíduos sólidos gerados globalmente a cada ano não é geridos de forma sustentável.



14% da população

O resíduo per capita é mais alto em países de alta renda, que representam 14% da população, mas geram 34% de todos os resíduos.

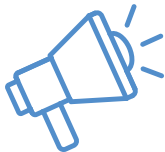


34% de todos os resíduos



90% dos resíduos em países de baixa renda são despejados ou queimados.

PRINCÍPIOS



Consientização

Minimizar os resíduos e conscientizar a separação de resíduos adequados para reciclagem, reutilização e descarte ecologicamente correto.



Capacidade institucional

A gestão de resíduos sólidos requer capacidade institucional para gerenciar a arrecadação de receitas e fazer cumprir os regulamentos.



Incluir trabalhadores de resíduos

Faça políticas inclusivas de trabalhadores de resíduos e encontre empregos alternativos e/ou incorpore esses trabalhadores nos arranjos institucionais existentes.



Mobilize investimentos

A autoridade local deve ser capaz de mobilizar investimentos adequados para uma gestão ambientalmente saudável dos resíduos.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Desperdício de alimentos

Para evitar o desperdício de alimentos, desenvolver redes de apoio à indústria para produtores agrícolas, além de promover mudanças de comportamento.



Tarifas variáveis

Considerar cobrar tarifas variáveis para reduzir a produção de resíduos em residências individuais e estabelecimentos comerciais.



Apoio financeiro

Desenvolver fundos nacionais e regionais para apoiar municípios em dificuldades com desenvolvimento de infraestrutura e gestão de receitas.

pois as cidades gastam menos recursos na coleta de resíduos de áreas de alta densidade. No entanto, cidades extremamente densas também devem considerar a alocação de terras nas quais os resíduos possam ser tratados e descartados. Cerca de 37% dos resíduos são depositados em aterros sanitários, e o despejo a céu aberto constitui cerca de um terço do descarte total de resíduos; o restante é reciclado ou incinerado (Bhada-Tata e outros 2018).

Grande parte da gestão de resíduos sólidos nos países em desenvolvimento é realizada por catadores (chamados de trabalhadores de conservação ou catadores de lixo). O Quadro 17 descreve o trabalho dos catadores na África do Sul. Esses trabalhadores ambientais invisíveis são mal pagos, não têm seguridade social, são discriminados pela sociedade, trabalham em condições ambientais anti-higiênicas e insalubres e têm baixa autoestima. Não há informações sobre sua distribuição mundial ou sua contribuição para a economia da gestão de resíduos sólidos. Os catadores de materiais recicláveis ao redor do mundo estimam que existam cerca de 410 organizações em todo o mundo (Global Alliance of Waste Pickers). Destes, cerca de 27% estão no Brasil, 21% na Índia e 12% na Colômbia. As estimativas na Índia revelam cerca de 1,5 a 4,0 milhões de trabalhadores em 2017 (Dandapani 2017). No entanto, estes podem ser subestimados. O Brasil estima que existam cerca de 400 a 500 catadores no país, contribuindo com cerca de 90% da economia de resíduos (De Miranda 2016). Algumas das atividades

desses trabalhadores precisam ser banidas; outros precisam ser substituídos ou formalizados. O Brasil tomou medidas para criar uma política inclusiva desses trabalhadores.

 **Princípios**

Minimizar os resíduos e conscientizar a separação de resíduos adequados para reciclagem, reutilização e descarte ecologicamente correto é importante.

Dada a diversidade social e cultural das regiões urbanas, os moradores tratam os resíduos sólidos como uma questão “não-no-meu-quintal”. O descarte de lixo nas margens de estradas, rios e lagos é uma prática comum. É importante conscientizar para minimizar e separar resíduos por meio de campanhas de higiene. Tal abordagem poderia capacitar as comunidades urbanas a desempenhar um papel ativo e único nas iniciativas de desenvolvimento.

A gestão de resíduos sólidos requer capacidade institucional tanto a nível nacional como municipal para gerir a arrecadação de receitas e fazer cumprir os regulamentos. Isso não pode ser terceirizado para o setor privado, pois isso exigiria monitoramento adicional. Por exemplo, uma revisão da coleta de resíduos sólidos para áreas municipais no Paquistão é reveladora; parece haver poucas políticas para definir a gestão de resíduos sólidos, e a legislação é muito deficiente (Ahmed e outros 2007). Uma revisão da gestão de resíduos sólidos na Malásia

A gestão de resíduos sólidos requer capacidade institucional tanto a nível nacional como municipal para gerir a arrecadação de receitas e fazer cumprir os regulamentos.

Figura 28: Um local de despejo de resíduos sólidos (esquerda), separação de resíduos por catadores (à direita) em Cape Coast, Gana.



Quadro 17: Catadores no Processo de Gestão de Resíduos: Região de Odi Mortele, África do Sul

A Província Noroeste, a região de Odi Moretele, engloba as cidades de Temba, Ga-rankuwa, Mabopane e Winterveld, que foram cidades-dormitório durante o período do apartheid na África do Sul. A população total é de 149.068 com uma taxa de crescimento de 3,5 por cento. A área total é de 3.566 quilômetros quadrados, dos quais apenas 30% são urbanos, onde vivem 70% da população. A média do nível de pobreza é de 45 por cento. Há 32.557 famílias produzindo resíduos.

Desafios A necessidade de eliminação ordenada de resíduos era uma prioridade. Para conseguir isso, todos os locais de despejo não controlados tiveram que ser identificados. O tipo de resíduo gerado teve que ser analisado, incluindo volume de resíduos e fonte de geração. Os regulamentos atuais desencorajam catadores em locais de resíduos. Todos os regulamentos e todos os requisitos técnicos foram cumpridos, exceto a prevenção de catadores.

Ação Cada local de despejo não controlado foi devidamente investigado quanto à poluição e seus efeitos sobre o meio ambiente. O principal objetivo do Departamento Provincial era estabelecer locais de descarte de resíduos registrados e gerenciá-los de forma eficaz e, no processo, acomodar os recuperadores. Departamento Provincial identificou a necessidade de uma correta gestão de resíduos nas referidas localidades e prestou apoio financeiro. Um engenheiro do Departamento foi encarregado de facilitar o processo. O consultor forneceu conhecimento técnico e acompanhou o processo. Os municípios auxiliaram na identificação dos problemas locais e forneceram apoio político.

Ao abordar a presença de catadores, foram tomadas as seguintes medidas. 1) Um líder foi identificado entre o grupo. Ele deveria manter a ordem entre os catadores e agir como porta-voz do operador do local. 2) Água potável limpa e instalações sanitárias foram fornecidas. 3) Instalações de saúde e educação foram fornecidas. Os órgãos de bem-estar foram solicitados a visitar os aterros regularmente.

Impacto Os catadores, em sua maioria rejeitados pela sociedade, foram incluídos no processo de gestão de resíduos. Eles reduziram o volume de resíduos que acabam em aterros e melhoraram o processo.

Antes da modernização dos aterros sanitários não controlados, as pessoas eram indiferentes à degradação ambiental causada por tais atos. Os resíduos nesses locais eram despejados ao acaso e espalhados por toda parte. Toda a área era um atoleiro de sujeira compartilhado por humanos e animais. O local não era apenas grande, era uma visão feia e fedorenta. Além disso, estava poluindo um córrego que corria ao lado. A cidade estava invadindo o local de despejo.

Agora há coleta sistemática de lixo doméstico, que é descartado em condições controladas. Este local foi fechado e transformado em um parque onde brincam as crianças das redondezas e as dos catadores. A área em que os catadores agora trabalham está limpa e seca e não é mais o atoleiro que era. Esta é uma grande melhoria no ambiente de trabalho. Como um grupo, os catadores são capazes de articular seus desejos e preocupações e alcançar resultados. Eles se sentem aceitos pela sociedade e têm acesso a água potável, banheiros, saúde e educação. Eles estabeleceram um mercado viável para seus produtos por meio de compradores regulares. Os registros nos locais de março de 1994 a junho de 1999 mostram que, por mês, a transferência de Mabopane recebeu em média 4430 metros cúbicos de resíduos, Ga-rankuwa 4270 metros cúbicos e Temba 2205 metros cúbicos. Os catadores conseguiram reduzir esse volume de resíduos recebidos em 40%. O projeto limpou o meio ambiente e evitou a poluição do rio e das águas subterrâneas. O projeto é construído em parceria entre o governo provincial, conselhos locais, o setor privado e os catadores.

Fonte: ONU-Habitat

e na Índia revela que, embora existam políticas e legislações para regular a coleta e o despejo aberto de resíduos, elas não são seguidas pelas partes interessadas locais, tanto do lado da fiscalização do setor público quanto do setor privado, e de atores comerciais individuais (Abas e Wee 2014). Em Gana, não há políticas de gestão de resíduos sólidos, mas uma empresa é estabelecida no âmbito de uma PPP para promover a gestão de resíduos. O seu alcance e cobertura limitam-se à recolha e eliminação de contêineres públicos, sendo as autoridades locais responsáveis pela coleta domiciliar. Com funções financeiras e regulatórias limitadas, as autoridades locais não são capazes de cumprir essas cobranças. Além do desenvolvimento de políticas e leis e sua aplicação e implementação, os governos precisam ter a capacidade de coletar e gerenciar receitas para desenvolver serviços de coleta e transferência.

A política de gestão de resíduos sólidos deve incluir os trabalhadores de resíduos. Encontrar empregos alternativos ou incorporar esses trabalhadores em arranjos institucionais existentes é importante. A maioria das tarefas de gestão de resíduos sólidos é realizada por catadores que separam e reciclam os resíduos em uma economia de mercado informal.

As autoridades locais devem ser capazes de mobilizar investimentos adequados interna ou externamente para uma gestão ambientalmente saudável dos resíduos. Estudos de caso demonstraram que sem uma descentralização financeira e institucional adequada, a promoção de

uma gestão de resíduos sólidos igualitária e acessível será impossível, em detrimento da saúde pública e do meio ambiente. A Nova Agenda Urbana apoia a tomada de decisão descentralizada para a eliminação de resíduos **NAU 122**; tal abordagem requer um arranjo institucional descentralizado fundamentado nos casos de sucesso.



Ações ilustrativas

Para evitar o desperdício de alimentos, desenvolver redes de apoio à indústria para produtores agrícolas, além de promover a mudança de comportamento.

Em países de baixa renda, o desperdício de alimentos ocorre porque existem várias limitações ao longo de toda a cadeia de suprimentos (Bennett, Buzby e Hodges 2011). Agricultores de menor escala podem ser apoiados com crédito para comprar infraestrutura e tecnologia mais novas, enquanto redes de apoio e grupos industriais são desenvolvidos para trabalhar coletivamente no problema.

Considerar cobrar tarifas variáveis para reduzir a produção de resíduos em residências individuais e estabelecimentos comerciais.

Nos países desenvolvidos, as cidades terão a capacidade de gerenciar um sistema de cobrança de receita mais sofisticado, onde indivíduos e estabelecimentos comerciais são cobrados com base em sua produção de resíduos, em vez de uma taxa fixa de usuário. Isso é praticado na Coreia e também em alguns países em desenvolvimento (Lah e Park 2015).

A Nova Agenda Urbana apoia a tomada de decisão descentralizada para a eliminação de resíduos NAU 122

Figura 29: Moradores de Harar, Etiópia, fazem fila para pegar água.



Desenvolver fundos nacionais e regionais para apoiar municípios em dificuldades com desenvolvimento de infraestrutura e gestão de receitas. Em todo o mundo, os resíduos sólidos continuam sendo uma questão de controle local, porque muitos municípios menores podem não ter a capacidade de arrecadar fundos ou emitir sua própria dívida para financiar a infraestrutura de gerenciamento de resíduos. Eles também podem não ter a capacidade institucional para gerenciar receitas ou realizar planejamento de longo prazo e tomar decisões de contratação. Fundos maiores criados em nível nacional e fortalecidos com assistência técnica além de assistência financeira podem ajudar os municípios a desenvolver a capacidade de gerenciar sua produção de resíduos sólidos. Por exemplo, a Missão Swachh Bharat da Índia forneceu financiamento para mais de 4.000 municípios (Ghosh 2016).

2.2.4 Água e saneamento

Na questão da água e do saneamento, a Nova Agenda Urbana ressalta a importância de "infraestruturas protetoras, acessíveis e sustentáveis e sistemas de prestação de serviços de água, saneamento e higiene, esgoto, gestão de resíduos sólidos, drenagem urbana, redução da poluição do ar e gestão de águas pluviais, a fim de melhorar a segurança em caso de desastres relacionados à água, melhorar a saúde, garantir o acesso universal e igualitário à água potável segura e acessível para todos, bem como o acesso a saneamento e higiene adequado e igualitário para todos e acabar com o esgoto a céu aberto, com atenção especial às necessidades e segurança de mulheres e meninas e aquelas em situações vulneráveis" - **NAU 119**. Na gestão do setor de água e saneamento, a Nova Agenda Urbana compromete-se a capacitar os serviços públicos de água e saneamento para que possam implementar sistemas de gestão da água (incluindo a manutenção sustentável dos serviços de infraestrutura urbana) com o objetivo de eliminar a desigualdades e "promover o acesso universal e igualitário à água potável segura e acessível para todos e ao saneamento e higiene adequados de forma igualitária para todos" - **NAU 120**. O ODS 11 alinha-se com este compromisso com a melhoria da gestão de resíduos sólidos nas cidades - **Meta ODS 11.6**.

O progresso ocorreu; mais de um terço da população global atual tem acesso a fontes seguras de água potável desde 1990, totalizando 2,6 bilhões de

indivíduos (UNICEF e OMS 2015). Atualmente, cerca de 663 milhões de indivíduos ainda utilizam fontes de água potável sem melhorias, com grande parte vivendo na África Subsaariana e no sul da Ásia. O acesso melhorado difere entre as regiões. Em ambientes urbanos, existem grandes desigualdades entre as periferias e os bairros centrais mais ricos quando se trata de fornecimento de água, gestão de água e disponibilidade de serviços de saneamento. O custo estimado para fechar a lacuna de infraestrutura para alcançar a cobertura global de água varia de US\$ 116 a US\$ 229 bilhões. Esta estimativa de custo refere-se especificamente ao cumprimento do ODS 6 – Garantir a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos. Embora muitas cidades sejam incapazes de fornecer serviços básicos a todos os residentes, as soluções fora da rede podem ser um primeiro passo crucial nas áreas periurbanas até que sistemas mais avançados possam ser financiados, planejados e implementados. A Figura 29 mostra os moradores da cidade de Harar, na Etiópia, pegando água de um cano comunitário.

A gestão de águas residuais tem sido um desafio em muitos dos países em desenvolvimento. Apenas 20 por cento das águas residuais geradas em todo o mundo são tratadas; o restante é descartado em cursos d'água, onde cria riscos à saúde, ao meio ambiente e ao clima (WWAP 2017). Cerca de 70% das águas residuais municipais e industriais de países de alta renda são tratadas. Isso cai para 38% nos países de renda média-alta, 28% nos países de renda média-baixa e apenas 8% nos países de renda baixa.

Na África, o principal desafio relacionado ao tratamento de águas residuais é a falta de infraestrutura para coleta e tratamento, resultando na poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos que já são limitados. Na região da Ásia e do Pacífico, os municípios e governos locais muitas vezes carecem dos recursos humanos e financeiros necessários para fazer cumprir as regulamentações ambientais. Como resultado, a manutenção da infraestrutura e serviços de tratamento de água é um problema. Na Índia, 78% do esgoto permanece sem tratamento (Down to Earth 2016). O relatório recomenda mais apoio aos governos municipais e locais na gestão das águas residuais urbanas e na captura de seus benefícios de recursos.

Na gestão do setor de água e saneamento, a Nova Agenda Urbana compromete-se a capacitar os serviços públicos de água e saneamento para que possam implementar sistemas de gestão da água (incluindo a manutenção sustentável dos serviços de infraestrutura urbana) com o objetivo de eliminar a desigualdades e "promover o acesso universal e igualitário à água potável segura e acessível para todos e ao saneamento e higiene adequados de forma igualitária para todos" - NAU 120.

Diagrama 23: Água e saneamento



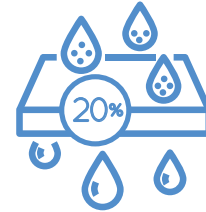
MEDIDAS RÍGIDAS ÁGUA E SANEAMENTO



1/3 da população global recebeu acesso à água potável desde 1990.

US\$116-US\$229 bilhões

para cobrir a lacuna de infraestrutura para o acesso global à água.



Apenas 20% das águas residuais em todo o mundo são tratadas.

Fonte: irena2016 energia renovável nas cidades; recursos para o futuro (2019) perspectiva global de energia.

PRINCÍPIOS



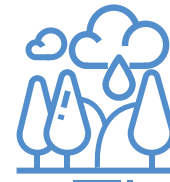
Investimento

É necessário um investimento significativo para garantir a cobertura total de água potável, saneamento e gestão de esgotos.



Compromisso público

A água e o saneamento não são apenas investimentos em infraestrutura, mas também sistemas em que várias partes interessadas devem estar envolvidas.



Uso da terra

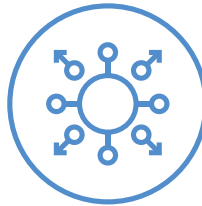
O planejamento dos recursos hídricos está ligado ao uso da terra.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



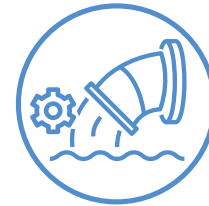
Inclusão de gênero

Incluir mulheres nos esforços de planejamento de água e saneamento.



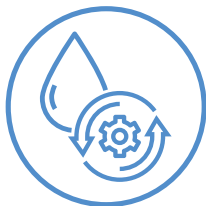
Sistemas descentralizados

Sistemas descentralizados podem fornecer serviços, mas devem ser cuidadosamente considerados a longo prazo.



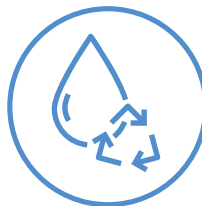
Tratamento descentralizado

Criar sistema integrado para métodos de tratamento descentralizados.



Gestão Integrada

A gestão integrada da água implica o tratamento sustentável da água em conjunto com o ordenamento do território e os princípios ecológicos.



Reutilização

Considerar os diferentes tipos de reutilização que são apropriados para cada município e os recursos hídricos dos quais ele depende.



Princípios

É necessário um investimento significativo para garantir a cobertura total da gestão de água potável, saneamento e esgotos. A mobilização de fundos de agências nacionais e internacionais deve ser adequadamente apoiada por meio do princípio do usuário pagador e do envolvimento do setor privado. A vontade política e o compromisso dos governos nacionais são de extrema importância. Veja no Quadro 18 o exemplo de um projeto de água e saneamento no Sri Lanka.

A água e o saneamento não são apenas investimentos em infraestrutura, mas também sistemas em que várias partes interessadas devem estar envolvidas. Além do financiamento, os governos precisam considerar cuidadosamente os arranjos institucionais em torno do fornecimento de água para garantir que os mais vulneráveis não sejam deixados de fora. Atualmente, na maioria das regiões urbanas, os departamentos de engenharia fiscalizam a água potável, e muitas vezes o saneamento básico e o esgoto são terciários ou mesmo não fazem parte do sistema. É importante que as estruturas administrativas sistemáticas sejam desenvolvidas para monitorá-las e implementá-las nos centros urbanos.

O planejamento dos recursos hídricos está ligado ao uso da terra. O planejamento do sistema de água deve considerar os usos industriais, comerciais e residenciais da terra, bem como os impactos potenciais da indústria sobre as fontes de água. O planejamento do sistema hídrico também deve considerar parâmetros ecológicos, como infraestrutura verde e preservação de ecossistemas (Brikké e Vairavamoorthy 2016).

Campanhas de conscientização devem ser realizadas para garantir a aceitação social do esgoto e do saneamento em países em desenvolvimento.



Ações ilustrativas

Incluir mulheres nos esforços de planejamento de água e saneamento. Nas áreas peri-urbanas, as mulheres são muitas vezes as responsáveis pelo abastecimento de água.

Quadro 18: Projeto da União Europeia WASSER – Água e Saneamento para Assentamentos no leste do Sri Lanka

Desafios Quando o tsunami devastou as cidades de Batticaloa e Kalmunai, na costa leste do Sri Lanka, mais de 500 metros de infraestrutura de abastecimento de água e saneamento foram destruídos. As instalações básicas, como água potável e banheiros, deterioraram-se muito de um padrão já insuficiente, afetando grandemente a população urbana pobre, crianças, idosos e aqueles que já estavam doentes.

Ação Água e Saneamento para Assentamentos no Leste do Sri Lanka (WASSER) foi o terceiro de uma série de projetos focados na melhoria das condições de vida, bem como na capacitação da administração local. Várias medidas tomadas provaram ter efeitos positivos significativos nas perspectivas sobre água e saneamento. Em primeiro lugar, a tecnologia foi integrada de forma inclusiva em todos os administradores, mesmo quando as instalações eram limitadas e apenas ferramentas e materiais disponíveis localmente eram usados. A administração de Atticaloa e Kalmunai foi incluída em todos os níveis de introdução de novas técnicas de ordenamento e gestão do território, criando um mapa atualizado da área e também um atlas para apoiar o planejamento baseado em fatos sobre temas ambientais e de saúde. Uma segunda medida reforçou a participação e criou um sentimento de propriedade para os beneficiários. A inclusão das perspectivas da comunidade local e dos grupos minoritários permitiu o engajamento e o patriotismo na colaboração com o governo local, bem como o feedback positivo.

Impacto O programa criou oportunidades de auto-emprego, fornecendo treinamento em perfuração de poços, captação de água da chuva e técnicas de saneamento. Isso possibilitou a criação de mais de 500 cisternas de captação de águas pluviais, mais de 50 banheiros, a construção de novas torneiras de abastecimento de água para 400 famílias e instalações para atender mais de 1.500 famílias. A capacitação permitiu ao conselho municipal, e também aos perfuradores de poços, buscar uma oportunidade de subsistência.

Fonte: ONU-Habitat

Sistemas descentralizados podem fornecer serviços, mas devem ser cuidadosamente considerados a longo prazo. O tratamento de águas residuais é um investimento caro, para o qual os municípios podem não ter os recursos ou financiamento. Os sistemas de tratamento descentralizados podem atender às necessidades de comunidades individuais; no entanto, eles devem ser seguidos com cautela porque soluções ad hoc descentralizadas não são tão facilmente monitoradas e ainda requerem supervisão centralizada (Massoud, Nasr e Tarhini 2009).

Criar sistema integrado para métodos de tratamento descentralizados. Os sistemas integrados podem ser usados para diversos fins, incluindo o fornecimento de água para uso agrícola, além de água potável.

Criar a gestão integrada da água, que é um processo pelo qual a água é tratada de forma sustentável e em consonância com o ordenamento do território, tendo

em vista os princípios ecológicos. Contaminação e recursos hídricos limitados são problemas frequentemente enfrentados em cidades em desenvolvimento e áreas periurbanas. Princípios de design ecológico e gestão eficaz da terra podem levar a um tratamento e transporte mais holístico da água (Global Water Partnership 2011).

Considerar os diferentes tipos de reutilização que são apropriados para cada município e os recursos hídricos dos quais ele depende. Existem vários tipos de reutilização potencial, como irrigação para serviços agrícolas, reutilização para fins industriais ou reutilização para recarga de águas subterrâneas. As comunidades individuais terão suas próprias necessidades, e elas devem ser consideradas no processo de planejamento (Capodaglio 2017). O Quadro 19 explica os esforços para atualizar o sistema de abastecimento de água em Jiaying, na China.

Criar a gestão integrada da água, que é um processo pelo qual a água é tratada de forma sustentável e em consonância com o ordenamento do território, tendo em vista os princípios ecológicos.



Quadro 19: Zona úmida ecológica de Shijiazhuang para água potável, na China

A cidade de Jiaxing está localizada no coração do Delta do Rio Yangtze, na China, e na rede fluvial da planície da bacia do Lago Taihu.

Ação O governo da cidade de Jiaxing fez grandes esforços para atualizar sua tecnologia de abastecimento de água, concentrando-se em pesquisas para melhorar a qualidade da água. Sua abordagem ao controle da poluição mudou de uma orientação de engenharia para uma orientação ecológica. Assim, na China, Jiaxing assumiu a liderança na promoção da prática da construção de zonas úmidas ecológicas artificiais para melhorar a qualidade da fonte de água. No projeto, as plantas aquáticas desempenham um papel crucial na remoção eficaz de poluentes, elevando a qualidade da água aos padrões nacionais. Práticas inovadoras em Jiaxing garantem a segurança da água potável para os moradores e promovem a melhoria contínua em ambientes ecológicos e residenciais. Essa abordagem também fornece uma solução significativa para cidades ao redor do mundo que enfrentam problemas semelhantes com micropoluição na água potável.

Em 2006, a Academia Chinesa de Ciências desenvolveu um programa técnico para o projeto com base em um levantamento minucioso da poluição na fonte de água e qualidade da água, apresentando a tecnologia inovadora de controle de água de nascente, combinando interceptação multinível e abertura biológica purificação. O comitê de gestão da Zona de Desenvolvimento Econômico de Jiaxing forneceu terrenos para construção gratuitamente. Em janeiro de 2007, a construção do projeto Shijiazhuang Ecological Wetlands começou em Jiaxing. O projeto ocupa uma área de 1.087 quilômetros quadrados a montante da tomada d'água, em uma área verde planejada na parte noroeste da cidade. A componente principal do projeto simula uma zona úmida artificial/natural, incluindo três zonas funcionais de pré-tratamento biológico, purificação de buracos de raiz e purificação em profundidade. Os contaminantes na água são degradados e absorvidos pelas plantas e buracos das raízes do solo sob a influência das mudanças do nível da água no local. No final de 2007, a modelagem da terra foi concluída. Entre 2008 e abril de 2009, todos os projetos de apoio, incluindo o plantio de plantas aquáticas, foram concluídos.

Em junho de 2009, o projeto foi totalmente concluído e colocado em operação. Em dezembro de 2011, o projeto foi homenageado com o Prêmio China de Melhores Práticas para Melhorar o Ambiente de Vida pelo Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano-

Rural da China. Ao mesmo tempo, o projeto passou por uma revisão especializada organizada pelo Ministério e tornou-se um projeto de demonstração de água em nível nacional.

O investimento total para o projeto foi de US\$ 10,79 milhões, dos quais US\$ 1,19 milhão foram do Governo Popular Central da China, representando 11%. US\$ 4,76 milhões vieram do governo da província de Zhejiang, representando 44%. US\$ 4,84 milhões foram doados pelo Governo Popular Municipal de Jiaxing, representando aproximadamente 45%. O comitê de gestão da Zona de Desenvolvimento Econômico de Jiaxing forneceu terras no total de 1,1 quilômetros quadrados gratuitamente para a construção do projeto. O Comitê Administrativo de Planejamento e Desenvolvimento Urbano-Rural de Jiaxing, o Departamento de Recursos Hídricos de Jiaxing e a Agência de Proteção Ambiental de Jiaxing forneceram orientação completa para aspectos administrativos e técnicos.

Impacto Existem vários resultados e impactos do projeto Zonas Úmidas Ecológicas de Shijiazhuang, tanto em Jiaxing quanto em seus arredores e distritos vizinhos. A água potável está disponível em 100% das áreas rurais do município de Jiaxing. Além disso, o projeto melhorou os ambientes ecológicos e residenciais na área do projeto e terrenos circundantes, promoveu o desenvolvimento imobiliário e aumentou o valor do terreno.

Enquanto isso, cinco cidades e distritos do município de Jiaxing estão muito dispostos a aprender as lições do projeto Shijiazhuang. Eles estão se preparando para desenvolver zonas úmidas ecológicas com o objetivo de fortalecer ainda mais sua capacidade de desenvolvimento sustentável.

As zonas úmidas ecológicas para água potável de fonte segura foram integradas em todo o planejamento da cidade de Jiaxing e serão usadas de forma sustentável e beneficiarão as gerações futuras. O processo de participação pública na construção e gestão de zonas úmidas aumentou ainda mais a consciência pública sobre a proteção ecológica e ambiental e fortaleceu a determinação de proteger o principal rio de Jiaxing.

O município também fez outras alterações e melhorias nos regulamentos sobre a proteção das fontes de água. Isso mostra que as autoridades chinesas estão desenvolvendo uma conscientização sobre a água como um recurso valioso e escasso.

2.3 Medidas brandas

2.3.1 Cultura

No primeiro esforço desse tipo, o **ODS11** apela aos governos "para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo", em parte medindo o gasto total (público e privado) per capita gasto na preservação, proteção e conservação de todos os bens culturais e patrimônio natural, por tipo de governo, gastos e financiamento privado - **ODS 11.4**.

Da mesma forma, a Nova Agenda Urbana reconhece a cultura como uma fonte de "enriquecimento para a humanidade" que contribui para o desenvolvimento sustentável das cidades, assentamentos humanos e comunidades e os capacita a desempenhar um papel ativo e único nas iniciativas de desenvolvimento. Portanto, a Nova Agenda Urbana sugere que a cultura seja levada em consideração na "promoção e implementação de novos padrões sustentáveis de consumo e produção que contribuam para o uso responsável dos recursos e abordem o impacto adverso das mudanças climáticas" - **NAU 10**. A Nova Agenda Urbana inclui a cultura como prioridade dos planos e estratégias urbanas para a adoção de instrumentos de planejamento, incluindo planos diretores, diretrizes de zoneamento, códigos de construção, políticas de gestão costeira e desenvolvimento estratégico - **NAU 124**. A Nova Agenda Urbana promove o uso inovador e sustentável da arquitetura, com a intenção de criação de valor, através de restauração e adaptação respeitosa. Além de abordar monumentos e edifícios históricos, engaja "povos indígenas e comunidades locais na promoção e divulgação do conhecimento do patrimônio cultural tangível e imaterial e na proteção de expressões e linguagens tradicionais, inclusive por meio do uso de novas tecnologias e técnicas" - **NAU 125**.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define o patrimônio cultural como "o legado de artefatos físicos e atributos intangíveis de um grupo ou sociedade que são herdados de gerações passadas, mantidos no presente e concedidos em benefício das gerações futuras". (UNESCO). Essa definição inclui "objetos", "espaços" e "edifícios", além do patrimônio cultural imaterial, que garante a diversidade cultural por gerações.

Além dessas definições, uma nova fonte de vitalidade cultural são as indústrias criativas. Embora ainda haja debates sobre o que constitui uma indústria criativa, a UNESCO define indústrias criativas como "criação, produção e distribuição de conteúdo criativo". Estes incluem museus e coleções, artes cênicas, artes visuais e fotografia, cinema, TV e rádio, design e publicação, arquitetura, jornais e revistas, jogos e livros. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) inclui fabricação digital e novas mídias como categorias separadas, além daquelas mencionadas nesses outros relatórios. Globalmente, o mercado de bens criativos é estimado em US\$ 508 bilhões em 2015. Em todo o mundo, as três principais indústrias generativas são televisão, artes visuais e mídia. Internacionalmente, em 2013, as indústrias criativas em todo o mundo geraram receitas de US\$ 2.250 bilhões e empregaram 29 milhões de pessoas (UNCTAD 2019).

Dentro do espaço urbano, a cultura e o desenvolvimento cultural são oportunidades em várias frentes. Primeiro, muitas cidades do mundo em desenvolvimento possuem bens culturais físicos na forma de núcleos urbanos históricos. Esses núcleos históricos são fontes de cultura e história dentro da cidade, e devem ser preservados em benefício das gerações futuras. Eles geralmente incluem um rico estoque de moradias históricas, monumentos e espaços públicos, juntamente com padrões únicos de design urbano que os entrelaçam. Mas, apesar desses ativos, as áreas históricas das cidades do mundo em desenvolvimento geralmente estão deterioradas e abrigam famílias pobres e informais. As causas subjacentes comuns para essa deterioração são mudanças na demografia, migração intra-urbana, padrões de transporte, falta de planos eficientes de uso da terra e falta de investimento público na manutenção de estruturas e bairros históricos. Ao projetar e desenvolver cidades para os próximos séculos, o papel da cultura deve ser reconhecido e fortalecido.

A Nova Agenda Urbana reconhece a cultura como uma fonte de "enriquecimento para a humanidade" que contribui para o desenvolvimento sustentável das cidades, assentamentos humanos e comunidades e os capacita a desempenhar um papel ativo e único nas iniciativas de desenvolvimento.

Diagrama 24: Cultura



MEDIDAS BRANDAS
CULTURA

Globalmente, o mercado de bens criativos em 2015 foi estimado em

US\$508 bilhões

Em 2013, as indústrias criativas em todo o mundo geraram **US\$ 2.250 bilhões** em receitas e

empregaram **29 milhões**

As três principais indústrias geradoras são:



Televisão



Artes visuais



Mídia

Fonte: UNCTD (2019) tendências da economia criativa no comércio internacional.

PRINCÍPIOS



Benefícios

O papel da cultura na melhoria dos laços sociais, na valorização da imagem de uma região e na produção de melhores empregos econômicos deve ser reconhecido.



Conhecimento local

A cultura é um elemento fundamental do desenvolvimento urbano e é uma fonte primária de conhecimento e identidade de uma determinada localidade.



Conhecimento local

A cultura é um elemento fundamental do desenvolvimento urbano e é uma fonte primária de conhecimento e identidade de uma determinada localidade.



Estruturas históricas

Na maioria dos climas, as estruturas históricas requerem menor energia operacional do que as novas construções.



Mapeamento de partes interessadas

O mapeamento e o engajamento das partes interessadas devem ser componentes fundamentais de qualquer projeto cultural.



Resolução de conflitos

A cultura pode ter um papel fundamental na resolução de conflitos.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Recursos culturais

Identificar todos os tipos de recursos culturais na comunidade urbana.



Conscientização

Conscientizar e informar o público sobre cultura e patrimônio.



Integração setorial

Realizar projetos de desenvolvimento e conservação cultural, integrando-os com outros setores.



Direitos humanos

Integrar os direitos humanos por meio de uma abordagem integrada e especialmente baseada, reconhecendo experiências de gênero de privação urbana e promovendo o desenvolvimento econômico inclusivo e culturalmente sustentável.



Combinação de habilidades

Na estruturação de equipes, inclua uma combinação apropriada de habilidades de engenharia, ciências sociais e especialização em PMEs.

Princípios

O papel da cultura na melhoria dos laços sociais, na valorização da imagem de uma região e na produção de melhores empregos econômicos deve ser reconhecido. A cultura contribui para a base patrimonial de qualquer cidade e é um insumo direto para o desenvolvimento através das indústrias culturais e criativas e do turismo.

Para além das suas funções económicas e ambientais, a cultura é um elemento fundamental do desenvolvimento urbano e é uma fonte primária de conhecimento e identidade de uma determinada localidade. As cidades são uma construção cultural, onde as estruturas e os espaços abertos se relacionam intimamente com os tecidos sociais (Banco Mundial 2018).

Ao nível da cidade, a conservação de núcleos urbanos históricos gera benefícios económicos evidentes. Os núcleos urbanos históricos podem atuar como catalisadores do desenvolvimento socioeconômico das cidades por meio da melhoria do ambiente urbano, melhor infraestrutura, valores imobiliários mais altos e atividades culturais e turísticas. A conservação de núcleos históricos pode beneficiar enormemente a população local, criando empregos, aumentando o investimento do setor privado e melhorando o ambiente urbano e a habitabilidade. Núcleos históricos podem atrair novos negócios e a "classe criativa" resultando no desenvolvimento de clusters competitivos.

De acordo com o Relatório Global da UNESCO "Cultura: Futuro Urbano" (2016), é necessária uma abordagem baseada na cultura para o desenvolvimento urbano. Essa abordagem é construída sobre três proposições: 1) as cidades centradas nas pessoas são espaços centrados na cultura; 2) o planejamento urbano baseado no local incorpora a história e a cultura locais; e 3) políticas integradas empregam a cultura como ferramenta de sustentabilidade e resiliência. A Figura 30 mostra a Praça Imam em Isfahan, no Irã, que é Patrimônio Mundial da UNESCO e atrai milhares de turistas todos os anos.

Na maioria dos climas, as estruturas históricas requerem menor energia operacional do que as novas construções. Esta situação pode ser atribuída à

ausência de sistemas de aquecimento e resfriamento nos edifícios históricos e ao seu design passivo (quando um edifício utiliza o clima natural para manter uma temperatura confortável); capacidade de sobrevivência passiva (capacidade de uma estrutura para manter condições críticas de suporte à vida em caso de perda prolongada de energia, combustível de aquecimento ou água) e a compactidade da forma urbana e posicionamento dos edifícios próximos uns dos outros, que atua como um isolamento sistema. Estudos mostram que a reutilização de edifícios quase sempre gera menos impactos ambientais do que novas construções.

O mapeamento e o engajamento das partes interessadas devem ser componentes fundamentais de qualquer projeto cultural. Envolver todas as partes interessadas é a chave para a formulação de projetos de patrimônio cultural bem-sucedidos em núcleos urbanos. Tais projetos são por natureza complexos e difíceis de financiar. Em muitos casos, os núcleos históricos apresentam um sistema de posse de terra desafiador e incluem assentamentos informais e arrendatários com diferentes origens étnicas e identidades.

A cultura pode ter um papel fundamental na resolução de conflitos. Tem sido argumentado que a cultura pode ser o motivo de conflito entre diferentes grupos étnicos ou culturais. Mas o patrimônio cultural pode restabelecer os laços entre as populações, restaurando um senso de propriedade comum do patrimônio compartilhado que foi danificado ou é fonte de conflito. Um bom exemplo para demonstrar esse papel é a reconstrução da ponte de Mostar, que se tornou um instrumento de incentivo ao diálogo intercomunitário.



Ações ilustrativas

Identificar todos os tipos de recursos culturais na comunidade urbana. Muitas cidades adotam um projeto de mapeamento de bens culturais para registrar e coletar informações sobre os recursos culturais da comunidade. Ao identificar os recursos culturais, é importante estar ciente dos bens culturais que, à primeira vista, podem não parecer artisticamente ou historicamente valiosos, mas são dignos de inclusão no inventário por causa de "sua associação com as práticas culturais ou crenças de uma comunidade viva" (p. FEMA 2005).

O patrimônio cultural pode restabelecer os laços entre as populações, restaurando um senso de propriedade comum do patrimônio compartilhado que foi danificado ou é fonte de conflito.

Os mapas ou inventários de bens culturais devem incluir bens culturais tangíveis que sejam "imóveis", como monumentos (com valor arquitetônico ou histórico conhecido), estruturas (como barragens, pontes, túneis e canais) e locais (como jardins tradicionais, campos de batalha, paisagens urbanas e sítios arqueológicos). Os bens móveis incluem coleções arqueológicas, obras de arte, mapas, registros familiares e documentação histórica e artefatos alojados em bibliotecas, museus e arquivos. Na identificação do patrimônio imaterial, recolher informação sobre artesanato tradicional, artes vivenciais e performativas, saberes tradicionais e tradições orais, entre outros. Use pesquisas de site, pesquisas de literatura secundária, pesquisa de arquivo, metodologias de planejamento participativo, mapeamento e outras técnicas.

Conscientizar e informar o público sobre cultura e patrimônio. Os projetos de desenvolvimento cultural só terão sucesso se o valor do patrimônio for bem compreendido e aceito pela comunidade. Portanto, tais projetos devem incluir o alcance público e o planejamento participativo como parte do projeto.

Integrar projetos de desenvolvimento e conservação cultural com outros setores. Projetos de sucesso combinam a reabilitação física de estruturas históricas com o desenvolvimento de infraestruturas, gestão de resíduos sólidos, valorização das redes rodoviárias existentes, iluminação pública, criação de emprego

e promoção das indústrias criativas e do turismo. Desta forma, garante-se que o núcleo histórico seja acessível, tenha água e saneamento para o seu parque habitacional, proporcione emprego à comunidade, seja visitado por turistas e não seja ameaçado pela poluição e vibrações resultantes dos sistemas de transporte.

Integrar os direitos humanos por meio de uma abordagem integrada e espacialmente baseada, reconhecendo experiências de gênero de privação urbana e promovendo o desenvolvimento econômico inclusivo e culturalmente sustentável. Para formular projetos patrimoniais bem-sucedidos, os planejadores devem prestar atenção à ligação entre a preservação do patrimônio cultural tangível (edifícios, sítios, padrões urbanos etc.) e a preservação de padrões sociais intangíveis (moradores, atividades de comércio) durante a intervenção, que normalmente fazem parte da riqueza, cultura e identidade do lugar. A regeneração urbana mal feita pode levar à gentrificação e ao aprofundamento das desigualdades socioespaciais, bem como à destruição de valiosos patrimônios culturais em nome da modernização.

Na estruturação de equipes, inclua uma combinação apropriada de habilidades de engenharia, ciências sociais e especialização em PMEs. Os projetos de patrimônio cultural são multissetoriais e complexos e sua estruturação requer um alto nível de conhecimento técnico em diversos campos.

Para formular projetos patrimoniais bem-sucedidos, os planejadores devem prestar atenção à ligação entre a preservação do patrimônio cultural tangível e a preservação de padrões sociais intangíveis.

Figura 30: Praça Imam, em Isfahan, Irã, Patrimônio Mundial da UNESCO



2.3.2 Educação

A educação é um dos alicerces mais vitais que permite que um indivíduo melhore sua qualidade de vida e se torne um contribuinte para a sociedade. No entanto, existem grandes disparidades no acesso à educação em todas as linhas sociais, econômicas, de gênero e regionais. 50 por cento das crianças fora da escola em idade escolar primária vivem em áreas afetadas por conflitos. As Nações Unidas estimam que 750 milhões de adultos ainda permanecem analfabetos, e dois terços deles são mulheres. As razões para a falta de educação de qualidade também têm a ver com as más condições de infraestrutura. Mais de 50% das escolas na África Subsaariana não têm acesso a água potável básica, instalações para lavar as mãos, internet e computadores.

Uma população educada aumenta a produtividade econômica ao fornecer à força de trabalho acesso a oportunidades de geração de renda, conhecimento, habilidades e instalações educacionais que

contribuem para uma economia urbana inovadora e competitiva. Um dos principais objetivos da Nova Agenda Urbana é a promoção do emprego pleno e produtivo, trabalho decente e oportunidades de subsistência nas cidades e assentamentos humanos. A Nova Agenda Urbana também menciona a importância de aproveitar “o dividendo demográfico urbano” e promover o acesso dos jovens à educação, desenvolvimento de habilidades e emprego. Ela vê meninas e meninos, mulheres jovens e homens jovens como “agentes-chave de mudança na criação de um futuro melhor e quando empoderados... para defender a si mesmos e suas comunidades” - **NAU 61**. De acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 da **ONU - ODS 4 – Garantir uma educação de qualidade inclusiva e igualitária e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos** – esta secção descreve princípios e estratégias para garantir uma educação de qualidade inclusiva e igualitária para promover a aprendizagem ao longo da vida.

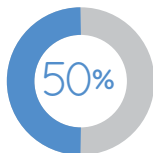
A Nova Agenda Urbana menciona a importância de aproveitar “o dividendo demográfico urbano” e promover o acesso dos jovens à educação, desenvolvimento de habilidades e emprego.



Diagrama 25: Educação



MEDIDAS BRANDAS EDUCAÇÃO



das crianças fora da escola em idade escolar primária vivem em áreas afetadas por conflitos.



750 milhões de adultos

permanecem analfabetos, 2/3 são mulheres.



Mais de 50% das escolas na África Subsaariana não têm água potável, instalações para lavar as mãos, internet e computadores.

PRINCÍPIOS



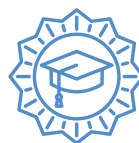
Direitos universais

A educação é um direito universal e deve ser tratada como um bem público.



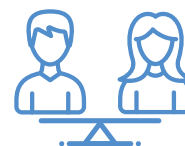
Educação igualitária

O acesso à educação é uma questão de equidade moldada pelos meios financeiros, status social e estabilidade de uma região.



Ambiente de aprendizagem

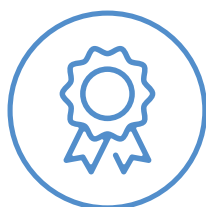
A qualidade da educação está ligada ao ambiente de aprendizagem.



Igualdade de gênero

O foco na igualdade de gênero é necessário para avançar significativamente no progresso educacional.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Qualidade

Investir em educação de qualidade.



Subsídios

Subsidiar a educação primária e secundária para garantir o acesso universal.



Educação vocacional

Focar na aprendizagem profissional que seja relevante para o mercado de trabalho.



Alocação igualitária

Alocar recursos de forma mais igualitária em áreas com poucos recursos.

Princípios

A educação é um direito universal e deve ser tratada como um bem público. A educação deve ser um direito garantido que não deixa ninguém para trás e deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana para promover a compreensão mútua, a tolerância e a paz.

O acesso à educação é uma questão de igualdade. A oferta de educação primária e secundária de qualidade e acessível deve ser um direito universal. No entanto, as barreiras à educação são fortemente ditadas pelos meios financeiros, status social e estabilidade de uma região, fatores que devem ser reconhecidos em qualquer intervenção.

A qualidade da educação está ligada ao ambiente de aprendizagem. A condição de uma escola é tão importante quanto a própria educação. A infraestrutura predial precária, o alto absenteísmo dos professores ou a falta de um currículo desenvolvido são fatores desfavoráveis à aprendizagem.

O foco na igualdade de gênero é necessário para avançar significativamente no progresso educacional. As meninas são desproporcionalmente afetadas na educação devido a uma série de forças discriminatórias e excludentes, afetando sua mobilidade ascendente e seu potencial de tomada de decisão.

Ações ilustrativas

Investir em uma educação de qualidade. O Fórum Mundial de Educação em 2015 em Incheon declarou uma referência internacional e regional de alocar pelo menos 4-6% do PIB ou pelo menos 15-20% do gasto público total para a educação pública (UNESCO 2015). Os investimentos orçamentários podem incluir bolsas de estudos, capacitação de professores, oficinas, construção de escolas e melhoria do acesso à água e eletricidade nas escolas.

Subsidiar a educação primária e secundária. O dinheiro é um dos maiores impedimentos para a educação das famílias pobres que precisam pesar os custos de oportunidade de enviar seus filhos à escola versus fazê-los trabalhar. Os governos devem implementar políticas e legislação que garantam 12 anos de educação primária e secundária gratuita,

com financiamento público, inclusiva, igualitária e de qualidade, onde nove anos são obrigatórios para todas as crianças (Education 2030 Framework for Action-FPA, 37).

Focar na aprendizagem profissional que seja relevante para o mercado de trabalho. Aumentar o acesso à educação técnica e profissional de qualidade relevante que conduza a caminhos oportunos, validação, reconhecimento e acreditação. Por exemplo, as habilidades de tecnologia da informação e comunicação devem ser enfatizadas e integradas ao currículo. Desenvolva políticas e referências claras que transfiram as habilidades educacionais para o mercado de trabalho e monitorem o desenvolvimento, as condições e o status profissional contínuo.

Alocar recursos de forma mais igualitária em áreas com poucos recursos. Alocar recursos de acordo com uma abordagem local, prestando atenção especial às áreas mais pobres e desfavorecidas, incluindo uma avaliação rigorosa das políticas e programas para melhorar a qualidade.

2.3.3 Saúde

O **ODS 3** visa reduzir a mortalidade materna global; acabar com a mortalidade prematura evitável; acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose e malária; e fornecer acesso universal aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva. Embora o **ODS 3** seja direcionado à redução de condições de saúde mensuráveis, ele também reconhece a relação entre meio ambiente e saúde. A **Meta ODS 3.9** busca "reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos e poluição e contaminação do ar, da água e do solo". As causas de morte em uma cidade são muitas vezes influenciadas pelas condições ambientais. A partir de dados brutos das principais cidades globais ao redor do mundo, a OMS estima que o maior contribuinte para a morte nas cidades é a doença relacionada à circulação e doenças respiratórias (OMS 2015). Esses são fatores de saúde que podem ser contabilizados no planejamento urbano.

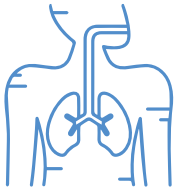
A pandemia de COVID-19 de 2020 é um exemplo ilustrativo de como cidades e comunidades em todo o mundo são impactadas por uma crise de saúde pública. O que é evidente é que a pandemia não apenas colocou em risco a saúde

Alocar recursos de acordo com uma abordagem local, prestando atenção especial às áreas mais pobres e desfavorecidas.

Diagrama 26: Saúde



MEDIDAS BRANDAS
SAÚDE



O principal motivo de morte nas cidades são as **doenças relacionadas à circulação e doenças respiratórias**, de acordo com a OMS.



O Banco Mundial estima que pandemia global de COVID-19 levará mais de

100 milhões de pessoas à pobreza.



A Nova Agenda Urbana também relaciona a saúde ao planejamento, uso da terra e espaços abertos.

PRINCÍPIOS



Design Ambiental

Os resultados de saúde, o design ambiental e urbano devem estar intimamente ligados.



Prevenção

As medidas preventivas reduzem significativamente as mortes fatais.



Riscos baseados em gênero

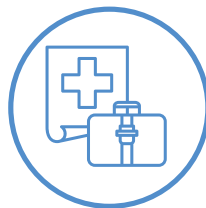
Meninas adolescentes e mulheres jovens enfrentam desigualdades de gênero que as tornam especialmente vulneráveis a riscos de saúde.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Códigos de construção

Definir códigos e padrões de construção regulatórios para estar em conformidade com os resultados de saúde.



Indicadores de saúde

Definir indicadores de saúde no planejamento urbano e medir impactos.



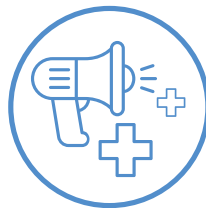
Pesquisa e desenvolvimento

Financiar e apoiar a pesquisa e desenvolvimento de vacinas e medicamentos.



Saúde universal

Financiar a cobertura universal de saúde.



Gestão de riscos

Fortalecer a capacidade de alerta precoce, educação e gestão de riscos globais à saúde por meio de simulação.

dos moradores urbanos, mas também ameaçou os meios de subsistência e o tecido social das cidades. Os mais atingidos são os assentamentos informais e os pobres urbanos, que não têm o luxo do distanciamento social, ficam lotados em pequenas casas e usam instalações comuns para serviços como água e saneamento. A COVID-19 provavelmente causará o primeiro aumento da pobreza global desde 1998, o ano da crise financeira asiática (Castaneda Aguilar e outros 2020). O Banco Mundial estima que a COVID-19 levará mais de 100 milhões de pessoas à pobreza (Castaneda Aguilar e outros 2020).

As cidades devem combater a COVID-19 em três fases. A primeira fase é a fase de emergência, quando as cidades podem se concentrar em prevenir a transmissão de doenças e cuidar dos afetados. A segunda fase é a fase de recuperação inicial, que requer foco em mitigar o impacto em grupos vulneráveis, impulsionar a economia local e planejar o novo normal, sob condições fiscalmente tensas. A última fase é a nova fase normal, que ainda carrega muitas incertezas em torno do futuro do trabalho e da densidade, entre outras (ONU-Habitat 2020).

A Nova Agenda Urbana se compromete a fomentar sociedades saudáveis, promovendo o acesso a serviços públicos de qualidade e a um ambiente limpo, levando em consideração as diretrizes de qualidade do ar. Apela ao acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva para reduzir a mortalidade infantil e materna. A Nova Agenda Urbana também vincula a saúde ao planejamento, uso da terra e espaços abertos. Compromete-se especificamente a "promover a criação e manutenção de redes bem conectadas e bem distribuídas de espaços públicos abertos, polivalentes, seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade". Por último, reconhece ligações importantes entre resiliência e preparação para desastres para a saúde de longo prazo das comunidades ao lidar com o risco de inundações, secas e ondas de calor. Além disso, exige melhorias na qualidade de vida para a saúde, como segurança alimentar e nutricional, saúde física e mental e qualidade do ar doméstico e do ambiente, além de reduzir o ruído, promovendo assentamentos

humanos habitáveis e paisagens urbanas e priorizando a conservação de espécies endêmicas - **NAU 67**. Essas disposições estão de acordo com o **ODS 3**, que visa "garantir uma vida saudável e promover o bem-estar em todas as idades", e aborda a saúde infantil e materna, HIV/AIDS, malária e outras doenças.



Princípios

Os resultados de saúde, o design ambiental e urbano devem estar intimamente ligados. As cidades devem reconhecer que a qualidade do ar, tráfego, espaços verdes, qualidade da água e outros fatores ambientais afetam significativamente a saúde. Devem ser criadas infraestruturas e edifícios para garantir a segurança, o acesso aos cuidados de saúde e permitir o ar e o abastecimento de qualidade. O Quadro 20 descreve um programa de acesso a alimentos em São Paulo que foi estabelecido para conectar comunidades de baixa renda à produção de alimentos.

As medidas preventivas reduzem significativamente as mortes fatais. As estatísticas de mortalidade infantil são fortemente ditadas pela região e pela pobreza. Crianças nascidas na pobreza têm quase duas vezes mais chances de morrer antes dos 5 anos de idade do que aquelas de famílias mais ricas (OMS 2015). 4 em cada 5 mortes de crianças menores de 5 anos ocorrem na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Mais da metade das mortes infantis precoces são evitáveis através da implementação de intervenções comprovadas, como imunização, nutrição, água potável e alimentos e acesso a cuidados de saúde nessas áreas.

Meninas adolescentes e mulheres jovens enfrentam desigualdades de gênero que as tornam especialmente vulneráveis a riscos à saúde. O HIV e a AIDS são a principal causa de morte de mulheres em idade reprodutiva em todo o mundo (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas). Devido a estigmas sociais, patriarcado, exclusão e discriminação, meninas e mulheres jovens são especialmente vulneráveis a riscos de saúde.

A pandemia de COVID-19 de 2020 não apenas colocou em risco a saúde dos moradores urbanos, mas também ameaçou os meios de subsistência e o tecido social das cidades.



Ações ilustrativas

Definir códigos e padrões de construção regulatórios para estar em conformidade com os resultados de saúde.

Crie uma lista de medidas e padrões para garantir a circulação e aeração adequadas nas áreas urbanas. Definir regulamentos sobre o uso de produtos químicos e gases perigosos e divulgações obrigatórias quando substâncias perigosas estiverem em um prédio (por exemplo, nos Estados Unidos, os proprietários devem declarar a presença de amianto em um prédio).

Definir indicadores de saúde no planejamento urbano e ao medir o impacto.

Meça os resultados da doença por área em relação aos indicadores saudáveis da cidade (espaço verde, qualidade dos edifícios, espaços públicos para exercícios e assim por diante) e mantenha a governança responsável pela melhoria das métricas (OMS 2015).

Financiar e apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos.

Torne as vacinas acessíveis em todos os lugares como um bem público e crie programas com grupos comunitários, escolas e hospitais locais que educam a população sobre a eficácia das vacinas. Alocar gastos substanciais para pesquisa e desenvolvimento de medicamentos e vacinas.

Financiar a cobertura universal de saúde. Alocar uma porcentagem dos gastos anuais para fornecer cobertura de saúde para cada indivíduo com serviços essenciais de saúde, medicamentos e vacinas.

Fortalecer a capacidade de alerta precoce, educação e gestão de riscos globais à saúde por meio de simulação.

Crie planos preventivos, como simular espacialmente a propagação potencial de uma epidemia ou vírus. Instale câmeras infravermelhas em áreas de alto risco, como aeroportos ou distritos de frigoríficos, criando um plano para gerenciar e conter a propagação de uma epidemia no início de um surto.

Quadro 20: Cidades sem fome – Hortas comunitárias em São Paulo, Brasil

Desafios Antes de 2003, a Zona Leste de São Paulo era uma área densa e separada do resto da cidade, profundamente afligida pela pobreza e pela violência. A exclusão afetou em grande parte os adolescentes e os de meia-idade, muitos dos quais eram migrantes de regiões mais pobres do Brasil. No entanto, ao chegar a São Paulo, os imigrantes encontraram poucas oportunidades além do trabalho temporário ou de baixa qualificação. A maior parte da força de trabalho da área permaneceu desempregada e recebeu cestas básicas da cidade como sua única fonte de alimento.

Ação O “Cidades sem Fome” foi estabelecido em 2004 como um projeto interseccional que visa conectar comunidades urbanas desfavorecidas com a produção de alimentos como meio de subsistência e vida saudável. O projeto transformou terrenos baldios privados e públicos em hortas, gerando empregos urbanos que permitiram aos participantes aprender novas habilidades, gerar renda e criar uma ponte entre as comunidades e o ambiente natural. A criação e manutenção das hortas, bem como a produção de quatro culturas colhidas em diferentes épocas do ano, criaram uma renda sustentável para contribuir com o bem-estar dos membros dependentes da comunidade. As estratégias de produção ensinadas incluíram rotação de culturas, compostagem do solo, secagem e irrigação automática e estratégias de conservação ambiental. Além disso, o processo de engajamento das comunidades foi altamente participativo. A comunidade foi convidada a formar um comitê composto por membros de instituições públicas, grupos influentes, ONGs e representantes de beneficiários. Também houve “salas de bate-papo” sobre tomada de decisões e negociações com autoridades locais. As avaliações dos projetos ocorreram mensalmente.

Impacto O projeto encontrou margens de lucro saudáveis de 58% em cada safra, provando ser um modelo de receita sustentável. “Cidades sem Fome” iniciou 25 hortas comunitárias, alcançou 14.506 crianças e garantiu a subsistência para 650 pessoas. Também organizou 48 cursos de qualificação profissional onde mais de 1.000 pessoas se qualificaram para certificações em agricultura ou comércio (Cidades sem Fome 2018).

Fonte: ONU-Habitat

2.3.4 Segurança urbana

A Nova Agenda Urbana baseia-se na importância do design e planejamento urbano para a segurança, apoiando a construção de redes bem projetadas de ruas seguras, acessíveis, verdes e de qualidade e outros espaços públicos acessíveis a todos e livres de crime e violência, incluindo assédio sexual e violência de gênero. Considera a escala humana um importante fator de planejamento urbano e promove medidas que possibilitem o melhor aproveitamento comercial, fomentando mercados e comércios locais formais e informais, bem como iniciativas comunitárias sem fins lucrativos, trazer as pessoas para os espaços públicos e promover a caminhada e o ciclismo com o objetivo de melhorar a saúde e o bem-estar **NAU 100**. Além disso, apela à integração de medidas inclusivas para a segurança urbana e a prevenção do crime e da violência, incluindo o terrorismo e o extremismo violento engajando comunidades locais relevantes e atores não governamentais no desenvolvimento de estratégias e iniciativas urbanas - **NAU 103**. O **ODS 11** incentiva melhorias na segurança urbana, pedindo acesso a "habitação segura e acessível", "a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis" para todos, melhorando a segurança rodoviária, através da expansão do transporte público" e para "acesso universal a espaços acessíveis, verdes e públicos" - **Metas ODS 11.1, 11.2, 11.7**.

Princípios

Criar "olhos na rua" garante segurança. Jane Jacobs fez a famosa teoria de que "olhos na rua" são essenciais para a segurança urbana: "Deve haver olhos na rua, olhos pertencentes àqueles que poderíamos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua equipados para lidar com estranhos e garantir a segurança de moradores devem ser orientados para a rua" (Jacobs 1961). Este princípio significa que a presença de pessoas nas calçadas, ruas e varandas da cidade aumenta a segurança desses espaços, porque as pessoas naturalmente cuidam dos espaços em que têm interesse. Lojistas e visitantes se conhecendo, o que aumenta a coesão social e a segurança.

Reconhecer a relação entre crime e marginalização sistêmica. As soluções que abordam a atividade

criminosa devem reconhecer questões sistemáticas e sociais, em vez de ver o crime como resultado de uma falha moral individual. Na maioria das vezes, gangues e atividades criminosas se formam porque um grupo marginalizado carece de provisões sociais ou financeiras para prosperar dentro de um sistema. O aumento dos níveis de criminalidade está frequentemente associado ao aumento das disparidades de renda. Perpetuar a ideia de que o crime é resultado de uma falha moral individual pode perpetuar o racismo sistêmico, a marginalização e o policiamento de pessoas e grupos marginalizados.

Aumentar o acesso ao trânsito. Uma pesquisa do Instituto de Reforma Urbana (antigo Centro de Oportunidades Urbanas) demonstra que indivíduos de baixa renda têm maiores oportunidades econômicas se puderem morar em bairros mais acessíveis ou multimodais (Litman 2015). Como o aumento dos níveis de criminalidade pode estar associado a disparidades de renda, o aumento do acesso a oportunidades econômicas pode ajudar a prevenir o crime.

Criar responsabilidade, visibilidade e processo devidos. Onde existe uma infra-estrutura legal fraca, um ambiente corrupto pode se desenvolver no qual o crime e a informalidade se tornam culturalmente aceitos. Responsabilidade, visibilidade, processo justo e freios e contrapesos são cruciais para uma sociedade justa e próspera. Os governos podem modelar isso criando sistemas públicos transparentes e responsáveis de direito, propriedade e planejamento, com ampla oportunidade de engajamento público.

Ações ilustrativas

Focar na melhoria de calçadas para pedestres. Seguir os princípios de planejamento para garantir que as calçadas tenham usuários continuamente, projetando espaços verdes, sustentáveis, que permitem bicicletas e caminhada e que estejam bem conectados em toda a cidade. Focar no desenvolvimento compacto e de uso misto para atrair pedestres nas calçadas (Jacobs 1961). Espaços para pedestres ajudam a manter os "olhos na rua" e também aumentam a acessibilidade às comodidades necessárias da comunidade.

A Nova Agenda Urbana baseia-se na importância do design e planejamento urbano para a segurança, apoiando a construção de redes bem projetadas de ruas seguras, acessíveis, verdes e de qualidade e outros espaços públicos acessíveis a todos e livres de crime e violência.

Diagrama 27: Segurança urbana

MEDIDAS BRANDAS

SEGURANÇA URBANA

PRINCÍPIOS



Ambiente seguro

Criar “Olhos na rua” garante segurança.



Marginalização

Reconhecer a relação entre crime e marginalização sistêmica.



Trânsito

Aumentar o acesso ao trânsito.



Responsabilidade

Criar responsabilidade, visibilidade e processos devidos.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



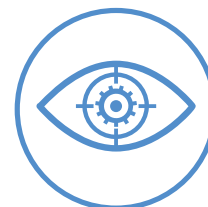
Segurança de pedestres

Focar na melhoria de calçadas para pedestres.



Acesso igualitário

Preencher as disparidades de renda fornecendo transporte em todos os níveis de renda e bairros.



Vigilância não invasiva

Instalar vigilância não invasiva para reduzir os riscos.



Vendedores ambulantes

Dar legitimidade aos vendedores ambulantes e outros negócios informais.



Programas de reabilitação

Fornecer programas sociais, reabilitação e emprego para viciados em drogas, ex-presidiários e pessoas em situação de rua.



Destacar modelos

Programas de apoio que ajudam jovens de risco a se conectarem com mentores e modelos.

Preencher as disparidades de renda fornecendo transporte em todos os níveis de renda e bairros.

Comunidades que vivem em áreas que não estão bem conectadas ao transporte público, ou estão embolsadas, enfrentam níveis concentrados de criminalidade. Medellín passou da "capital do assassinato" do mundo para a redução de sua taxa de homicídios em mais de 75% após a implementação do teleférico (Vulliamy 2013). O teleférico conectava comunidades de baixa renda que viviam densamente em colinas íngremes e anteriormente não tinham acesso a empregos, educação e outros serviços na cidade.

Instalar vigilância não invasiva e não violenta para reduzir os riscos.

Fornecer câmeras, dispositivos de emergência (como um botão de pânico) ou guardas de segurança adicionais em áreas de alto risco para reduzir crimes, vandalismo ou danos materiais (Fox 2005). Ao mesmo tempo, a vigilância por si só não impedirá ou eliminará o crime em uma área que não é bem servida por trânsito, oportunidades econômicas, educação e outros serviços essenciais.

Dar legitimidade aos vendedores ambulantes e outros negócios informais.

Reconhecer os vendedores ambulantes apoiando seus negócios por meio do fornecimento de espaço subsidiado, permissão e licenciamento, turismo e marketing e subsídios e empréstimos comerciais de apoio. Ao legitimar negócios informais, os governos podem melhorar a visibilidade de suas atividades e a conformidade com códigos, regulamentos e leis. Tenha o cuidado de legitimar e reconhecer os negócios informais sem impor taxas, multas e processos excessivamente caros ou demorados que possam empurrar os fornecedores ainda mais para os setores informais ou do mercado negro.

Fornecer programas sociais, reabilitação e emprego para viciados em drogas, ex-presidiários e pessoas em situação de rua.

O crime e a reincidência persistem, em parte, quando há oportunidades econômicas e inclusão social inadequadas. O distrito histórico da Cidade do Panamá, Casco Viejo, já foi repleto de roubos, atividades de gangues e comércio de narcóticos. Por meio de uma reabilitação focada e esquema de emprego alternativo direcionado a ex-membros de gangues e suas famílias, o distrito histórico foi reconstruído em um próspero centro de hospitalidade (Kahn 2015). Os programas de reabilitação e formação profissional devem incluir apoios sociais e econômicos abrangentes para ajudar as pessoas a regressar à sociedade. Além disso, os governos devem eliminar ou perdoar taxas, multas e dívidas incorridas em relação ao uso de drogas, falta de moradia ou encarceramento, que são contraproducentes para a inclusão social e oportunidades econômicas.

Programas de apoio que ajudam jovens de risco a se conectarem com mentores e modelos.

Financie e concentre-se em líderes comunitários e organizações sem fins lucrativos que envolvam jovens em risco como programas modelo para fornecer treinamento e educação em habilidades vocacionais. Nos Estados Unidos, a mentoria demonstrou diminuir os fatores de risco associados à violência juvenil, como abuso de substâncias, envolvimento de gangues e exposição à violência, e aumentar os fatores de proteção associados à redução da violência juvenil, como permanecer na escola, conexão com a família e outros adultos ou exibindo comportamentos sociais positivos. A mentoria pode ser eficaz quando incorporada em programas com um objetivo ou foco específico, como desempenho acadêmico ou preparação para a carreira, ou quando ocorre informalmente com treinadores, professores ou membros da família extensa (Root Cause 2015).

Comunidades que vivem em áreas que não estão bem conectadas ao transporte público, ou estão embolsadas, enfrentam níveis concentrados de criminalidade.

2.4 Tecnologia e inovação

Ao lidar com os enormes desafios do século XXI, é necessário ter uma abordagem inovadora. Os métodos convencionais de planejamento não são mais suficientes para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades trazidas pela urbanização. Por inovação, não queremos dizer apenas "cidades inteligentes", embora algumas das inovações mais revolucionárias estejam acontecendo nesse campo. As inovações tecnológicas e políticas serão essenciais para enfrentar os desafios da urbanização. Em cidades ao redor do mundo, planejadores locais, engenheiros, políticos e financiadores estão unindo forças para implementar métodos inovadores para gerenciar a urbanização.

A Nova Agenda Urbana pede aos atores do desenvolvimento urbano que se comprometam com a inovação em todas as áreas e setores temáticos. A Nova Agenda Urbana destaca especificamente a necessidade de inovação no desenvolvimento econômico urbano "com base no potencial endógeno, vantagens competitivas, patrimônio cultural e recursos locais, bem como infraestrutura eficiente e resiliente em recursos, promovendo o desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo e padrões sustentáveis de consumo e produção e promover um ambiente propício para negócios e inovação, bem como meios de subsistência" e "alavancar os benefícios de aglomeração de uma urbanização bem planejada, incluindo alta produtividade, competitividade e inovação" - **NAU 14.b, 45**. Este compromisso inclui o apoio às economias urbanas na transição para alta produtividade, setores de alto valor agregado, promovendo a diversificação e atualização tecnológica, a criação de empregos de qualidade, decentes e produtivos, inclusive por meio da promoção de indústrias culturais e criativas, turismo sustentável, artes cênicas e atividades de conservação do patrimônio, entre outros" - **NAU 60**.

A Nova Agenda Urbana exige a aplicação da inovação na arena política e governamental, promovendo "o desenvolvimento de políticas nacionais de tecnologia da informação e comunicação e estratégias de governança digital, bem como ferramentas centradas no cidadão, aproveitando as inovações tecnológicas,

incluindo programas de desenvolvimento de capacidades, a fim de tornar as tecnologias de informação e comunicação acessíveis ao público" - **NAU 156**.

Os ODS também destacam a importância da tecnologia e da inovação. O **ODS 9** pede que os governos "construam infraestrutura resiliente, promovam a industrialização inclusiva e sustentável e promovam a inovação". Em particular, o **ODS 9** pede "aumento da eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente saudáveis", para apoiar "desenvolvimento de tecnologia doméstica, pesquisa e inovação em países em desenvolvimento", aumentando "o acesso à tecnologia da informação e comunicação" e se esforçando para "fornecer acesso universal à Internet" - **Metas ODS 9.4, 9.B, 9.C**.

À medida que o mundo se torna mais urbanizado, as soluções para enfrentar os desafios de sustentabilidade, desenvolvimento igualitário e governança urbana exigem inovação em tecnologia e política para fazer parte de um processo de transição de longo prazo na forma como governamos e gerimos as cidades. À medida que os dados se tornam cada vez mais importantes na sociedade digital, os líderes das cidades precisam tomar medidas para instituir sistemas e padrões para garantir que os dados sejam disponibilizados ao público, para democratizar e analisar com precisão as tendências e dinâmicas urbanas. Os líderes entendem, no entanto, que existem padrões múltiplos e às vezes conflitantes nesse ambiente. Os governos municipais devem apoiar o uso de plataformas digitais e sistemas de dados abertos, transparentes e interoperáveis para garantir que as partes interessadas possam entender os objetivos dos projetos de cidade inteligente em andamento, ao mesmo tempo em que institui padrões apropriados para privacidade e também para o acesso e uso igualitário desses dados nas operações governamentais.

A transição das operações da cidade para práticas mais inteligentes e inovadoras requer flexibilidade e tempo. O conceito de cidades inteligentes abrange muitos setores, como transporte, energia, sistemas alimentares, compras e assim por diante. As ações para o desenvolvimento de práticas de cidades inteligentes envolvem tecnologia e política; devem ter um caráter sistêmico e ser

À medida que o mundo se torna mais urbanizado, as soluções para enfrentar os desafios de sustentabilidade, desenvolvimento igualitário e governança urbana exigem inovação em tecnologia e política para fazer parte de um processo de transição de longo prazo na forma como governamos e gerimos as cidades.

Diagrama 28: Tecnologia e inovação



MEDIDAS BRANDAS TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PRINCÍPIOS



Transparência

Práticas abertas e transparentes são essenciais para permitir que as partes interessadas e o público entendam os objetivos dos projetos de cidades inteligentes.



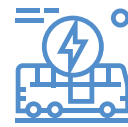
Capacitação de construção

O uso de tecnologias inteligentes no desenvolvimento urbano exige que os governos nacionais, subnacionais e locais tenham capacidade para realizar a coleta, mapeamento, análise e disseminação de dados.



Soluções baseadas em sensores

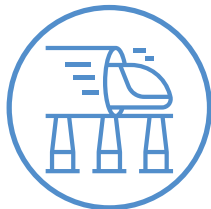
As cidades devem ter modelos de governança e financiamento atualizados para configurar serviços compartilhados entre departamentos, integrar dados e redesenhar o fluxo de trabalho para utilizar totalmente as soluções baseadas em sensores.



Nova mobilidade

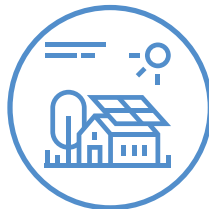
Estruturas de governança apropriadas são necessárias para gerenciar os aspectos inovadores das novas tecnologias de mobilidade.

AÇÕES ILUSTRATIVAS



Mobilidade emergente

Regular proativamente os serviços de mobilidade emergentes para criar condições igualitárias e ao mesmo tempo promover o uso de transporte público.



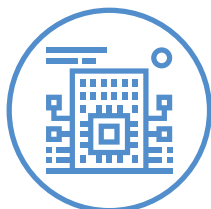
Construção resiliente

Promover a construção e adaptação de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes em termos de recursos.



Rastrear resíduos

Estabelecer requisitos para relatar a geração, reutilização, reciclagem ou descarte de materiais de construção.



Detecção de móvel

Utilizar os ativos da cidade para coleta de dados, como dispositivos de detecção móveis para monitoramento de tráfego e ambiental.



Imagem de satélite

Identificar a utilidade e o valor das ferramentas de sensoriamento remoto e inteligência artificial para classificação de imagens para estabelecer governança baseada em evidências na gestão do uso da terra e

gerenciados centralmente pelo governo. Esta seção aborda quatro áreas de interesse da Nova Agenda Urbana: a) Tecnologia, b) Transporte, c) Tecnologia de Construção e d) Mapeamento e Dados Espaciais.

2.4.1 Tecnologia

A Nova Agenda Urbana destaca a conexão entre sustentabilidade e tecnologia, dizendo que “nos comprometemos a adotar uma abordagem de cidade inteligente que aproveite as oportunidades da digitalização, energia limpa e tecnologias, bem como tecnologias de transporte inovadoras, oferecendo opções para os habitantes fazer escolhas mais ecológicas, impulsionar o crescimento econômico sustentável e permitir que as cidades melhorem sua prestação de serviços” - **NAU 66**. A Nova Agenda Urbana apoia o aumento do compartilhamento de informações, conhecimento e experiência, por meio de “um foco na inovação social, tecnológica, digital e baseada na natureza, interfaces científicas-políticas robustas no planejamento urbano e territorial e formulação de políticas e mecanismos institucionalizados para compartilhar e trocar informações, conhecimento e experiência” - **NAU 157**.

A Nova Agenda Urbana chama a atenção para a necessidade de cooperação e coordenação em tecnologia. Isso inclui a necessidade de maior cooperação e intercâmbio de conhecimento em ciência, tecnologia e inovação de acordo com os processos lançados no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Também inclui a necessidade de desenvolvimento de relações contratuais claras, transparentes e responsáveis, inclusive para gerenciamento de dados, entre governos locais e serviços de transporte e mobilidade; essas relações protegem ainda mais o interesse público e a privacidade individual e definem obrigações mútuas - **NAU 116, 150**.

A Nova Agenda Urbana afirma que a tecnologia deve ser usada para promover o engajamento cívico e a participação de grupos marginalizados, promovendo “o desenvolvimento de políticas nacionais de tecnologia da informação e comunicação e estratégias de governança digital eletrônico, bem como ferramentas digitais centradas no cidadão, aproveitando inovações tecnológicas, incluindo programas de desenvolvimento de capacidades,

a fim de tornar as tecnologias de informação e comunicação acessíveis ao público, incluindo mulheres e meninas, crianças e jovens, pessoas com deficiência, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade, para capacitá-los a desenvolver e exercer responsabilidade cívica, ampliando a participação e promovendo a governança responsável” - **NAU 156**.

ODS 6 – *Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação* – apoia a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico, incentivando os governos a “melhorar a pesquisa científica, atualizar as capacidades tecnológicas dos setores industriais em todos os países, em particular nos países em desenvolvimento, incluindo... o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por 1 milhão de pessoas e gastos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento” e criar um ambiente político propício para a inovação tecnológica - **Metas ODS 9.5, 9.B**.

2.4.2 Transporte

O setor de transporte tem um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social dos moradores urbanos e na promoção da inclusão, conectando as pessoas a escolas, hospitais e oportunidades de trabalho. No entanto, as cidades devem enfrentar três desafios principais: 1) um terço da população rural do mundo não tem acesso a uma estrada para todos os climas, 2) um quinto das emissões globais de GEE vem do transporte e 3) mais de um milhão de pessoas são mortas no estradas em todo o mundo a cada ano (WRI Ross Center for Sustainable Cities).

À medida que as aspirações por mobilidade continuam a aumentar, novas tecnologias de mobilidade podem ajudar a garantir que as cidades conectem as pessoas ao emprego e à educação, ao mesmo tempo em que atendem às metas principais climáticas. Uma oportunidade importante é investir em tecnologias de transporte de baixo carbono, como veículos elétricos e soluções de micromobilidade, o que é particularmente importante em economias em desenvolvimento, onde grande parte da nova infraestrutura urbana e de transporte ainda precisa ser construída. No geral, o transporte de baixo carbono exigirá o investimento em uma série de oportunidades testadas para fornecer sistemas de transporte e

Novas tecnologias de mobilidade podem ajudar a garantir que as cidades conectem as pessoas ao emprego e à educação, ao mesmo tempo em que atendem às metas principais climáticas.

trânsito multimodais urbanos integrados, implantando transporte rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo, além de aproveitar novas tendências, como mobilidade compartilhada, condução autônoma e eletrificação. Os serviços de micromobilidade, por exemplo, começaram a ressoar com os consumidores em todo o mundo, como evidenciado por sua rápida adoção nas principais cidades. Eles são celebrados como uma forma de conectar melhor as pessoas com o transporte público, reduzindo a dependência de carros particulares e aproveitando ao máximo o espaço limitado nas cidades por meio de veículos de mobilidade "dimensionados", reduzindo as emissões de GEE – descontando a necessidade de usar vans convencionais ou caminhões para coletar, carregar e realocar patinetes e bicicletas elétricas.

Os novos serviços de mobilidade podem reduzir o número de veículos de ocupação individual nas estradas e melhorar o acesso ao transporte, mas também podem reduzir o uso do transporte coletivo e, quando usados em grande escala, aumentar o congestionamento e a poluição. Para alcançar os resultados desejáveis, é fundamental que as cidades estabeleçam estruturas de governança apropriadas para gerenciar os aspectos inovadores das novas tecnologias de mobilidade. Como resultado, muitos governos já começaram a regular esses serviços para criar condições igualitárias e promover o uso de transporte público.

2.4.3 Tecnologias construtivas

A Nova Agenda Urbana enfatiza o papel do uso sustentável dos recursos naturais e se concentra na eficiência de recursos de matérias-primas e materiais de construção, como concreto, metais, madeira, minerais e terra. A Nova Agenda Urbana afirma que "nos comprometemos a encorajar os governos nacionais, subnacionais e locais, conforme apropriado, a desenvolver energia sustentável, renovável e acessível e edifícios e construções energeticamente eficientes e a promover a conservação e eficiência energética, que são essenciais para possibilitar a redução das emissões de gases de efeito estufa e carbono negro, garantir padrões sustentáveis de consumo e produção, ajudar a criar empregos decentes, melhorar a saúde pública e reduzir os custos de fornecimento de energia" - **NAU 75**.

Isso também deve ser complementado com o estabelecimento de instalações seguras de recuperação e reciclagem de materiais e priorizando o uso de materiais locais, não tóxicos e reciclados e tintas e revestimentos sem aditivos de chumbo - **NAU 76**. O **ODS 11** estabelece o objetivo de apoiar os menos desenvolvidos países por meio de assistência financeira e técnica para a construção de edifícios sustentáveis e resilientes utilizando materiais locais. O indicador que mede este objetivo é a proporção de apoio financeiro aos países menos desenvolvidos para a construção e adaptação de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes em termos de recursos, utilizando materiais locais. **ODS 12** – Garantir padrões sustentáveis de consumo e produção – *recomenda que, até 2030, os Governos "alcançam a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais"* - **Meta ODS 12.2**.

As estratégias de construção e adaptação de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes em termos de recursos, utilizando materiais locais, aumentarão diretamente o uso de recursos naturais e a eficiência de recursos de matérias-primas e materiais de construção (como concreto, metais, madeira, minerais e terra). O abastecimento sustentável deve ser complementado pelo estabelecimento de instalações seguras de recuperação e reciclagem de materiais e priorizando o uso de materiais locais, não tóxicos e reciclados e tintas e revestimentos sem chumbo.

As Nações Unidas opera programas que apoiam e promovem a construção sustentável. O Programa de Construções e Construções Sustentáveis da ONU (SBC) serve para melhorar o conhecimento da construção sustentável e apoiar e integrar as soluções de construção sustentável em todo o mundo. O UN SHERPA é uma ferramenta de autoavaliação de habitação sustentável para as partes interessadas envolvidas no planejamento, projeto, construção e avaliação de projetos habitacionais que visa apoiar os compromissos transformadores da Nova Agenda Urbana, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris.

A madeira, que retornou em novas construções na América do Norte e na Europa, é uma tendência atual na construção sustentável. A construção em massa de madeira está aumentando atualmente, com defensores dizendo que poderia revolucionar

A Nova Agenda Urbana enfatiza o papel do uso sustentável dos recursos naturais e se concentra na eficiência de recursos de matérias-primas e materiais de construção.

a indústria da construção e contribuir para uma solução para as mudanças climáticas. Embora existam críticas em relação à extração de madeira e fabricação necessária para produzir o novo material, o uso de madeira em massa em novas construções pode sequestrar quantidades consideráveis de CO₂, se manejado de forma sustentável ao longo do ciclo de vida por meio de manejo florestal sustentável. Pesquisadores de equipes interdisciplinares, incluindo cientistas climáticos, pesquisadores do ciclo do carbono, metalúrgicos e silvicultores, estão no processo de entender os potenciais impactos climáticos da madeira maciça em grande escala. De acordo com pesquisadores da The Nature Conservancy, do Serviço Florestal dos EUA e de outras instituições de pesquisa, a economia de CO₂ da madeira maciça pode ser significativa – a substituição de concreto e aço por madeira e o armazenamento de carbono a longo prazo na madeira maciça representam cerca de 75% das economias, e a silvicultura sustentável responde por cerca de 25% (Robbins 2019).

Recuperar, reutilizar e reciclar também está se tornando mais comum na indústria de construção e reforma. Tradicionalmente, os resíduos de construção e demolição são depositados em aterros. No entanto, isso tem um impacto ambiental negativo, contaminando as águas subterrâneas e habitats circundantes. A Associação Nacional de Construtores de Casas dos EUA estima que a construção de uma casa de 185 metros quadrados cria até 3,6 toneladas de resíduos, 85% dos quais podem ser reutilizados ou reciclados, mas a maioria está acabando em aterros sanitários. Em uma base por tonelada, a triagem e o processamento de recicláveis podem criar e sustentar 10 vezes mais empregos do que aterros sanitários ou incineração (Institute for Local Self-Reliance 2002). Para complicar ainda mais a questão, há o fato de que a reutilização de materiais de construção e demolição é uma indústria descentralizada. Para apoiar o desenvolvimento dessa indústria bastante pequena, as cidades devem abordar proativamente a ausência de requisitos universais para relatar ou rastrear a geração, reutilização, reciclagem ou descarte de materiais de construção.

2.4.4 Mapeamento e dados espaciais

Os dados gerados devem ser de alta qualidade, apropriados e confiáveis. Também deve ser separado

por renda, sexo, idade, raça, etnia, situação de migração, deficiência, localização geográfica e outras características. No entanto, políticas de proteção devem estar em vigor para garantir que os dados não sejam usados para políticas discriminatórias. A disponibilidade de dados da cidade é importante para avaliar o progresso. Muitas cidades no mundo desenvolvido e em desenvolvimento carecem desses dados ou sistemas de curadoria e uso deles.

A Nova Agenda Urbana busca melhorar a capacidade dos governos nacionais, subnacionais e locais para coleta, mapeamento, análise e disseminação de dados. Também busca aumentar a capacidade de promover a governança baseada em evidências, através de uma base de conhecimento compartilhada que usa dados comparáveis globalmente e gerados localmente, inclusive por meio de censos, pesquisas domiciliares, registros populacionais e processos de monitoramento na comunidade - **NAU 159**. Nesse sentido, a Nova Agenda Urbana defende que "o uso de plataformas e ferramentas digitais, incluindo sistemas de informação geoespacial, será incentivado para melhorar o planejamento e o projeto urbano e territorial integrados de longo prazo, a administração e gestão do território e o acesso a serviços em áreas urbanas e metropolitanas" e apoia "mecanismos institucionalizados para compartilhar e trocar informações, conhecimento e experiência, incluindo a coleta, análise, padronização e disseminação de dados geográficos, coletados na comunidade, de alta qualidade, apropriados e confiáveis, desagregados por renda, sexo, idade, raça, etnia, situação de migração, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais, subnacionais e locais" - **NAU 157**.

Mais especificamente, a Nova Agenda Urbana promove o cumprimento dos requisitos legais por meio de estruturas de gestão fortes e inclusivas e instituições responsáveis que lidam com registro e governança da terra, aplicando gestão e uso da terra transparente e sustentável, registro de propriedade e sistemas financeiros sólidos. Ressalta a importância de gerar dados de alta qualidade, adequados e confiáveis, desagregados por todas as características relevantes no contexto nacional para garantir que esses dados não sejam utilizados para políticas discriminatórias de uso da terra - **NAU 104**. **ODS 17** – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento

A Nova Agenda Urbana busca melhorar a capacidade dos governos nacionais, subnacionais e locais para coleta, mapeamento, análise e disseminação de dados. Também busca aumentar a capacidade de promover a governança baseada em evidências, através de uma base de conhecimento compartilhada que usa dados comparáveis globalmente e gerados localmente, inclusive por meio de censos, pesquisas domiciliares, registros populacionais e processos de monitoramento na comunidade - NAU 159.

sustentável – também recomenda que os governos reforcem o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento “para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, adequados e confiáveis desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais” - **Meta ODS 17.18**. O Quadro 21 descreve os esforços da cidade de São Paulo usando informações de mapeamento e moradia para ajudar a proteger a população mais vulnerável.

À medida que as tecnologias de sensores e a internet das coisas (IoT) se tornam mais onipresentes, é importante que as cidades identifiquem alguns dos principais impedimentos à sua capacidade e sustentabilidade para utilizar as grandes quantidades de dados coletados de forma mais eficaz e intencional para investir com sabedoria em prioridades selecionadas. Essas prioridades podem incluir reduzir o congestionamento do tráfego, abordar a falta de estacionamento, reabilitar a infraestrutura hídrica antiga, recuperar a receita perdida por vazamentos de água e promover o transporte público e a segurança pública.

As cidades também podem se beneficiar de métodos de baixo custo para atualizar seus dados de uso e cobertura da terra com frequência para ajudar a informar os processos de planejamento em nível local e regional. Tradicionalmente, agências municipais ou ministérios responsáveis pelo meio ambiente, florestas e gestão de recursos naturais usam pesquisas de campo ou analisam imagens de satélite. Embora a realização de pesquisas de campo seja mais abrangente e confiável, é um projeto caro e geralmente leva muito tempo para ser atualizado. Com os recentes desenvolvimentos na indústria de tecnologia espacial e o aumento da disponibilidade de imagens de satélite (gratuitas e comerciais) para sensoriamento remoto, avanços na computação e redes neurais convolucionais estão mostrando resultados promissores na melhoria e aceleração da classificação de uso da terra (ESRI). Os algoritmos de aprendizado de máquina provaram ser uma ferramenta poderosa para analisar imagens de satélite e fornecer informações diferenciadas. As cidades devem identificar proativamente a utilidade e o valor dessas ferramentas para estabelecer uma governança

Quadro 21: Sistema de informação e mapeamento habitacional em São Paulo, Brasil

Ação Em 2004, a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Cidade de São Paulo (SEHAB) lançou um sistema de informação e mapeamento habitacional denominado HABISP. Ele é um conjunto de dados completo que contém informações sobre moradores de habitações públicas e assentamentos informais. Ele fornece um registro abrangente de todos os assentamentos em São Paulo e identifica os grupos populacionais mais vulneráveis para priorizar as intervenções de forma igualitária.

Impacto Ao contrário dos instrumentos de manutenção de registros anteriores usados pela SEHAB, o HABISP fornece aos tomadores de decisão informações atualizadas e abrangentes sobre moradia e outras condições socioeconômicas da população pobre urbana. Além disso, o HABISP é um sistema de informação de fácil utilização, que utiliza indicadores padronizados para analisar e comparar diferentes programas urbanos. Permite que os funcionários municipais monitorem e revisem constantemente seus métodos de trabalho e tomem decisões criteriosas sobre as atividades com base nas estatísticas mais recentes.

O HABISP também beneficia outros atores ao permitir que eles acessem as informações e participem ativamente da concepção, implementação e cumprimento das intervenções municipais. O site do HABISP é uma importante fonte de informação para os moradores sobre as políticas e planos em desenvolvimento, andamento dos projetos e execuções orçamentárias. O acesso dos residentes levou à transparência e responsabilidade.

Este sistema de informação online transformou a forma como São Paulo aborda o planejamento urbano. No entanto, é notável que a construção de tal sistema de informação e gestão requer investimentos significativos em tecnologia e capacitação humana e financeira.

baseada em evidências na gestão do uso da terra e no monitoramento ambiental. Consulte o Quadro 21 para obter um exemplo.



Princípios

Práticas abertas e transparentes são essenciais para permitir que as partes interessadas e o público entendam os objetivos dos projetos de cidades inteligentes. O uso de uma abordagem de cidade inteligente não apenas permite que os governos melhorem a prestação de serviços e a prestação de contas às partes interessadas, mas também oferece oportunidades e opções para que os habitantes urbanos façam escolhas mais ecológicas e impulsionem o crescimento econômico sustentável. Cidadãos bem informados estão mais bem preparados para participar da governança cívica e contribuir para a formulação de políticas.

O uso de tecnologias inteligentes no desenvolvimento urbano exige que os governos nacionais, subnacionais e locais tenham capacidade para realizar a coleta, mapeamento, análise e disseminação de dados. A coleta e análise de dados são necessárias para uma boa governança, especificamente na criação de habitação não discriminatória e sistemas de registo e governança de terras. Melhorar a transparência dos dados sobre gastos e alocação de recursos pode ser uma ferramenta para avaliar o progresso da igualdade e de integração espacial. Estratégias e ferramentas de governança digital centradas no

cidadão podem permitir que eles, especialmente aqueles de grupos marginalizados, desenvolvam e exerçam maior responsabilidade cívica, ampliando a participação e promovendo uma governança responsável.

As cidades devem ter modelos de governança e financiamento atualizados para configurar serviços compartilhados entre departamentos, integrar dados e redesenhar o fluxo de trabalho para utilizar totalmente as soluções baseadas em sensores. O desenvolvimento urbano sustentável e igualitário requer uma governança metropolitana que seja inclusiva e englobe estruturas legais e mecanismos de financiamento confiáveis, incluindo a gestão sustentável da dívida. Os governos devem procurar criar estruturas de financiamento integradas que sejam apoiadas por um ambiente propício em todos os níveis. O financiamento deve ser incorporado em quadros políticos coerentes sempre que possível.

Estruturas de governança apropriadas são necessárias para gerenciar os aspectos inovadores das novas tecnologias de mobilidade.

Os governos devem desenvolver relações contratuais claras, transparentes e responsáveis com os provedores de serviços de transporte e mobilidade, inclusive no gerenciamento de dados. Isso é necessário para proteger o interesse público e a privacidade individual e envolver o setor privado na prestação de serviços de alta qualidade.

Os governos devem desenvolver relações contratuais claras, transparentes e responsáveis com os provedores de serviços de transporte e mobilidade, inclusive no gerenciamento de dados.



Ações ilustrativas

Regular proativamente os serviços de mobilidade emergentes para criar condições igualitárias e ao mesmo tempo promover o uso de transporte público.

Ter uma visão igualitária no desenvolvimento de mobilidade e trânsito pode permitir maior igualdade de participação em atividades sociais e econômicas nas cidades e assentamentos humanos, especialmente para grupos marginalizados. Isso pode ser alcançado através do apoio a um aumento significativo de infraestrutura acessível, segura, eficiente, acessível e sustentável para transporte público, de bicicleta e caminhada. Os governos também devem priorizar o desenvolvimento orientado para o trânsito igualitário que minimize o deslocamento e seja acompanhado por moradias de renda mista a preços e empregos e serviços acessíveis.

Promover a construção e adaptação de edifícios sustentáveis, resilientes e eficientes em termos de recursos.

Os governos devem apoiar o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na eficiência de recursos de matérias-primas e materiais de construção, como concreto, metais, madeira, minerais e terra. Além disso, priorizar redes inteligentes, sistemas de energia distritais e planos de energia da comunidade pode melhorar as sinergias entre energia renovável e eficiência energética.

Estabelecer requisitos para relatar ou rastrear a geração, reutilização, reciclagem ou descarte de materiais de construção.

Os governos também podem apoiar o estabelecimento e monitoramento de centros de reutilização para materiais de construção em excesso, descontinuados, novos e usados doados por fabricantes, empresas, empreiteiros e indivíduos. O relatório sistemático, de rastreamento e manuseio profissional de grandes volumes de materiais de construção recuperados ou reutilizáveis podem reduzir resíduos e materiais que são enviados para aterros sanitários. Essas atividades apoiam a transição para uma economia circular, facilitando a conservação, regeneração, restauração e resiliência do ecossistema.

Utilizar os ativos da cidade para coleta de dados, como a instalação de sensores com rastreadores GPS em veículos de propriedade da cidade, transformando-os em dispositivos móveis de detecção de tráfego e monitoramento ambiental.

Usar os dados existentes para identificar possíveis pontos de acesso onde os sensores podem ser colocados seletivamente, reduzindo o número de dispositivos necessários para monitorar setores como tráfego, trânsito ou infraestrutura de água. Uma abordagem de cidade inteligente que aproveite as oportunidades da digitalização pode oferecer oportunidades para a população urbana em todo o mundo fazerem escolhas mais ecológicas, ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento econômico sustentável e permite que as cidades melhorem sua prestação de serviços.

Identificar a utilidade e o valor das ferramentas de sensoriamento remoto e inteligência artificial para classificação de imagens para estabelecer governança baseada em evidências no gerenciamento do uso da terra e monitoramento ambiental.

Essas tecnologias permitiram novas abordagens para o gerenciamento de recursos pela classificação de imagens de satélite para entender os usos e limites da terra. As cidades podem usar essas tecnologias para criar um mapa básico de usos da terra e padrões de propriedade e, em seguida, atualizá-los sob demanda usando informações da comunidade, levantamentos de campo e métodos de resolução de disputas.

Identificar como os desenvolvimentos recentes na indústria espacial e o aumento da disponibilidade de imagens de satélite podem beneficiar a gestão do uso da terra e as práticas de monitoramento ambiental.

As cidades precisam quantificar o problema a ser corrigido. À medida que as abordagens de cidades inteligentes ganham força, as partes interessadas do governo também devem se esforçar para quantificar o valor que as ferramentas avançadas de sensoriamento remoto podem trazer para avaliar ou justificar investimentos.

Apoiar o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na eficiência de recursos de matérias-primas e materiais de construção. Além disso, priorizar redes inteligentes, sistemas de energia distritais e planos de energia da comunidade pode melhorar as sinergias entre energia renovável e eficiência energética.

Figura 31: Veneza, Itália, é cercada por água. Políticas inovadoras são necessárias para proteger esta cidade histórica dos impactos das mudanças climáticas.





03

Governança, monitoriamento e relatório

Este Capítulo descreve os mecanismos de governança global estabelecidos para o acompanhamento e revisão da Nova Agenda Urbana para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Apresenta o trabalho em andamento em nível global para construir estruturas abrangentes de monitoramento e relatórios, facilitadas pelo ONU-Habitat. Este processo orientará os Estados Membros e parceiros na coleta e análise de dados urbanos, bem como na identificação de ações e resultados alcançados em todos os níveis de governos e partes interessadas. A análise de dados quantitativos e qualitativos de todo o mundo e a sistematização na Plataforma da Agenda Urbana devem alimentar o Relatório Quadrienal sobre a Nova Agenda Urbana ao Secretário-Geral das Nações Unidas e informar ações e recomendações globais para a sustentabilidade urbana.

3.1 Governança global e meios de implementação

Enquanto os capítulos anteriores descreveram formas de construir estruturas de governança urbana **NAU 85-92** e planejar e gerenciar o desenvolvimento espacial urbano **NAU 93-125**, esta seção fornece informações sobre os meios de implementações para alcançar a **NAU 126-160**.

A complexidade da Agenda requer muitos atores e vários meios de implementação, juntamente com um ambiente propício nos níveis nacional, subnacional e local. O desenvolvimento de capacidades, a cooperação e as parcerias, a mobilização de recursos financeiros fazem parte dos meios essenciais.

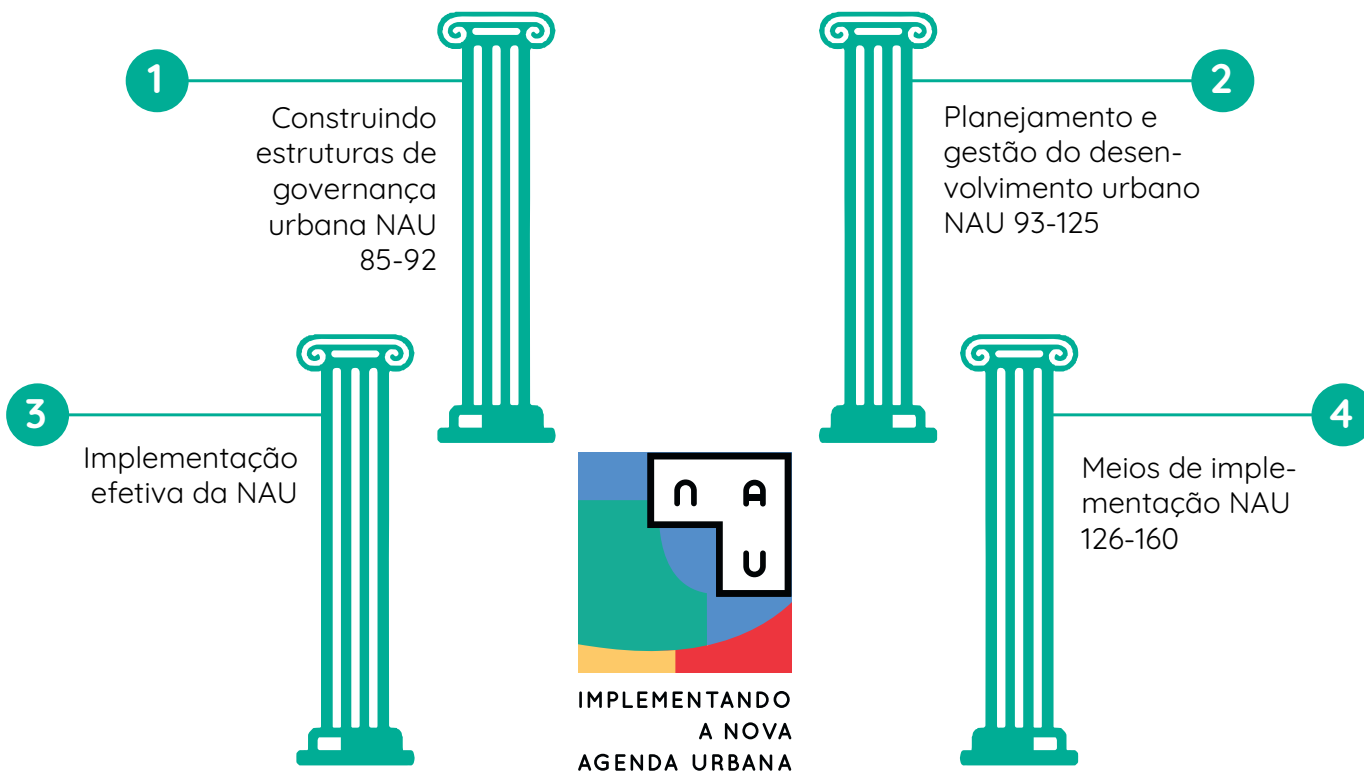
3.1.1 Governança global

O parágrafo 127 da NAU reafirma os compromissos sobre os meios de implementação incluídos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na Agenda de Ação de Addis Abeba, enquanto o parágrafo 6 reconhece e reitera os principais acordos globais.

Entre esses acordos globais, destacam-se os principais acordos e marcos de desenvolvimento global adotados em 2015. Além da Agenda de Ação de Addis Abeba, o ano foi marcado pela aprovação de três outros acordos marcantes da ONU: a

A Agenda requer muitos atores e vários meios de implementação, juntamente com um ambiente propício nos níveis nacional, subnacional e local.

Figura 32: Pilares da implementação efetiva da Nova Agenda Urbana.



Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres e o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). O crescente reconhecimento da correlação entre urbanização e desenvolvimento se reflete na adoção da Nova Agenda Urbana em 2016.

Juntos e sob o guarda-chuva da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, esses documentos fornecem um plano mais abrangente com uma estrutura global para inspirar estratégias, políticas e planos nacionais sobre como alcançar a prosperidade para todos, eliminar a desigualdade e proteger o planeta.

Tanto a Agenda 2030 quanto a Nova Agenda Urbana enfatizam a importância de reforçar e complementar as agendas globais para evitar ineficiências e reduzir ou minimizar interações negativas (ICSU, 2017). Os recursos precisam ser otimizados e utilizados de forma eficaz, o que, por sua vez, aumenta as interações positivas entre as agendas. Isso pode acontecer quando ocorre a integração entre os níveis de política e implementação, sistemas de governança multissetoriais são adotados, parcerias são fortalecidas e financiamento recursos e tecnologia são alavancados (ICSU, 2017).

Os acordos e marcos globais adotados na era pós-2015 ressaltam o papel da coordenação em todo o sistema das Nações Unidas. O papel do ONU-Habitat nesses esforços como ponto focal para a urbanização sustentável e assentamentos humanos é explicado em detalhes na seção 3.4.

Servindo como bases importantes para a integração dessas agendas globais estão conceitos universais como 'não deixar ninguém para trás', compromissos com direitos humanos e igualdade de gênero, princípios consagrados em várias convenções e acordos da ONU e os esforços de alguns governos nacionais e locais para o 'direito à cidade' em suas legislações e declarações - **NAU 11**.

3.1.2 Mobilização de recursos financeiros

Para financiar a implementação da Nova Agenda Urbana, é necessário mobilizar os recursos financeiros adequados e direcioná-los de forma apropriada. Isso pode ser feito expandindo os recursos tradicionais, mobilizando fontes de receita inovadoras e implementando mecanismos de financiamento de longo prazo.

Na Nova Agenda Urbana, as formas de ampliar a base potencial de receita dos municípios e atrair investimentos e recursos são descritas nos parágrafos 130-145. A Nova Agenda Urbana promove a descentralização fiscal, quadros políticos coerentes, mobilizando recursos e receitas endógenos através da captação de benefícios da urbanização, parcerias público-privadas, diversificando as receitas e as políticas fiscais e uma distribuição mais equitativa dos recursos financeiros nacionais. Também sublinha a necessidade de uma melhor gestão da dívida através de uma melhor qualidade de crédito local e apoia o acesso a diferentes fundos e instituições financeiras multilaterais.

Servindo como bases importantes para a integração dessas agendas globais estão conceitos universais como 'não deixar ninguém para trás', compromissos com direitos humanos e igualdade de gênero, princípios consagrados em várias convenções e acordos da ONU.

Quadro 22: Agendas globais interligadas

A NAU enfatiza a importância de interligar fortemente as agendas de desenvolvimento global NAU 6, 9, 11, 12, 77, 79, 127, 128 e 150. A NAU é um catalisador da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os ODS, o Acordo de Paris, o Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres e a Agenda de Ação de Addis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Este tópico é discutido em detalhes na seção 2.1.6 sobre Finanças Municipais, onde apresenta uma visão completa dos princípios da Nova Agenda Urbana para finanças municipais sustentáveis, bem como ações estratégicas. A seção 1.3.3 sobre Mitigação das Mudanças Climáticas fornece leitura adicional sobre as fontes de financiamento para a ação climática. As ferramentas financeiras e regulatórias para se beneficiar da captura do valor da terra e uma ferramenta fiscal significativa relacionada a ganhos são abordadas na seção 2.1.2.

A escala dos investimentos necessários para implementar a Nova Agenda Urbana pode parecer assustadora – as estimativas para o financiamento necessário para preencher a lacuna de infraestrutura em relação à água, saneamento, transporte, energia, irrigação e proteção contra inundações podem estar entre 2% e 8% do PIB por ano até 2030 (ONU, 2019). Nesse sentido, o progresso na Agenda 2030 oferece informações valiosas sobre os desafios e oportunidades enfrentados por cidades e entidades nacionais

para alcançar a Nova Agenda Urbana. Há uma jornada difícil pela frente, pois apenas um pequeno número de países parece ter planos concretos de financiamento para a implementação da Agenda 2030. Para isso, avaliar o cenário de financiamento e realizar avaliações de custo da implementação nacional dos Objetivos é considerado uma ferramenta útil (ONU, 2019).

Os fundos multilaterais para o clima fornecem os investimentos para iniciativas transformadoras relacionadas ao clima. Os maiores fundos climáticos multilaterais são o Climate Investment Funds (CIFs), Green Climate Fund (GCF), Adaptation Fund (AF) e Global Environment Facility (GEF). Em 2016, esses quatro fundos aprovaram US\$ 2,78 bilhões em apoio a projetos. A maioria dos fundos climáticos multilaterais usa uma ampla gama de instrumentos de financiamento, incluindo doações, capital e opções de mitigação de risco. Estes destinam-se a atrair outras fontes de financiamento, seja de governos nacionais, outros doadores ou do setor privado.

Avaliar o cenário de financiamento e realizar avaliações de custo da implementação nacional dos Objetivos é considerado uma ferramenta útil (ONU, 2019).

Figura 33: Principais agendas globais pós-2015

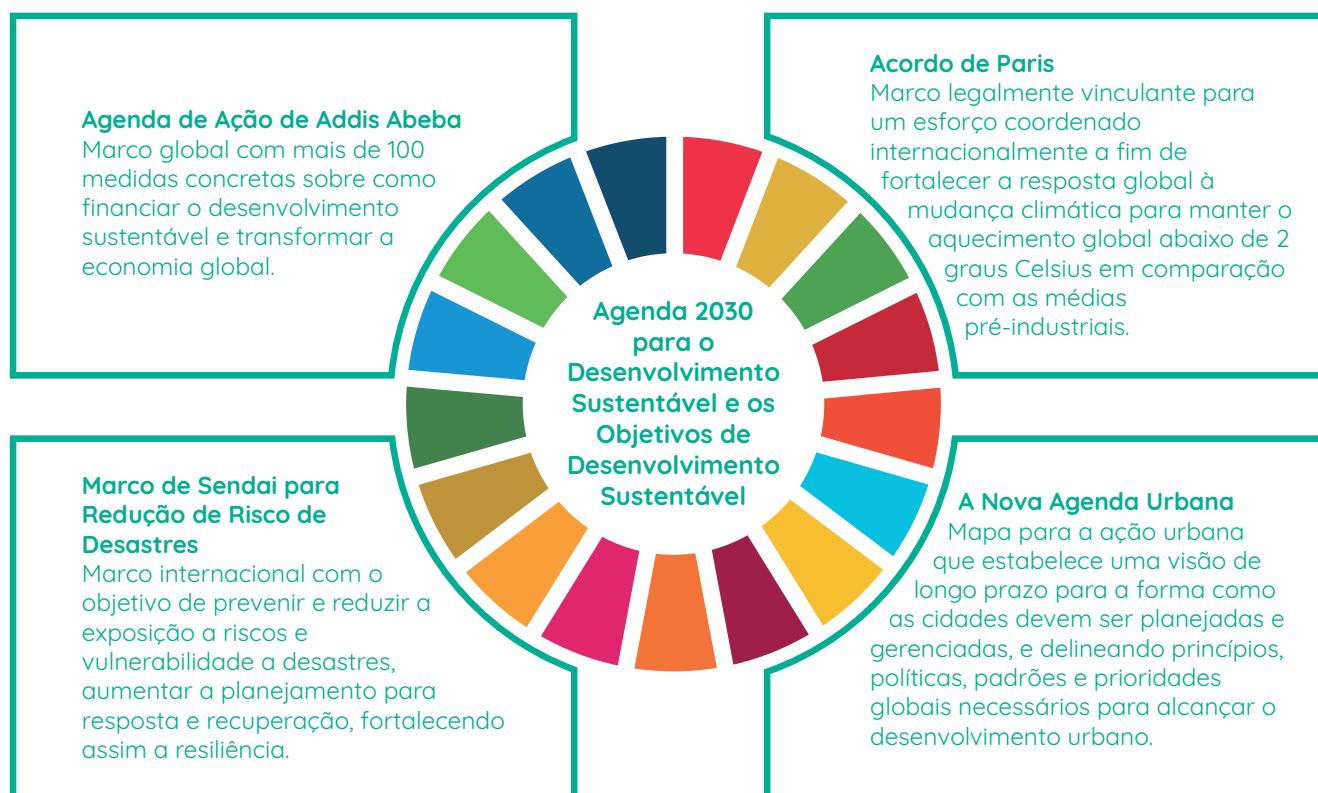


Figura 34: Mobilização de recursos financeiros



O financiamento climático é um “financiamento que visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa, reduzir a vulnerabilidade e manter e aumentar a resiliência dos sistemas humanos e ecológicos aos impactos negativos das mudanças climáticas”, conforme definido pelo Comitê Permanente de Finanças da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

3.1.3 Desenvolvimento de capacidades, intercâmbio de conhecimento e parcerias

Esta seção analisa as **NAU 146 a 155** da Nova Agenda Urbana, que apresentam desenvolvimento de capacidade, intercâmbio de conhecimento e cooperação e parcerias como importantes meios de implementação que criam um ambiente propício para mudanças transformadoras. Eles fornecem bases mutuamente benéficas para a geração e implementação de novas políticas, iniciativas e ferramentas e permitem que governos nacionais, governos locais e partes interessadas urbanas liderem conjuntamente a implementação da Nova Agenda Urbana.

Sua importância é destacada no parágrafo 146 da Nova Agenda Urbana, que promove “oportunidades de cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, bem como a cooperação

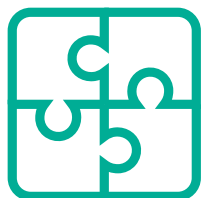
subnacional, descentralizada e cidade-a-cidade... desenvolvendo capacidades e fomentando o intercâmbio de soluções urbanas e a aprendizagem mútua”.

Desenvolvimento de capacidade

O desenvolvimento de capacidades é bem reconhecido entre a comunidade internacional de desenvolvimento e os Estados Membros como um meio fundamental de implementação para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável e é um componente-chave das agendas globais de desenvolvimento.

O desenvolvimento de capacidades é fundamental para melhorar os recursos humanos, o funcionamento organizacional e institucional das entidades e indivíduos e equipar os decisores políticos e os profissionais urbanos com habilidades e conhecimentos para compreender as

O desenvolvimento de capacidades é fundamental para melhorar os recursos humanos, o funcionamento organizacional e institucional das entidades e indivíduos e equipar os decisores políticos e os profissionais urbanos com habilidades e conhecimentos.

Figura 35: Desenvolvimento de capacidades

Capacitação como chave para liberar o potencial de instituições e indivíduos

A capacitação fortalece, desenvolve e consolida os conhecimentos e habilidades das partes interessadas e das instituições em todos os níveis de governança.



IMPLEMENTANDO
A NOVA
AGENDA URBANA

O desenvolvimento de capacidades está enraizado na NAU e na Agenda 2030

A NAU se refere ao desenvolvimento de capacidades em todas as suas proposições e mecanismos de implementação recomendados (81, 90, 102, 117, 120, 129, 146-155). É também o foco principal da meta ODS 17.9 sobre Parcerias.



A capacitação é um pilar fundamental para a efetiva realização do desenvolvimento urbano sustentável

Como resultado da capacitação, indivíduos e instituições podem melhor formular, planejar, implementar, gerenciar, monitorar e avaliar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável.

complexidades subjacentes à urbanização, tomar decisões bem informadas e ser capaz de monitorar e relatar o progresso.

A necessidade de capacitação, especialmente em nível municipal, é apoiada por vários estudos. Embora muitas cidades tenham passado por transformações sociais, econômicas, espaciais e físicas substanciais, as capacidades humanas e administrativas dos governos municipais e locais não acompanharam o ritmo (UNESCAP, 2015). A eficácia dos governos municipais é muitas vezes prejudicada pela capacidade inadequada dos governos locais ou pelo planejamento urbano e controle regulatório, finanças, capacidade humana e administrativa e prestação de serviços (Avis, 2016).

Dependendo das necessidades reais, as atividades de desenvolvimento de capacidades podem abranger todos os setores e áreas de interesse, desde a melhoria da coleta de dados e desenvolvimento de políticas até a implementação e

aumento do envolvimento das partes interessadas, e assumir muitas formas (treinamentos, aprendizagem digital, aprendizagem no trabalho, intercâmbio entre cidades, dentre outros).

Independentemente do formato, uma intervenção eficaz de capacitação está fundamentada na compreensão das lacunas e necessidades e no desenvolvimento iterativo dos materiais e ferramentas com base nas lições aprendidas e nos novos conhecimentos.

Intercâmbio de conhecimento, cooperação e parcerias

A Nova Agenda Urbana destaca a importância de cidades e governos trocarem experiências sobre políticas, programas, lições aprendidas e melhores práticas no desenvolvimento de novas soluções e ferramentas urbanas, gerando uma conscientização mais ampla e estimulando discussões políticas e públicas sobre o desenvolvimento urbano. Algumas das plataformas facilitadas pelo ONU-Habitat que

A Nova Agenda Urbana destaca a importância de cidades e governos trocarem experiências sobre políticas, programas, lições aprendidas e melhores práticas no desenvolvimento de novas soluções e ferramentas urbanas.

apoiam o intercâmbio de experiências e estimulam a cooperação entre entidades nacionais, cidades e atores urbanos são ilustradas nas seções 3.3. na Plataforma da Agenda Urbana e 3.4. no Fórum Urbano Mundial e na Assembleia ONU-Habitat.

A Nova Agenda Urbana - **NAU 150** exige o fortalecimento do intercâmbio de conhecimento em ciência, tecnologia e inovação. Parcerias sólidas e colaboração entre as partes interessadas urbanas, instituições de pesquisa e ensino superior e indústrias de alta tecnologia, bem como o estabelecimento de práticas de interface ciência-política podem desencadear ideias, métodos e abordagens inovadoras - **NAU 149**.

Nesse sentido, é útil destacar parcerias entre agências da ONU e universidades em todo o mundo, como HESI (Iniciativa de Ensino Superior para a Sustentabilidade) e UNI (Iniciativas de Parceria de Universidades Habitat), que reúnem

um grande número de instituições baseadas no conhecimento e fornecem treinamento e capacitação para várias partes interessadas, para fortalecer sua capacidade de participar na elaboração de políticas, monitoramento e relatórios. As universidades estão cada vez mais incorporando a Nova Agenda Urbana e os ODS em sua educação regular, servindo como importantes veículos de geração de conhecimento, disseminação e conscientização.

A Nova Agenda Urbana - **NAU 153** exige a promoção de parcerias multissetoriais em vários processos de desenvolvimento urbano para estabelecer políticas claras e transparentes, estruturas e procedimentos financeiros e administrativos, bem como diretrizes de planejamento. A seção 2.1.4. sobre Legislação e Regulamentos Urbanos fornece mais informações sobre isso.

Parcerias sólidas e colaboração entre as partes interessadas urbanas, instituições de pesquisa e ensino superior e indústrias de alta tecnologia, bem como o estabelecimento de práticas de interface ciência-política podem desencadear ideias, métodos e abordagens inovadoras - NAU 149.



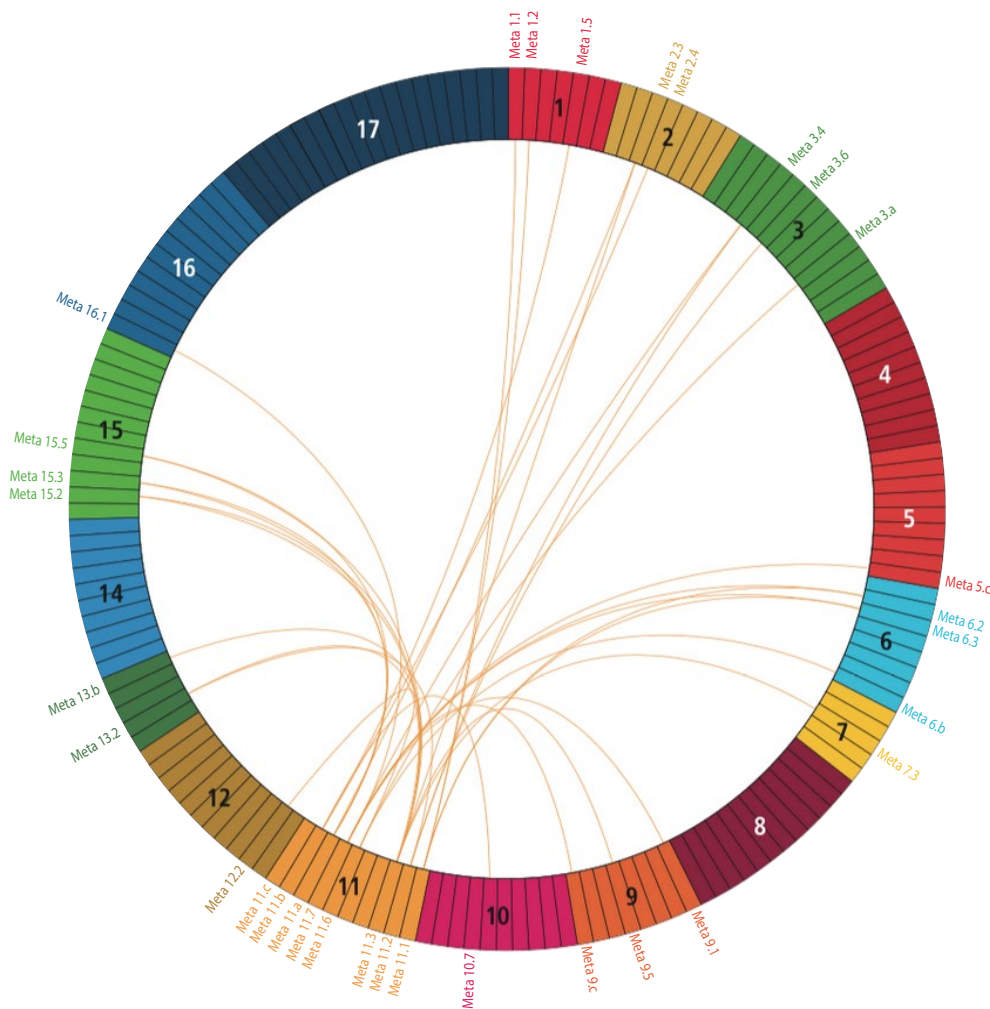
3.2 A Nova Agenda Urbana e as dimensões urbanas dos ODS

Os capítulos anteriores deixaram claro que as maneiras como as cidades respondem às necessidades decorrentes de uma concentração crescente da população em áreas urbanas podem levar a resultados muito diferentes. Eles podem exacerbar os desafios ao desenvolvimento sustentável, incluindo desigualdades, exclusão social e econômica e degradação ambiental, ou fornecer um terreno fértil para o crescimento econômico, desenvolvimento social e cultural e uso eficiente dos recursos naturais.

Imersa em um conjunto de considerações sociais, econômicas, ambientais e culturais, a complexidade da urbanização sublinha as interligações inatas entre o que tanto a Nova Agenda Urbana quanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável visam alcançar: um mundo equitativo, igualitário e justo tanto para o presente quanto para gerações futuras, onde ninguém e nenhum lugar fica para trás. A Tabela 3 apresenta uma visão geral da relação entre o **ODS 11**, outros ODS e a Nova Agenda Urbana.

Algumas das ligações entre as duas agendas globais são evidentes, mais claramente vistas na inclusão histórica do primeiro objetivo independente sobre cidades sustentáveis, o **ODS 11** para “Tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

Figura 36: Representação visual das principais interconexões entre o ODS 11 e outros ODS



O **ODS 11** sobre cidades sustentáveis e assentamentos humanos está intrinsecamente ligado a outros ODS, como mostra a Figura 36. As sinergias entre eles ressaltam que os esforços para alcançar os ODS e a Nova Agenda Urbana devem trabalhar em conjunto, seja reduzindo a construção em áreas de alto risco propensas a deslizamentos de terra e várzeas para reduzir o número de mortes por desastres naturais - meta **ODS 13.1** ou melhorar a produtividade e o acesso a empregos decentes - meta **ODS 8.3** por meio de investimentos em transporte público confiável e acessível.

Talvez menos óbvios, mas igualmente importantes, sejam as questões e tópicos urbanos que transcendem uma série de outros ODS. De fato, 11 dos 17 ODS incluem metas com um componente urbano (veja a Figura 37). Isso requer uma análise mais refinada de suas ligações e interações políticas, fundamentais para garantir que as ações sejam integradas e se reforcem mutuamente, sem levar a consequências negativas e não intencionais.

Evidências mostram que o planejamento urbano integrado, o acesso a serviços básicos, a urbanização de favelas e a moradia digna e acessível reduzem as doenças e limitam os impactos ambientais, atendendo às metas de saúde e bem-estar - **ODS 3**, energia - **ODS 7** e clima - **ODS 13** (ICSU, 2017). Enquanto isso, a oferta de infraestrutura regional e urbana, como parte da meta - **ODS 9**, impulsiona mercados e cadeias de valor, apoiando o trabalho decente e o crescimento econômico - **ODS 8**, consumo e produção sustentáveis - **ODS 12**, e em criando melhores interligações rural-urbanas, promove a segurança alimentar - **ODS 2**, nutrição e agricultura sustentável. Além disso, o relatório de 2016 do ONU-Habitat "Urbanização Sustentável no Acordo de Paris", descobriu que 113 de 164 das contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) apresentadas refletem referências e conteúdos urbanos evidentes, fornecendo ligações claras entre urbanização sustentável e ação climática (ONU-Habitat, 2017).

Embora os desafios que as cidades, municípios e vilarejos enfrentam em diferentes países sejam variados, a Nova Agenda Urbana foi projetada para ser universalmente aplicável. Além disso, a Nova Agenda Urbana tem uma visão de longo prazo.

Figura 37: ODS com metas urbanas (exceto ODS 11)



Tabela 3: Relação entre o ODS 11, outros ODS e a Nova Agenda Urbana

META ODS 11	RELAÇÃO COM OUTROS ODS	RELAÇÃO COM OS PARÁGRAFOS da Nova Agenda Urbana
<p>11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos a moradias e serviços básicos adequados, seguros e acessíveis e modernizar as favelas</p>		<p>31, 32, 33, 34, 46, 61, 70, 99, 107, 108, 110, 112</p>
<p>11.2 Até 2030, fornecer acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança viária, por meio da expansão do transporte público, com atenção especial às necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade...</p>		<p>48, 50, 54, 113, 114, 115</p>
<p>11.3 Até 2030, melhorar a urbanização inclusiva e sustentável e a capacidade de planejamento e gestão participativa, integrada e sustentável de assentamentos humanos em todos os países</p>		<p>29, 39, 40, 41, 42, 92, 149, 155, 156, 157, 160</p>
<p>11.4 Fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo</p>		<p>38, 63, 66, 121, 122</p>
<p>11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas e diminuir substancialmente as perdas econômicas diretas em relação ao produto interno bruto global causadas por desastres, incluindo desastres relacionados à água, com foco na proteção dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade</p>		<p>65, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 119, 123</p>
<p>11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental per capita das cidades, inclusive prestando atenção especial à qualidade do ar e gestão de resíduos</p>		<p>65, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 119, 123</p>
<p>11.7 Até 2030, fornecer acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, em particular para mulheres e crianças, idosos e pessoas com deficiência</p>		<p>37, 53, 55, 56, 67, 100, 109</p>
<p>11.a Apoiar vínculos econômicos, sociais e ambientais positivos entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, fortalecendo o planejamento de desenvolvimento nacional e regional</p>		<p>87, 88, 89, 90, 91, 158, 159</p>
<p>11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades ... adotando e implementando políticas e planos integrados para inclusão, eficiência de recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres e ... gestão de risco de desastres</p>		<p>77, 78, 86, 94, 95, 96, 97, 98</p>

Uma Política Urbana Nacional (PUN) é um instrumento fundamental para os governos apoiarem a implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS relacionados à cidade. As PUN são abordadas em detalhes no Capítulo 2.1.1.

Implicações institucionais e políticas

Dado que a urbanização é e continuará a representar um fenômeno determinante nas próximas décadas, ver os Objetivos como isolados da realidade urbana seria contraproducente para os esforços globais. Como a Nova Agenda Urbana fornece orientação em planejamento, design, finanças, desenvolvimento, governança e gestão para enfrentar os referidos desafios e oportunidades de urbanização, é uma alavanca fundamental para acelerar a realização dos ODS.

Compreender essa simbiose tem implicações para as instituições domésticas, que precisarão mudar seu foco para aumentar a compreensão das relações entre os ODS urbanos e a Nova Agenda Urbana.

Isso inclui garantir que eles sejam devidamente integrados em seus mecanismos institucionais, ferramentas de políticas e orçamentos. Consequentemente, o planejamento e o projeto de políticas precisam ser ponderados e compreender compensações e os benefícios das políticas para maximizar seu possível efeito multiplicador. Se devidamente integrado, isso pode orientar cidades e países em direção a ações coerentes sobre mitigação climática, urbanização sustentável e a realização simultânea da Nova Agenda Urbana e várias metas dos ODS.

Países desenvolveram planos de ação para a implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS, mas nem sempre estão alinhados com as Políticas Urbanas Nacionais. A experiência das

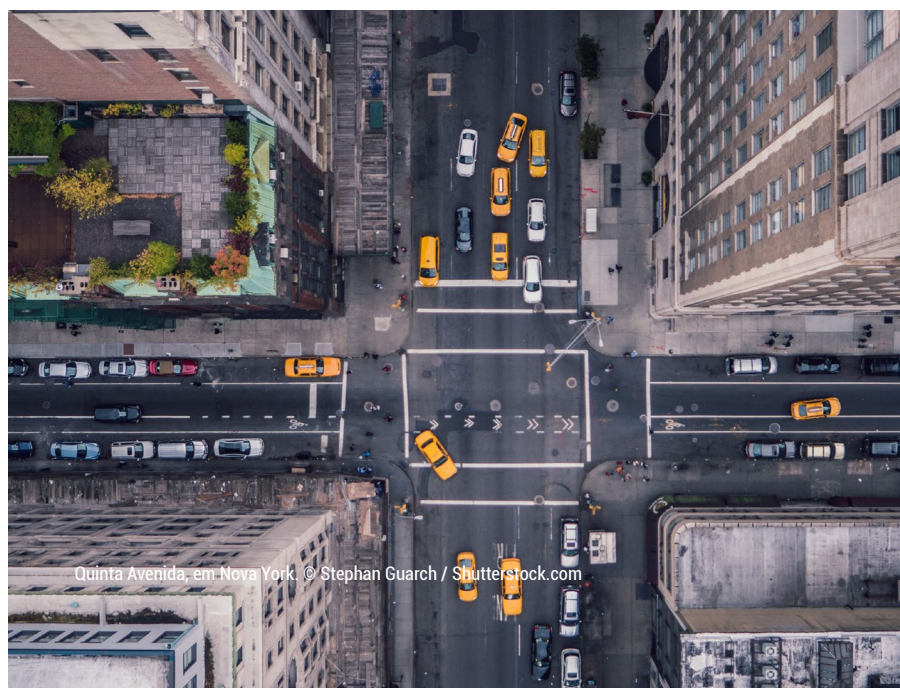
PUN mostra que alinhar prioridades espaciais e fazer escolhas com base em objetivos e valores explícitos pode dar às cidades a oportunidade para realizar seu potencial de desenvolvimento (ONU-Habitat, 2014). Mas, conforme relatado no Relatório Global do Estado da Política Urbana Nacional preparado pelo ONU-Habitat e pela OCDE, dos 150 países analisados sobre o progresso da política urbana, metade (76) adotou PUN explícitas com fortes conexões com a Nova Agenda Urbana (ONU-Habitat e OCDE, 2018).

A necessidade de coerência política e políticas integradas diante das agendas globais de desenvolvimento, de fato, representa um grande desafio para muitos países (ONU, 2019), portanto, considerar efetivamente a Nova Agenda Urbana na equação requer ainda mais capacitação e conscientização, bem como apoio financeiro adequado.

Sistemas de coordenação de governança sólidos entre os diferentes setores, planos e estratégias (coerência horizontal) e entre todos os níveis de governo (coerência vertical), também são de importância crítica neste feito. Da mesma forma, em todo o processo, deve haver um envolvimento das partes interessadas, incluindo comunidades locais, parceiros privados e outros atores.

No entanto, a menos de uma década até atingir o marco de 2030, só teremos êxito através do compromisso político e da vontade de todos os níveis do governo.

Países desenvolveram planos de ação para a implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS, mas nem sempre estão alinhados com as Políticas Urbanas Nacionais.



Quinta Avenida, em Nova York. © Stephan Guarch / Shutterstock.com

3.3 Monitoramento e relatório

O acompanhamento e revisão da Nova Agenda Urbana estão previstos nos parágrafos **NAU -161-175**. Incentivando um processo liderado pelo país, inclusivo, multinível e transparente, a agenda dá um papel de destaque aos governos locais e reafirma o ONU-Habitat como um ponto focal para a urbanização sustentável e assentamentos humanos. Análise quantitativa e qualitativa, avaliações regulares, juntamente com reuniões e conferências, apoiarão o acompanhamento e revisão da Nova Agenda Urbana. O processo de relatório da Nova Agenda Urbana complementa e apresenta vínculos com o acompanhamento e a revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável para garantir a coordenação e a coerência na implementação das agendas de desenvolvimento global relevantes.

Compreendendo o Relatório Quadrienal do Secretário-Geral

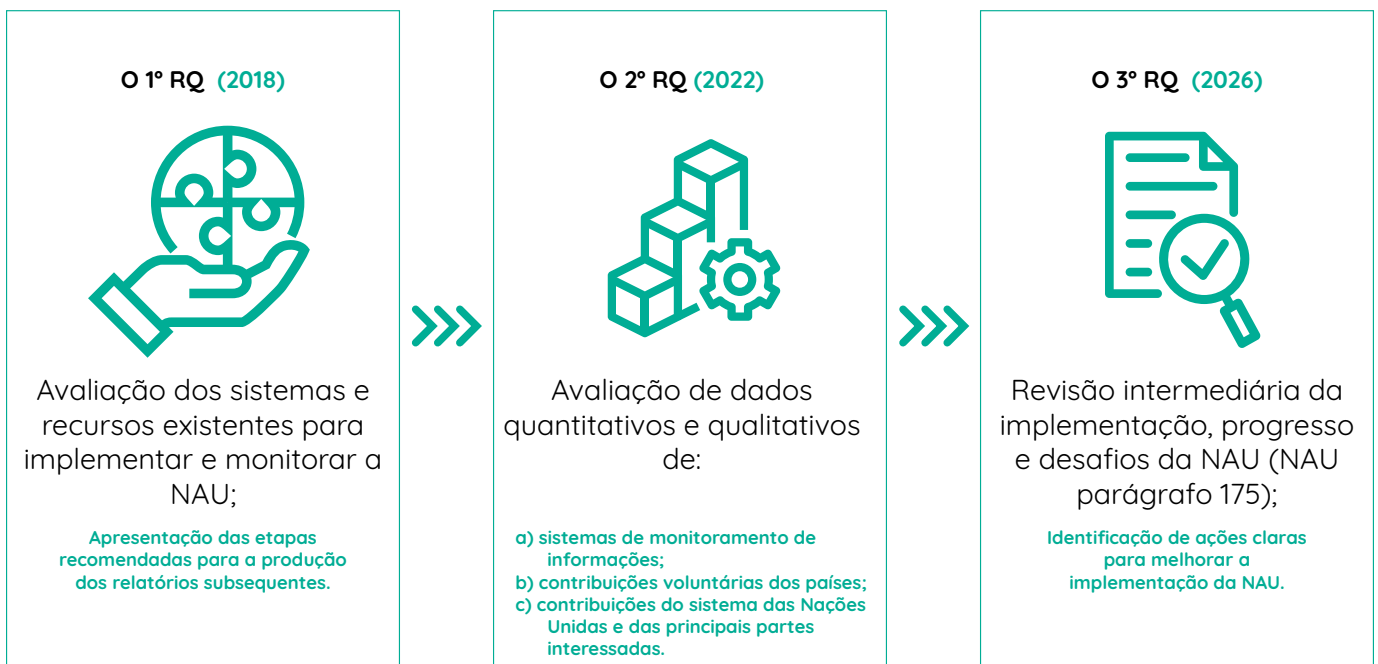
O parágrafo 166 também lança as bases para o Relatório Quadrienal (RQ), por meio do qual o Secretário-Geral da ONU apresenta ao Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) os avanços alcançados na implementação da Nova Agenda Urbana. Um total de cinco relatórios serão produzidos a cada quatro anos até 2036. A Figura 37 abaixo fornece uma visão geral dos três primeiros relatórios, levando à revisão intermediária da implementação da Nova Agenda Urbana em 2026.

Quatro elementos para apoiar o processo de relatório

Uma abordagem adicional para o processo de relatório e monitoramento é baseada em quatro elementos interrelacionados mostrados na Figura 39.

O acompanhamento e revisão da Nova Agenda Urbana estão previstos nos parágrafos **NAU -161-175**.

Figura 38: Cronograma e objetivos dos Relatórios Quadrienais (2018-2026)



Para fornecer os elementos básicos, o ONU-Habitat desenvolveu: a) as diretrizes padronizadas da Nova Agenda Urbana para relatórios, b) a estrutura de monitoramento da Nova Agenda Urbana e c) a Plataforma da Agenda Urbana, que são explicadas com mais detalhes nas seções 3.3.1 -3.3.3 deste capítulo.

Interligados, eles fornecem a base para a coleta de dados qualitativos e quantitativos, uma abordagem harmonizada para analisar o progresso da NAU, bem como uma plataforma para engajamento e compartilhamento de impacto entre os Estados Membros e outras partes interessadas.

Processos preparatórios que informam a produção dos Relatórios Quadrienais ao Secretário-Geral

Os estágios preparatórios são um esforço gigantesco e de longo prazo. O ONU-Habitat precisa mobilizar as partes interessadas por meio de sua variedade de canais de comunicação e convocação para gerar um processo de relatório inclusivo e rico em conhecimento.

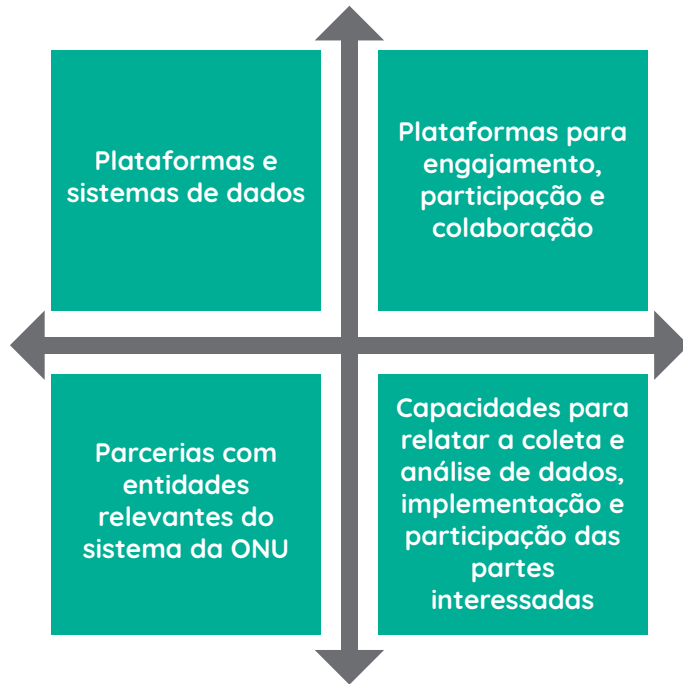
Participação de uma ampla gama de partes interessadas

O parágrafo 167 da Nova Agenda Urbana exige que o relatório sobre o progresso seja conduzido pelo país, mas também exige um processo inclusivo com a participação de uma ampla gama de partes interessadas nos processos de revisão e implementação de acompanhamento, incluindo todos os níveis e setores do governo, sociedade e o setor privado, membros do parlamento e instituições nacionais de direitos humanos, bem como o sistema das Nações Unidas.

3.3.1 Diretrizes para relatórios

A ONU-Habitat produziu as Diretrizes para Relatórios sobre a Implementação da Nova Agenda Urbana para apoiar os Estados-Membros na preparação dos seus Relatórios sobre o progresso na implementação do Novo Agenda Urbana, bem como sobre os progressos metas e metas internacionalmente acordadas relevantes para urbanização sustentável e assentamentos humanos.

Figura 39: Quatro elementos que apoiam o processo de relatório.



Entendendo os Relatórios Nacionais

Utilizando as Diretrizes, a preparação do Relatório deve ser liderada pelo ministério-chave, ou um consórcio claramente definido de ministérios responsáveis por questões de urbanização no país, com linhas claras de responsabilidade e prestação de contas (ver Figura 41). Nos países onde existem Comitês Nacionais de Habitat e Fóruns Urbanos Nacionais ativos, ambos podem desempenhar um papel fundamental na preparação dos Relatórios Nacionais. O ONU-Habitat ajudará a aumentar a conscientização sobre as diretrizes para relatórios, bem como fornecerá assistência técnica aos Estados Membros.

Os Relatórios Nacionais fornecerão contribuições essenciais para o Relatório Quadrienal do Secretário-Geral. Atualizações contínuas podem ser feitas online por meio da Plataforma Nova Agenda Urbana (Seção 3.3.3).

Figura 40: Visão geral dos canais de consulta que informam o Relatório Quadrienal ao Secretário-Geral



Estrutura dos Relatórios Nacionais

As Diretrizes de Relatórios para os Estados Membros são divididas em duas áreas: Compromissos Transformadores e Implementação Eficaz, com temas propostos. A primeira parte do relatório se concentra em como os Estados Membros cumprem os Compromissos Transformadores da Nova Agenda Urbana, enquanto a segunda parte do relatório se concentra nos quadros de políticas em nível nacional. O Quadro de Monitoramento da Nova Agenda Urbana (seção 3.3.2) fornece os indicadores para essas categorias e temas.

Na seção de acompanhamento e revisão, o relatório deve descrever os mecanismos, ferramentas, estruturas e/ou metodologias que foram desenvolvidas por todos os níveis de governo e partes interessadas para monitorar e relatar a implementação da Nova Agenda Urbana. O relatório deve descrever os resultados alcançados, desafios vivenciados, lições aprendidas, melhores práticas e estudos de caso.

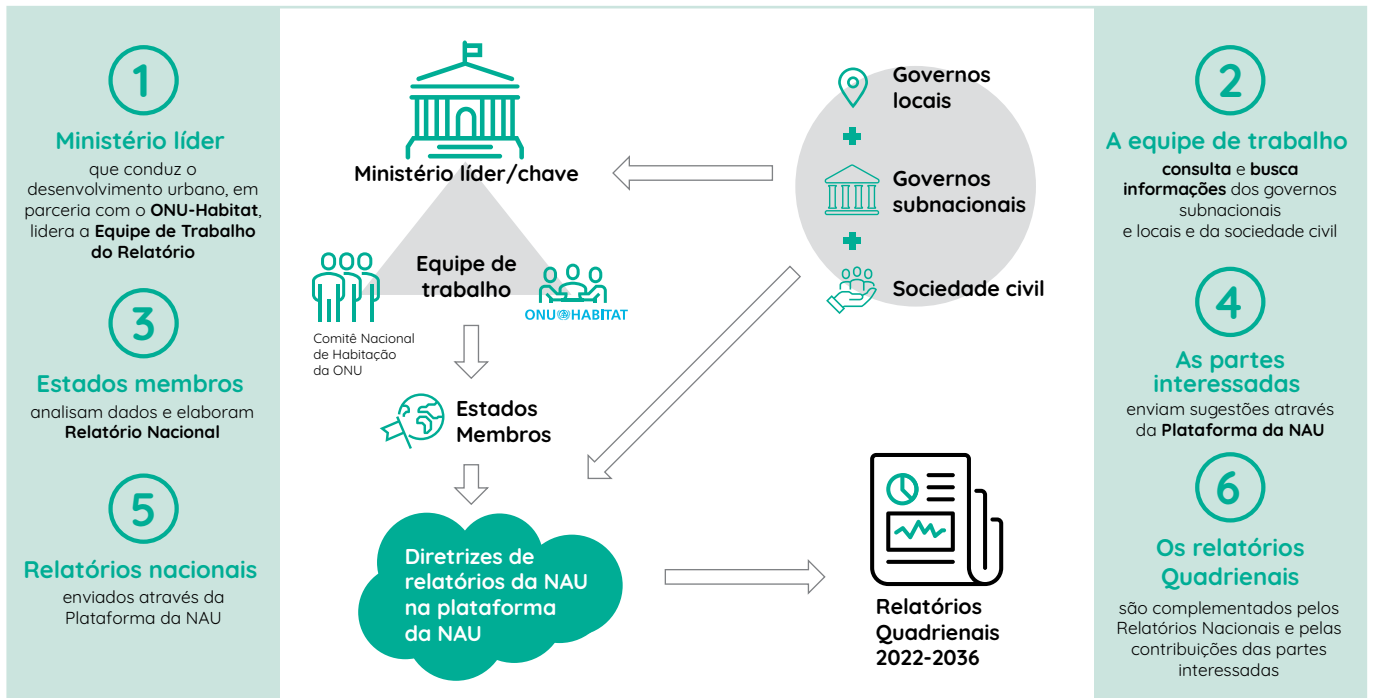
Embora se entenda que cada Estado Membro terá capacidades e metodologias variadas para medir o sucesso, os Relatórios Nacionais devem

incluir os indicadores quantitativos ou qualitativos especificados no Quadro de Monitoramento da Nova Agenda Urbana. Plataformas (de dados) de acesso público, links da web, mapas, tabelas e outras informações também devem ser incluídos como anexos do relatório, sempre que possível. Cada resposta deve incorporar a questão transversal da inclusão de mulheres e grupos vulneráveis (jovens, idosos, pessoas com deficiência e migrantes).

3.3.2 Quadro de monitoramento

Dados e estatísticas urbanos de linha de frente complementam a pesquisa e o conhecimento de políticas urbanas e apoiam o ONU-Habitat na influência dos compromissos estratégicos de políticas sobre o desenvolvimento urbano sustentável. A agência contribuiu para essa visão estabelecendo bancos de dados de indicadores urbanos, criando observatórios de dados urbanos em cidades globalmente e publicando relatórios urbanos baseados em dados e documentos de posicionamento. Para apoiar ainda mais os esforços para acompanhar o progresso da Nova Agenda Urbana, o ONU-Habitat desenvolveu o Quadro de Monitoramento da Nova Agenda Urbana.

Figura 41: Visão geral do procedimento de relatório de implementação da Nova Agenda Urbana



Compreendendo o quadro de monitoramento da Nova Agenda Urbana

O Quadro de Monitoramento da Nova Agenda Urbana fornece um conjunto de 78 indicadores que todos os governos e parceiros nacionais e locais podem usar para coletar dados comparáveis uniformemente para acompanhar o progresso na implementação dos compromissos da Nova Agenda Urbana. Este quadro é essencial para avaliar o impacto. Também permite que os moradores de uma cidade ou país responsabilizem os governos locais e nacionais pela implementação da Nova Agenda Urbana.

As complexidades do monitoramento das dimensões urbanas e o progresso nas cidades representam um desafio para muitos estatísticos e economistas. Alguns dos desafios incluem a falta de definições harmonizadas sobre cidades e áreas urbanas, variações na compreensão dos indicadores em ministérios e municípios, e

O ONU-Habitat trabalhou em estreita colaboração com as entidades do sistema das Nações Unidas e a Divisão de Estatística para criar uma abordagem adicional para projetar os relatórios sobre a implementação da Nova Agenda Urbana. De acordo com a resolução 71/235 da Assembleia Geral, o quadro de monitoramento deve ser usado em âmbito nacional e subnacional e orientará a elaboração de relatórios nacionais, relatórios municipais e o Relatório Quadrienal para a Assembleia Geral.

Na seção de acompanhamento e revisão, o relatório deve descrever os mecanismos, ferramentas, estruturas e/ou metodologias que foram desenvolvidas por todos os níveis de governo e partes interessadas para monitorar e relatar a implementação da Nova Agenda Urbana.

a necessidade de monitorar e acompanhar os resultados no nível da cidade, enquanto relatando o progresso em nível nacional. Alguns países também têm muitas cidades e centros, trazendo desafios em como a maioria efetivamente monitorá-los e reportá-los.

As complexidades de monitorar as dimensões urbanas e o progresso nas cidades representam um desafio metodológico para muitos estatísticos e economistas. Alguns dos desafios incluem a falta de definições harmonizadas sobre cidades e áreas urbanas, variações na compreensão dos indicadores entre ministérios e municípios e a necessidade de monitorar e acompanhar os resultados em nível de cidade, ao mesmo tempo em que relata o progresso em nível nacional. Alguns países também possuem muitas cidades e centros urbanos, resultando em mais desafios em como monitorá-los e reportá-los com mais eficácia.

Alinhamento com as dimensões urbanas dos ODS

O quadro foi projetado para contribuir diretamente para a compreensão e aprimoramento das dimensões urbanas dos indicadores relacionados aos ODS. A Nova Agenda Urbana reconhece os vínculos e sinergias eficazes entre o automonitoramento e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, para garantir a coerência em sua implementação **NAU 164** e monitoramento. Quase um terço dos indicadores do Quadro de Monitoramento refletem os indicadores dos ODS com foco urbano, permitindo assim que os Estados Membros e as cidades monitorem o progresso de uma forma que mantenha o alinhamento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Esse quadro se baseia no quadro de monitoramento dos ODS, incluindo componentes específicos da NAU que não são cobertos pelos indicadores existentes vinculados aos Objetivos e metas dos ODS. À medida que a NAU articula "o como", "com quem" e "os meios para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável",

O Quadro de Monitoramento da Nova Agenda Urbana inclui componentes específicos da NAU que não são cobertos pelos indicadores existentes vinculados aos Objetivos e metas dos ODS.



Ulaanbaatar, Mongólia © Michal Vit / Shutterstock.com

ele traz camadas adicionais de dimensões urbanas e vai além dos indicadores urbanos centrais dos ODS. É nesse contexto que o quadro preenche essa lacuna, pois quase metade dos indicadores do Quadro de Monitoramento da Nova Agenda Urbana são únicos. Muitos indicadores dos ODS também se concentram em medidas estatísticas quantitativas. O ONU-Habitat propôs várias medidas adicionais da Nova Agenda Urbana para equilibrar a integração de uma série de medidas qualitativas, quantitativas e espaciais para complementar os indicadores dos ODS.

3.3.3 Plataforma online da Agenda Urbana

Essa plataforma global e interativa facilitada pelo ONU-Habitat para compartilhamento de informações e relatórios sistemáticos será fundamental para reunir ações, melhores práticas, estudos de caso, lições aprendidas e outras contribuições valiosas dos Estados Membros e outros parceiros da Nova Agenda Urbana.

A Plataforma da Agenda Urbana é uma plataforma de rede global que reúne o sistema da ONU, governos nacionais, regionais e locais, setor privado, sociedade civil, academia e outras partes interessadas para facilitar o monitoramento, relatórios e compartilhamento de conhecimento sobre o progresso e, assim, acelerar a implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS. A Plataforma baseia-se na Plataforma Plano de Implementação de Quito, projetada pelo Habitat III, cujo conteúdo migrou para a Plataforma de Agenda Urbana.

A Plataforma responde à necessidade de melhorar o acesso e a troca de informações sobre os avanços na implementação da Nova Agenda Urbana, criando um espaço virtual de troca e análise de conhecimento. As principais lições estão surgindo em termos de inovação, sustentabilidade, eficiência e engajamento que precisam ser efetivamente aproveitadas, compartilhadas e aprendidas.

As Diretrizes para Relatórios e a Plataforma fornecerão a base necessária para a preparação do Relatório Quadrienal do Secretário-Geral da ONU sobre a Implementação da Nova Agenda Urbana em 2022 e além.

Quadro 23: Principais características da Plataforma da Agenda Urbana

1. **Relatórios Nacionais:** Um mecanismo de relatórios centralizado e virtual baseado nas Diretrizes de Relatórios acessíveis aos Estados Membros que facilitará a preparação dos Relatórios Nacionais.
2. **Gestão do conhecimento:** Aproveitando a experiência coletiva e o conhecimento dos parceiros, facilitará a geração e o compartilhamento de conhecimento em apoio à Nova Agenda Urbana e à implementação dos ODS.
 - a) **Dados Urbanos:** Vinculação à plataforma de banco de dados de Indicadores Urbanos Globais; fornecendo um mecanismo interativo para visualizar dados do progresso e demonstrar o impacto da implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS.
 - b) **Base de Dados de Melhores Práticas Urbanas:** Hospedagem e gestão de melhores práticas de diferentes esquemas de premiação, com funções avançadas de busca para incentivar o compartilhamento e a absorção de conhecimento. O banco de dados facilita o compartilhamento de descobertas inspiradoras e histórias de sucesso, demonstrando resultados e impactos e identificando práticas que podem ser ampliadas.
 - c) **Articulações com plataformas globais, regionais e temáticas de conhecimento:** para reforçar a colaboração e coerência das áreas temáticas e com plataformas globais e regionais desenvolvidas através do DEAS e das Comissões Regionais da ONU.
3. **Aprendizagem e Desenvolvimento de Capacidades:** Apoiar ações em nível de país baseadas em evidências para impacto através do desenvolvimento de capacidades e conhecimento de última geração com curadoria. Fornecendo um conjunto complementar de webnários, e-learning, workshops e suporte técnico e expandindo recursos e publicações.
4. **Ação de Compartilhamento:** Iniciativas compartilhadas por diferentes partes interessadas para relatar seu progresso na implementação da Nova Agenda Urbana.
5. **Engajamento e participação:** Acelerando as redes globalmente e promovendo uma comunidade global para ação coletiva por meio de podcasts, groups online, vídeos, eventos e muito mais.
6. **Promoção e Colaboração:** Aproveite as colaborações para ampliar a ação e a resposta coletiva.

3.4 O papel do ONU-Habitat na condução da Nova Agenda Urbana

As origens e as bases sobre as quais o ONU-Habitat foi fundado, seus primeiros vestígios remontam à década de 1940, mostram a evolução na forma organizacional e no foco temático que refletem as mudanças nas tendências urbanas, demográficas, ambientais, espaciais, socioeconômicas e de necessidades. Com o tempo, a agência expandiu seu escopo temático e ganhou relevância à medida que o mundo estava se urbanizando rapidamente e a maioria da população mundial residia cada vez mais em áreas urbanas.

Naturalmente, o processo que levou à adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Nova Agenda Urbana contou com o envolvimento da agência para garantir que o papel da urbanização no desenvolvimento sustentável se refletisse nas agendas globais pós-2015. Ao alcançá-las, a agência desenvolveu ferramentas normativas e de conhecimento fundamentais para apoiar a comunicação coerente e o monitoramento da implementação da Nova Agenda Urbana e dos componentes urbanos dos ODS. Isso foi descrito em detalhes na seção anterior.

De fato, como ponto central sobre urbanização sustentável e assentamentos humanos, o papel, mandato e conhecimento normativo e técnico do ONU-Habitat são reafirmados na Nova Agenda Urbana em vários parágrafos - **NAU 165;171**.

A seguinte seção fornece uma visão geral de duas grandes reuniões de partes interessadas organizadas pelo ONU-Habitat, respondendo ao parágrafo 167 da Nova Agenda Urbana para extrair das experiências e contribuições das plataformas de partes interessadas no monitoramento e relatórios sobre a Nova Agenda Urbana. Entendendo que há uma infinidade de iniciativas e eventos apoiando a Nova Agenda Urbana, esta seção em particular chama a atenção para a plataforma de promoção, conhecimento e de partes interessadas conhecida como Fórum Urbano

Mundial (seção 3.4.1) e a estrutura de governança da Assembleia Habitat (seção 3.4.2) e ONU-Habitat mais amplo, dado seu alcance e importância estratégica.

3.4.1 Assembleia do ONU-Habitat e estrutura de governança

Esta seção apresenta uma breve visão geral da estrutura de governança do ONU-Habitat e se concentra especificamente na Assembleia do ONU-Habitat, o principal órgão decisório da agência, dado seu papel integral na implementação da Nova Agenda Urbana.

Estrutura de governança do ONU-Habitat

A estrutura de governo do ONU-Habitat é composta por três órgãos decisórios; a Assembleia do ONU-Habitat, o Conselho Executivo e o Comitê de Representantes Permanentes. Juntos, esses três órgãos governamentais fortalecem a responsabilidade e a transparência do ONU-Habitat e fornecem um mecanismo de supervisão eficaz para aprimorar suas atividades normativas e operacionais.

Assembleia do ONU-Habitat

A Assembleia do ONU-Habitat é um órgão decisório de alto nível focado em assentamentos humanos sustentáveis e urbanização. É um órgão universal, composto pelos 193 Estados Membros das Nações Unidas, que se reúne a cada quatro anos na Sede do ONU-Habitat em Nairóbi. Reúne Estados Membros, outras agências da ONU, o setor privado, a sociedade civil, academia e outras partes interessadas urbanas.

A Assembleia do ONU-Habitat foi convocada após a Resolução 73/239 da Assembleia Geral da ONU, que dissolveu o Conselho de Governadores do ONU-Habitat como órgão subsidiário da Assembleia Geral. Servindo como o principal órgão de governo, o estabelecimento da Assembleia do ONU-Habitat teve como objetivo fortalecer a organização por meio de sua estrutura organizacional. Com isso, atende ao parágrafo 172 da Nova Agenda Urbana, que pedia a revisão da estrutura de governança do ONU-Habitat e a universalização da adesão a ele.

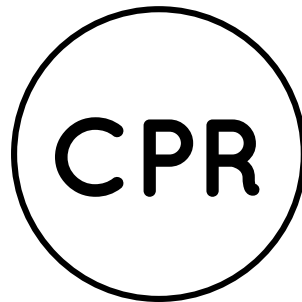
Figura 42: Estrutura de governança do ONU-Habitat

A Assembleia do ONU-Habitat



A Assembleia do ONU-Habitat é o principal órgão decisório. Possui membros governamentais universais e fornece a estrutura política e estratégica sob a qual o ONU-Habitat opera. Dedicar-se à promoção do desenvolvimento urbano sustentável e dos assentamentos humanos. A Assembleia do ONU-Habitat se reúne a cada quatro anos e se reporta à Assembleia Geral das Nações Unidas por meio do Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

O Comitê de Representantes Permanentes do ONU-Habitat (CPR)



O Comitê de Representantes Permanentes do ONU-Habitat (CPR), é composto por todos os Representantes Permanentes credenciados no Escritório das Nações Unidas em Nairóbi e se reúne bianualmente. O Comitê se reúne uma vez antes da Assembleia do ONU-Habitat para a preparação da sessão e uma segunda vez para uma reunião de revisão intermediária de alto nível.

Conselho Executivo



O Conselho Executivo é composto por 36 estados membros eleitos pela Assembleia do ONU-Habitat com representantes de todos os grupos regionais. O conselho se reúne três vezes ao ano para aumentar a supervisão dos Estados Membros das operações do ONU-Habitat.

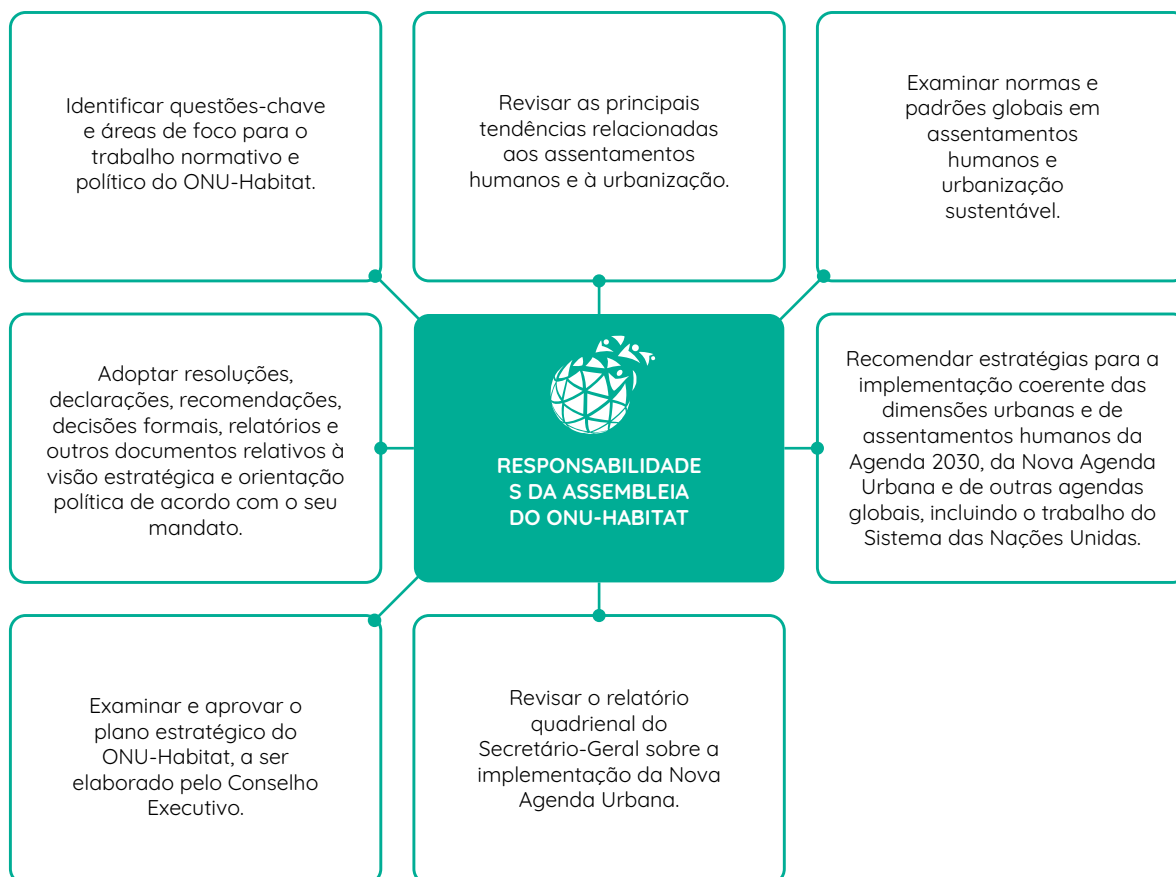
Responsabilidades da Assembleia do ONU-Habitat

A Assembleia do ONU-Habitat se reúne em Nairóbi por um período de cinco dias a cada quatro anos para assumir as seguintes responsabilidades:

Além disso, a Assembleia deve também assegurar o envolvimento ativo das autoridades locais e de outras partes interessadas na Assembleia, nos seus órgãos subsidiários e nas reuniões intersessões.

Responsabilidades da Assembleia do ONU-Habitat

A Assembleia do ONU-Habitat tem vínculos importantes com a Nova Agenda Urbana, pois esta plataforma de convocação será informada e simultaneamente informará o desenvolvimento do Relatório Quadrienal sobre o progresso e o impacto da Nova Agenda Urbana. A Assembleia desempenha um papel fundamental na validação e reforço das mensagens dos Relatórios Quadrienais com os resultados de seus diálogos, deliberações e eventos paralelos, fornecendo sementes para relatórios futuros.

Figura 43: Responsabilidades da Assembleia do ONU-Habitat

Além disso, a Assembleia representa um lugar apropriado para acompanhar as recomendações dos Relatórios Quadrienais anteriores e trazer à tona práticas inovadoras nas cidades e seu progresso na implementação da Nova Agenda Urbana para inspirar maior engajamento dos Estados Membros por meio de espaços de exposição e eventos específicos.

Da mesma forma, a Assembleia pode receber a sociedade civil para discutir a Nova Agenda Urbana e as conquistas dos ODS. As Assembleias Habitat futuras aconselharão a implementação dos ODS e da Nova Agenda Urbana. O calendário da Assembleia também foi alinhado para corresponder

ao processo quadrienal de revisão política abrangente.

Por fim, a Assembleia também proporcionará a oportunidade de mostrar ainda mais as aplicações da Plataforma da Nova Agenda Urbana (explicada na seção 3.3.3), contribuindo para a conscientização da necessidade de relatórios baseados em evidências de diferentes partes interessadas. A preparação do Relatório Quadrienal, portanto, se alimentará de uma infinidade de fontes e, em conjunto com muitos parceiros, garantirá um processo verdadeiramente inclusivo em uma abordagem baseada em sistemas para relatar a Nova Agenda Urbana.

A Assembleia representa um lugar apropriado para acompanhar as recomendações dos Relatórios Quadrienais anteriores e trazer à tona práticas inovadoras nas cidades e seu progresso na implementação da Nova Agenda Urbana.

3.4.2 O Fórum Urbano Mundial

O Fórum Urbano Mundial (FUM) é a maior plataforma do mundo para o diálogo sobre desenvolvimento urbano sustentável. É um fórum técnico não legislativo, convocado a cada dois anos pelo Diretor Executivo do ONU-Habitat. Estabelecido pelas Nações Unidas em 2001 com a Primeira Sessão do WUF em Nairobi, Quênia, em

2002, o Fórum examina a rápida urbanização e seu impacto nas comunidades, economias, mudanças climáticas e políticas relacionadas.

O FUM provou ser uma plataforma vital para aumentar a conscientização e o conhecimento do desenvolvimento urbano sustentável, aprimorando a implementação coordenada da Nova Agenda Urbana entre os atores urbanos, reconhecendo os diversos compromissos e ações para a Década de Ação do Secretário-Geral. Visa assegurar que o desenvolvimento urbano sustentável seja cada vez mais incorporado na agenda política e midiática global.

A Assembleia Geral da ONU reconhece o FUM como a principal arena global para interação entre formuladores de políticas, líderes de governos locais, organizações não governamentais e profissionais especializados no campo do desenvolvimento urbano sustentável e assentamentos humanos. Os especialistas incluem organizações comunitárias, profissionais, instituições de pesquisa e acadêmicos, setor privado, instituições e fundações de financiamento ao desenvolvimento, mídia, organizações da ONU e outras agências internacionais.

A Assembleia Geral da ONU reconhece o FUM como a principal arena global para interação entre formuladores de políticas, líderes de governos locais, organizações não governamentais e profissionais especializados no campo do desenvolvimento urbano sustentável.

O Fórum Urbano Mundial é a principal conferência do mundo para troca de pontos de vista e experiências sobre desafios e questões urbanas.

É a plataforma chave para discutir a implementação da Nova Agenda Urbana e as dimensões urbanas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Figura 44: Os Objetivos do Fórum Urbano Mundial



Figura 45: Cidades que sediaram o Fórum Urbano Mundial



O Fórum Urbano Mundial e a Nova Agenda Urbana

A natureza bienal do FUM permite que a plataforma seja uma ferramenta de promoção contínua, parceria e de conhecimento para uma implementação inclusiva e eficaz, com relatórios, acompanhamento e revisão da Nova Agenda Urbana e as dimensões urbanas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Sua participação, engajamento e promoção de alto nível, juntamente com formatos inovadores e mecanismos eficazes para captar insumos, garantem que os resultados promovam uma melhor implementação e acompanhamento da Nova Agenda Urbana e da estratégia e trabalho do ONU-Habitat.

Isso está de acordo com o parágrafo 167 da Nova Agenda Urbana, em que solicita que o relatório sobre a implementação da Nova Agenda Urbana incorpore as contribuições de organizações multilaterais, sociedade civil, setor privado e academia, e aproveite as plataformas e processos como o FUM.

Desde sua primeira sessão em Nairóbi em 2002, o Fórum foi realizado em diferentes cidades do mundo: Barcelona (2004), Vancouver (2006), Nanquim (2008), Rio de Janeiro (2010), Nápoles (2012), Medellín (2014), Kuala Lumpur (2018) e Abu Dhabi (2020). Devido à sua concordância com a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em 2016, a Oitava Sessão do FUM não foi convocada.

Os especialistas incluem organizações comunitárias, profissionais, instituições de pesquisa e acadêmicos, setor privado, instituições e fundações de financiamento ao desenvolvimento, mídia, organizações da ONU e outras agências internacionais.

Considerações

Nenhum país alcançou o status de renda média sem ser urbanizado. O mundo é mais de 50% urbano e até 2030, dois bilhões de habitantes se mudarão para as cidades. As cidades têm um grande impacto na prosperidade, inclusão e resiliência. 80% da atividade econômica global é gerada nelas. Cerca de 1 bilhão de moradores de favelas vivem no mundo em condições precárias e sem acesso a serviços básicos. A aglomeração urbana torna as populações cada vez mais vulneráveis a desastres naturais e choques sociais e econômicos.

A urbanização é um paradoxo. As cidades concentram prosperidade, pessoas pobres e risco. A proximidade causada pela aglomeração urbana é um motor para o desenvolvimento econômico, inovação e ideias de aumento da prosperidade e, ao mesmo tempo, a concentração espacial nas cidades aumenta a vulnerabilidade aos desastres naturais e impactos das mudanças climáticas, bem como os impactos de grandes crises econômicas ou sociais.

A Nova Agenda Urbana é a mais nova tentativa global de lidar com esse paradoxo. É um documento abrangente que engloba diferentes conceitos e setores sob um único guarda-chuva. Este manual ilustra todas essas ideias para definir sistematicamente uma abordagem de desenvolvimento urbano. Essa abordagem ajuda os tomadores de decisão em nível de cidade a desenvolver políticas espaciais que contribuam para assentamentos urbanos compactos e densos, onde todos os moradores tenham acesso a bons transportes e estejam próximos de atividades econômicas e empregos. Também orientará as cidades a fazer investimentos para criar empregos, promover a inovação, expandir os serviços e reduzir o custo de fazer negócios.

Usando a abordagem da Nova Agenda Urbana, as cidades podem avançar em direção à resiliência, integrando a gestão de risco no planejamento e desenvolvimento e substituindo uma cultura de construção pós-desastre por uma cultura de preparação e prevenção. Por fim, esta abordagem abrirá o caminho para a inclusão, melhorando o acesso aos serviços básicos, educação, habitação, transporte e cuidados de saúde para os moradores urbanos pobres.





Glossário

Economias de aglomeração – Aglomeração de serviços, famílias e recursos. A aglomeração permite que os trabalhadores vivam mais perto dos empregos e acessem oportunidades educacionais, e permite que as empresas acessem fornecedores, mercados consumidores e o mercado de trabalho. Através da aglomeração, a produtividade geral aumenta.

Código de construção – Códigos que ditam a forma e as especificações dos edifícios que podem ser construídos nas cidades. Os códigos podem regular os materiais utilizados, entrada e saída, normas de segurança e requisitos mínimos para a forma construída; eles também podem incluir padrões relativos à inspeção. O Conselho Internacional de Códigos define códigos de construção como "conjunto de leis, regulamentos, portarias (ou outros requisitos estatutários) adotados por uma autoridade legislativa governamental envolvida com a estrutura física e condições saudáveis de edifícios e locais de construção".

Planejamento de capital – Planejamento e orçamento para investimentos futuros em infraestrutura e outras despesas de capital. Os gastos de capital são pagamentos utilizados para adquirir ativos ou para melhorar a vida útil dos ativos existentes.

Charrette – Às vezes chamado de "charrette de design"; uma sessão de projeto colaborativo em que um grupo de principais interessados e tomadores de decisão colaboram no compartilhamento de informações, propostas iterativas de projeto, feedback e revisões para o desenvolvimento de projetos ou políticas urbanas complexas. Variando de dias a semanas, as sessões de trabalho charrette permitem que profissionais e partes interessadas identifiquem opções e rapidamente sugiram e julguem soluções. Para projetos que exigem participação do público, o método charrette é eficaz na gestão de um grande público, incentivando contribuições, produzindo feedback valioso e economizando meses de coordenação.

Adaptação às mudanças climáticas – de ações que preparam uma cidade para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. A adaptação pode ser definida como "ajuste em sistemas naturais ou humanos em resposta a estímulos climáticos reais ou esperados ou seus efeitos, que moderam danos ou exploram oportunidades benéficas".

Mitigação das mudanças climáticas – Conjunto de ações que visam desacelerar os impactos das mudanças climáticas por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa.

Resiliência às mudanças climáticas – Pode ser definida como a "capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a perigos de resistir, absorver, acomodar e se recuperar dos efeitos de um perigo de maneira adequada e eficiente, inclusive por meio da preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas essenciais". Refere-se às práticas sociais, econômicas e ambientais somativas que permitem que uma área urbana resista aos efeitos das mudanças nas condições, incluindo os efeitos das mudanças climáticas.

Indústrias criativas – Indústrias que participam da criação, produção e distribuição de conteúdo criativo, incluindo museus e coleções, artes cênicas, artes visuais e fotografia, cinema, TV e rádio, design, arquitetura, jornais e revistas, jogos, livros, produções digitais e novas mídias.

Patrimônio cultural – Definido pela UNESCO como "o legado de artefatos físicos e atributos intangíveis de um grupo ou sociedade que são herdados de gerações passadas, mantidos no presente e concedidos em benefício das gerações futuras". Esta definição inclui objetos, estruturas e edifícios, bem como o patrimônio cultural imaterial, que pode garantir a diversidade cultural das gerações futuras.

Densificação – Descreve a crescente densidade de pessoas que vivem em áreas urbanas. A densidade urbana pode ser medida pela densidade residencial, densidade populacional, densidade de emprego ou razão de área útil (RAU), entre outras medidas.

Serviços ecossistêmicos – Um método para entender e quantificar os benefícios para os seres humanos proporcionados por ecossistemas saudáveis. Os benefícios incluem a polinização natural das plantas, ar limpo, mitigação de condições climáticas extremas e bem-estar mental e físico humano, entre outros.

Equidade – Igualdade através do nivelamento do acesso a recursos políticos, sociais e econômicos. O Interaction Institute for Social Change define equidade como quando "todos os grupos têm acesso aos recursos e

oportunidades necessários para melhorar a qualidade de suas vidas", e como um resultado quando "as diferenças de vida não podem ser previstas com base em raça, classe ou outras dimensões de identidade".

Descentralização fiscal – A transferência da responsabilidade financeira dos governos centrais para as entidades locais, tornando-as responsáveis pelo financiamento e fornecimento de infraestruturas

Infraestrutura verde – Às vezes chamada de "infraestrutura verde de águas pluviais"; uma abordagem para gerenciar os impactos do clima úmido usando sistemas de plantas e solos que protegem, restauram ou imitam o ciclo natural da água e fornecem muitos outros benefícios à comunidade, como segurança da comunidade e melhorias na saúde e bem-estar.

Estoque habitacional – O número total de unidades habitacionais em uma área. O estoque habitacional pode ser descrito com base em características como número de unidades, idade das unidades, características arquitetônicas e tipologia, entre outras.

Habitação incremental – Fornece acesso a terrenos servidos e uma unidade central mínima, exigindo que os moradores construam e expandam por conta própria de acordo com padrões estabelecidos. A habitação incremental geralmente tem três fases: acesso à terra, construção do núcleo habitacional e realização de melhorias. Muitas famílias trabalham na melhoria e ampliação de suas casas ao longo de todo o ciclo familiar, primeiro para obter os padrões mínimos de tamanho e qualidade, e depois para acomodar mudanças na estrutura familiar ou obter renda de seu investimento na casa.

Desenvolvimento de preenchimento – Um método para regenerar cidades e áreas urbanas de baixa densidade, preenchendo áreas pouco desenvolvidas. Uma alternativa à construção para fora, o desenvolvimento do preenchimento refere-se à construção de novo parque habitacional e renovação do existente em áreas já desenvolvidas, e não em áreas novas.

Descentralização fiscal – A transferência da responsabilidade financeira dos governos centrais para as entidades locais, tornando-as responsáveis pelo financiamento e fornecimento de infraestruturas e serviços.

Assentamento informal – Condições de vida caracterizadas pela falta de acesso a serviços básicos, incluindo água potável ou saneamento, energia, coleta de lixo e transporte; baixa qualidade estrutural dos abrigos; descumprimento dos regulamentos de planejamento e construção; Superlotação; locais perigosos ou ambientalmente sensíveis; ou posse insegura. Assentamentos informais podem surgir como resultado da rápida urbanização. Eles podem ser formados em terrenos públicos ou privados de forma natural ou por meio de um corretor que organiza um grupo para ocupar um pedaço de terra.

Informalidade – Por vezes referida como informalidade urbana; muitas vezes atribuída a cidades pobres no sul global, às vezes é associada à ilegalidade e marginalização, e outras vezes associada à agência e criatividade dos moradores urbanos.

Internet das coisas (IoT) – Refere-se a bilhões de dispositivos físicos ("coisas" como sensores e dispositivos) que estão conectados à internet e estão coletando e compartilhando dados. A IoT é habilitada pela disponibilidade de chips de computador baratos e pela onipresença de redes sem fio, que permitem que as coisas comuniquem dados em tempo real sem interação ou intervenção humana.

Mecanismo de intervenção – Ferramentas e técnicas que podem ser usadas e ações específicas que as cidades e as partes interessadas podem realizar nas escalas nacional, subnacional e local para atingir seus objetivos. Os mecanismos de intervenção incluem métodos que as cidades podem usar para definir o escopo, planejar, financiar e implementar estratégias para alcançar os princípios e objetivos setoriais da Nova Agenda Urbana.

Joint venture – Modelo de parceria público-privada (PPP). As joint ventures são plataformas de cooperação do governo e de uma ou mais partes privadas no desenvolvimento e manutenção ou execução do projeto. Nelas, os setores público e privado compartilham riscos e recompensas. Elas são criadas através de várias estruturas institucionais e legais, como parcerias e sociedades.

Cadastro de terras – Um registro completo de partes de terra e suas dimensões, localização, propriedade, histórico de uso, contas legais e outras informações.

Glossário

Titulação da terra - Às vezes chamada de regularização de terra; um processo pelo qual a posse informal é integrada a um sistema reconhecido pelas autoridades públicas.

Planejamento do uso da terra - Leis que regem a propriedade, uso e desenvolvimento da terra. Historicamente, o ordenamento do território tem sido uma ferramenta para separar atividades incompatíveis para proteger os moradores de usos nocivos adjacentes, como atividades industriais ou agrícolas identificadas como "incômodas" e para tornar mais eficiente o arranjo espacial da cidade.

Captura de valor da terra - Também conhecida como captura de valor (CV); um termo abrangente que inclui políticas que se concentram em capturar uma porcentagem do aumento no valor da terra resultante de investimentos em infraestrutura pública ou do crescimento da população urbana.

Grupos marginalizados - Grupos considerados marginalizados incluem mulheres, crianças, pessoas LGBTQ+, pessoas com deficiência, idosos, pessoas com HIV/AIDS e outras doenças crônicas, pessoas em situação de rua ou ocupantes de moradias informais, refugiados ou novos migrantes. Esses grupos têm necessidades diferentes, e os governos municipais são obrigados a fornecer uma série de serviços para atender às necessidades desses vários grupos, além de projetar programas e ofertas sociais em torno dessas necessidades. "Planejar a partir das margens" é um princípio que significa que todos os moradores se beneficiam quando as necessidades das populações marginalizadas estão centradas.

Plano diretor - Uma estratégia de longo prazo que constrói uma conexão entre edifícios, ambientes sociais, atividades econômicas, geografia, caracterização e cultura, para orientar o crescimento futuro de uma cidade. O plano diretor serve como uma estrutura de alto nível para o projeto e planejamento urbano e forma a base para os regulamentos locais de uso da terra e as leis de zoneamento que garantem que o desenvolvimento urbano seja consistente com os objetivos e políticas da comunidade expressos no plano diretor.

Micromobilidade - Dispositivos de transporte pequenos e leves, como bicicletas, bicicletas elétricas, patinetes elétricos, skates e bicicletas compartilhadas, que permitem viagens de curta distância. Às vezes usado para se conectar a outros meios de transporte. A micromobilidade é celebrada por criar conectividade com o transporte público, reduzindo a dependência de carros particulares, fazendo uso eficiente do espaço público existente e reduzindo as emissões de GEE.

Desenvolvimento de uso misto - Incorpora dois ou mais usos diferentes como residencial, comercial, cultural, institucional e industrial em um único empreendimento imobiliário, espaço, corredor comercial ou bairro. O desenvolvimento de uso misto pode ser implementado por meio de preenchimento, nova construção ou uma combinação dos dois.

Forma monocêntrica - Um padrão de desenvolvimento urbano onde uma cidade está centrada em torno de um único centro comercial e de emprego. Isso pode reduzir a qualidade de vida e a eficiência e causar congestionamento. Veja também forma policêntrica.

Orçamento participativo - Processo deliberativo no qual os membros da comunidade decidem como gastar parte de um orçamento público.

Planejamento participativo - Processo de planejamento urbano que envolve toda a comunidade nos processos estratégicos e de gestão do planejamento urbano, com atenção especial ao envolvimento de grupos marginalizados. O planejamento participativo visa alcançar a adesão da comunidade e evitar conflitos entre os grupos. Ele deve ser orientado para o aprendizado e deve promover a responsabilidade mútua entre a comunidade e os funcionários públicos para garantir a participação contínua das partes interessadas, que devem ser envolvidas em vários níveis e estágios do processo de planejamento, incluindo validação.

Áreas periurbanas – Áreas periféricas às áreas urbanas, incluindo áreas anteriormente rurais que estão em processo de urbanização e estão dentro da área de abrangência econômica e social de uma cidade. Às vezes chamada de zona de transição rural-urbana.

Forma policêntrica – Um padrão de desenvolvimento urbano onde uma cidade está em torno de vários grandes centros de emprego, em vez de um único centro comercial e de emprego. Veja também forma monocêntrica.

Densidade populacional – Razão entre a população e a área total de terra de uma cidade ou bairro.

Parceria público-privada (PPP) – Instrumento de financiamento que pode ser utilizado para o desenvolvimento urbano quando o setor público carece de recursos financeiros ou de capacidade institucional e humana. Em uma PPP, o setor público compartilha os riscos e benefícios dos projetos de regeneração urbana com o setor privado. Elas podem ser estruturadas na forma de concessão (contratual), joint ventures de renda mista (institucionalizadas), ou podem cair entre os dois modelos. Veja também joint venture.

Cidade secundária – Um termo usado para se referir ao segundo nível na hierarquia das cidades. As cidades secundárias podem ser consideradas de segundo nível com base na população, tamanho, função e status econômico, bem como sua relação com cidades vizinhas ou distantes e seu status socioeconômico.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que formam a base da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que foi adotada por todos os Estados Membros das Nações Unidas em 2015. Os ODS fornecem um plano compartilhado para paz e prosperidade para as pessoas e o planeta.

Cidades inteligentes – Definidas pela International Data Corporation (IDC) como desenvolvimento que usa investimentos em tecnologia em uma cidade inteira, plataformas comuns que aumentam a eficiência, dados compartilhados entre sistemas e investimentos em TI vinculados a missões inteligentes.

Capital social – Relações sociais que contribuem para o bem-estar e a produtividade individual e coletiva. O capital social refere-se ao valor das redes sociais, vínculos e confiança.

Capital espacial – Refere-se ao quanto a forma de um layout urbano é propícia à provisão de bens públicos e interações sociais. A conectividade e a densidade das capitais de grande espaço permitem a localização ideal de serviços, como educação, saúde, recreação, segurança e proteção. Nessas cidades, o capital espacial redefine a relação entre o público e o privado, criando um desenvolvimento mais harmonioso.

Parte interessada – Pessoas, grupos, comunidades, agências e outras unidades organizadas que são impactadas por uma determinada questão ou projeto.

Conectividade de transporte público – Um indicador da capacidade de um usuário de usar mais de um sistema de transporte público para uma única viagem. A “boa” conectividade reduz o tempo de viagem, torna as conexões mais confiáveis e garante que as transferências e pagamentos sejam fáceis e seguros. A conectividade “ruim” cria barreiras para que as pessoas se desloquem para a escola, trabalho, casa, compras e centros governamentais de maneira eficiente e acessível.

Desenvolvimento orientado para o trânsito (TOD) – Definido pelo Transit Oriented Development Institute como “a criação de comunidades compactas, que priorizam a caminhada e são orientadas para pedestres ou de uso misto, centradas em sistemas de trens de qualidade”.

Upzoning – Uma ferramenta que permite que um desenvolvedor do setor privado aumente o desenvolvimento máximo permitido em um área em troca de fundos ou metas de política definidas. Por meio do “upzoneamento”, as cidades podem permitir o desenvolvimento em zonas restritas, uso de terra de maior densidade ou maior valor (por exemplo, de industrial a residencial ou comercial).

Glossário

Limite de crescimento urbano – Um limite geográfico de até onde as cidades podem se expandir, criado para proteger a terra natural, agrícola ou aberta ao redor da cidade.

Efeito ilha de calor urbano – Descreve áreas desenvolvidas que são mais quentes que as áreas rurais próximas, ou bairros específicos que são mais quentes que o resto de uma cidade. As ilhas de calor podem resultar em picos de demanda de energia no verão, altos custos de ar condicionado, poluição do ar, altas emissões de GEE, doenças e mortalidade relacionadas ao calor e poluição da água.

Expansão urbana – Também chamada de expansão suburbana; a rápida expansão da extensão geográfica dos assentamentos urbanos, caracterizados por habitações de baixa densidade. Ela pode ser causada pela necessidade de acomodar uma população urbana crescente ou pelo desejo de aumentar o espaço de moradia e outras unidades residenciais. Geralmente é mais caro financiar e construir infraestrutura e conectar moradores individuais a centros de emprego e serviços essenciais em cidades de baixa densidade e expansão.

Cadeia de valor – Um conceito de gestão de negócios que se refere a toda a gama de atividades que estão envolvidas em um produto ou serviço desde a concepção até a entrega.

Zoneamento – O alicerce da regulamentação do desenho urbano que não só regula o uso da terra, mas também determina a densidade e a altura das estruturas construídas. O zoneamento pode delinear limitações físicas, incluindo recuos, fachadas, espaços abertos e requisitos de estacionamento, que são ferramentas essenciais do projeto urbano para moldar a forma construída.

Sobreposição de zoneamento – Fornece controle mais especializado para características específicas do terreno, como vegetação, patrimônio ou edifícios. Exemplos de sobreposições de zoneamento incluem sobreposições de patrimônio e proteção de caráter de bairro, sobreposições ambientais e paisagísticas que protegem recursos naturais e sobreposições de gerenciamento de terras que ajudam a proteger terras agrícolas ou cultiváveis valiosas em risco de urbanização.





Referências

- 100 Resilient Cities (2016). *How to Develop a Resilience Strategy*. Acessado em 18 de dezembro de 2019.
- Abas, M.A., e Wee, S.T. (2014). The issues of policy implementation on solid waste management in Malaysia. *International Journal of Conception on Management and Social Sciences*, vol., 2 n.º. 3, p. 12–17.
- Abreu-Lastra, Raúl, e outros (2011). *Housing Finance in Mexico: Current State and Future Sustainability*. IDB Working Paper, No. IDB-TN-287. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Ackom, E.K., e outros (2015). Electricity (in) accessibility to the urban poor in developing countries. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Energy and Environment*, vol. 4, n.º. 4, p. 339–353.
- Ahmed, T., e outros (2007). Review and analysis of current solid waste management situation in urban areas of Pakistan. *Proceedings of the International Conference on Sustainable Solid Waste Management*, vol. 8, (Setembro), p. 36.
- Akkoyunlu, S. (2015). The potential of rural-urban linkages for sustainable development and trade. *International Journal of Sustainable Development & World Policy*, vol. 4, n.º. 2, p. 20–40.
- Aldana, Gloria, Richard G. Newell e Daniel Raimi (2019). *Global Energy Outlook 2019: The Next Generation of Energy*. Washington, D.C.: Resources for the Future.
- Amirtahmasebi, Rana, e outros (2016). *Regenerating Urban Land: A Practitioner's Guide to Leveraging Private Investment*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Andersson, F., S. Burgess e J.I. Lane (2007). Cities, matching and the productivity gains of agglomeration. *Journal of Urban Economics*, vol. 61, n.º. 1, p. 112–128.
- Angel, Shlomo (2012). *Planet of Cities*. Cambridge, Massachusetts: Lincoln Institute of Land Policy.
- Angel, Shlomo (2012). *Planet of Cities*. Cambridge, Massachusetts: Lincoln Institute of Land Policy. _____ (2018). *The New Urban Peripheries, 1990–2014: Selected Findings from a Global Sample of Cities*. Working Paper, n.º. 40 (Junho). Nova York: NYU Marron Institute of Urban Management.
- Arfvidsson, H., e outros (2017). Engaging with and measuring informality in the proposed Urban Sustainable Development Goal. *African Geographical Review*, vol. 36, n.º. 1, p. 100–114.
- Arup e Ellen MacArthur Foundation (2019). *Circular Economies in Cities: Planning for Compact, Connected Cities*. Cowes, Reino Unido: Ellen MacArthur Foundation.
- Augustinraj, Rajah, e outros (2018). *Why Countries Need New Job Creation Strategies*. Boston Consulting Group, 11 de maio. Disponível em: <https://www.bcg.com/publications/2018/new-globalization-why-countries-need-new-job-creation-strategies.aspx>.
- Avis, W. R. (2016). *Urban Governance (Topic Guide)*. Birmingham, Reino Unido: GSDRC, Universidade de Birmingham. Disponível em: https://gsdrc.org/wp-content/uploads/2016/11/UrbanGov_GSDRC.pdf
- Avlonitis, Georgina e outros (2012). *Local biodiversity strategy and action plan guidelines: an aid to municipal planning and biodiversity conservation*. Bonn: ICLEI – Governos Locais para a Sustentabilidade; Tóquio: Instituto de Estudos Avançados da Universidade das Nações Unidas; Montreal: Secretaria da Convenção sobre Diversidade Biológica.
- Bakalian, Alexander E. e outros (2013). *Harnessing urbanization to end poverty and boost prosperity in Africa: an action agenda for transformation*. Africa region sustainable development series. Washington D.C.: Banco Mundial.
- Beatley, T. e S.M. Wheeler, eds. (2014). *Sustainable urban development reader*. Nova York: Routledge.

Bennett, B., J.C. Buzby e R.J. Hodges (2011). Postharvest losses and waste in developed and less developed countries: opportunities to improve resource use. *Journal of Agricultural Science*, vol. 149, nº. S1, p. 37–45.

Bertaud, A. (2004). *The spatial organization of cities: deliberate outcome or unforeseen consequence?* Washington, D.C.: Banco Mundial.

Bhada-Tata, Perinaz, e outros (2018). *What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050*. Urban Development series. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Bonet, Florence, Joann Vanek e Martha Chen (2019). *Women and Men in the Informal Economy – A Statistical Brief*. Manchester, Reino Unido: WIEGO.

Borelli, Simone, e outros (2016). *Guidelines on urban and peri-urban forestry*. FAO Forestry Paper, nº. 178. Roma: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Borrero Ochoa, Oscar (2011). *Betterment Levy in Colombia: Relevance, Procedures, and Social Acceptability*. Cambridge, Massachusetts: Lincoln Institute of Land Policy. Instituto Lincoln de Políticas da Terra.

Bourdic, Loeiz, Marco Kamiya e Serge Salat (2017). *Economic Foundations for Sustainable Urbanization: A Study on Three-Pronged Approach*. Nairobi: Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

Bouzarovski, Stephan (2014). *Energy poverty in the European Union: landscapes of vulnerability*. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Energy and Environment*, vol. 3, nº. 3, p. 276–289.

Brikké, F., e K. Vairavamoorthy (2016). *Managing change to implement integrated urban water management in African cities*. *Aquatic Procedia*, vol. 6, p. 3–14.

Bult-Spiering, Mirjam, e Geert Dewulf (2006). *Strategic Issues in Public-Private Partnerships: An International Perspective*. Oxford, Reino Unido: Wiley-Blackwell.

Caccia, Lara e Luísa Zottis (2015). *How Affordable Housing and TOD Are Coming Together in Brazil*. *TheCityFix*, 1º de julho. Disponível em: <https://thecityfix.com/blog/nossa-cidade-how-affordable-housing-tod-coming-together-brazil-luisa-zottis-lara-caccia>.

Capodaglio, A. (2017). *Integrated, decentralized wastewater management for resource recovery in rural and peri-urban areas*. *Resources*, vol. 6, nº. 2, p. 22.

Castaneda Aguilar, R. Andres, e outros (2020). *The impact of COVID-19 (Coronavirus) on global poverty: Why Sub-Saharan Africamight be the region hardest hit*. *World Bank Blogs*, 20 de abril. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/impact-covid-19-coronavirus-global-poverty-why-sub-saharan-africa-might-be-region-hardest>.

Cervero, R. (2011). *State roles in providing affordable mass transport services for low-income residents*. Documento de discussão do Fórum Internacional de Transportes. Leipzig, maio.

_____ (2013). *Linking urban transport and land use in developing countries*. *Journal of Transport and Land Use*, vol. 6, nº. 1, p. 7–24.

_____ (2016). *Public transport and sustainable urbanism: global lessons*. In *Transit Oriented Development: Making it Happen*, Carey Curtis, John L. Renne and Luca Bertolini, eds. (p. 43-56). Abingdon: Routledge.

Chant, S. (2013). *Cities through a "gender lens": a golden "urban age" for women in the global South?* *Environment and Urbanization*, vol. 25, nº. 1, p. 9–29.

Chauvin, J.P., e outros (2017). *What is different about urbanization in rich and poor countries? Cities in Brazil, China, India and the United States*. *Journal of Urban Economics*, vol. 98, p.17–49.

Referências

- Chen, G., Chaolin Gu e Fulong Wu (2004). Spatial analysis of urban poverty in Nanjing. *Scientia Geographica Sinica*, vol. 24, n.º. 5, p. 542–549.
- Chen, J., e outros (2016). Spatial determinants of urban land expansion in globalizing Nanjing, China. *Sustainability*, vol. 8, n.º. 9, p. 868.
- Cheung-Ming Chang, Alfred, e Cao Ting (2015). Age-Friendly Neighbourhoods as Civic Participation. *Journal of Social Work Practice*, vol. 29, p. 53–68.
- Chunyan, W. (2011). The study on social integration status of migrant workers and countermeasures. *Energy Procedia*, vol. 5, p. 2082–2086.
- Cineas, Grace, e others (2017). *Cities in Europe and Central Asia: a shifting story of urban growth and decline*. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial.
- Aliança de Cidades e ONU-Habitat (2014). *The Evolution of National Urban Policies: A Global Overview*. Nairóbi: ONU-Habitat.
- Cidades sem Fome (2018). *Jobs, Income, Providing Food: Everything Starts with a Garden*. Disponível em <https://cidadessemfome.org/en/>.
- Cidade de Los Angeles (2019). *L.A.'s Green New Deal: Sustainable City pLAn*. Los Angeles.
- Cidade de Nova York (2017). *Housing New York 2.0*. Nova York.
- Convenção sobre Diversidade Biológica (n.d.). What is an NBSAP? Disponível em <https://www.cbd.int/nbsap/introduction.shtml>. Acesso em 29 de julho de 2019.
- Corfee-Morlot, J., B. Guay, e K. Larsen (2009). *Financing Climate Change Mitigation*. Paris: OECD/IEA.
- Dandapani, Swetha (2017). Unpaid and Undervalued, How India's Waste Pickers Fight Apathy to Keep Our Cities Clean. *The News Minute*, 30 de novembro.
- De Miranda, Flavio (2016). *From Informal to Providers: A São Paulo State Perspective for Waste Pickers at Brazilian Solid Waste Policy*. Agência Ambiental do Estado de São Paulo, apresentação para o Workshop Internacional sobre Responsabilidade Estendida do Produtor na Índia. Nova Deli, maio. Disponível em http://www.oecd.org/environment/waste/Session_2-Part_1-From-informal-to-providers-Flavio-de-Miranda-Ribeiro-CETESB-Brazil.pdf.
- Down to Earth (2016). 78% of Sewage Generated in India Remains Untreated, 6 de abril. Disponível em <https://www.downtoearth.org.in/news/waste/-78-of-sewage-generated-in-india-remains-untreated--53444>.
- Dutton, M., C. Lindsay e R.W. McQuaid (2007). New approaches to employability in the UK: combining 'Human Capital Development' and 'Work First' strategies? *Journal of Social Policy*, vol. 36, n.º. 4, p. 539–560.
- Edenhofer, O., e others, eds. (2011). *Renewable energy sources and climate change mitigation: Special report of the intergovernmental panel on climate change*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Ellis, Peter, e Mark Roberts (2016). *Leveraging Urbanization in South Asia: Managing Spatial Transformation for Prosperity and Livability*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Eparque Urban Strategies (2019). *Draft Local Assessment Report: Cape Coast*.
- Eparque Urban Strategies (2019). *Draft Local Assessment Report: Agona Swedru*.
- Ezquiaga Arquitectura, Sociedad y Territorio S.L. (2015). *The Experience of Latin America and the Caribbean in Urbanization: Knowledge Sharing Forum on Development Experiences: Comparative Experiences of Korea and Latin America and the Caribbean*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- Fan, Y., e N. Tilahun (2014). Transit and job accessibility: an empirical study of access to competitive clusters and regional growth strategies for enhancing transit accessibility. *Transport Policy*, vol. 33, p. 17–25.

Farvacque-Vitkovic, Catherine, e Mihaly Kopanyi (2014). *Municipal Finances: A Handbook for Local Governments*. Washington, D.C.: Banco Mundial.

FEMA (2005). *Integrating Historic Property and Cultural Resource Considerations Into Hazard Mitigation Planning: State and Local Mitigation Planning how-to guide*. Washington, D.C.: Agência Federal de Gerenciamento de Emergências (FEMA).

Ferreira, Maria Marta, e Mark Roberts (2018). *Raising the Bar for Productive Cities in Latin America and the Caribbean*. Latin America and Caribbean Studies. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Field, C. B., e others, eds. (2012). *Managing the risks of extreme events and disasters to advance climate change adaptation: special report of the intergovernmental panel on climate change*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

Folorunsho, R., e outros (2009). *Framework for city climate risk assessment*. Artigo apresentado no Quinto Simpósio Urban Research. Marselha, junho.

Forman, A. (2014). *Caution Ahead: Overdue Investments for New York's Aging Infrastructure*. Nova York: Center for an Urban Future.

Foster, Vivien, e Cecilia Briceno-Garmendia (2010). *Africa's Infrastructure: A Time for Transformation*. Fórum de Desenvolvimento da África. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Fox, Catherine J. (2005). *Tripartite Partnerships: Recognizing the Third Sector*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Frese, M., e outros (2011). *Human capital and entrepreneurial success: A meta-analytical review*. *Journal of Business Venturing*, vol. 26, nº. 3, p. 341–358.

Garemo, Nicklas, e outros (2016). *Bridging global infrastructure gaps*. Nova York: McKinsey & Company.

Gebhardt, Dick (2014). *Building Inclusive Cities: Challenges in the Multilevel Governance of Immigrant Integration in Europe*. Washington, D.C.: Instituto de Políticas de Migração.

Ghosh, S.K. (2016). *Swachhaa Bharat Mission (SBM) – a paradigm shift in waste management and cleanliness in India*. *Procedia Environmental Sciences*, vol. 35, p. 15–27.

Gill, Maninder, and Anna Wellenstein (2019). *Making Infrastructure Work for Both Women and Men*. World Bank Blog, 28 de agosto. Disponível em <https://blogs.worldbank.org/voices/making-infrastructure-work-both-women-and-men>.

GIZ (2012). *Financing Local Infrastructure – Linking Local Governments and Financial Markets*. Bonn: GIZ.

Glaeser, E.L., e W. Xiong (2017). *Urban productivity in the developing world*. *Oxford Review of Economic Policy*, vol. 33, nº. 3, p. 373–404.

Aliança Global de Catadores (n.d.). *Stats: Waste pickers Around the World (WAW)*. Disponível em <https://globalrec.org/waw/stats/?continent=all>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

Centro Global de Adaptação e Instituto de Recursos Mundiais (2019). *Adapt Now: A Global Call for Leadership on Climate Resilience*. Rotterdam: Global Center on Adaptation; Washington, D.C.: Instituto de Recursos Mundiais. Disponível em https://cdn.gca.org/assets/2019-09/Global-Commission_Report_FINAL.pdf. Acesso em outubro de 2019.

Parceria Mundial pela Água (2011). *What is IWRM?* 12 de julho. Disponível em <https://www.gwp.org/en/GWP-CEE/about/why/what-is-iwrm/>. Acesso em 19 de setembro de 2019.

Goel, R., e S.K. Guttikunda (2013). *Health impacts of particulate pollution in a megacity—Delhi, India*. *Environmental Development*, vol. 6, p. 8–20.

Goldin, Nicole (2016). *A tale of twin demographics: Youth in cities*. World Bank Blogs, 20 de outubro. Disponível em <https://blogs.worldbank.org/jobs/tale-twin-demographics-youth-cities>.

Goswami, Arti Grover e Somik V. Lall (2016). *Jobs in the City: Explaining Urban Spatial Structure in Kampala*.

Referências

- Policy Research Working Paper, n.º. 7655. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Graham, D.J., P.C. Melo e R.B. Noland (2009). A meta-analysis of estimates of urban agglomeration economies. *Regional Science and Urban Economics*, vol. 39, n.º. 3, p. 332–342.
- Grannis, J. (2011). *Adaptation Tool Kit: Sea-Level Rise and Coastal Land Use: How Governments Can Use Land-Use Practices to Adapt to Sea-Level Rise*. Washington, D.C.: Centro Climático de Georgetown.
- Autoridade da Grande Londres (2018). Zero carbon London: A 1.5°C compatible plan. Acesso em 29 de julho de 2019. Londres.
- Greene, Margarita, e Eduardo Rojas (2010). Incremental Construction: A Strategy to Facilitate Access to Housing. *Environment & Urbanization*, vol. 20, n.º. 1, p. 89–108.
- Grengs, J. (2002). Community-based planning as a source of political change: The transit equity movement of Los Angeles' Bus Riders Union. *Journal of the American Planning Association*, vol. 68, n.º. 2, p. 165–178.
- Grover, A., e Somik V. Lall (2015). Jobs and land use within cities: a survey of theory, evidence, and policy. Policy Research Working Paper, n.º. 7453. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- _____ and R.B. Singh (2015). Sustainable Urban Environment in Delhi Mega City: Emerging Problems and Prospects for Innovative Solutions. UN-Habitat Brief for GSDR.
- Haines, A., e outros (2007). A global perspective on energy: health effects and injustices. *The Lancet*, vol. 370, n.º. 9591, p. 965–978.
- Hernandez, D.O. e H. Titheridge (2016). Mobilities of the periphery: Informality, access and social exclusion in the urban fringe in Colombia. *Journal of Transport Geography*, vol. 55, p. 152–164.
- Herst, Rebecca e David L. Levy (2018). Financing Climate Resilience: Mobilizing Resources and Incentives to Protect Boston from Climate Risks. Boston: Sustainable Solutions Lab, UMass Boston.
- Hommann, Kirsten, e Somik V. Lall (2019). Which Way to Livable and Productive Cities? A Road Map for Sub-Saharan Africa. International Development in Focus series. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Hong, Yuhung, e others (2015). Financing transit-oriented development with land values: adapting land value capture in developing countries – overview. Urban Development series. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial.
- Hoverter, Sara P. (2012). *Adapting to Urban Heat: A Tool Kit for Local Governments*. Washington, D.C.: Georgetown Climate Center.
- Huang, C.-W., R.I. McDonald e K.C. Seto (2018). The importance of land governance for biodiversity conservation in an era of global urban expansion. *Landscape and Urban Planning*, vol. 173, p. 44–50.
- Hughes, K., e E. Wickeri (2010). A Home in the City: Women's Struggle to Secure Adequate Housing in Urban Tanzania. *Fordham International Law Journal*, vol. 34, p. 788.
- Inchauste, Gabriela, e outros (2018). *Living and Leaving, Housing, Mobility and Welfare in the European Union*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Institute for Local Self-Reliance (2002). *Recycling Means Business*, 1º de fevereiro. Disponível em <https://ilsr.org/recycling-means-business/>.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (2011). IDB to Support Expansion of CEMEX Microfinance Program for Low-Income Families. Notícia. 28 de junho. Disponível em <https://www.iadb.org/en/news/idb-support-expansion-cemex-microfinance-program-low-income-families>
- Conselho Internacional de Ciência (ICSU), (2017) *A Guide to SDG Interactions: From Science to Implementation*, Griggs D.J., Nilsson M., Stevance A., McCollum, eds. Paris
- IRENA (2016). *Renewable Energy in Cities*. Abu Dhabi: Agência Internacional de Energia Renovável.

_____ (2018). *Scaling Up Renewables in Cities: Opportunities for Municipal Governments*. Abu Dhabi: Agência Internacional de Energia Renovável.

_____ (2019). *Climate Change and Renewable Energy: National Policies and the Role of Communities, Cities and Regions*. Abu Dhabi: Agência Internacional de Energia Renovável.

Jacobs, Jane (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. Nova York: Random House.

Jones, C., e D.M. Kammen (2014). Spatial distribution of US household carbon footprints reveals suburbanization undermines greenhouse gas benefits of urban population density. *Environmental Science & Technology*, vol. 48, nº. 2, p. 895–902.

Kahn, Carrie (2015). In Panama, Restoring Streets And Reforming Gangs At The Same Time. National Public Radio, 18 de abril. Disponível em <https://www.npr.org/sections/parallels/2015/04/18/400573672/in-panama-restoringstreets-and-street-gangs-at-the-same-time>.

Kinossian, N. (2018). Planning strategies and practices in non-core regions: a critical response. *European Planning Studies*, vol. 26, nº. 22, p. 365–375.

Korsu, E., e S. Wenglenski (2010). Job accessibility, residential segregation and risk of long-term unemployment in the Paris region. *Urban Studies*, vol. 47, nº. 11, p. 2279–2324.

Kuah, Adrian T. H. (2002). Cluster Theory and Practice: Advantages for the Small Business Locating in a Vibrant Cluster. *Journal of Research in Marketing and Entrepreneurship*, vol. 4, nº. 3, p. 206–28.

Lah, T.J., e S. Park (2015). Analyzing the success of the volume-based waste fee system in South Korea. *Waste Management*, vol. 43, p. 533–538.

LEED (n.d.). *Why LEED. Leadership in Energy and Environmental Design (LEED)*. Disponível em <https://www.usgbc.org/leed/why-leed>.

Litman, Todd (2015). Smart Planning for Economic Opportunity. Planetizen, 20 de agosto. Disponível em <https://www.planetizen.com/node/80431/smart-planning-economic-oportunidade>.

Lozano-Gracia, Nancy, Alexandra Panman e Taimur Samad (2012). *Colombia Urbanization Review: Amplifying the Gains from the Urban Transition*. Directions in Development series. Washington, DC: Banco Mundial.

Mabala, R., e C. Tacoli (2010). Exploring mobility and migration in the context of rural–urban linkages: why gender and generation matter. *Environment and Urbanization*, vol. 22, nº. 2, p. 389–395.

Maestas, N., K.J. Mullen e D. Powell (2016). The effect of population aging on economic growth, the labor force and productivity. Working Paper nº. w22452. Santa Mônica: RAND Corporation.

Maimbo, S.M., e D. Ratha, eds. (2005). *Remittances: Development impact and future prospects*. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Making Cents International (2015). *Cities of Opportunity: Drivers and Priorities for Urban Youth Economic Inclusion*. Washington, D.C.: Making Cents International.

Martin, R., e P. Sunley (2003). Deconstructing clusters: chaotic concept or policy panacea? *Journal of Economic Geography*, vol. 3, nº. 1, p. 5–35.

Massoud, M.A., J.A. Nasr e A. Tarhini (2009). Decentralized approaches to wastewater treatment and management: applicability in developing countries. *Journal of Environmental Management*, vol. 90, nº. 1, p. 652–659.

McKinsey Global Institute (2017). *Jobs Lost, Jobs Gained: Workforce Transitions in a Time of Automation*. Nova York: McKinsey & Company.

Meaux, A., e W. Osofisan (2016). A review of context analysis tools for urban humanitarian response. Working Paper. Londres: IIED. Disponível em <http://pubs.ied.org/10797IIED/>.

Referências

- Narain, V., e S. Nischal (2007). The peri-urban interface in Shahpur Khurd and Karnera, India. *Environment and Urbanization*, vol. 19, nº. 1, p. 261–273.
- New Climate Economy (2014). *Better Growth, Better Climate: The New Climate Economy Report*. Washington DC: World Resources Institute. Disponível em <https://newclimateeconomy.report/2014/>.
- ODI (2015). *Climate Finance for Cities*. Working Paper nº. 419. Londres: Overseas Development Institute.
- OCDE (2010). *Climate Change: Helping Poor Countries to Adapt*. In *Development Co-operation Report 2010*. Paris: Publicação da OCDE.
- _____ (2015). *Aging in Cities: Policy Brief*. Paris: OCDE.
- _____ (2018). *Rethinking Urban Sprawl: Moving Towards Sustainable Cities*. Paris: Publicação da OCDE.
- Pigato, M.A., ed. (2018). *Fiscal Policies for Development and Climate Action*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Pitarch-Garrido, Maria (2015). *Social sustainability through accessibility and equity*. Resumo do ONU-Habitat para GSDR.
- Pojani, D., e D. Stead (2015). Sustainable urban transport in the developing world: beyond megacities. *Sustainability*, vol. 7, nº. 6, p. 7784–7805.
- Rivera, R.L.K. (2007). Culture, gender, transport: Contentious planning issues. *Transport and Communications Bulletin for Asia and the Pacific*, vol. 76, p. 1–20.
- Robbins, Jim (2019). *As Mass Timber Takes Off, How Green Is This New Building Material?* *Yale Environment 360*, 9 de abril. Disponível em <https://e360.yale.edu/features/as-mass-timber-takes-off-how-green-is-this-new-building-material>.
- Roberts, B.H. (2014). *Managing systems of secondary cities: Policy responses in international development*. Bruxelas: Aliança de Cidades – Cidades sem Favelas.
- Root Cause (2015). *Mentoring: An Investment in Reducing Youth Violence*. Boston: Root Cause. Disponível em <https://www.mentoring.org/new-site/wp-content/uploads/2015/12/Youth-Violence-Report-Online.pdf>.
- Salman, Saba (2018). What would a truly disabled-accessible city look like? *The Guardian*, 14 de fevereiro. Disponível em <https://www.theguardian.com/cities/2018/feb/14/what-disability-accessible-city-look-like>.
- Satterthwaite, David (2017). Addressing the needs of vulnerable populations in urban areas. *IIED*, 26 de abril. Disponível em <https://www.ied.org/addressing-needs-vulnerable-groups-urban-areas>. Acesso em 7 de setembro de 2019.
- _____ and C. Tacoli (2013). Gender and urban change. *Environment and Urbanization*, vol. 25, nº. 1, p. 3–8.
- Smart Cities Dive (n.d.). *Do Urban Growth Boundaries Work to Prevent Sprawl?* Disponível em <https://www.smartcitiesdive.com/ex/sustainablecitiescollective/dourban-growth-boundaries-work/1070356/>. Acesso em 23 de agosto de 2019.
- Smart Growth America (2013). *Building Better Budgets*. Washington, D.C.: Smart Growth America.
- Sustainable Mobility for All (2017) *Global Mobility Report 2017: Tracking Sector Performance*. Washington, D.C.: Banco Mundial. Disponível em <http://sum4all.org/publications/global-mobility-report-2017>.
- Tacoli, C. (2012). *Urbanization, gender and urban poverty: paid work and unpaid carework in the city*. *Urbanization and Emerging Populations Issues Working Paper 7*. Londres: Human Settlements Group, IIED; Nova York: Populations and Development Branch, UNFPA.

Torres, H. (2008). Social and environmental aspects of peri-urban growth in Latin American megacities. Paper presented at United Nations Expert Group Meeting on Population Distribution, Urbanization, Internal Migration and Development. Nova York, janeiro. ONU/POP/EGMURB/2008/10.

Tsai, K.S. (2000). Banquet banking: Gender and rotating savings and credit associations in South China. *The China Quarterly*, vol. 161, p. 142–170.

Nações Unidas (2019) E/2019/68. Relatório do Secretário-Geral sobre o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://undocs.org/E/2019/68>

ONU Mulheres (n.d.). Facts and Figures: Economic Empowerment. Available at <https://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/facts-and-figures>. Acesso em 8 de setembro de 2019.

UNCTAD (2019). *Creative Economy Outlook: Trends in international trade in creative industries*. Nações Unidas. UNCTAD/DITC/TED/2018/3

PNUD (2016). *Estratégia de Urbanização Sustentável*. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Fundo Verde para o Clima do PNUD (2017). *Improving the resilience of vulnerable coastal communities to climate change related impacts in Viet Nam*. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <https://www.gcfprojects-undp.org/tp/project/5708>.

UNDRR (2017). *Build Back Better*. Acessado em 30 de julho de 2019. Disponível em https://www.unisdr.org/files/53213_bbb.pdf.

_____ (2019a). *Relatório de Avaliação Global sobre Redução do Risco de Desastres*. Genebra: Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres.

_____ (2019b). *Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres*. Genebra: Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres.

PNUMA (2014). *Green Infrastructure Guide for Water Management: Ecosystem-based management approaches for water-related infrastructure projects*. Nairóbi: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

_____ (2016). *Unlocking the Sustainable Potential of Land Resources: Evaluation Systems, Strategies and Tools*. Nairóbi: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. DTI/2002/PA.

UNESCAP (2015). *Economic and Social Survey of Asia and the Pacific 2015: Making Growth More Inclusive for Sustainable Development*. Nova York: UNESCAP. Disponível em <http://www.unescap.org/sites/default/files/Economic%20and%20Social%20Survey%20of%20Asia%20and%20the%20Pacific%202015.pdf>

UNESCO (n.d.). What is meant by “cultural heritage?”. Disponível em <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/illegal-trafficking-of-cultural-property/unesco-database-of-national-cultural-heritage-laws/frequently-asked-questions/definicao-do-patrimonio-cultural/>.

_____ (2015). *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. ED-2016/WS/28.

_____ (2016a). *Cities Welcoming Refugees and Migrants. Inclusive and Sustainable CITIES series*. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

_____ (2016b). *Culture: Urban Future; Relatório Global sobre Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável*. Paris: Organização Nacional das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNFCCC (n.d.). Fact sheet: The need for adaptation. UNFCCC (n.d.). Fact sheet: The need for adaptation. https://unfccc.int/files/press/backgrounders/application/pdf/press_factsh_adaptation.pdf.

Referências

ONU-Habitat (2009). Background Paper on Participatory Urban Planning. Relatório Global sobre Assentamentos Humanos. Disponível em <https://unhabitat.org/wp-content/uploads/2010/07/bg5.pdf>.

_____ (2013). Estado das Cidades do Mundo 2012/2013: A Prosperidade das Cidades. Nova York: Routledge.

_____ (2013). State of Women in Cities 2012-2013: Gender and the Prosperity of Cities. Nairóbi: Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. HS/015/13E.

_____ (2014). The Evolution of National Urban Policies: A Global Overview.

_____ (2015). Diretrizes Internacionais de Planejamento Urbano e Territorial. Nairóbi: Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. HS/059/15E.

_____ (2017). Sustainable Urbanization in the Paris Agreement. Disponível em <https://unhabitat.org/books/sustainable-urbanization-in-the-paris-agreement/>.

_____ (2018). A Capital Espacial de Wuhan | Índice de Prosperidade da Cidade (CPI). Nairóbi: Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

_____ e OCDE (2018). Global State of National Urban Policy, p.21.

_____ (2019). Gender and Safety and Security in Cities Fact Sheet. Nairóbi: Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos. Disponível em <http://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/GenderandSafetyandSecurityinCitiesfactsheet.pdf>.

_____ (2020). Cities are on the front lines of COVID-19. ONU-Habitat, 12 de maio. Disponível em <https://unhabitat.org/cities-are-on-the-front-lines-of-covid-19>.

----- (2020) Global State of Metropolis 2020 – Population Data Booklet. ONU-Habitat. <https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/gsm-population-data-booklet-2020.pdf>

ACNUR (2019). Refugee Statistics. Disponível em <https://www.unrefugees.org/refugee-facts/statistics/>. Acesso em 10 de setembro de 2019.

UNICEF e OMS (2015). Progresso sobre Saneamento e Água Potável: Atualização e Avaliação dos ODMs 2015. Nova York: Fundo das Nações Unidas para a Infância.

UNISDR e OMM (2012). UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda: Disaster Risk and Resilience. Genebra: Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres; Genebra: Organização Meteorológica Mundial.

Nações Unidas (2017). Nova Agenda Urbana (NAU). Disponível em http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English.pdf.A/RES/71/256*

Nações Unidas (n.d.). Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/SDG11>. Acesso em 23 de setembro de 2019.

Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (2016). Good Practices of Accessible Urban Development. Nova York: Nações Unidas. ST/ESA/364.

Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (2018). *Promoting Inclusion through Social Protection: Report on the World Social Situation 2018*. Nova York: Nações Unidas. N° E.17.IV.2.

Divisão de População das Nações Unidas (n.d.). Perspectivas de Urbanização Mundial: Revisão de 2018. Acessado via Banco Mundial em <https://data.worldbank.org/indicator/sp.urb.totl.in.zs>.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (n.d.). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>.

UNU-GCM (2014). Building City Identities in Contexts of Diversity. Policy Brief for Mayoral Forum on Mobility, Migration and Development. Barcelona: Instituto Universitário das Nações Unidas sobre Globalização, Cultura e Mobilidade.

Urban Land Institute (2015). A Guide for Assessing Climate Change Risk. Washington, D.C.: Urban Land Institute.

Urquiza, Liviane (2017). Resilient youth seize opportunities, build their future. *World Bank Blogs*. Disponível em <https://blogs.worldbank.org/voices/resilient-youth-seize-opportunities-build-their-future>.

Verdugo, M. (2003). Programa de repoblamiento comuna de Santiago: Un programa de gestion urbana. *Urbano*, vol. 6, nº.8 (setembro), p. 9.

Vij, S. (2014). Urbanization, common property resources and gender relations in a peri-urban context. *Vision*, vol. 18, nº. 4, p. 339–347.

Vollmer, D. (2009). Urban waterfront rehabilitation: can it contribute to environmental improvements in the developing world? *Environmental Research Letters*, vol. 4, nº. 2, p. 024003.

Vulliamy, ed. (2013). Medellín, Colombia: Reinventing the World's Most Dangerous City. *The Observer*, 9 de junho. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/medellin-colombia-worlds-most-dangerous-city>.

WHO (2015). City Fact Sheets: WHO European Healthy Cities Network. Copenhagen: Organização Mundial da Saúde.

OMS (2020). Road traffic injuries. Organização Mundial da Saúde, 7 de fevereiro. Disponível em <https://www.who.int/newsroom/fact-sheets/detail/road-traffic-injuries>.

Wilson, W.J. (2006). *The geography of opportunity: Race and housing choice in metropolitan America*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

Banco Mundial (2010). *Cities and Climate Change: An Urgent Agenda*. Urban Development series. Knowledge paper No. 10. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Banco Mundial (2011). *Guide to Climate Change Adaptation in Cities*. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Banco Mundial (2013). *Strategic Environmental Assessment*. 10 de setembro. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/topic/environment/brief/strategic-environmental-assessment>.

Banco Mundial (2014a). *City Energy Efficiency Assessments*. Washington, D.C.: Programa de Assistência à Gestão do Setor Energético do Banco Mundial (ESMAP)

Banco Mundial (2014b). *Investing in natural capital for eradicating poverty and boosting shared prosperity*. Working Paper No. 88753. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Banco Mundial (2015). *Rising through cities in Ghana: urbanization review – overview report*. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial.

Banco Mundial (2019a). *Disability Inclusion*. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/topic/disability>. Acesso em 8 de setembro de 2019.

Banco Mundial (2019b). *Structural Transformation Can Turn Cities into Engines of Prosperity*, 17 de abril. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2019/04/17/structural-transformation-can-turn-cities-into-engines-de-prosperidade>. Acesso em 17 de agosto de 2019.

Referências

Banco Mundial (n.d.). City Creditworthiness Initiative: A Partnership to Deliver Municipal Finance. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/topic/urbandevelopment/brief/city-creditworthiness-initiative>. Accessed on 29 July 2019.

Banco Mundial, Centro de Pesquisa de Desenvolvimento do Conselho de Estado, República Popular da China (2014). Urban China: Toward Efficient, Inclusive, and Sustainable Urbanization. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Grupo Banco Mundial (2015a). East Asia's Changing Urban Landscape: Measuring a Decade of Spatial Growth. Urban Development series. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Grupo Banco Mundial (2015b). Competitive Cities for Jobs and Growth: What, Who, and How. Washington, D.C.: Banco Mundial.

Grupo Banco Mundial (2018). Urban Wetlands Management in Colombo: A New Model for Resilience. Washington, D.C.: Banco Mundial.

World Resources Institute (2019). Mobility to Access for All: Expanding Urban Transportation Choices in the Global South. Washington, D.C.: World Resources Institute.

World Resources Institute, Grupo C40 de Grandes Cidades e ICLEI (2014). Global Protocol for Community-Scale Greenhouse Gas Emissions. Washington, D.C.: World Resources Institute.

WWAP (2017). World Water Development Report 2017: Wastewater: The Untapped Resource. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

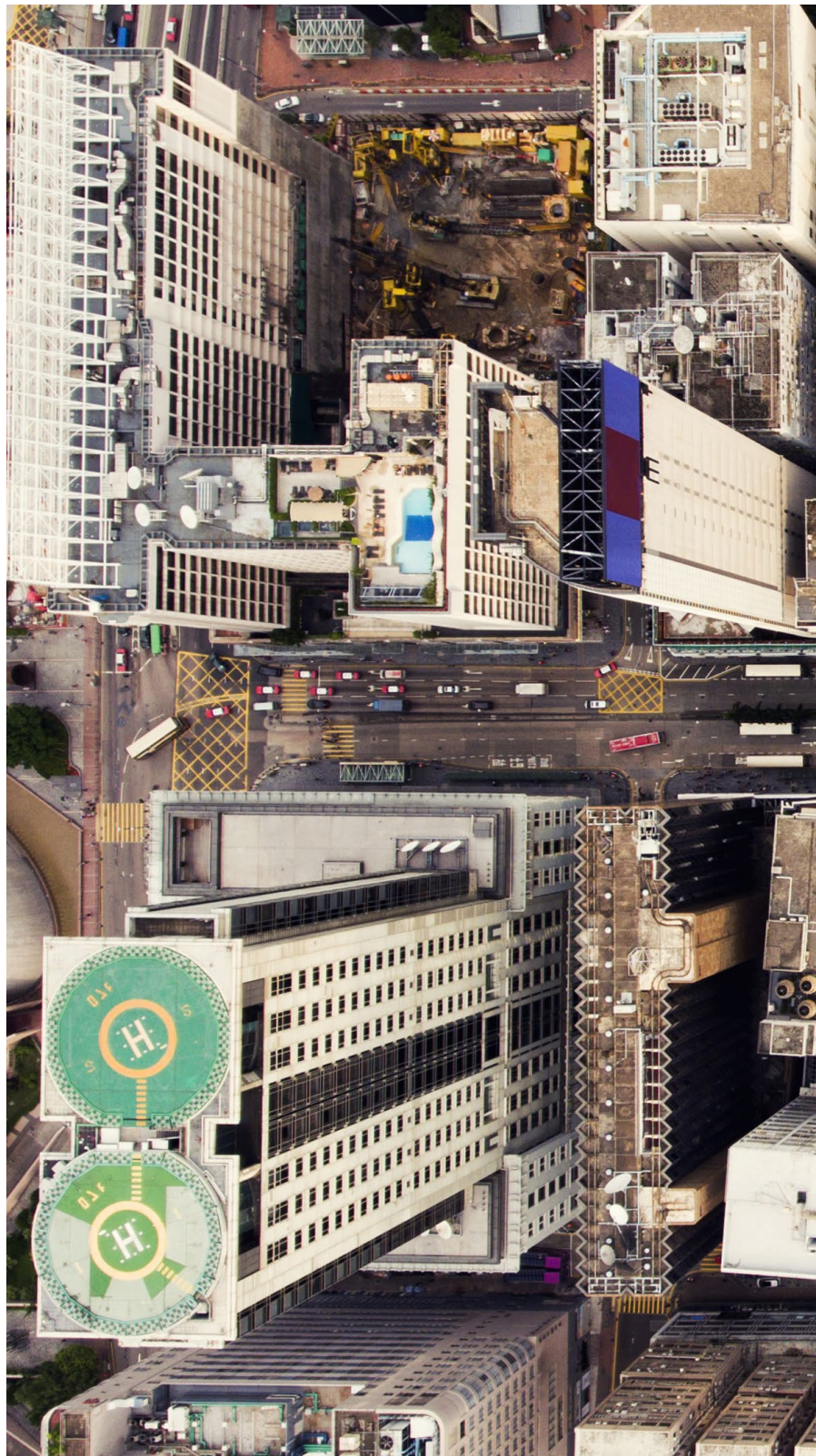




Foto aérea de Hong Kong. © GaudiLab / Shutterstock.com

**Uma melhor qualidade de vida para todos
em um mundo urbanizado**

Atualizações sobre o trabalho do ONU-Habitat estão disponíveis em
www.unhabitat.org



ONU  HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS
ASSENTAMENTOS HUMANOS
P.O. Box 30030, Nairobi 00100, Kenya
www.unhabitat.org

HS Number: HS/035/20E
ISBN Number:(Volume) 978-92-1-132869-1